

# DNA

A C A D Ê M I C O

2022

**E-BOOK**

---

PRODUÇÃO DISCENTE



# DNA

## Acadêmico

PRODUÇÃO DISCENTE



## Sumário

APRESENTAÇÃO	5
<i>Márcia Almeida Marques da Silva</i>	
PREFÁCIO	6
<i>Márcia Almeida Marques da Silva</i>	
1. A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA UM PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM MAIS SIGNIFICATIVO E MOTIVADOR DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	9
<i>Dandhara Enid de Souza Campos</i> <i>Ana Cecília Machado Dias</i>	
2. A ALFABETIZAÇÃO MATEMÁTICA: A ABORDAGEM LÚDICA TRANSFORMANDO O OLHAR E CONTRIBUINDO PARA A COMPREENSÃO DO ALUNO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	32
<i>Patrícia Braga Guimarães</i> <i>Teresa Vitoria Fernandes Alves</i>	
3. LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO: Uma aliança importante	58
<i>Marcele Maria da Silva Lacerda</i> <i>Ana Cecília Machado Dias</i>	
4. PROPOSTAS PEDAGÓGICAS BASEADAS EM METODOLOGIAS ATIVAS E ENRIQUECIDAS POR TECNOLOGIA: UMA APRENDIZAGEM MAIS SIGNIFICATIVA E PRAZEROSA PARA ALUNOS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	79
<i>Larissa Santos da Silva Lacerda</i> <i>Márcia Almeida Marques da Silva</i>	
5. A IMPORTÂNCIA DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS E NA FORMAÇÃO CRÍTICA DOS ALUNOS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	121
<i>Brunno Nascimento Martins</i> <i>Ana Cecília Machado Dias</i>	
6. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA DENTRO DO ESPAÇO ESCOLAR E AS PRÁTICAS DOCENTES QUE CONTRIBUEM PARA A INIBIÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL	147
<i>Taismara Lopes Lisboa</i> <i>Renata Rodrigues Brandão</i>	

7. A CAPACITAÇÃO DOS DOCENTES EM RELAÇÃO AO SISTEMA BRAILLE  
PARA UM PROCESSO DE INCLUSÃO MAIS EFICAZ DOS (AS) ALUNOS  
(AS) COM DEFICIÊNCIA VISUAL 178

*Alessandra Fernandes da Silveira*

*Teresa Vitoria Fernandes Alves*

8. ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EMPRESARIAL PARA UM MELHOR  
PROCESSO DE INCLUSÃO DE PESSOAS SURDAS NO MEIO  
ORGANIZACIONAL 199

*Ellen Galvão de Oliveira Rodrigues*

*Márcia Almeida Marques da Silva*

9. A IMPORTÂNCIA DA CULTURA ORGANIZACIONAL COM FOCO NA  
DIVERSIDADE PARA EVITAR A DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NO  
PROCESSO DE SELEÇÃO DE PESSOAS 228

*Carlos Fernando da Silva Souza*

*Luiz Fernando Magalhães de Almeida*

10. O PAPEL DA CONTROLADORIA E SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO  
DECISÓRIO DOS GESTORES 249

*Jonathan Cassiano do Nascimento Cavalcanti*

*José Fernandes da Costa*

# APRESENTAÇÃO

## DNA Acadêmico

O e-book DNA Acadêmico apresenta a Coletânea de Trabalhos de Conclusão de Curso elaborados por um grupo de graduandos e seus/suas respectivos(as) orientadores(as) dos cursos de graduação em Pedagogia, Administração e Ciências Contábeis da Faculdade São Judas Tadeu - SJT durante o ano de 2021.

O presente e-book nasce e é construído como espaço de divulgação de trabalhos científicos discentes produzidos no âmbito da Faculdade São Judas Tadeu, uma instituição que possui em seu DNA a crença de que uma educação de qualidade deve estar atrelada à produção de conhecimento. Logo, pautada nessa perspectiva, essa escola superior busca despertar em cada acadêmico o desejo de assumir o papel de pesquisador com a finalidade de agregar valor tanto à formação acadêmica quanto profissional de seus discentes.

Nesse sentido, essa coletânea revela a importância da prática da pesquisa como ferramenta de desenvolvimento da capacidade do graduando do Ensino Superior de refletir de forma mais crítica em busca de respostas aos problemas propostos. Entende-se que a pesquisa além de produzir conhecimento, é também uma ferramenta de inovação, propiciando à sociedade soluções e explicações para muitos questionamentos.

Aos nossos leitores, desejamos uma ótima leitura e espero que as reflexões, tecidas nos capítulos, possam contribuir para a formação inicial e continuada de profissionais de diferentes áreas de conhecimento.

***Márcia Almeida Marques da Silva (Org.)***

***Faculdade São Judas Tadeu***

## PREFÁCIO

Caros leitores e caras leitoras,

Foi com imensa alegria que recebi o convite para prefaciar o presente e-book, que reúne dez trabalhos acadêmicos de qualidade escritos por mãos discentes do curso de graduação em Pedagogia, Administração e Ciências Contábeis da Faculdade São Judas Tadeu. Minha satisfação se deve à natureza dos artigos que abordam temas atuais e relevantes para suas respectivas áreas de estudo e também à oportunidade de contribuir com a organização da presente publicação, estimulando a divulgação do conhecimento científico e dando voz a esses jovens pesquisadores.

Dessa forma, os primeiros capítulos do e-book DNA Acadêmico são da área de Ciências Humanas, produzidos por futuros pedagogos. Esses pesquisadores apresentam relevantes investigações sobre a atuação do pedagogo dentro e fora dos muros da escola, buscando incentivar a reflexão o fazer pedagógico.

O primeiro artigo apresentado trata da importância do planejamento de atividades pedagógicas lúdicas como ferramenta capaz de estimular o engajamento e proporcionar o desenvolvimento dos alunos da Educação Infantil.

Seguindo essa mesma perspectiva, o segundo artigo investiga a importância da ludicidade na introdução da alfabetização matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental como uma ferramenta capaz de desenvolver um novo olhar do(a) discente em relação à disciplina e, conseqüentemente, melhores desempenhos ao longo de sua formação acadêmica.

Já o terceiro artigo traz uma reflexão sobre a importância da aliança entre os processos de alfabetização e de letramento para formar cidadãos mais críticos e reflexivos capazes de participar das práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita.

Em seguida, o quarto artigo trata da importância do planejamento de práticas pedagógicas baseadas em metodologias ativas e enriquecidas por tecnologias para promover a participação ativa do aluno e uma aprendizagem

mais significativa. Em outras palavras, as autoras discutem sobre novas formas de ensinar e aprender no atual contexto educacional, partindo e tendo como referência o mundo textual dos estudantes da Educação Básica.

A contação de histórias é o tema do quinto artigo deste e-book, que traz um estudo sobre a importância dessa prática pedagógica para a formação de leitores críticos e reflexivos, desenvolvendo as habilidades de ler, compreender, interpretar e produzir textos, fundamentais para a participação ativa do indivíduo na sociedade.

O sexto artigo traz uma reflexão sobre a importância de uma abordagem antirracista nas práticas pedagógicas, valorizando a representatividade das pessoas negras na sociedade e o ensino da cultura Afro-brasileira e Africana desde os primeiros anos escolares a fim de minimizar a discriminação étnico-racial e elevar a autoestima dos discentes.

O tema Educação Inclusiva é tratado no sétimo artigo deste livro digital, destacando a importância da capacitação do docente sobre o Sistema Braille para otimizar o processo de inclusão dos alunos com deficiência visual no âmbito escolar, evitando assim, a baixa autoestima desses indivíduos que se sentem dependentes do apoio de outras pessoas para a leitura dos textos apresentados pelo docente.

O processo de inclusão também é discutido no oitavo artigo, entretanto, esta investigação traça uma ponte entre duas áreas do conhecimento: Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, uma vez que as autoras trazem um estudo sobre a atuação do pedagogo empresarial no desenvolvimento de práticas educativas que incentivem a humanização dos colaboradores e a aprendizagem de Libras como segunda língua para ouvintes, promovendo, assim, a inclusão mais efetiva das pessoas surdas no âmbito organizacional.

As duas últimas publicações do e-book DNA Acadêmico buscam ampliar as discussões sobre questões pertinentes à área das Ciências Sociais Aplicadas, com enfoque em Administração e Ciências Contábeis.

O nono artigo se debruça sobre uma questão social, investigando a importância do desenvolvimento de uma cultura organizacional baseada na diversidade a fim de que pessoas candidatas a vagas de emprego ou estágio, tenham a possibilidade de ingressar no mercado de trabalho sem distinção pela cor de sua pele. Dessa forma, o estudo promove a reflexão dos processos de

fortalecimento da cidadania.

E, por fim, o décimo artigo desta publicação também traz uma importante contribuição para a gestão empresarial, pois o estudo trata da importância da controladoria para a maior assertividade nos processos de tomada de decisão, minimizando tempo, garantindo o maior controle interno da organização e diminuindo os impactos causados por decisões inapropriadas.

Espero, com essa breve apresentação, demonstrar o mérito da coletânea que você, leitor, começará a explorar. Desejo aos leitores ótimos momentos de análise, reflexão e troca de conhecimentos. Gostaria também de parabenizar esses pesquisadores pelo trabalho de qualidade e deixar uma palavra de estímulo para que este seja o primeiro de muitas pesquisas futuras. A mim, coube apenas a simples tarefa de abrir as cortinas.

**Márcia Almeida Marques da Silva<sup>1</sup>**  
**Faculdade São Judas Tadeu**

---

<sup>1</sup> *Mestra em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Possui Pós-graduação em Língua Inglesa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Atua como orientadora, professora e assessora de pesquisa do curso de Graduação e Pós-graduação da Faculdade São Judas Tadeu no Rio de Janeiro – RJ. E-mail: [marquesmarcia29@gmail.com](mailto:marquesmarcia29@gmail.com)*



# 1. A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA UM PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM MAIS SIGNIFICATIVO E MOTIVADOR DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

*Dandhara Enid de Souza Campos<sup>2</sup>*

*Ana Cecília Machado Dias<sup>3</sup>*

## Introdução

As atividades pedagógicas desenvolvidas nas salas de aula da Educação Infantil precisam ser dinâmicas e criativas a fim de facilitar o desenvolvimento dos alunos. Entretanto, observa-se que muitas práticas são apresentadas de uma forma monótona e repetitiva, promovendo a desmotivação do aluno para participar das atividades propostas. Entende-se que a falta de conhecimento do docente para desenvolver práticas pedagógicas lúdicas e criativas que despertem a curiosidade e o interesse dos alunos é a responsável por esse cenário.

Observa-se também que muitos docentes de turmas da Educação Infantil têm planejado aulas com atividades desestimulantes e repetitivas com base na crença de que nessa etapa de ensino, as práticas pedagógicas devem ser voltadas para o processo de alfabetização a fim de colaborar para o desenvolvimento linguístico dessas crianças. Entretanto, pode-se dizer que essas ações têm conduzido muitos alunos da Educação Infantil à desmotivação em relação à escola, uma vez que estes não se encontram preparados para esse tipo de aprendizagem.

A ausência do lúdico na sala de aula da Educação Infantil é responsável por atrasar o desenvolvimento das potencialidades da criança, tais como: a

---

<sup>2</sup> *Graduanda em Pedagogia pela Faculdade São Judas Tadeu – Rio de Janeiro – RJ. Atua como estagiária em uma turma 3º ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede privada. E-mail: [dandharacampos18@gmail.com](mailto:dandharacampos18@gmail.com)*

<sup>3</sup> *Mestra em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis. Possui Pós-graduação em Educação Infantil: Perspectivas de Trabalho em Creches e Pré-escolas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Atua como orientadora e professora do curso de Graduação e Pós-graduação da Faculdade São Judas Tadeu no Rio de Janeiro – RJ. E-mail: [anaceciliadiaz@hotmail.com](mailto:anaceciliadiaz@hotmail.com)*

criatividade, a coordenação, a percepção, o prazer, a interação entre as pessoas, a cooperação, entre outras. Diante desse cenário, entende-se que a falta de propostas lúdicas tem contribuído para tornar as salas de aula ambientes pouco interativos e prazerosos.

Por sua relevância, a abordagem desse tema traz um questionamento: Como as práticas pedagógicas envolvendo a ludicidade podem contribuir para uma experiência de aprendizagem mais motivadora na Educação Infantil, favorecendo o desenvolvimento integral dos alunos?

Diante desse contexto, é importante compreender se as práticas pedagógicas lúdicas são ferramentas que podem estimular a curiosidade e o interesse dos alunos na Educação Infantil.

Crianças são sujeitos sociais e históricos, marcadas, portanto, pelas contradições das sociedades em que estão inseridas. A criança não se resume a ser alguém que não é, mas que se tornará (adulto, no dia em que deixar de ser criança). Reconhecemos o que é específico da infância: seu poder de imaginação, a fantasia, a criação, a brincadeira entendida como experiência de cultura. Crianças são cidadãs, pessoas detentoras de direitos, que produzem cultura e são nela produzidas. Esse modo de ver as crianças favorece entendê-las e também ver o mundo a partir do seu ponto de vista (KRAMER, 2007, p. 15).

Compreender a infância torna-se fundamental para verificar se a ludicidade nas salas de aula da Educação Infantil pode ser considerada uma estratégia de desenvolvimento de habilidades motoras, corporais, cognitivas, linguísticas e emocionais, essenciais para o desenvolvimento integral e significativo dos alunos. Assim, esse estudo busca identificar a importância da ludicidade como ferramenta para desenvolver aspectos sociais, cognitivos, motores, morais e emocionais das crianças na Educação Infantil.

A falta de conhecimento de muitos docentes da Educação Infantil sobre a relevância das atividades lúdicas como ferramenta para o desenvolvimento do discente tem incentivado o desenvolvimento de práticas mecanizadas de alfabetização nas salas de aula da Educação Infantil, promovendo o desinteresse das crianças.

Logo, essa investigação torna-se relevante, pois destaca o valor da atividade lúdica para o processo de formação do indivíduo, uma vez que esta contribui para o desenvolvimento social, emocional e cognitivo da criança.

Dessa forma, o presente estudo poderá contribuir para que educadores

reflitam sobre o valor das atividades lúdicas como ferramenta essencial para a criança desenvolver a criatividade, o raciocínio lógico e as habilidades essenciais para realizar as tomadas de decisão de forma mais assertiva. Entende-se que a ludicidade na sala de aula favorece a formação integral da criança.

## **Políticas Públicas da Educação Infantil e sua função educativa**

O contexto histórico das políticas públicas estabelece as leis, diretrizes e bases da educação nacional, uma relação mediada entre os interesses do Estado e as demandas da sociedade. As creches e pré-escolas são direitos das crianças até 5 anos de idade, considerado no art. 29º da Constituição de 1996, tendo assim, como finalidade auxiliar no desenvolvimento integral em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL,1996). Dessa forma, pode-se afirmar que a mediação do professor na Educação Infantil é primordial para que a criança desenvolva sua aprendizagem.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional evidenciou a importância da Educação Infantil, que passou a ser considerada como primeira etapa da Educação Básica. Portanto, de acordo com o Art. 5º da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

[...] o acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo (BRASIL, 1996).

Compreende-se, portanto, que qualquer criança tem direito à educação pública de qualidade, seja qual for sua classe social.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, Resolução CNE/CEB nº 5/2009, em seu artigo 4, define a criança como:

Sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

De acordo com Angotti (2006, p.18), “A Educação Infantil será norteadada então por um caráter educacional que promova o desenvolvimento integral da

criança em suas diferentes e complementares perspectivas”. Nesse sentido, é fundamental o docente equilibrar o educar e o cuidar no cotidiano das crianças de forma que essas ações ocorram simultaneamente e estejam presentes no planejamento do professor. Ao planejar, faz-se necessário também, incluir as vivências e os conhecimentos construídos pela criança em suas diversas interações, como ressalta a Base Nacional Comum Curricular - BNCC:

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação. Nessa direção, e para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família são essenciais. Além disso, a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade. (BRASIL, 2017, p. 34-35).

### **Direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil**

A BNCC apresenta seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento que asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam (BRASIL, 2017). Diante dessa perspectiva, são oferecidos às crianças os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se para que elas possam construir seu papel ativo no processo de aprendizagem e desenvolver habilidades essenciais para sua formação integral.

Na Educação Infantil, os direitos de aprendizagem envolvem as experiências lúdicas que levam as crianças a edificarem conhecimentos por meio de interações, correlações e ações. Nesse cenário, cabe ao educador/mediador desse processo colocar em prática esses direitos para que ocorra um ensino prazeroso e qualificativo.

Nessa construção, é necessário planejar práticas que assegurem todos os direitos e facilitem o processo de ensino-aprendizagem. As práticas do desenvolvimento da criança se apresentam entre essas formas de expressões.

Todas devem ser oferecidas considerando as necessidades, os interesses e a importância do brincar. Nesse cenário, as brincadeiras devem ser compreendidas como formas de envolver as crianças e proporcionar momentos de prazer e integração. É fundamental que o docente tenha essa compreensão para garantir que as experiências propostas estejam de acordo com os aspectos considerados fundamentais no processo. As crianças precisam pensar sobre o mundo a sua volta, desenvolver estratégias de observação, criar hipóteses, narrativas, gerando aprendizagens e socialização.

Para melhor compreensão sobre como garantir os direitos da criança de 'Conviver', de 'Brincar' e de 'Participar', de 'Explorar', de 'Expressar' e de 'Conhecer-se' na Educação Infantil, Trevisan (2018) traz as orientações de Fernanda Pinho e Maria Virgínia Gastaldi sobre algumas práticas. Por exemplo, a proposta de construção coletiva de uma casa com material reciclado para que seja posteriormente utilizada como um espaço de brincadeira. Nesse planejamento, o docente apresenta diferentes materiais para serem explorados pelas crianças, tais como: madeira, isopor, plástico, papelão, entre outros e solicita a participação delas nas tomadas de decisões sobre o material, as cores e a estrutura da casa. Em seguida, os alunos são envolvidos no processo de construção da casa e, posteriormente, estimulados a expressarem suas emoções e sentimentos em relação à experiência de construir uma casa para brincar. Por fim, o professor oferece aos alunos a oportunidade de brincar e interagir com seus colegas. Entende-se que essas experiências estão de acordo com a abordagem da BNCC e são fundamentais para a construção da identidade e da subjetividade dos pequenos.

Logo, entende-se que a Educação Infantil busca desenvolver a competência social da criança, estimulando a interação com outras crianças e adultos e proporcionando o descobrimento do corpo e do movimento. Assim, o ato de brincar torna-se fundamental para estimular capacidades importantes como a atenção, a memória, a imitação e a imaginação.

Podemos afirmar, então, que a Educação Infantil é uma etapa do ensino essencial para incentivar que as crianças utilizem diferentes linguagens para se comunicar, aguçando sua curiosidade por meio de novas experiências, transformando-se em um desenvolvimento rico para sua formação e exercendo seu exercício e responsabilidade como indivíduo na sociedade.

## **A prática educativa lúdica: ferramenta facilitadora da aprendizagem na Educação Infantil**

### **Panorama histórico dos jogos e brincadeiras infantis na educação**

Analisando a história da humanidade, percebe-se que o ato de brincar está presente em todas as épocas, desde os tempos mais remotos até a atualidade. Segundo Brougère (2010), inicialmente a brincadeira não tinha o reconhecimento significativo, sendo vista apenas como um passatempo, entretanto, posteriormente, esta passou a ser compreendida como uma forma de estimular a imaginação e a criatividade da criança. Em outras palavras, a brincadeira que antes era apenas um entretenimento para nossos antepassados, hoje, assume novas funcionalidades para o processo de aprendizagem.

Kishimoto (2004, p.81) também afirma que os jogos tradicionais infantis aparecem de forma mais abundante no cotidiano dos agrupamentos infantis de tempos passados, marcados por um ritmo de vida mais lento.

Segundo Kishimoto (2003), no século XIX, os jogos educativos passaram a ser utilizados como ferramenta pedagógica do ensino de línguas com o objetivo de estimular a comunicação das crianças.

Kishimoto (2011) aponta que o lúdico é de fundamental importância, sendo assim, faz parte do currículo infantil, proporcionando uma aprendizagem interativa e promovendo uma prática educacional e conhecimentos.

Vygotsky (1998a) destaca também o papel do ato de brincar na constituição do pensamento infantil, pois é brincando, jogando, que a criança revela seu estado cognitivo, visual, auditivo, tátil, motor, seu modo de aprender e entrar em uma relação cognitiva com o mundo de eventos, pessoas, coisas e símbolos. Oferecer à criança a oportunidade de brincar nunca será perda de tempo, porque ao brincar ela desenvolve também o aspecto emocional, social, cognitivo e motor. Além disso, a brincadeira incentiva o desenvolvimento da criatividade e da imaginação da criança, ampliando cada dia mais sua autoestima.

Piaget (1971, p.67) diz que "Quando brinca, a criança assimila o mundo à sua maneira, sem compromisso com a realidade, pois a sua interação com o

objeto não depende da natureza do objeto, mas da função que a criança lhe atribui”.

A partir desse entendimento, pode-se afirmar que no contexto educacional, o jogo passou a ser compreendido como uma importante ferramenta para o desenvolvimento da criança, promovendo a criatividade, a imaginação, a interatividade, a socialização e uma aprendizagem significativa.

### **Conceito de Ludicidade**

Para Piaget (1978), ludicidade é uma ferramenta necessária em diferentes níveis de desenvolvimento, despertando reações afetivas, cognitivas e corporais. É por meio da brincadeira que os educandos se desenvolvem, possibilitando noções de limites e facilitando a aprendizagem.

Entende-se que a utilização de jogos e brincadeiras proporciona um aprendizado mais explicativo e com sentido, o que é favorável ao desenvolvimento do aluno. Por meio das brincadeiras, a criança experimenta, inventa, descobre, confere e desenvolve habilidades. Além disso, os jogos estimulam a curiosidade, a autoconfiança e a autonomia, proporcionando o desenvolvimento da linguagem, pensamento, concentração e atenção.

Para Vygotsky (1988), quando se trabalha a imaginação e o brincar, se explora o ato intelectual, dominando todo comportamento motor e o raciocínio lógico durante o uso de jogos simbólicos.

Piaget (1998) compartilha do mesmo entendimento, afirmando que a atividade lúdica possibilita o desenvolvimento intelectual do aluno.

Segundo Vygotsky (1988, p.125), o ato de brincar exige regras de comportamento, que fazem com que as crianças construam situações imaginárias com regras, que precisam ser vivenciadas e respeitadas durante o momento da brincadeira.

Logo, verifica-se que esses autores destacam que a ludicidade possibilita uma transformação significativa, proporcionando momentos de prazer, entrega, concentração e de experiências significativas para o educando. As práticas pedagógicas lúdicas possibilitam que a criança experimente o mundo da imaginação e criatividade, as associando às matérias simbólicas. Além disso, a atividade lúdica possibilita momentos de encontro, percepção, autoconhecimento, ressignificação e conhecimento, levando a criança a

assumir uma conduta de sensibilidade e empatia para si mesmo e para o próximo.

### **Contribuições da Ludicidade para o desenvolvimento dos alunos da Educação Infantil**

O trabalho pedagógico voltado para o processo de aprendizagem na Educação Infantil é realizado pelo docente, assumindo um caráter lúdico, objetivando a concretização do conhecimento através de atividades capazes de impulsionar divertidamente tanto o aluno quanto o professor no espaço educativo. É preciso que o professor tenha um olhar observador e crítico, identificando as dificuldades encontradas nas brincadeiras, promovendo novas práticas que foquem no raciocínio lógico, para que as necessidades sejam supridas, de acordo com as observações e ações das crianças durante as práticas lúdicas. As situações criadas por meio dos jogos e brincadeiras desenvolvem uma formação de significados, permitindo uma construção importante. Assim, pode-se dizer que a ludicidade na Educação Infantil se torna uma ferramenta pedagógica auxiliadora da prática docente, enriquecendo significativamente as metodologias.

Segundo Santos (2007, p.41), “O lúdico servirá de suporte na formação do educador, como objetivo de contribuir na sua reflexão-ação-reflexão, buscando dialetizar teoria e prática, portanto, reconstruindo a práxis”.

A partir dessa perspectiva, verifica-se que o lúdico tem o conceito essencial da dinâmica humana, por ser uma atividade satisfatória e funcional. Essas práticas apresentam os conhecimentos de forma criativa, desenvolvendo o raciocínio e um pensamento reflexivo, seja para os professores ou para os alunos.

Para Kishimoto (2011, p.36),

[...] o uso do brinquedo/jogo educativo com fins pedagógicos remete-nos para a relevância desse instrumento para situações de ensino-aprendizagem e de desenvolvimento infantil. Se considerarmos que a criança pré-escolar aprende de modo intuitivo adquire noções espontâneas, em **processos interativos**, envolvendo o ser humano inteiro com cognições, afetivas, corpo e **interações sociais**, o brinquedo desempenha um papel de grande relevância para desenvolvê-la.

A Educação Infantil é o primeiro contato da criança com a escola, que busca seu desenvolvimento integral em seus aspectos físico, psicológico,



intelectual e social, garantindo uma formação integral.

Durante o período escolar, os alunos são apresentados a uma série de propostas pedagógicas que os ajudam a aprender e a internalizar os conteúdos trabalhados em sala de aula. Sendo assim, para o desenvolvimento das habilidades, a ludicidade é um instrumento forte para o processo de ensino-aprendizagem, pois a forma como a criança interpreta, conhece e opera sobre o mundo é, naturalmente, lúdica, trabalhando a imaginação e a criatividade.

Segundo Luckesi (2005), as atividades lúdicas contribuem para o desenvolvimento da criança, pois por meio do brincar é possível desenvolver sua autoexpressão, autoestima, autoconfiança e autonomia, tornando a experiência satisfatória. Considerando que cada criança é um ser único, com anseios, experiências e dificuldades diferentes, torna-se fundamental que o docente adote diferentes mecanismos de ensino e, entre eles, se encontram as atividades lúdicas, que proporcionam às crianças a experiência de aprender e sentir prazer ao mesmo tempo.

Luckesi (2005, p.2) diz que a ludicidade é um momento especial para a criança, pois é nessa hora que esta entra em contato com o mundo da imaginação, explorando sua criatividade e vivenciando uma ação de conhecimento de si e do outro.

A ludicidade é uma ferramenta valiosa para o processo ensino-aprendizagem, possibilitando experiências significativas, em que o mundo é explorado por meio da imaginação e percepção, colaborando com o processo de construção de conhecimento.

Portanto, entende-se que a ludicidade exerce uma grande importância no processo educacional, pois incentiva a criatividade da criança, satisfazendo e oferecendo novas possibilidades de ensino. Assim, as práticas lúdicas constroem uma aprendizagem prazerosa e significativa, pois promovem o aprendizado por meio da imaginação e diversão e torna o processo de ensino-aprendizagem mais assertivo e motivador, proporcionando uma experiência completa, que associa sentimento e pensamento.

Quando a criança pratica alguma atividade lúdica, ela se expressa, assimila conhecimentos que constrói a partir da sua realidade, espalhando sua experiência, modificando a realidade de acordo com seus interesses e gostos, estimulando a convivência e a cooperação entre eles.

Luckesi (2005, p.12) afirma que:

O ser humano age e compreende por meio da dialética de assimilação e acomodação em suas relações com o mundo exterior. Assimilar significa tornar o mundo exterior semelhante ao mundo interior e acomodar significa apropriar-se dos elementos do mundo exterior, evidentemente, como eles podem ser apropriados com realidade pela ótica do sujeito. É nessa dialética que se aprende e se desenvolve.

O autor destaca que atividade lúdica é como um elemento fundamental para contribuição da aprendizagem em sala de aula, sendo uma técnica de ensino estimulante, eficaz e estratégica. No momento em que a criança recebe esse conhecimento, este processo se torna mais satisfatório, estimulando sensações e auxiliando na construção de conhecimento e informação.

Logo, entende-se que o processo lúdico desempenha um papel relevante na vida do aluno/professor, pois certamente pode contribuir de maneira positiva, sendo utilizado como ferramenta de ensino e de aprendizagem.

A atividade lúdica proporciona uma vivência mais alegre para a criança. O lúdico é um modo de entreter os educandos, tornando-se uma importante estratégia para ensinar, fixar, aprender conceitos, conteúdos e experimentar situações. Assim, a ludicidade constrói um espaço de experimentação, de transição entre o mundo interno e externo, fornecendo criatividade, prazer, estimulação e desenvolvimento, possibilitando o êxito no processo ensino aprendizagem.

Para Santos (2007), a ludicidade é uma necessidade em todas as idades e não deve ser vista apenas como diversão ou momentos de prazer, mas momentos voltados para o desenvolvimento da criatividade, da socialização, do raciocínio, da coordenação motora, assim como, dos domínios cognitivos, afetivos e psicomotores. Pode-se, então, afirmar que as práticas lúdicas colaboram para o desenvolvimento, crescimento e a aprendizagem das crianças, proporcionando um espaço em que a criança aprende, brinca e se desenvolve ao mesmo tempo.

Cunha (1994) afirma que a brincadeira ajuda a transformar o desenvolvimento da criança, preparando a construção do conhecimento, da socialização e da criatividade, fazendo com que a criança se sinta motivada e mais focada na atividade. Com os jogos e brincadeiras, as crianças conseguem

criar identidade e desenvolver sua autonomia.

Vygotsky (1998b) afirma que a brincadeira propõe à criança a construção das regras do jogo. A criança interage e se integra, elaborando imagens culturais e sociais referentes ao seu tempo e seu desenvolvimento.

Logo, as brincadeiras possibilitam diversas descobertas para a criança, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades, pensamentos, experiências e criatividade. O brincar ajuda a criança a expressar seus sentimentos, pois esta é uma ação de autoconhecimento que permite estabelecer relações, reflexões e determinar coisas importantes para toda a nossa vida. É por meio da brincadeira que a criança cria, imagina, constrói imagens e memórias, se desenvolve corporalmente, cognitivamente e emocionalmente. Assim, a ludicidade permite que a criança descubra a si própria, o outro e o mundo ao redor, de forma divertida e prazerosa.

Dessa forma, Kishimoto (2011, p.32) afirma que “ao atender necessidades infantis, o jogo tornar-se forma adequada para a aprendizagem [...]”. Portanto, pode-se dizer que a ludicidade contribui para a aprendizagem e conhecimento da criança, possibilitando interação social e crescimento. Assim, verifica-se o valor da ludicidade no desenvolvimento das capacidades da criança por meio de brincadeiras, atividades, imaginação e fantasia. A ludicidade, portanto, é compreendida como caminho para construção do conhecimento.

A ludicidade na Educação Infantil é uma prática educacional, que explora o pensar inteligentemente, levando a criança a entender o mundo de forma mais objetiva, a ter consciência sobre suas ações e a discernir o certo do errado. Assim, a ludicidade oferece às crianças interação, aprendizagem e possibilidades.

### **O professor da Educação Infantil: mediador de atividades lúdicas**

O professor da Educação Infantil carrega uma grande responsabilidade, pois é ele quem inicia o processo de desenvolvimento da criança no espaço escolar, preparando-o para vida, formando sujeitos críticos, reflexivos e respeitosos.

Para Moyles (2006, p.28), o ensino-aprendizagem é enriquecedor quando se utiliza bons materiais e recursos que auxiliam o brincar. A

brincadeira pode ser livre ou sob a orientação do docente que pode participar e estabelecer regras.

Segundo Martins Filho (2007, p.30), o professor mediador e interativo dentro da sala de aula estabelece uma qualidade de educação necessária para que as crianças se desenvolvam de forma adequada.

Conforme Fortuna (2011, p.10), é por meio do ambiente “brincar” que nascem novidades. A partir de cada descoberta por meio da brincadeira, a criança se transforma, explorando todos os sentimentos. A brincadeira possibilita a oportunidade e a produção de conhecimento.

Considerando a Educação Infantil como a base para a construção de todos os aspectos do desenvolvimento da criança, pode-se dizer que o professor é responsável por mediar e incluir atividades lúdicas em seu planejamento pedagógico a fim de desenvolver práticas que possibilitem a interação entre os alunos e promovam uma aprendizagem significativa, divertida e prazerosa.

Desse modo, entende-se que na Educação Infantil, há a participação do lúdico como instrumento auxiliador para a aprendizagem e que a atuação do docente é fundamental para transformar essa experiência em um momento motivador para o aluno.

Silva (2019) aponta que o educador, ao se apropriar do brincar, abre um leque de infinitas oportunidades de intervenções para auxiliar na transformação de seus alunos. Para Rocha (2017), o professor é o mediador entre as crianças e os objetos de conhecimento, organizando e proporcionando espaços e situações de aprendizagens.

Quando um professor desenvolve, por exemplo, a brincadeira de “Quem é você?”, estimulando o uso de roupas, acessórios e fantasias para representar um personagem e/ou pessoa, as crianças são incentivadas a interagirem, trocarem experiências e usarem a criatividade para adivinhar quem está sendo representado. Dessa forma, essa atividade beneficia a socialização, a autoestima, a construção da identidade, as linguagens e a criatividade dos educandos.

Para realização de uma atividade como esta, são necessários materiais que chamem a atenção dos alunos, ou seja, materiais que ativem a curiosidade da criança e a incentive a desejar descobrir o personagem ou pessoa

representada. Além disso, o professor é responsável por mediar o momento da brincadeira para evitar comportamentos inapropriados. No planejamento, o professor deve estar atento para adequar as atividades de acordo com a fase e o desenvolvimento dos alunos, assim como, para orientar, controlar e conduzir as emoções e sentimentos durante a brincadeira, tais como: respeitar o turno de fala, administrar as emoções na hora de perder e de ganhar, entre outros.

Assim, a criança que desfruta da ludicidade consegue melhorar os relacionamentos e construir uma dinâmica social mais ampla, conquistando, por exemplo, respeito, liberdade, empatia, cooperação e autocuidado. Logo, pode-se dizer que a partir da ludicidade, a criança aprende a conviver em sociedade, a respeitar, colaborar e a agir com afetividade. Por meio dos valores, regras e das narrativas que envolvem as atividades lúdicas, o aluno é preparado para ter um comportamento social apropriado.

### **Estudo de caso: as contribuições das atividades lúdicas na Educação Infantil**

Este estudo de caso tem como objetivo analisar a importância do lúdico no processo de ensino-aprendizagem na Educação Infantil. Nesse sentido, foi realizada uma entrevista com três professoras que atuam em turmas da Educação Infantil em diferentes escolas privadas situadas no município Rio de Janeiro. Essas docentes foram referenciadas no presente estudo como Professora A, Professora B e Professora C.

A Professora A possui graduação em Pedagogia e atua na Educação Infantil desde 2015, com os alunos do Pré I e do Pré II em uma escola privada localizada na Zona Norte do município do Rio de Janeiro.

A Professora B possui graduação em Pedagogia e pós-graduação em Psicopedagogia, atua na Educação Infantil desde 2018 e, atualmente, leciona em duas turmas, sendo uma do berçário e outra do Pré I em uma escola privada, localizada na Zona Norte do município do Rio de Janeiro.

A Professora C fez o curso de formação de professores e se encontra no sexto período do curso de Pedagogia. Atua na Educação Infantil desde 2020,

sendo uma turma de maternal e outra de berçário em uma escola privada, localizada na Zona Norte do município do Rio de Janeiro.

Para a realização das entrevistas, foi elaborado um questionário com perguntas abertas, com finalidade de extrair uma quantidade de dados para completar o campo de saberes com informações pedagógicas relevantes para identificar a importância do papel da ludicidade no desenvolvimento das crianças na Educação Infantil. As entrevistas foram realizadas por meio da rede social WhatsApp, onde as professoras entrevistadas nesse estudo tiveram a oportunidade de encaminhar áudios, respondendo cada questão elaborada para a entrevista. Assim, os dados coletados nessa investigação foram transcritos e analisados de forma qualitativa.

### **Ludicidade e suas contribuições**

Analisando os dados coletados nas entrevistas, percebe-se que as docentes compreendem o papel da ludicidade para o desenvolvimento das crianças na Educação Infantil.

A Professora A afirma que “A ludicidade significa formas de desenvolver a criatividade, os conhecimentos, através de jogos, músicas e danças. O objetivo final da ludicidade na Educação Infantil é ensinar se divertindo e interagindo com os outros”.

A Professora B destaca que “ludicidade é trabalhar com o lúdico, ou seja, aquilo que faz sentido para o aluno, tudo aquilo que seja visível para o aluno, ao contrário de conceitos abstratos”.

Já a Professora C indica que a ludicidade “significa jogar, o brincar. Por meio das brincadeiras, a criança desenvolve melhor suas habilidades cognitivas, sociais e psicomotoras”.

Logo, verifica-se que as docentes concordam ao apontar o lúdico como ferramentas indispensáveis no planejamento pedagógico, pois demonstram que a ludicidade é responsável por conduzir o trabalho voltado para o brincar, apresentando o conteúdo de forma atraente e de fácil compreensão para a criança.

Em relação ao uso da ludicidade em suas práticas pedagógicas, as entrevistadas afirmaram utilizá-la com frequência.

A Professora A cita que a ludicidade “está presente através das brincadeiras, construções coletivas, atividades livres fora da sala de aula. Sem padrões pré-estabelecidos”.

Do mesmo modo, a Professora B mostra que a ludicidade “é uma das características da instituição em que trabalho. Através de jogos, brincadeiras e músicas, nós conseguimos cumprir o plano de curso, ou seja, os objetivos que precisam ser alcançados no decorrer do ano nas turmas”.

A Professora C diz que “a ludicidade está, de preferência, em todas as aulas. Sempre que posso incluir o lúdico, eu incluo, principalmente as brincadeiras”.

Esses dados revelam que a ludicidade tem uma grande relevância na prática pedagógica dessas docentes, auxiliando no processo de aprendizagem e, conseqüentemente, no desenvolvimento integral dos alunos.

Quanto às contribuições da ludicidade para a formação da criança, percebe-se que todas as docentes possuem perspectivas similares.

A Professora A fala que por meio da ludicidade “consigo acompanhar melhor o processo de aprendizagem de cada aluno, identificando as dificuldades e as evoluções apresentadas de acordo com as atividades sugeridas”.

A Professora B esclarece que a ludicidade “contribui na forma como a criança interpreta, conhece e opera sobre o mundo. O uso do lúdico na Educação Infantil ajuda a criança a desenvolver melhor suas habilidades cognitivas, sociais e psicomotoras”.

A Professora C informa que “A ludicidade é essencial para facilitar a aprendizagem do aluno, pois através dela, o aluno consegue compreender de forma mais simples e clara os conceitos estudados e não irá somente memorizá-los, irá de fato aprendê-los”.

A partir desses dados, observa-se que a ludicidade colabora com o processo de aprendizagem, pois possibilita o desenvolvimento da capacidade de criar e de interagir socialmente, possibilitando um crescimento proveitoso através do relacionamento entre os grupos. Além disso, as práticas lúdicas incentivam o desenvolvimento do potencial cognitivo, motor e social da criança, assim como, da identidade, autonomia, linguagem e aspectos cognitivos.

Dessa forma, os alunos têm a oportunidade de desenvolver habilidades indispensáveis para sua atuação tanto no âmbito educacional quanto social.

### **Práticas Lúdicas na Educação Infantil**

Além desses dados, o presente estudo também solicitou que as docentes ilustrassem as práticas lúdicas desenvolvidas em suas salas de aula com as crianças da Educação Infantil.

- **Atividade de Rimas**

A Professora A relatou que costuma desenvolver a ‘Atividade de Rimas’ com sua turma de Educação Infantil. Nessa atividade, as crianças precisam reconhecer as imagens e identificar a rima entre as palavras. Por exemplo, a Figura 1 mostra uma criança brincando de identificar a rima entre as palavras ‘janela’ e ‘panela’.

**Figura 1: Atividades de Rimas**



**Fonte:** As autoras, 2021.

Em relação a essa prática lúdica, a docente explica que

A atividade colabora com o aumento da aquisição de linguagem e desenvolvimento da habilidade da escrita. As rimas são excelentes para ajudar as crianças a desenvolverem as habilidades linguísticas iniciais, aumentando a consciência de ortografia e de fonemas – que são essencialmente os sons que compõem as palavras.

Compreende-se que essa atividade lúdica permite uma compreensão mais ampla da linguagem. Nessa atividade, a criança ‘brinca’ de identificar os sons das palavras, ou seja, reconhecer as similaridades entre palavras que



começam ou terminam com os mesmos sons. Dessa forma, ao comparar as palavras quanto às semelhanças sonoras, a criança consegue perceber que palavras diferentes podem possuir partes sonoras iguais. É uma atividade lúdica importante para trabalhar com a consciência fonológica.

- **Caixa de Areia**

A Professora A também relatou sobre sua experiência pedagógica lúdica com a turma da Educação Infantil nomeada 'Caixa de Areia', ilustrada na Figura 2. A Professora A explica que esta é

uma atividade para iniciar o treino da escrita com caixa de areia. A criança observa a letra no cartão, passando o dedo em cima do contorno da letra, e depois faz a letra na areia com o pincel. Essa é uma maneira tátil e visual, pois mostra o ponto e a direção inicial do movimento e ajudam no desenho das crianças ao aprender o alfabeto.

**Figura 2: Caixa de Areia**



**Fonte:** As autoras, 2021.

Esses dados indicam que a ludicidade pode contribuir para preparar as crianças para escrever bem e de forma correta. A atividade sensorial aplicada à leitura e escrita tem como objetivo desenvolver a grafomotricidade, introduzindo a criança na pré-escrita de uma forma sensorial, através da coordenação motora.

- **Brincando de Mercadinho**

Segundo a Professora B, 'Brincando de Mercadinho', como ilustrado na Figura 3, é uma de suas atividades lúdicas preferidas e explica que

Nessa atividade, trabalhamos os números e as noções matemáticas, utilizamos a música "Fui ao mercado" e depois, brincamos de "mercadinho". Foi uma semana incrível! Além de aprofundarmos nos números, as crianças têm contato com a calculadora, com dinheiro e com encartes (papel e virtual). Através das atividades lúdicas, as crianças nem perceberam que estavam aprendendo. Para elas, estavam apenas brincando.

**Figura 3: Brincando de Mercadinho**



Fonte: As autoras, 2021.

A atividade se inicia com a coleta de embalagens durante o lanche dos alunos para a construção do mercadinho. Em seguida, essas embalagens são transformadas em ferramentas pedagógicas para os alunos vivenciarem uma experiência lúdica que envolve a compra de produtos no mercadinho com cédulas de brincadeira.

Nessa atividade, a professora trabalha a origem do dinheiro, o valor dos produtos e, principalmente, as diferenças entre 'querer' e 'precisar', que necessitam ser avaliadas antes do consumo. Assim, essa proposta lúdica tem como objetivo aproximar as crianças de diversas situações cotidianas que envolvem o uso de dinheiro e o consumo consciente.

Entende-se que essa prática contribui para o desenvolvimento do raciocínio lógico na resolução de situações-problema, a construção de conceitos de adição, subtração e multiplicação, assim como, a identificação das cédulas e moedas.

- **Trabalhando pareamento das cores e coordenação motora**

A Professora C diz que desenvolve uma atividade lúdica que ela nomeia

como 'Trabalhando pareamento das cores e coordenação motora', ilustrada na Figura 4.

**Figura 4: Trabalhando pareamento das cores e coordenação motora**



**Fonte:** As autoras, 2021.

Nessa atividade, é trabalhada a psicomotricidade com o objetivo de contribuir e desenvolver a coordenação motora fina e grossa, o esquema corporal, noções, ideias, conceitos e espaços. Essa proposta lúdica favorece o desempenho psicomotor e intelectual do aluno.

A professora destaca a relevância dessa proposta para o desenvolvimento da criança: “atividade é importante para trabalhar o movimento de pinça, muito importante para a coordenação motora fina. Indiretamente, essa atividade favorece a concentração, a organização e o reconhecimento visual”.

### **Resultado da Análise**

A partir da análise dos dados coletados nessa investigação, foi possível observar a importância da ludicidade para o desenvolvimento das crianças na Educação Infantil. Percebe-se também que os educadores investigados no presente estudo reconhecem a importância do conteúdo lúdico para todo o processo de aprendizado da criança.

O lúdico utilizado por essas docentes nas aulas da Educação Infantil promove diversão e colabora com a formação da criança, incentivando o

desenvolvimento de diferentes habilidades, tais como: a criatividade, a fantasia e imaginação. Além disso, as práticas lúdicas estimulam o prazer em aprender, produzem a excitação intelectual e aumentam a percepção, a atenção e a memória da criança, tornando-se propostas essenciais nos planos de aula dos docentes da Educação Infantil.

## Considerações Finais

O estudo mostrou que o lúdico contribui de maneira significativa para o desenvolvimento da criança, exercitando de forma prática e dinâmica os objetivos de uma aprendizagem significativa, realizado com as crianças para colaborar na formação de seu caráter e princípios.

Nesse sentido, o estudo também revelou que, nas salas de aulas da Educação Infantil, as atividades lúdicas são fundamentais, incentivando o interesse e a atenção das crianças, que sentem prazer em participar. Este estímulo pode ser a diferença, transformando o ambiente em um espaço mais agradável, onde a convivência se torna sadia e mais produtiva.

Portanto, o lúdico aplicado na prática pedagógica não contribui só para aprendizagem da criança, possibilita também que o educador transforme suas aulas em experiências mais dinâmicas, tornando a sala de aula um ambiente acolhedor, abrindo um leque de possibilidades e estimulando a criança a desejar estar na escola com os professores e colegas de turma. Dessa forma, o educador precisa ser capaz de respeitar e nutrir o interesse da criança, dando-lhe alternativas para que envolva/desenvolva em seu processo.

Logo, esse trabalho destaca que o lúdico enquanto recurso pedagógico que deve ser encarado de forma séria. Em outras palavras, as práticas lúdicas devem ser usadas de acordo com os objetivos educacionais e não aleatoriamente para ocupar o tempo. Entende-se a ludicidade como uma ferramenta necessária para tornar a aprendizagem mais prazerosa, desenvolver o imaginário infantil, oportunizar à criança a descoberta e o conhecimento do novo e possibilitar a observação do mundo, estimulando seu envolvimento.

## Referências

ANGOTTI, M. (Org.). **Educação infantil: Para quê, Para quem e Por quê?** Campinas: editora Alínea, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC de 23 de março de 2017.** Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf) Acesso em: 10 de nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 5/2009. **Art. 4º da Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil.** Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica, 2009. Disponível em: [http://www.seduc.ro.gov.br/porta/legislacao/RESCNE005\\_2009.pdf](http://www.seduc.ro.gov.br/porta/legislacao/RESCNE005_2009.pdf) Acesso em: 29 de jun. 2021.

BRASIL. Planalto. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) Acesso em: 25 de jun. 2021.

BROUGÈRE, G. **O jogo e a educação infantil.** São Paulo: Pioneira. In: Brinquedo e cultura. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CUNHA, Nylse Helena da Silva. **Brinquedoteca: um mergulho no brincar.** São Paulo: Maltese, 1994.

FORTUNA, Tânia Ramos. **O lugar do brincar na Educação Infantil.** Pátio. Porto Alegre. v.27 p.8-10, 2011.

KISHIMOTO. Tizuco Morchida. **Jogos tradicionais infantis: O jogo e a educação infantil.** São Paulo: Pioneira, 2003.

\_\_\_\_\_. **Brinquedo e Brincadeira – usos e significações dentro de contextos culturais.** Jogos Infantis – O jogo, a criança e a educação. 12ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação.** 14º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KRAMER, S. A infância e sua singularidade. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão de crianças de seis anos de idade.** Brasília, DF: MEC, 2007.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Ludicidade e Atividades Lúdicas**: uma abordagem a partir de experiências internas, 2005.

ROCHA, P. S. V. S. **A importância do lúdico na educação infantil**: uma análise a partir da concepção de professores. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia). Universidade Federal da Paraíba Centro de Educação, Alagoa Grande, 2017.

MARTINS FILHO, Altino José. **A creche como espaço de mediação e interação**. Pátio. Porto Alegre, v.13, p. 29-32, 2007.

MOYLES, Janet R. **A excelência do brincar**. Trad. Ma. Adriana V. Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

\_\_\_\_\_. **A formação do símbolo na criança**: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1978.

\_\_\_\_\_. **Sobre a Pedagogia**: textos inéditos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

SANTOS, Marli Pires dos (org.). **O Lúdico na Formação do Educador**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SILVA, C. M. P. **O lúdico na educação infantil**: aspectos presentes na prática docente. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia). Universidade Federal Rural de Pernambuco, Garanhuns, 2019. Disponível em: [https://repository.ufrpe.br/bitstream/123456789/1037/1/tcc\\_art\\_carlenemichelye\\_reirasilva.pdf](https://repository.ufrpe.br/bitstream/123456789/1037/1/tcc_art_carlenemichelye_reirasilva.pdf) Acesso em: 29 de nov. 2021.

TREVISAN, Rita. Com a BNCC, as crianças passam a ter 6 direitos de aprendizagem. In: **BNCC na prática**: tudo que você precisa saber sobre Educação Infantil. Capítulo 1. Nova Escola e Fundação Lemann, 2018. Disponível em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/JdyDVYh3RNcpRqKe2UDdaH5hPjDUZbFbqfWu6gkg9jPzZ8wKaCgXwN8MpmGa/bncc-educacao-infantil--ebook-nova-escola.pdf> Acesso em: 29 de nov. 2021.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**: O desenvolvimento de processos psicológicos superiores. 6ª ed. São Paulo, 1988.

\_\_\_\_\_. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998a.

\_\_\_\_\_. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone, 1998b.

## **2. A ALFABETIZAÇÃO MATEMÁTICA: a abordagem lúdica transformando o olhar e contribuindo para a compreensão do aluno nos anos iniciais do Ensino Fundamental**

*Patrícia Braga Guimarães<sup>4</sup>*

*Teresa Vitória Fernandes Alves<sup>5</sup>*

### **Introdução**

Ao longo do processo de ensino-aprendizagem, muitos (as) estudantes enfrentam dificuldades para quebrar bloqueios em relação a uma disciplina ou a um conteúdo específico. A relação do (a) aluno (a) com a Matemática, em geral, não é a das melhores. É muito comum ouvir reclamações e lamentações ao abordar assuntos ligados a conceitos matemáticos em salas de aula nos diferentes anos de escolaridade. Esse cenário não é uma particularidade dos tempos atuais. Percebe-se que existe um pré-julgamento em relação à aprendizagem dessa disciplina, que tem sido passada de geração para geração.

Verifica-se que esse olhar em relação a essa disciplina é fruto de uma abordagem complexa e desinteressante dos principais conceitos matemáticos nos anos iniciais do Ensino Fundamental. As práticas pedagógicas desenvolvidas nos primeiros anos de escolaridade têm sido responsáveis por gerar o temor e o repúdio de muitos estudantes em relação ao ensino da matemática durante toda a vida escolar.

Ao observar os conteúdos abordados nessa fase do processo de escolarização, nota-se que o foco é dado ao processo de alfabetização e letramento. Sendo assim, as práticas dedicadas à alfabetização matemática não têm sido priorizadas.

---

<sup>4</sup> Graduando em Pedagogia pela Faculdade São Judas Tadeu – Rio de Janeiro – RJ. Atua como Auxiliar de Ensino em uma turma de 6º ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede privada do município do Rio de Janeiro. E-mail: [patriciabraga97@gmail.com](mailto:patriciabraga97@gmail.com)

<sup>5</sup> Mestra em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Possui Graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua como orientadora e professora do curso de Graduação e Pós-graduação da Faculdade São Judas Tadeu – Rio de Janeiro – RJ. E-mail: [teresavalves@gmail.com](mailto:teresavalves@gmail.com)



Essas situações combinadas aos métodos arcaicos adotados para iniciar a abordagem dos primeiros conceitos matemáticos nos anos iniciais do Ensino Fundamental transformam-se em dificuldades e incertezas, formando, então, alunos (as) amedrontados e inseguros em relação ao processo de aprendizagem do conteúdo matemático.

Dessa forma, a aversão em relação à Matemática persiste ao longo de toda a vida acadêmica e profissional de muitos indivíduos. O portal de notícias Agência Brasil apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida pelo governo federal no ano de 2017, que indica que apenas 7,3% dos (as) estudantes brasileiros atingem níveis satisfatórios de aprendizagem da disciplina ao deixar a escola no terceiro ano do ensino médio. São números que impressionam, mas esses índices são ainda menores quando o olhar é voltado para as escolas públicas, passando a ser 3,6% dos discentes (TOKARNIZ, 2017).

Diante desse cenário, cabe o seguinte questionamento: De que forma a alfabetização matemática com uma abordagem lúdica nos anos iniciais do Ensino Fundamental pode contribuir para transformar o olhar do discente em relação a essa disciplina e facilitar a compreensão dos conceitos matemáticos?

Nesse sentido, o ponto central desse artigo gira na relação de como a abordagem lúdica no ensino dos conceitos matemáticos nos primeiros anos do Ensino Fundamental pode viabilizar uma aprendizagem significativa, que irá acompanhar o (a) aluno (a) por toda sua vida acadêmica. Dessa forma, é primordial entender se a utilização de jogos no processo de ensino aprendizagem da matemática pode motivar os alunos e contribuir para a compreensão dos (as) discentes em relação aos conceitos apresentados nessa disciplina.

O seguinte trabalho fora motivado pela necessidade de compreender a razão pela qual os (as) estudantes se comportam de maneira reticente mediante a problemas matemáticos. Por isso, essa pesquisa busca investigar a importância do uso da ludicidade na introdução da alfabetização matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental como uma ferramenta capaz de desenvolver um novo olhar do(a) discente em relação à disciplina e, conseqüentemente, melhores desempenhos ao longo de sua formação acadêmica.

As questões envolvendo matemática assombram os (as) discentes há anos e, por isso, é interessante investigar a história da Matemática e a importância da aprendizagem dessa disciplina nos anos iniciais do Ensino Fundamental. E a partir desse conhecimento, analisar a relação entre a abordagem do ensino da Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental e a resistência, as dificuldades de aprendizagem e o baixo desempenho dos alunos na disciplina, buscando compreender a origem dessa questão. Por isso, torna-se importante revisar o conceito de ludicidade e sua importância na alfabetização matemática para a aprendizagem cognitiva da criança. Além disso, também é relevante identificar a relação entre a ludicidade na alfabetização matemática como ferramenta para melhores desempenhos dos alunos na disciplina, assim como, o papel do docente no processo de alfabetização matemática por meio da ludicidade para transformar o olhar do discente em relação à disciplina.

O tema tratado nesse trabalho justifica-se pela observação do comportamento de desinteresse de muitos discentes quando apresentados a assuntos que envolvem conceitos matemáticos. Verifica-se que esse sentimento gera um baixo desempenho na disciplina. Dessa forma, o presente estudo é uma contribuição para atuais e futuros (as) docentes de Matemática, pois possibilita uma nova perspectiva em relação ao processo de ensino e aprendizagem da disciplina, reavaliando os métodos usados em salas de aula nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Esse artigo propõe um novo olhar para os métodos utilizados pelos (as) professores (as) ao iniciarem a apresentação dos principais conceitos matemáticos, propondo a aplicação de uma abordagem mais lúdica. É fundamental que o (a) docente reflita sobre a aliança entre ludicidade e o processo de Alfabetização Matemática como uma parceria que possibilita uma melhor compreensão do conhecimento pelo (a) aluno (a), garantindo o entendimento da real serventia e significado do conteúdo.

Além de trazer uma abordagem descritiva e buscar desenvolver uma pesquisa bibliográfica e um estudo de caso, o presente artigo foi desenvolvido sobre a história do ensino da Matemática, as dificuldades e o baixo desempenho dos (as) alunos (as) nessa disciplina, a importância da abordagem lúdica para a alfabetização matemática e a análise do papel do (a)

docente nesse processo por meio de abordagens lúdicas. Esse processo de coleta de dados foi realizado por meio da revisão de livros e artigos acadêmicos disponíveis na *web*. Além disso, foi desenvolvido um estudo de caso acerca da importância da ludicidade no processo de alfabetização matemática a fim de identificar como essa parceria é capaz de contribuir para a compreensão dos alunos sobre os principais conceitos matemáticos abordados nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

## **A abordagem do ensino da matemática e as dificuldades de aprendizagem**

As dificuldades que os (as) estudantes enfrentam com a aprendizagem da Matemática iniciam nos primeiros anos de vida escolar. Masola, Vieira e Allevalo (2016) apontam que os desafios referentes às habilidades e competências relacionadas à Matemática são originados nos primeiros contatos do (a) aluno (a) com os assuntos iniciais da disciplina. Essa observação foi possível por conta de evidências destacadas nos trabalhos publicados nos X e XI Encontro Nacional de Educação Matemática, realizado em 2010 e em 2013, respectivamente. Nesses exames, os (as) jovens apresentaram deficiências ligadas à resolução de problemas; dificuldade de generalizar e tratar com abstração; falta de autonomia com o trato na disciplina; realização de tarefas de forma robotizada; extremamente dependente do instrutor.

Essa é uma questão antiga. Há anos a matemática é ensinada da mesma forma, ou seja, o (a) professor (a) ensina do mesmo modo que ele recebeu a instrução. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, o problema relacionado ao ensino da matemática diz respeito à adoção de práticas ultrapassadas, baseando o ensino da disciplina em livros didáticos de baixa qualidade. Dessa forma, a implantação de métodos inovadores tem um grande desafio a vencer: a falta de formação específica de qualidade desses profissionais, invalidando qualquer proposta didática (BRASIL, 1997).

Com isso, é possível comparar esse cenário com a afirmação de Libâneo (2002), que aponta a necessidade da formação continuada por parte

dos (as) discentes, comprovando sua eficácia no desenvolvimento de suas práticas pedagógicas e completa seu pensamento, corroborando que os resultados alcançados serão positivos.

A visão do posicionamento do (a) aluno (a) diante da disciplina é de vítima. A ideia do (a) discente como leme de sua aprendizagem é arruinada ao observar-se a didática utilizada nas salas de aula de todo país na atualidade. Concordando com isso, Carvalho (1994) afirma que o (a) aluno (a) não tem o papel principal em sua aprendizagem, esse tem sido transferido ao (a) professor (a) e/ou ao livro didático, onde um deles ditará como deverá ser o caminho seguido. E como aprender matemática tornou-se inviável no entendimento de muitos, a saída é escolher uma carreira que passe longe dos números.

Como tudo na história, a forma de viver foi se adaptando conforme as necessidades da vida em sociedade. Com a Matemática, não poderia ser diferente. Giardinetto (2000) afirma que as atividades desenvolvidas pelos (as) homens/ mulheres caminham lado a lado com as dificuldades que a vida apresenta. Essas evoluções geram novos conhecimentos que servirão para momentos de dificuldade e, posteriormente, modificado por novos desafios. Com isso, para solucionar problemas cotidianos o ser humano procura a lógica.

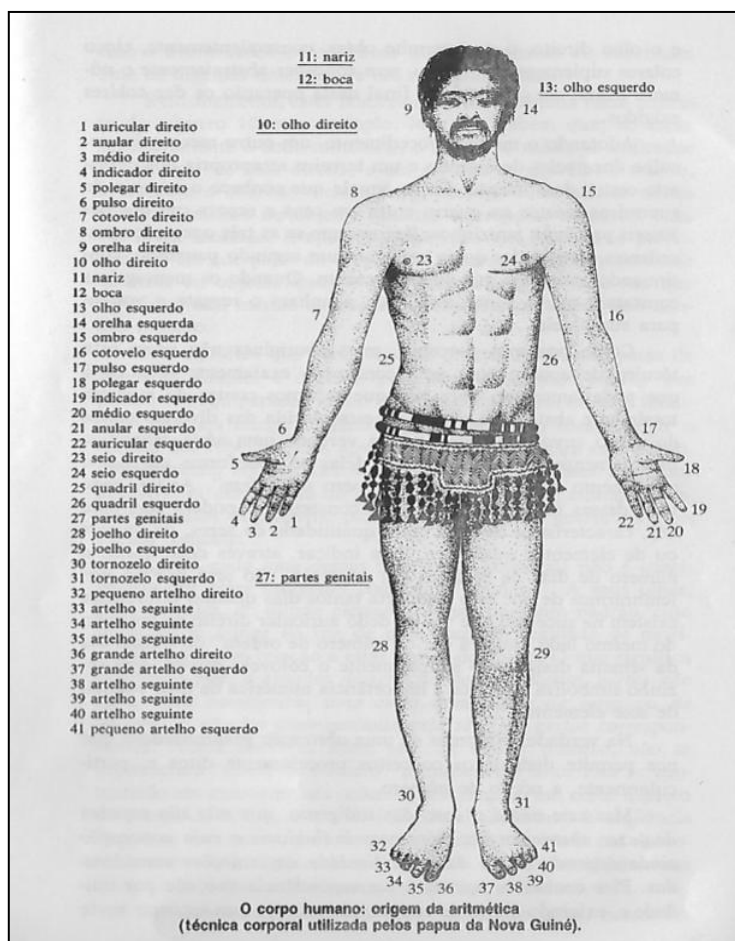
O mesmo autor (2000) ressalta ainda que durante o processo evolutivo dos conhecimentos matemáticos no cotidiano do (a) homem/ mulher e o meio em que vivem, se encontrou recurso na utilização de partes do corpo humano para referência de solucionar problemas de contagem e medições.

Ifrah (1989, p. 31-32) afirma que:

Toca-se sucessivamente um por um os dedos da mão direita a partir do menor, em seguida o pulso, o cotovelo, o ombro, a orelha e o olho do lado direito. Depois se toca o nariz, a boca, o olho, a orelha, o ombro, o cotovelo e o pulso do lado esquerdo, acabando no dedo mindinho da mão esquerda. Chega-se assim ao número 22. Se isto não basta, acrescenta-se primeiramente os seios, os quadris e o sexo, depois os joelhos, os tornozelos e os dedos dos pés direito e esquerdo. O que permite atingir dezenove unidades suplementares, ou seja, 41 no total.

Em seu livro, Ifrah (1989, p. 33) traz a seguinte imagem (Figura 1) para exemplificar o método de contagem descrito na citação acima. Esse é um dos métodos desenvolvidos por um grupo indígena para contabilizar quantidades. É um exemplo de como o ser humano se adapta às necessidades do cotidiano.

**Figura 1 – O copo humano: a origem da aritmética**



**Fonte:** Ifrah,1989.

Nos dias atuais, o conceito de ensinar matemática foi modificado, uma vez que apresentar os principais conceitos da disciplina de forma singular e descontextualizada passou a ser considerado um modo de desvalidar o real sentido da aprendizagem significativa.

Miguel e Miorim (2004) afirmam que a partir da apresentação da história por trás das explicações e descobertas a respeito de conteúdos matemáticos, é possível viabilizar uma aprendizagem repleta de significados e contribuir para o fim de diversos questionamentos dos estudantes.

As Diretrizes Curriculares para a Educação Básica - DCE indicam que o (a) discente precisa acessar a história da Matemática durante a construção de seu aprendizado para, só assim, compreender o verdadeiro papel dessa disciplina no convívio social em que está inserido (BRASIL, 2008).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacional (PCNs),

A História da Matemática pode oferecer uma importante contribuição ao processo de ensino e aprendizagem dessa área do conhecimento.

Ao revelar a Matemática como uma criação humana, ao mostrar necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, ao estabelecer comparações entre os conceitos e processos matemáticos do passado e do presente, o professor cria condições para que o aluno desenvolva atitudes e valores mais favoráveis diante desse conhecimento. Além disso, conceitos abordados em conexão com sua história constituem veículos de informação cultural, sociológica e antropológica de grande valor formativo. A História da Matemática é, nesse sentido, um instrumento de resgate da própria identidade cultural. (BRASIL, 1998a, p.42).

A apresentação da aplicação da Matemática com seu contexto histórico como ferramenta para solucionar problemas que envolvam o cotidiano dos (as) discentes contribui para que o processo de aprendizagem ganhe mais significado. Somando também com a interdisciplinaridade, que a vivência é capaz de proporcionar.

Por outro lado, alguns autores levantam uma série de questionamentos a respeito da história da Matemática como recurso didático. Podendo verificar alguns destes em Vianna (1998, p.3):

- I. O passado da matemática não é significativo para a compreensão da matemática atual;
- II. Não há literatura disponível para uso dos professores de Primeiro e Segundo Graus;
- III. Os poucos textos existentes destacam os resultados, mas nada revelam sobre a forma como se chegou a esses resultados;
- IV. O caminho histórico é mais árduo para os estudantes que o caminho lógico e
- V. O tempo dispendido no estudo da História da Matemática deveria ser utilizado para aprender mais matemática.

Verifica-se que as afirmações datam pouco mais que duas décadas e diversos avanços já foram alcançados no campo das pesquisas, assim como, novos materiais já foram produzidos. Porém, alguns fatores ainda são pertinentes aos dias atuais e muitos (as) docentes ainda se encontram estáticos (as) didaticamente.

Em discordância aos argumentos citados acima e favorecendo o uso da história matemática como forma de contribuição para o processo de ensino e aprendizagem, Vianna (1998, p.8) aponta os seguintes itens:

- I. Satisfazer nosso desejo de saber como os conceitos da matemática se originaram e desenvolveram;
- II. O ensino e a pesquisa mediante o estudo dos autores clássicos, o que vem a ser uma satisfação em si mesmo;
- III. Entendermos nossa herança cultural através das relações da matemática com as outras ciências, em particular a física e a astronomia; e, também, com as artes, a religião, a filosofia e as técnicas artesanais;

- IV. O encontro entre o especialista em Matemática e profissionais de outras áreas científicas;
- V. Oferecer um pano de fundo para a compreensão das tendências da educação matemática no passado e no presente e
- VI. Ilustrar e tornar mais interessantes o ensino da matemática.

Concordando com as ideias apresentadas por esse autor, D'Ambrósio (1999) conecta a história da matemática com a história da humanidade, pois independentemente de qual momento do percurso evolutivo o ser humano esteja, ele sempre busca estratégias nos recursos matemáticos para lidar com os desafios que são apresentados.

Refletindo sobre isso, Roque (2014) afirma que a introdução da história da Matemática possibilita uma pluralidade sobre o olhar do (a) estudante, que identifica determinado aprendizado em diversos locais de seu cotidiano, contribuindo para a formação integral do indivíduo.

Sobre os (as) futuros (as) docentes, Miguel e Brito (1996) reconhecem que a história da Matemática acessa outros discursos a parte da disciplina, corroborando que ela se modifica através do tempo e dos conhecimentos adquiridos pela sociedade.

Diante desse contexto, é possível afirmar que a história da Matemática é de grande valia para a didática e métodos selecionados pelos (as) docentes. Sendo a partir de sua incorporação ao cotidiano do processo de ensino-aprendizagem que o conhecimento recebe mais significado. Proporcionando ao (a) estudante a possibilidade de reconhecer o porquê dos conceitos apresentados na prática da disciplina. Dessa forma, o (a) discente atinge a oportunidade de enxergar a Matemática em sua vida de forma genuína.

Complementando essa sondagem, Selbach (2010, p. 40) afirma que,

[...] o ensino da Matemática, das séries iniciais aos cursos mais avançados de pós-graduação, se liga à vida e às relações humanas e, por esse motivo, ensinar Matemática é fazer do aluno um ser plenamente envolvido em seu tempo e com uma capacidade de leitura coerente com o seu mundo. [...] mas nem por isso justifica atacar com naturalidade o baixo desempenho dos alunos ou a tolice da crença de que Matemática não é para todos. Essa aparente e mal analisada dificuldade dos alunos confunde os nobres objetivos do ensino e gera uma má fama para a Matemática, levando alguns professores a assumirem uma abordagem superficial e mecânica, cheia de regras e sem sentido prático. Ensinar Matemática, em um conceito moderno, é saber substituir a avalanche de regras e técnicas sem lógica e relações e aumentar a participação do aluno na produção do conhecimento matemático, ajudando-o a aprender a resolver problemas, discutir ideias, checar informações e ser desafiado de maneira intrigante e criativa.

O processo de ensino e aprendizagem da matemática deve ser conectado à ideia de tornar o (a) aluno (a) o sujeito de sua própria aprendizagem. Porém, a realidade é diferente e, muitas vezes, os (as) discentes são tratados como seres inferiores por não alcançarem o que foi imposto pelo currículo e os (as) docentes abordam esses conteúdos de forma rasa e mecanizada.

Seguindo essa linha de pensamento, Espírito Santo (2009) traz o conceito de apresentação da resolução de problemas como solução para que os (as) alunos (as) identifiquem a presença do conteúdo em situações que já fazem parte de seu conhecimento, ou seja, utilizar a realidade do (a) discente para trabalhar tópicos matemáticos. Entende-se que essa estratégia favorece a proximidade com a disciplina, tornando o estudante um ser pensante matematicamente.

Sendo assim, a necessidade de oferecimento de uma formação específica e de qualidade nos cursos de graduação é fundamental. Pois, esse é o único caminho para que os métodos utilizados em sala de aula coloquem os (as) alunos (as) como protagonistas de sua aprendizagem.

## **A ludicidade na alfabetização matemática**

A ludicidade atua como ferramenta principal para evitar as dificuldades frequentes em relação ao processo de aprendizagem da Matemática. Oliveira (2002) afirma que a utilização de recursos lúdicos dinamiza as aulas, sendo uma importante ferramenta para aproximar mais o aluno do conteúdo que será abordado.

Almeida (1998) complementa que combinando o conteúdo a ser abordado às atividades lúdicas, a aprendizagem torna-se agradável e o discente se envolve nas atividades sem perceber que está aprendendo, uma vez que o processo se torna divertido e o aprendizado facilitado.

Segundo Luckesi (2003, p.6),

Quando estamos definindo ludicidade como um estado de consciência, onde se dá uma experiência em estado de plenitude, não estamos falando, em si, das atividades objetivas que podem ser descritas sociológica e culturalmente como atividade lúdica, como



jogos ou coisa semelhante. Estamos, sim, falando do estado interno do sujeito que vivencia a experiência lúdica. Mesmo quando o sujeito está vivenciando essa experiência com outros, a ludicidade é interna.

A partir dessa perspectiva, é possível compreender que a ludicidade é uma experiência individual e interna de cada indivíduo. Isto é, independente da atividade que o indivíduo esteja participando, o lúdico estará dentro do seu ser, sendo algo subjetivo de cada um. Caracteriza-se como um sentimento, que vai além de um acontecimento externo, pois é particular a cada ser.

Luckesi (2014) aponta que a ludicidade é um estado individual, ou seja, o que é lúdico para um, não necessariamente será para o outro, é uma questão subjetiva. O autor acrescenta que ser lúdico não é adjetivo para uma atividade. Ser lúdico é a experiência e as sensações que determinada atividade desperta no indivíduo, não sendo necessário que haja uma atividade ensaiada, pois a ludicidade ocorre segundo a circunstância que esteja acontecendo.

Lopes (2004) concorda com Luckesi, quando dispensa as interferências de recursos externos e reafirma que a atividade lúdica não é dependente da existência física de algum jogo ou brinquedo concreto para ocorrer. Por outro lado, o autor atrela a ludicidade com a existência obrigatória de relações interpessoais. Portanto, no ponto de vista desse autor, a comunicação entre os indivíduos é a peça fundamental para que se efetive o lúdico.

O mesmo autor (2004) complementa que a ludicidade é uma importante ferramenta para a educação, sendo capaz de proporcionar autonomia para os (as) alunos (as) e contribuir para sua segurança sobre a aprendizagem. Ela auxilia na formação da personalidade de cada discente, tornando-o (a) independente para organizar suas próprias demandas e apropriar-se de conhecimentos fundamentais para sua vida em sociedade.

Da mesma forma, Massa (2015) diz que as experiências com a ludicidade permitem que o indivíduo desenvolva suas características e constitua sua personalidade, transformando-se em um ser pensante e ativo na camada social e cultural que participa.

Fortuna (2000) completa dizendo que a ludicidade é uma aliada da educação, pois funciona como um facilitador no processo de aprendizagem, propondo mais significado aos conteúdos abordados e despertando um maior entusiasmo dos (as) alunos (as) para adquirir novos conhecimentos.

A partir dessas definições, compreende-se que a atividade lúdica desperta no indivíduo o interesse, a concentração e estimulam a curiosidade, pois, em geral, trata-se de atividades desafiadoras e convidativas para os participantes.

Portanto, pode-se afirmar que as práticas lúdicas são valiosas para a comunicação, socialização, desenvolvimento de sua identidade e diversas áreas de conhecimento, absorção de valores, aprimoramento de habilidades, promoção da autonomia e maior domínio quando se trata de solucionar problemas cotidianos.

## **A importância da ludicidade na alfabetização matemática**

Logo, nos primeiros contatos com a matemática, a criança inicia a construção de seus conhecimentos. Segundo Piaget (1976, p.73),

Os fundamentos para o desenvolvimento matemático das crianças estabelecem-se nos primeiros anos. A aprendizagem matemática constrói-se através da curiosidade e do entusiasmo das crianças e cresce naturalmente a partir das suas experiências (...) A vivência de experiências matemáticas adequadas desafia as crianças a explorarem ideias relacionadas com padrões, formas, número e espaço numa forma cada vez mais sofisticada.

Dessa forma, é possível comparar uma criança em seus anos iniciais a um intelectual que procura compreender alguma situação. Os dois são movidos por sua curiosidade, que a cada conhecimento adquirido aguça sua sede de explorar e conhecer. A partir desse entendimento, visualiza-se a criança como um ser ativo.

Segundo Sommerhalder e Alves (2011, p.15), a criança busca em caminhos alternativos a solução de suas questões. Sendo assim, é a partir dos jogos e brincadeiras, que ela busca sentido para se desenvolver e estabelecer um bom relacionamento social.

Nesse sentido, Ranieri (2012, p.77) afirma que a partir dos jogos e suas regras, a criança aprende a trabalhar em grupo, desenvolvendo seus conceitos éticos e mediando o aprendizado em equipe.

Pensando assim, Lara (2011, p.17) evidencia o espaço que os jogos vêm dominando dentro das salas de aula, os descrevendo como um recurso importante que possibilita aulas com experiências convidativas que contribuem

para o desenvolvimento da capacidade da solução de problemas dos educandos.

Seguindo esse pensamento, Arce e Martins (2013, p. 188) dizem que é a partir da utilização dos jogos e brincadeiras que as crianças têm a possibilidade de estabelecer conexões com suas experiências anteriores, consolidando o aprendizado. Dessa forma, é possível verificar a importância desse recurso para facilitar a aprendizagem da Matemática.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação compreende que são diversos os pontos que contribuem para a construção dos conhecimentos Matemáticos, mas é a partir das vivências sociais e contato com outros meios como, jogos e brincadeiras que a construção do saber acontece (BRASIL, 1998b, p.200).

O documento norteador da Educação Básica, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca a importância do ensino da matemática para a formação do de seres autônomos e pensantes, capazes de participar e causar transformações em seu meio. Segundo a BNCC, o ensino do componente curricular da matemática deve procurar despertar nos alunos a vontade de pesquisar, ou seja, estimulá-los a serem protagonistas de sua própria aprendizagem. Dessa forma, a aprendizagem se torna mais prazerosa e significativa (BRASIL, 2019, p. 304).

Contribuindo para a confirmação das ideias expostas anteriormente, os Parâmetros Nacionais Curriculares (PCNs) afirmam que é necessário que o (a) docente utilize meios que favoreçam a aprendizagem por meio da curiosidade, contribuindo para o desenvolvimento da criatividade e autonomia de seu (sua) aluno (a) (BRASIL, 1998a, p.31). Dessa forma, a educação matemática tem a função de introduzir o (a) discente na sociedade, promovendo o aprimoramento da segurança para solucionar problemas. Esse documento aponta a importância da relação entre os jogos e o ensino da Matemática.

Por meio dos jogos as crianças não apenas vivenciam situações que se repetem, mas aprendem a lidar com símbolos e a pensar por analogia (jogos simbólicos): os significados das coisas passam a ser imaginados por elas. Ao criarem essas analogias, tornam-se produtoras de linguagens, criadoras de convenções, capacitando-se para se submeterem a regras e dar explicações (BRASIL, 1998a).

O emprego de ferramentas lúdicas no cotidiano da sala de aula oferece uma aprendizagem significativa, possibilitando que o aluno estabeleça relações entre seu aprendizado escolar e as situações vivenciadas por ele em seu dia a dia. Dessa forma, a ludicidade contribui para a formação de indivíduos independentes e capazes de correlacionar o conhecimento trabalhado em sala de aula com suas próprias vivências.

Por outro lado, Lara (2011, p. 17) adverte sobre a necessidade de um bom planejamento das atividades, pois esse tipo de recurso é facilmente confundido com atividade desordeira.

Portanto, conclui-se que as atividades lúdicas são indispensáveis na educação Matemática, uma vez que estas proporcionam uma aprendizagem mais agradável e contribui para o desenvolvimento do raciocínio lógico. A ludicidade tem um papel fundamental para que a criança aprenda com mais facilidade, desenvolva sua autonomia e seja capaz de resolver problemas.

### **O papel do (a) docente no processo de alfabetização matemática por meio da ludicidade**

O papel do (a) docente ao longo dos anos foi se transformando, pois no passado este (a) era o (a) protagonista da aprendizagem e, atualmente, a concepção de ensino mudou bastante, pois agora o (a) aluno (a) é, finalmente, considerado sujeito (a) de sua própria aprendizagem.

Freire (1996, p.27) afirma que “ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. A partir dessa perspectiva do (a) docente como um (a) eterno (a) pesquisador (a), torna-se clara a necessidade de o docente compreender o valor das trocas de experiências com os (as) alunos em sala de aula.

Segundo Lara (2011), é importante considerar que os (as) alunos (as) não são folhas em branco que precisam ser preenchidas com suas histórias, experiências, saberes e vivências. Nesse cenário, o (a) docente deve considerar todos esses fatores durante sua atuação, partindo dos conhecimentos pré-concebidos a fim de contribuir para a construção de novos.

Completando a ideia acima, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) dissertam a respeito do atual papel do (a) docente (a) no processo de aprendizagem dos (as) alunos (as), pois esses (as) tornam-se sujeitos do saber e o (a) professor (a) assume a função de mediador do processo de aprendizagem, proporcionando para a turma atividades que propiciem a construção do saber (BRASIL, 1998a).

Gonçalves, Gomes e Vidigal (2012) afirmam que todos os recursos que o (a) professor (a) disponibilizar contribuirão para a construção do conhecimento de seus discentes e, no caso dos recursos lúdicos, estes assumem a função de facilitar e dar significado para o que está sendo abordado.

Dessa forma, no planejamento da aula, o professor precisa organizar todo material a ser trabalhado e determinar os recursos a serem empregados. Arce e Martins (2003) afirmam que os jogos devem fazer parte do planejamento pedagógico e a partir deles deve-se desenvolver e abordar conteúdo a serem dominados pelos (as) alunos (as). Dessa forma, pode-se considerar que os jogos são peças-chave para a abordagem da Matemática.

As atividades lúdicas são de fato prazerosas, como é evidenciado nos PCNs (BRASIL, 1998a). Este documento também declara a importância dos jogos no planejamento pedagógico, sendo função do (a) docente (a) analisar e selecionar as melhores opções, ou seja, as que mais se adequam aos objetivos educacionais.

Segundo Seber (1995), o trabalho do (a) professor (a) na introdução de recursos lúdicos deve ser baseado em um planejamento e toda atividade a ser desenvolvida precisa ter um objetivo. O (a) educador (a) deve ser o (a) mediador (a) dessas atividades, preparar e organizar para que tenha sentido e resulte em uma construção de conhecimento.

Diante disso, compreende-se que o (a) professor (a) é peça fundamental para a inserção da ludicidade nos processos de ensino e aprendizagem, uma vez que é sua responsabilidade planejar a atividade, selecionar os recursos necessários e mediar todo o desenvolvimento da atividade, oferecendo suporte ao educando.

## Estudo de caso: Alfabetização Matemática Lúdica

O presente estudo de caso busca analisar as contribuições da ludicidade no processo de ensino e aprendizagem de conceitos matemáticos nos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Para desenvolver esse estudo, foram realizadas entrevistas com quatro docentes que atuam nos primeiros anos do Ensino Fundamental em escolas públicas e privadas situadas no município Rio de Janeiro a fim de verificar suas experiências pedagógicas envolvendo o ensino e a aprendizagem da Matemática. As entrevistas buscaram identificar as perspectivas das professoras em relação à ludicidade e suas contribuições para a construção do conhecimento matemático dos discentes.

Para a realização das entrevistas, foi elaborado um questionário com perguntas abertas com a finalidade de conhecer o ponto de vista dessas profissionais em relação à resistência, dificuldade e baixo desempenho dos alunos acerca do componente curricular da Matemática, assim como, as estratégias e o papel da ludicidade para reverter esse cenário.

Os sujeitos dessa pesquisa são nomeados nesse estudo como Professora A, Professora B, Professora C e Professora D.

A formação acadêmica da Professora A envolve um curso de graduação em Pedagogia e cinco diferentes cursos de pós-graduação: Psicopedagogia (clínica e institucional), Neuropsicopedagogia, Neuropsicologia, Psicologia escolar e Gestão escolar. Em relação à experiência profissional, esta docente se encontra há treze anos na educação, já atuou como Coordenadora e, atualmente, atua como regente em uma turma do 2º ano Ensino Fundamental em uma escola privada situada na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro.

A Professora B cursou graduação em Pedagogia. Atualmente, é regente em uma turma de 2º ano do Ensino Fundamental em uma escola privada situada na Zona Norte do município do Rio de Janeiro. Além disso, ela atua há 7 anos na educação e possui experiência em turmas da Educação Infantil.

Em relação à Professora C, além do curso de graduação em pedagogia também fez pós-graduação em Educação Infantil, Psicopedagogia e, atualmente, está cursando Neuropsicopedagogia. Sobre suas experiências

profissionais, encontra-se como coordenadora em uma escola municipal na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. Além disso, ela trabalhou por dezesseis anos como regente em turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais.

Sobre as experiências profissionais da Professora D, pode-se dizer ela atua há quinze anos como professora regente, e, atualmente, trabalha com as turmas de 1° e 2° anos do Ensino Fundamental em uma escola da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, porém ela também possui experiência como professora regente na Educação Infantil. Além do curso de graduação em Pedagogia, ela também possui pós-graduação em Psicopedagogia.

### **Análise dos Dados:**

#### **Resistência em relação à aprendizagem da Matemática**

Ao serem questionadas sobre o motivo dos estudantes brasileiros se sentirem temerosos e receosos em relação à aprendizagem da Matemática, percebe-se que os pontos de vista das docentes entrevistadas nesse estudo convergem.

A Professora A afirma que:

A metodologia ainda precisa de inovações, recursos atuais, uma nova abordagem em questão conceitual. Essa abordagem precisa ser inovadora, precisando propiciar ao aluno um encantamento e é necessário que o docente fique atento a diferentes questões. A aula precisa despertar o encantamento dos alunos, é necessário repensar a didática utilizada.

Já a Professora B diz que:

Os livros são muito segmentados, a matéria de torna chata. É um massacre, com base na minha experiência na escola, os professores buscam seguir à risca as orientações e aplicabilidade que os livros dispõem e deixam de lado, o trabalho do conteúdo com leveza e ludicidade.

Por outro lado, a Professora C aponta que “Acredito que seja pela forma que a matemática é ensinada, uma matemática distante da realidade, do cotidiano do aluno”.

Por fim, a Professora D complementa “Acredito que historicamente a matemática é vista como uma disciplina difícil e com conceitos que nunca serão aplicados. Cabe ao professor desmistificar essa visão e mostrar aos alunos que é possível aprender matemática de forma prática!”

Os depoimentos dessas docentes confirmam que os sentimentos dos alunos sobre a disciplina Matemática é o mesmo tanto no ensino público quanto no privado. Além disso, as professoras explicam que a forma como a disciplina vem sendo ensinada estimula o desinteresse, o medo e a aversão dos alunos.

Esses depoimentos revelam que os livros didáticos protagonizam a aprendizagem dos alunos, enquanto eles mesmos deveriam ser os agentes de seu aprendizado, ratificando a necessidade da implantação de novas didáticas em salas de aula de todo o Brasil.

### **Dificuldade e baixo desempenho em relação à Matemática**

Em relação ao real motivo da dificuldade e do baixo desempenho dos alunos em relação à disciplina Matemática, os professores também se posicionaram de forma convergente.

A Professora A declarou que:

Porque de fato se você não tem os conceitos bem definidos, e os alunos não se interessam por aquela aprendizagem, eles não terão motivação. Um conceito que tem complexidade, como a Matemática que entra em um cunho de raciocínio lógico, por exemplo, os conceitos precisam estar consistentes. Não adianta ter recurso se não tem motivação, você precisa instigar o aluno a pesquisar e ter um olhar explorador para isso. E se não tem isso, os resultados não serão positivos.

Seguindo por essa linha de raciocínio, a Professora B afirmou que

Acredito que a Matemática dentro da escola se tornou uma espécie de tabu. Os alunos desde os anos iniciais têm contato com a matéria, porém de uma forma mascarada. Assim, a soma, multiplicação e divisão vão se tornando desafios e, muitas vezes, pela minha experiência em sala, o aluno sabe a resposta, mas tem medo de arriscar, pois para ele, a matemática é difícil. Acredito que falta um trabalho mais bem elaborado por parte do professor para incorporar mecanismos que facilitem a assimilação dos conteúdos e conceitos.

A respeito desse questionamento, a Professora C reconhece que “Há a necessidade de uma reformulação em relação ao ensino da Matemática, a aprendizagem do aluno precisa estar atrelada ao seu cotidiano”.

Em função disso, a Professora D declara que “As crianças acham que lidar com o número é difícil! Que as noções matemáticas são complicadas, mesmo antes de fazer uso delas. Isso cria uma resistência no aprendizado da matemática”.



A partir das observações inferidas pelos indivíduos entrevistados, é verificável que as respostas passeiam entre o medo dos alunos diante à Matemática e a necessidade de motivar e instigar o aluno para que ele explore o aprendizado. Dessa forma, esses relatos confirmam o pensamento de Espírito Santo (2009), investigado no presente estudo, quando ele estabelece a uma relação entre a ideia de resolução de problemas matemáticos e a realidade dos alunos, assim, o professor contribui para fortalecer a conexão entre o indivíduo e a disciplina.

### **Propostas para contornar a resistência dos alunos em relação à disciplina**

Nesse momento, os docentes foram indagados sobre as estratégias que eles encontram para contornar as dificuldades dos alunos sobre o componente curricular Matemática. Verifica-se que os entrevistados concordam quanto seu exercício no cotidiano escolar.

A Professora A declara que:

Eu procuro entender a realidade do aluno, conhecer as necessidades de cada um, ou seja, alcançando esse aluno sem constrangê-lo, propiciando a ele um protagonismo no seu aprendizado. Após isso, procuro estabelecer metas para nortear o trabalho, e então traçar um plano com recursos que contemple as necessidades e as deficiências da turma. Agora, após a pandemia as questões ficaram mais latentes e eu preciso entender o que acontece com cada aluno. E quando necessário, e não está mais ao alcance da sala de aula, solicito a ajuda da coordenação pedagógica. Nesses casos, também procuro adaptar as atividades às necessidades de cada criança.

Em relação às estratégias adotadas, a Professora B diz que:

Trabalho os conteúdos de Matemática envolvendo os alunos em desafios, rodadas de jogos e construção de materiais, pois facilitam a assimilação e o desempenho dos alunos em sala. Eles apreciam a inovação. A Matemática possibilita a criação de jogos de raciocínio, brincadeiras dirigidas, entre outros. Esses mecanismos eu passei a adotar na sala de aula e têm dado resultados positivos.

Sobre a mesma questão, a Professora C declara que “A matemática no segmento que atuo é uma matemática concreta que está no dia a dia das pessoas (etnomatemática)”.

Já a Professora D atesta que:

A ludicidade pode propiciar um melhor desenvolvimento cognitivo, resolução de situações-problemas, melhora o raciocínio matemático e deixa o aprendizado mais leve e divertido! Afinal, a aprendizagem com o protagonismo do aluno gera um maior aprendizado.

As respostas acima descritas conversam-se de maneira ativa com o referencial teórico deste estudo. Arce e Martins (2013) destacam a importância de a utilização de recursos lúdicos para os alunos estabelecerem conexão entre os assuntos abordados em sala com as diversas situações de seu cotidiano.

### **A ludicidade como aliada**

Nessa situação, as professoras foram interrogadas sobre de que forma a ludicidade aliada às práticas pedagógicas pode contribuir para o processo de construção do conhecimento desse componente curricular. As entrevistadas concordam sobre a importância da ludicidade na sala de aula.

Respondendo a este questionamento, a Professora A diz que:

Totalmente e de maneira extremamente positiva. A ludicidade amplia o processo do saber. Ela possibilita o encantamento do aluno ao processo de ensino e aprendizagem. Leva ao encantamento. É o aprender brincando, pois quando brincamos ficamos mais confortáveis e viabiliza a aprendizagem. Não é brincar por brincar, é a brincadeira com propósito. Utilizar músicas, jogos, as ferramentas são inúmeras. A ludicidade possibilita que a criança fique confortável. "Tive crianças que tinham problemas sérios e depois do olhar diferenciado do lúdico não ficam tão tensos. Alunos que chegavam como robôs na aula de Matemática e após a experiência lúdica chegam as aulas confortáveis e distraídos." A ludicidade afasta o julgamento.

Já a Professora B relata que:

Trabalhar o lúdico em sala de aula é um caminho sem volta. Uma vez que o professor compreende que com poucos ou muitos recursos, o aluno capta de forma prazerosa aquela aprendizagem, ele passa a incorporar na rotina da classe, a ludicidade, abre um leque de possibilidades e torna o conteúdo mais acessível ao aluno.

A Professora C afirma que "No meu segmento (Educação Infantil) é o principal eixo que norteia todo aprendizado".

Sobre esse questionamento, a Professora D declara que

A ludicidade é uma peça-chave na sala de aula. Ela contribui para desenvolver a autonomia do aluno e coloca ele em posição de sujeito de seu aprendizado. Além de contribuir para o raciocínio e para a resolução de problemas.

Observando o posicionamento das docentes entrevistadas, é possível verificar a importância da ludicidade para a construção do conhecimento dos alunos. Sobre isso, Lara (2011) afirma que as utilizações de recursos lúdicos dentro das salas de aula viabilizam experiências interessantes que contribuem

para o desenvolvimento da capacidade de solucionar problemas. Complementando a ideia apresentada pelas professoras em seus depoimentos, Sommerhalder e Alves (2011) destacam a importância desses recursos para o desenvolvimento das relações sociais desses indivíduos.

### **Práticas lúdicas no processo de Alfabetização Matemática**

As entrevistadas foram questionadas sobre quais são as práticas lúdicas, ou seja, os recursos lúdicos que elas utilizam no processo de Alfabetização Matemática de seus alunos.

A Professora A explica que:

Eu utilizo o material dourado, Tangaram, QVL (quadro valor de lugar). O QVL trabalha as classes de ordens, e então eles verificam a questão posicional do número. O material dourado utilizo para trabalhar decomposição, composição, soma e subtração. O tangaram eu utilizo para a formação de figuras geométricas, trabalhar arestas e vértices. Faço utilização de músicas, que trabalha conceitos como: sentenças e conta armadas; dúzia e meia dúzia; metade. Utilizo a contação de histórias para explicar o “pede emprestado” na subtração, por exemplo.

Com isso, a Professora B relata que:

Esse ano confeccionamos um relógio solar para trabalhar principalmente os números ordinais e os algarismos romanos. Em outro momento, confeccionamos um material dourado com material reciclado, para trabalhar a numeração decimal e os métodos para efetuar as operações fundamentais.

Nessa ocasião, a Professora C diz que “Utilizo contagem de brinquedos ou objetos, comparações, noção espacial, se determinado elemento se encaixa ou se cabe dentro, votações com contagens e operações.

Em relação ao material lúdico utilizado em sala de aula, a Professora D declara que “Eu uso muito o material dourado que auxilia na contagem e no conceito das classes de ordem. Tampinhas, é um recurso prático que pode servir para atividades de coordenação, contagem e classificação, por exemplo”.

A partir dos relatos acima, é possível verificar que são diversos os recursos e os caminhos a serem explorados quando o assunto é Alfabetização Matemática. E, a partir disso, fundamenta-se o conceito desenvolvido por Arce e Martins (2003) quando afirmam que os jogos são peças-chave para a introdução da Matemática, esses devem fazer parte dos planejamentos pedagógicos com a finalidade de construir conhecimento de forma concreta e mais prazerosa.

### **A ludicidade na Alfabetização Matemática: alunos protagonistas**

Esse é o ponto em que as entrevistadas são questionadas a respeito das contribuições da ludicidade na Alfabetização Matemática com a finalidade de formar alunos protagonistas.

Quando a Professora A admite que

São inúmeras, nós teremos alunos críticos, reflexivos. Serão alunos preparados para possíveis desafios. A ludicidade traz o encorajamento e segurança do aluno diante a um problema, traz direcionamento em relação as habilidades de raciocínio lógico e pensamento crítico.

E a Professora B reitera, afirmando que “A ludicidade contribui efetivamente para o processo de aprendizagem por viabilizar a assimilação dos conteúdos, a matéria dada é sua aplicabilidade. O conteúdo se torna menos tenso e dificultoso para o aluno”.

A Professora C diz que “Permite o desenvolvimento de um raciocínio lógico, habilidades com manuseios de moedas ou números, equilíbrio”.

Em relação ao protagonismo, a Professora D afirma que

As atividades que despertam maior interesse produzem no aluno uma maior vontade de fazer parte do processo. Então, quando o aluno traz as suas contribuições e as tem acolhidas pelo professor, que faz a mediação desse processo, o aluno tende a se interessar mais pelas atividades matemática e acaba se tornando o protagonista dessa aprendizagem.

Conforme relatado nos depoimentos acima, a presença da ludicidade no planejamento pedagógico beneficia o desenvolvimento dos alunos, tornando-os indivíduos críticos e ativamente pensantes. O constatado anteriormente é corroborado a partir da afirmação de Lopes (2004) que declara que a integração da ludicidade na rotina pedagógica é capaz de valorizar a autonomia dos discentes, tornando-o seguro para protagonizar sua própria aprendizagem. Além de contribuir para a formação da personalidade dos indivíduos, uma vez que estes passam a ser capazes de organizar seus pensamentos, demandas e relacionamentos interpessoais.

## Considerações Finais

O estudo revelou que a utilização de uma didática ultrapassada no processo de Alfabetização Matemática interfere, de maneira considerável, na proximidade que os alunos irão desenvolver com a disciplina. É notável que é grande o número de estudantes brasileiros que apresentam resistência e, até mesmo, medo em relação à Matemática, o que contribui para as dificuldades de aprendizagem da disciplina.

A literatura investigada nesse estudo apontou que a compreensão das particularidades e demandas de cada indivíduo são pontos importantes a serem observados pelos docentes para a implementação de recursos lúdicos que garantam uma aprendizagem prazerosa e significativa. Pois, a ludicidade amplia o olhar do docente sobre a matéria, transformando, assim, o sentimento dele frente a Matemática.

Além disso, foi verificado que partir da introdução da ludicidade no planejamento pedagógico para as aulas de Matemática, percebeu-se que essa ferramenta contribui de forma abundante para o processo de ensino e aprendizagem dessa disciplina, transformando o olhar do aluno e modificando o entendimento do professor sobre a forma de ensinar os conceitos matemáticos.

Portanto, esse estudo incentiva a reflexão sobre a necessidade de atentar-se a respeito da metodologia utilizada para ensinar Matemática. Também foi possível analisar a importância da formação continuada dos professores, para então serem capazes de proporcionar aos seus alunos experiências satisfatórias e desmistificando o medo que esses possuem a respeito da disciplina. Dessa forma, o aluno é colocado como o centro de sua aprendizagem, incorporando o papel de sujeito protagonista da construção de seus conhecimentos.

## Referências

ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação Lúdica**. Edições Loyola, São Paulo, 1998.

ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Márcia. (org.). **Quem tem medo de ensinar na educação infantil**: Em defesa do ato de ensinar. 3ªed. Campinas, SP: Alínea, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Matemática. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. <https://fapb.edu.br/wp-content/uploads/sites/13/2018/02/especial/9.pdf> Acesso em 04 de jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) 3º e 4º Ciclos do Ensino Fundamental**: Matemática. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/matematica.pdf> Acesso em: 25 de nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998b.

BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura. **Diretrizes Curriculares para a Educação Básica – Matemática**. Curitiba: SEED - PR, 2008. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2014/2014\\_utfpr\\_mat\\_artigo\\_amarilda\\_de\\_cacia\\_gulin.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_utfpr_mat_artigo_amarilda_de_cacia_gulin.pdf) Acesso em: 09 de jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura. **Documento de Orientação Curricular do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria de Educação, 2019. Disponível em: [rj\\_curriculo\\_riodejaneiro.pdf](rj_curriculo_riodejaneiro.pdf) (mec.gov.br) Acesso em: 01 de dez. 2021.

CARVALHO, Dione Lucchesi de. **Metodologia de Ensino da Matemática**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1994. Disponível em: <https://fapb.edu.br/wp-content/uploads/sites/13/2018/02/especial/9.pdf> Acesso em: 04 de jun. 2021.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. A História da Matemática: questões historiográficas e políticas e reflexos na Educação Matemática. In: BICUDO, M. A. V. (org.). **Pesquisa em Educação Matemática**: concepções e perspectivas. São Paulo: UNESP, 1999, p. 97-115.

ESPÍRITO SANTO. **Currículo Básico Escola Estadual**: Ensino fundamental anos iniciais. Vitória: Secretaria da Educação, 2009.

FORTUNA, T. R. Sala de aula é lugar de brincar? In: XAVIER, M. L. M; DALLA ZEN, M. I. H. (Org.). **Planejamento em destaque**: análises menos convencionais Porto Alegre: Mediação, 2000. Disponível em: [https://brincarbrincando.pbworks.com/f/texto\\_sala\\_de\\_aula.pdf](https://brincarbrincando.pbworks.com/f/texto_sala_de_aula.pdf) Acesso em: 19 de nov. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIARDINETTO, J. **A Concepção Histórico-Social da Relação entre a realidade e a Produção do Conhecimento Matemático**. Millenium, 17, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/931/1/A%20Concep%C3%A7%C3%A3o%20Hist%C3%B3rico-Social.pdf> Acesso em: 23 de jun. 2021.

GONÇALVES, Fernanda Anaia; GOMES, Ligia Baptista; VIDIGAL, Sonia M. Pereira. **Materiais manipulativos para o ensino de figuras planas**. - São Paulo: Edições Mathema, 2012.

IFRAH, G. **Os números**: a história de uma grande invenção. Rio de Janeiro: Globo, 1989. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3854773/mod\\_resource/content/1/IFRAH%20G.%20Os%20N%C3%BAmeros%20%28cap.%201%20e%202%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3854773/mod_resource/content/1/IFRAH%20G.%20Os%20N%C3%BAmeros%20%28cap.%201%20e%202%29.pdf) Acesso em: 23 de jun. 2021.

LARA, Cristina Machado. **Jogando com a Matemática na Educação Infantil e nas Séries Iniciais**. 1. Ed. – Catanduva, SP: Editora Rêspel; São Paulo: Associação Religiosa Imprensa da Fé, 2011.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão de docente. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002. Disponível em: [https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/177226/mod\\_resource/content/0/ADEUS\\_PROFESSOR\\_ADEUS\\_PROFESSORA.pdf](https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/177226/mod_resource/content/0/ADEUS_PROFESSOR_ADEUS_PROFESSORA.pdf) Acesso em: 01 de dez. 2021.

LOPES, M. C. **Ludicidade humana**: contributos para a busca dos sentidos do humano. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2004.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 15ª Edição. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. Ludicidade e formação do educador. **Revista Entreideias**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 13-23, jul./dez. 2014.

MASOLA, Wilson de Jesus; VIEIRA, Gilberto; ALLEVATO, Norma. Ingressantes na Educação superior e suas dificuldades em Matemática: uma análise das pesquisas publicadas nos Anais dos X e XI ENEMs. In: Anais do XII ENEM: **Educação Matemática na Contemporaneidade**: desafios e possibilidades. São Paulo: SBEM/SBEM-SP, 2016. Disponível em: [http://www.sbembrasil.org.br/enem2016/anais/pdf/4840\\_2593\\_ID.pdf](http://www.sbembrasil.org.br/enem2016/anais/pdf/4840_2593_ID.pdf) Acesso em: 09 de jun. 2021.

MASSA, Monica de Souza. Ludicidade: da etimologia da palavra à complexidade do conceito. Aprender. In: **Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, 2015. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/2460> Acesso em: 28 de out. 2020.

MIGUEL, A.; MIORIM, M. A. **História na educação matemática**: propostas e desafios. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MIGUEL, A.; BRITO, A. J. A História da Matemática na Formação do Professor de Matemática. In: **Cadernos CEDES** - História e Educação Matemática. Campinas (SP): Papirus, n. 40, 1996.

PIAGET, J. **Psicologia e Pedagogia**. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1976.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo, Cortez, 2002. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1120> Acesso em: 29 de jun. 2021.

RANIERE, Anna Claudia; *et al.* **Matemática no dia a dia da educação infantil**: Rodas, cantos, brincadeiras e histórias. São Paulo: Saraiva, 2012.

ROQUE, Tatiana. Desmascarando a equação. A história no ensino de que matemática? **Revista Brasileira de História da Ciência**. V. 7, N. 2. Rio de Janeiro: SBHC, 2014. pp. 167-185.

SEBER, Maria da Gloria. **Psicologia da pré-escola**. Uma visão construtivista. 1ed. São Paulo: Editora Moderna, 1995.

SELBACH, Simone. Por que ensinar Matemática. In: SELBACH, Simone *et al.* (Org.). **Matemática e Didática**. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 39-42.



SOMMERHALDER, Aline; ALVES, F. Donizete. **Jogo e a educação da infância**: muito prazer em aprender. 1. Ed. – Curitiba, PR: CRV, 2011.

TOKARNIZ, Mariana. **Só 7,3% dos alunos atingem aprendizado adequado em matemática no ensino médio**. In: Agência Brasil, Brasília, 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-01/matematica- apenas-73-aprendem-o-adequado-na-escola> Acesso em: 01 de dez. 2021.

VIANNA, Carlos Roberto. **Usos didáticos para História da Matemática**. Anais do I Seminário Nacional de História da Matemática. (Org) Fernando Raul Neto. Recife (PE): SBH Mat, 1998. pp. 65 – 79.

### 3. LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO: Uma aliança importante

*Marcele Maria da Silva Lacerda*<sup>6</sup>

*Ana Cecília Machado Dias*<sup>7</sup>

#### Introdução

Ao observar as salas de aula dos anos iniciais do Ensino Fundamental, verifica-se que o objetivo de muitos docentes é desenvolver as habilidades de leitura e escrita dos alunos. Entretanto, muitas práticas pedagógicas têm priorizado apenas o ato de ler e escrever de forma desvinculada das práticas sociais, exercitando o aprendizado automático e repetitivo, baseado na descontextualização. Assim, esse processo de alfabetização tem gerado muitas dificuldades para o desenvolvimento escolar desses alunos no que diz respeito à interpretação de textos, formação crítica e argumentação, uma vez que estes não têm sido preparados para tais situações.

Verifica-se que o letramento tem sido um desafio nas escolas por conta das dificuldades de aprendizagem existentes nas salas de aula durante o processo de alfabetização dos alunos. Assim, muitos estudantes não conseguem interpretar o sentido de um texto, pois as atividades propostas pelo professor não aproximam a leitura e escrita e o ato de interpretar o significado da leitura.

Nessa perspectiva, verifica-se que os educandos não têm sido incentivados a serem seres pensantes e transformadores da sociedade. Percebe-se que a falta de práticas voltadas para o letramento dificulta o processo de aprendizagem, pois não há o incentivo à leitura e à busca de

---

<sup>6</sup> Graduanda em Pedagogia pela Faculdade São Judas Tadeu – Rio de Janeiro – RJ. Atua como estagiária em uma turma de Maternal II de uma escola da rede privada. E-mail: [marcelemarialacerda@gmail.com](mailto:marcelemarialacerda@gmail.com)

<sup>7</sup> Mestra em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis. Possui Pós-graduação em Educação Infantil: Perspectivas de Trabalho em Creches e Pré-escolas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Atua como orientadora e professora do curso de Graduação e Pós-graduação da Faculdade São Judas Tadeu no Rio de Janeiro – RJ. E-mail: [anaceciliadidas@hotmail.com](mailto:anaceciliadidas@hotmail.com)

conhecimento de forma autônoma. Nesse cenário, o estudante não desenvolve competências necessárias para seu progresso acadêmico e social. Entende-se que quando os docentes propõem práticas pedagógicas que não incentivam o letramento, o desinteresse dos alunos e, conseqüentemente, o fracasso escolar se tornam frequentes.

Diante desse cenário, entende-se a importância do investimento na formação continuada do docente a fim de que ele possa repensar sua própria prática e conhecer novas metodologias de ensino que promovam o processo de alfabetizar letrando. Entretanto, verifica-se que a falta desse investimento por parte de muitas instituições de ensino tem contribuído para que muitos educadores continuem adotando práticas pedagógicas que não priorizam o letramento dos alunos nos anos iniciais, trazendo prejuízos para a formação desses indivíduos.

Considerando a relevância da investigação desse tema, surge o seguinte questionamento: Como a construção de práticas pedagógicas voltadas para o letramento pode contribuir para a formação de futuros leitores críticos e reflexivos?

Diante do contexto, é fundamental entender de que forma o letramento contribui para a formação dos alunos. A partir disso, é importante compreender como a aliança entre o processo de alfabetização e de letramento nas práticas pedagógicas pode incentivar os alunos não apenas a ler e escrever, mas também a interpretar e compreender o significado da leitura e da escrita, influenciando a formação de leitores críticos e reflexivos.

A escolha do tema desse estudo justifica-se pela observação de que muitos docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental têm priorizado atividades pedagógicas que envolvem apenas o processo de alfabetização de forma descontextualizada, não desenvolvendo a habilidade de interpretar textos. Verifica-se que as escolas brasileiras, de maneira geral, vêm formando alunos com baixa capacidade para ler, interpretar e produzir textos, dificultando o bom desempenho dos indivíduos na sociedade.

Dessa forma, o presente estudo é uma contribuição para que professores e futuros educadores compreendam a relevância do letramento para a formação dos alunos. O docente precisa repensar suas práticas e planejar atividades que estimulem o ato de ler, interpretar e escrever de forma

prazerosa e contextualizada, formando leitores críticos e reflexivos. Essas práticas contribuem para o sucesso da formação do aluno como escritor e leitor, construindo na leitura e na escrita a partir de referenciais que foram apreendidos no âmbito social.

Sendo assim, esse estudo propõe que o professor utilize a leitura e a escrita, usando vários portadores de textos com gêneros textuais distintos, como revistas, jornais, cartas, leitura de anúncios, realizações de bilhete, para que o aluno interaja com o mundo letrado no princípio da sua trajetória escolar. Logo, é indispensável que exista uma aliança entre a alfabetização e o letramento, com o objetivo de desenvolver a habilidade de compreensão textual dos alunos, possibilitando que eles adentrem no mundo letrado mais facilmente e se tornem indivíduos capazes de superar as ideias de senso comum e passe a se reconhecer como um sujeito histórico, com o desejo de construir uma sociedade nova, onde sejam livres e possam se tornar trabalhadores com uma vida digna.

## O processo de alfabetização

A alfabetização é considerada algo extremamente relevante para o desenvolvimento de qualquer indivíduo, visto que saber ler e escrever é imprescindível para que o sujeito consiga encontrar o seu lugar nesse mundo.

Segundo Moraes & Albuquerque (2007, p.15),

Alfabetização – processo de aquisição da “tecnologia da escrita”, isto é do conjunto de técnicas – procedimentos habilidades - necessárias para a prática de leitura e da escrita: as habilidades de codificação de fonemas em grafemas e de decodificação de grafemas em fonemas, isto é, o domínio do sistema de escrita (alfabético ortográfico).

Tal compreensão enfatiza que o aprendizado da escrita alfabética envolve o processo de associação entre letras e sons. Segundo Soares (2003a), a alfabetização significa a aquisição do código alfabético e ortográfico por meio do desenvolvimento das habilidades de leitura e de escrita.

O processo de alfabetização envolve o domínio do conjunto de técnicas – da tecnologia – para que seja exercida a ciência e a arte da escrita.

Val (2004) aponta a alfabetização como um processo indispensável para que o aluno possa desenvolver as habilidades da escrita e da leitura, dominando a ortografia e empregando melhor as palavras.

Cagliari (1998) declara que o processo de alfabetização envolve a aprendizagem de normas que possibilitam que o leitor decifre o que está escrito e entenda como ocorre o funcionamento do sistema de escrita para poder fazer uso do mesmo de forma adequada.

Esses autores definem o processo de alfabetização como a aprendizagem da escrita alfabética, onde ocorre a apropriação do sistema de escrita. Nesse processo, o leitor deve ser capaz de decifrar o que está escrito e compreender como funciona o sistema de escrita.

## O processo de letramento

Letramento significa muito mais do que saber ler e escrever, visto que envolve o ato de compreender o que se lê e escreve, relacionando, dessa forma, a escrita com o contexto social, ou seja, sua experiência cotidiana.

Soares (2003b, p.31) define letramento como “o estado ou condição que adquire um grupo social ou indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais”. Observa-se que a autora reconhece o letramento como requisito de compreensão da escrita e sua função junto à sociedade.

Segundo Soares (2004a), o letramento é considerado como a utilização feita da língua escrita, com a sua complexidade, nas práticas sociais tanto de leitura quanto de escrita. Dessa forma, quando o sujeito é letrado, ele sabe ler e escrever, realiza a prática e responde de forma apropriada, às necessidades sociais.

Cabe ressaltar que o letramento é formado pela apropriação da escrita e das práticas sociais. Dessa forma, esse processo está além de apenas saber ler e escrever, porque este envolve a parte social do ser humano, podendo um indivíduo que não sabe ler, ser letrado. O letramento está ligado às experiências cotidianas do sujeito.

Para Moraes e Albuquerque (2007), o letramento é definido como um conjunto de práticas que denotam a capacidade de uso de diferentes tipos de material escrito.

Segundo Lira (2006), o letramento provoca alterações sociais, cognitivas, políticas e econômicas a partir do momento em que os sujeitos são inseridos nas sociedades tecnológicas e, devido a isto, o analfabeto pode ser letrado dependendo do seu convívio social.

A partir desses pontos de vista, entende-se que o sujeito deve saber ler e escrever, mas também compreender o que está lendo e escrevendo, fazendo uma relação com o contexto social e a sua experiência de vida. Porém, o letramento ultrapassa o universo da escrita, podendo um indivíduo analfabeto ser letrado, visto que todos estão em contato constantemente com o mundo escrito. É importante destacar que existem graus distintos de letramento, que variam de acordo com a realidade cultural de cada sujeito.

## **Uma aliança entre os processos de alfabetização e de letramento**

A alfabetização e o letramento são modalidades de desenvolvimento da linguagem que se complementam. É um equívoco dissociar a alfabetização do letramento, uma vez que a criança precisa vivenciar esses dois processos de forma simultânea.

Segundo Soares (2004b, p.14),

A alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só se pode desenvolver no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização.

Tfouni (1995) afirma que ao passo que a alfabetização fica ocupada com a aquisição do sistema da escrita pela pessoa ou por grupos de pessoas, o letramento está focado nos aspectos sócio-históricos escritos por uma sociedade.

Segundo Soares (2004a), considera-se que quando um indivíduo aprende a ler e a escrever, ele também precisa observar e exercitar as práticas sociais que usam a escrita.

Soares (2003b) diz que é necessário entender que alfabetização e letramento são práticas diferentes, contudo, inseparáveis, ou seja, são independentes, mas devem acontecer concomitantemente.

Nesse sentido, observa-se que os autores concordam ao apontar que os processos de alfabetização e letramento se mesclam, visto que no primeiro, o indivíduo desenvolve as habilidades de ler e escrever, e, no segundo, aprende a realizar práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita.

De acordo com Santos e Mendonça (2007), alguns equívocos surgem com relação ao entendimento do que é alfabetizar letrando. Um dos equívocos é usar a leitura de textos distintos somente como um pretexto para trabalhar com palavras que, depois de destacadas do texto lido, são divididas em sílabas para serem trabalhadas depois usando as famílias silábicas.

Quando um texto é lido ou escrito, o intuito é atender uma certa finalidade. Isso faz com que a circunstância da leitura e da escrita seja significativa e real. Ao debater sobre a natureza do ato de ler, Foucambert (1994) afirma que o indivíduo precisa se envolver com os elementos do texto para que haja o real entendimento da mensagem que está sendo veiculada. Porém, o autor adverte que o leitor pode ser alfabetizado e não necessariamente dominar o entendimento da leitura como necessário, ou seja, a alfabetização não é uma condição para que a interpretação ocorra.

Segundo Santos e Mendonça (2007), alfabetizar letrando é fornecer oportunidades de aprendizagem da língua escrita, onde a pessoa que está aprendendo possa acessar seus textos e as circunstâncias de usos sociais deles, sendo levado entender sobre como funciona o sistema de escrita alfabético.

A partir disto, compreende-se que esta aliança entre alfabetizar e letrar é muito importante para o aluno, visto que oportuniza circunstâncias de aprendizagem da língua escrita. Não há a necessidade de fazer a leitura de textos distintos, o importante é que o professor faça a mediação da leitura, seja lendo ou fazendo o registro por escrito dos textos que os alunos produziram de forma oral. Não se deve esperar que o aluno leia e produza somente quando tiver o domínio do sistema de escrita, uma vez que é fundamental já no começo do processo de alfabetização testar as situações relacionadas à escrita.

## O valor do letramento para a formação de leitores críticos e reflexivos

O ser humano precisa não apenas de desenvolver a capacidade de ler, é necessário que ele compreenda como a leitura e a escrita ocorrem em diferentes práticas sociais para que ele consiga se posicionar na sociedade.

Segundo a Proposta Curricular de Santa Catarina, para a pessoa exercer sua cidadania, “é necessário ir além da simples apropriação do código escrito; é preciso exercer as práticas sociais da leitura e escrita demandadas nas diferentes esferas da sociedade” (SANTA CATARINA, 2005, p.23).

Pode-se dizer, portanto, que o letramento conduz o indivíduo a uma participação ativa na sociedade, desenvolvendo sua capacidade de ler e compreender a informação de um jornal ou cartaz, ou seja, o sentido de um texto inserido em diferentes práticas sociais.

Soares (2004a) afirma que a partir da compreensão da leitura, a pessoa tem capacidade de interagir com as demais pessoas de forma social, conseguir se apropriar da informação e ser inserido em um grupo.

A partir dessas literaturas, verifica-se que é fundamental ser um sujeito letrado para que a cidadania possa ser exercida. A pessoa letrada possui a capacidade de adquirir informação, elaborar discursos e interpretar textos, dentre outras habilidades. Em outras palavras, essa pessoa se torna um leitor crítico e reflexivo, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade de um modo geral. Quando o sujeito atinge o estágio do letramento, ele já está familiarizado com o processo de leitura e de escrita nos mais variados contextos sociais.

Segundo Rocha (2006), muitos alunos chegam aos anos finais do Ensino Fundamental com muitas dificuldades tanto no processo de interpretação textual quanto de escrita. Verifica-se que essa dificuldade ocorre devido à falta de práticas de letramento desde os primeiros anos de escolarização. Quando os alunos não desenvolvem a habilidade de interpretar textos, eles enfrentam muitas dificuldades tanto na vida acadêmica quanto profissional. Assim, verifica-se que a falta de letramento contribui não apenas



para o baixo desempenho escolar, mas também para as dificuldades que acompanham algumas pessoas por toda vida.

Quando o indivíduo não é letrado, ele enfrenta dificuldades para buscar informações, interagir com outros indivíduos ou grupos, se divertir com uma história em quadrinhos, seguir instruções, se comunicar de forma escrita e oral, refletir e debater sobre diferentes temas, entre outras. A falta de letramento não permite que o sujeito se descubra através da leitura e da escrita, além de compreender a si e descobrir que ele pode ser.

Por outro lado, o indivíduo letrado pode participar ativamente da sociedade e exercer sua cidadania. Portanto, pode-se afirmar que o letramento conduz o indivíduo a uma participação ativa na sociedade, possibilitando que o indivíduo seja capaz de ler, compreender e produzir textos com diferentes propósitos comunicativos em contextos sociais diversificados.

### **Alfabetizar letrando: um desafio para o professor**

Inicialmente, é possível afirmar que, por meio do processo de alfabetizar letrando, o professor contribui para a formação integral do aluno, o tornando um cidadão capaz de ler e escrever em diferentes eventos sociais.

Segundo Pires e Ferreira (2019), para alfabetizar letrando, são necessárias propostas significativas de aprendizagem que viabilizem a transformação da realidade.

Compreende-se que alfabetizar e letrar são considerados dois processos que acontecem simultaneamente, o que não permitiria, talvez, escolher por uma ou outra terminologia, como é sugerido por Ferreiro (1999), que argumenta que na alfabetização já se encontra inserido o conceito de letramento, o mesmo vice-versa, que por alfabetização se compreenderia muito mais do que o aprendizado grafo-fônico.

Tfouni (1995) declara que a alfabetização envolve o domínio do sistema de escrita enquanto o letramento se refere à utilização da leitura e da escrita na sociedade.

Albuquerque (2007, p.20) destaca o relato de uma professora que ficou desapontada ao constatar que no final do ano letivo, os alunos não tinham sido

alfabetizados. Através da compreensão da especificidade do processo de alfabetização foi que ela notou a necessidade de trabalhar “um ensino no nível da palavra, que leve o aluno a perceber que o que a escrita representa (nota no papel) é sua pauta sonora, e não o seu significado, e que o faz através da relação fonema/grafema”.

É importante salientar que podem ser apresentadas maneiras de ensino e aprendizagens distintas, porém é necessário distingui-las, sem tomá-las como independentes. Apesar de realizar as ações de letramento, a professora não focou no processo de alfabetização, que precisa caminhar junto com o letramento e não pode ser deixado de lado.

Nesse sentido, entende-se que alfabetizar letrando contribui para o domínio efetivo do uso social da leitura e da escrita.

## **Práticas pedagógicas que conciliam alfabetização e letramento**

Na atualidade, as crianças já chegam ao ambiente escolar com vários tipos de conhecimentos relacionados ao letramento. Logo, é fundamental que o docente planeje ações pedagógicas voltadas para a leitura e a escrita a partir de portadores de textos, que tenham gêneros textuais distintos, como a leitura de jornais, anúncios, revistas, cartas, bilhetes, para que o educando seja capaz de interagir com o mundo letrado e, assim, inicie seu processo de alfabetização (PIRES; FERREIRA, 2019).

Um exemplo de uma prática pedagógica é a Educação Digitalizada, pois vai ao encontro dos interesses do educando e das necessidades do século XXI, viabilizando uma educação direcionada para o futuro. Quando o educador utiliza os recursos disponibilizados pela internet em suas práticas pedagógicas, os educandos se sentem motivados e estimulados a participar ativamente da aula. Dessa forma, o contato com a internet e a tecnologia vai além da sala de informática e passa a fazer parte do cotidiano da sala de aula por meio de atividades criativas e lúdicas, como, por exemplo, os jogos educativos, que são considerados aliados da aprendizagem.

Um ponto considerado fundamental quando se trata da prática pedagógica é o reconhecimento sobre aquilo que já é conhecido previamente pelo aluno. Logo, é imprescindível que os educadores realizem o diagnóstico sobre o que o aluno conhece e se interessa para planejar suas atividades pedagógicas.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil destaca a necessidade de oferecer à criança o contato com diversos textos, incentivando a reflexão sobre a linguagem utilizada em diferentes práticas sociais de leitura e escrita (BRASIL, 1998, p. 151-152).

As crianças têm acesso, hoje em dia, a vários tipos de textos devido à facilidade de assistir TV e acessar à internet de dispositivos móveis. Dessa forma, ela já vai para a escola com certo conhecimento e bagagem com relação a alguns tipos de textos, devido ao fácil acesso ou mesmo o contato no ambiente familiar.

É importante que seja oferecida na escola a experiência com textos diversos, possibilitando aos alunos o contato com gêneros distintos. Porém, é necessário destacar que somente o contato com os textos não irá fazer do aluno um ser humano letrado, porque ele não aprende por si só.

Segundo Moreira e Silva (2011), com base na prática social, o conteúdo fornecido terá sentido para as crianças, que vão realizando a construção dos conhecimentos de forma gradativa e promovendo o desenvolvimento de uma atitude transformadora da sociedade, uma vez que ele irá notar que o conhecimento científico está integrado a sua vida e pode colaborar para a sua melhoria. É necessário que as atividades promovam a alfabetização e o letramento, de modo que o ensino do código alfabético ocorra em conciliação com a sua utilização social em ocasiões distintas.

Soares (2004b) afirma que é possível notar alguns equívocos no ensino da escrita com base no letramento. Algumas pessoas pensam que apenas pelo contato com vários textos corretos de utilização social, o aluno irá desenvolver o conhecimento do sistema da escrita por si mesmo. No entanto, entende-se que existe a ausência, nessa ideia, de sistematização de um ensino de modo direto do sistema ortográfico e alfabético, uma fase essencial que não pode ser abandonada no acesso à língua escrita, visto que é essa fase que possibilita o desenvolvimento da consciência grafo-fonêmica do educando.

O professor alfabetizador precisa usar, elaborar técnicas de ensino conforme as características dos educandos, sem que seja esquecido que a educação é considerada um ato político e precisa ocorrer o rompimento com as circunstâncias de opressão que várias vezes os indivíduos acabam sofrendo e não notam.

## **Letramento: prática social das habilidades de leitura e de escrita**

Segundo Faria (2009), a prática social será vivida de fato a partir do letramento, ao passo que acontece de modo perceptivo a utilização efetiva da leitura e escrita. A escrita é considerada a leitura da própria escrita. O aprendizado da leitura não fica resumido a pronúncia das palavras, mas a interpretação do código.

Freire (2000) ressalta que a atividade de leitura/escrita precisa ser baseada na leitura do mundo realizada pelo aluno como um componente transformador da realidade, e não somente a transmissão de conhecimentos. Por isso, é indispensável que a atividade de leitura e escrita seja feita com dinamismo e com a integração do indivíduo no mundo social. É atribuída à alfabetização a capacidade de fazer o analfabeto organizar de forma reflexiva o seu pensamento, realizar o desenvolvimento da consciência crítica, sendo introduzido em um processo real de democratização de libertação e cultura.

Com uma filosofia existencialista, Freire (2000) mostra que existe é possível conectar o mundo da escrita ao mundo real, levando ao desenvolvimento por meio da relação entre o mundo e o próprio eu. De modo que, a educação e a alfabetização, de modo geral, possam promover a desmistificação da realidade, livrando as pessoas das opressões e das vendas, tornando os indivíduos cada mais transformadores e críticos da sociedade, para que esta se torne melhor e mais justa para todos.

Conforme Justo e Rubio (2013), o educador, como um agente do letramento, deve através da sua liderança, realizar a articulação de novas ações por meio da mobilização, educando para fazer aquilo que não é funcional ou aplicável de forma imediata, porém, é importante socialmente

aquilo que vale à pena ser aprendido. Geralmente quando é fornecida ao aluno a chance de mobilização de seus saberes e de ser escutado, ele acaba superando as suas expectativas e as do educador.

Oliveira e Ribeiro (2018) afirmam que o uso de diversos escritos, de portadores textuais distintos, suas discussões na sala de aula, suas explanações, possibilitam que o aluno acione diversos conhecimentos e critérios para compreender os textos. Isso remete a uma questão de grande relevância: o professor interventor precisa estar em contato com vários tipos de textos, ou seja, deve ser grande o seu universo textual e não abreviado a textos que circulam apenas na escola.

As atividades de leitura e escrita precisam ser feitas pelo professor de forma dinâmica, integrando as crianças ao mundo real, não distanciando daquilo que eles já conhecem e inserindo algo novo, dentro do contexto do que é verdadeiro. Dessa forma, entende-se que a aprendizagem da leitura, como observado, não pode ser resumida à pronúncia somente das palavras, uma vez que o código precisa ser interpretado, entendido pelo aluno, para poder dizer que ocorreu o letramento.

### **Análise de uma proposta de letramento**

A presente análise envolve um projeto intitulado “Projeto Mercadinho” desenvolvido com uma turma de 2º ano do Ensino Fundamental I durante os anos de 2018 e 2019 em uma escola da Zona Norte do município do Rio de Janeiro. A proposta desse projeto surgiu a partir da necessidade de mudar a postura agitada e pouco participativa dos alunos dessa turma, que era caracterizada por diversos problemas comportamentais. Portanto, o projeto teve como objetivo o desenvolvimento de uma prática mais significativa de aprendizagem, capaz de despertar o interesse e engajamento dos alunos e, conseqüentemente, de garantir um melhor desenvolvimento dessas crianças.

Nesse sentido, a presente análise busca não só identificar como essa prática contribuiu para o letramento dessas crianças, mas também como incentivou a maior participação dos alunos em relação às atividades propostas em sala de aula. Para isso, foi desenvolvida uma análise qualitativa de cada

momento da proposta pedagógica a fim de investigar sobre como promover a aliança entre a alfabetização e o letramento na prática.

O processo de alfabetizar letrando, em especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental, envolve mais do que apenas a aprendizagem da leitura e da escrita, pois compreende também a execução desses processos como prática social, no seu dia a dia. (SOARES, 2003b, p. 39).

Uma pessoa letrada possui autonomia para ler e escrever no seu meio social, ou seja, é capaz de utilizar a leitura e a escrita em diferentes práticas sociais. Logo, é importante observar que o ambiente escolar é o lugar principal para a alfabetização das crianças, é o local que de fato ensina a habilidade de ler e escrever, no entanto, é na sociedade que se concretiza a alfabetização.

A possibilidade de alfabetizar letrando se dá quando as propostas pedagógicas envolvem práticas sociais dos alunos fora do contexto escolar, ou seja, a realidade. Alfabetizar letrando vai além de apenas ensinar a ler e escrever, é utilizar essa prática no dia a dia e procurar por opções para a ampliação da leitura e da escrita. Os alunos aprendem a ler e a crescer através do que vivenciam, de acordo com a cultura na qual estão inseridos, interagindo com outras pessoas.

Dessa forma, a presente análise busca verificar como a alfabetização e o letramento podem caminhar juntos, tornando o processo de aprendizagem mais motivador e significativo para as crianças.

## **Análise do Projeto Mercadinho**

### **1º momento da aula:**

O primeiro momento desse projeto propõe uma roda de conversa na qual a professora debate com os alunos sobre quem já foi a um supermercado e o que é possível encontrar nele.

- ❖ Conversar com a turma sobre o supermercado, os produtos vendidos lá. Sugestões de perguntas: Vocês já foram ao supermercado alguma vez? Com quem? Quem já foi ao supermercado, o que viu vendendo por lá? O que comprou quando foi ao supermercado?
- ❖ Incentivar os alunos a pensarem sobre os setores do supermercado (limpeza, higiene e alimentos) e os produtos que existem em cada um deles.

Observa-se que quando a professora questiona sobre os produtos comercializados no supermercado, os alunos têm a oportunidade de falar sobre suas próprias experiências dentro do supermercado. Essa atividade apresenta o tema da aula, estimulando a interação e a reflexão dos alunos. Nota-se que a interação é uma importante estratégia para motivar a participação ativa dos estudantes.

Quando o conhecimento prévio do aluno é valorizado, o aluno consegue relacionar suas experiências com o que está sendo ensinado pelo professor e compreender como essa aprendizagem pode ser significativa para sua vida.

### **2º momento da aula:**

Analisando a próxima etapa da aula, que envolve a fixação de cartazes referentes a três diferentes setores do supermercado e a solicitação para que os alunos organizem as embalagens dos produtos de acordo com o setor, observa-se que esta é uma proposta dinâmica que desperta o interesse do aluno, permitindo que ele reflita sobre a função social da escrita. Dessa forma, o aluno compreende que a leitura é fundamental para encontrar um produto no supermercado, o que torna a aprendizagem mais significativa para a criança. Percebe-se que esta é uma proposta que conduz o aluno a se sentir cada vez mais seguro e autônomo para ler e compreender os cartazes e as embalagens no supermercado.

- ❖ Convidar a turma para montar o próprio mercadinho.
- ❖ Solicitar que um grupo de alunos fixe os cartazes com as palavras: 'limpeza', 'higiene' e 'alimentos' no mural da sala de aula.
- ❖ Solicitar que um grupo de alunos posicione mesas abaixo de cada um dos cartazes.
- ❖ Solicitar que um grupo de alunos coloque as embalagens de diferentes produtos (trazidas anteriormente pelos próprios alunos) em cima da mesa da professora.
- ❖ Convidar os alunos a levarem as embalagens para o "setor" adequado do mercado (limpeza, higiene e alimentos), que correspondem às mesas disponibilizadas abaixo dos cartazes.

### **3º momento da aula:**

Na próxima etapa da proposta, a turma é separada em grupos, que recebem uma lista de compras elaborada pela professora e três diferentes encartes de supermercados. Ler listas de compras, assim como, analisar e

observar encartes de supermercados são propostas relevantes para promover o letramento. O uso de desses gêneros textuais no processo de ensino-aprendizagem contribui para que os alunos se sintam preparados para vivenciar a leitura e a escrita nas práticas que envolvem fazer compras no supermercado.

Percebe-se que esta atividade oferece aos alunos a oportunidade de verificar a importância da leitura dos encartes de supermercados para identificar o local que oferece produtos com menores preços. Dessa forma, o aluno passa a reconhecer o valor da leitura fora do contexto sala de aula, compreendendo que pode assim, contribuir para a economia doméstica. Portanto, esta é uma atividade importante para o desenvolvimento do aluno, pois propõe uma experiência significativa para ele.

- ❖ A turma é separada em grupos de quatro alunos.
- ❖ Distribuir encartes de três supermercados diferentes para cada grupo.
- ❖ Distribuir para cada grupo uma lista com seis produtos diferentes e etiquetas em branco.
- ❖ Desafiar os grupos de alunos a pesquisarem os preços desses produtos, consultando os encartes dos supermercados.

A alfabetização é inserida na BNCC na Área de Linguagens, como etapa primária do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, especialmente nos seus dois primeiros anos. É enfatizada a ação pedagógica nos anos iniciais na apropriação do sistema de escrita alfabético e no desenvolvimento de habilidades que envolvam a leitura e a escrita. Esse foco inicial é justificado pelo alargamento das possibilidades geradas pelo aprender a ler e a escrever, que tem o envolvimento da construção de conhecimentos através da inserção da cultura letrada.

Ao analisar essa etapa da aula, percebe-se que há um incentivo ao trabalho em grupo, permitindo a interação entre os alunos. Assim, observa-se que a pesquisa dos preços nos encartes é uma proposta colaborativa, em que um aluno com maior proficiência na leitura pode contribuir no processo de aprendizagem daquele aluno com menor proficiência.

#### **4º momento da aula:**

No quarto momento da aula, o projeto propõe a simulação de compra e venda dos produtos no supermercado. Entretanto, antes dessa simulação, o



planejamento aponta a necessidade de buscar o conhecimento prévio dos alunos sobre essa prática e, para isso, é apresentada uma tirinha com um diálogo comum em situações que envolvem vendedor e cliente.

- ❖ Projetar a tirinha com os personagens dialogando no momento da compra e venda de um produto.
- ❖ Incentivar os alunos a observarem a tirinha e questioná-los: Onde esse diálogo foi desenvolvido? Quem são as pessoas presentes nessa tirinha? O que o homem deseja? O que a vendedora fala quando João se aproxima? Quanto custa a farinha? Quantos reais ele tem? Qual foi o troco recebido? Como ele finaliza a conversa com a vendedora? Qual é a pergunta que um vendedor sempre faz quando um cliente se aproxima? Quando há necessidade de dar o troco? É maior ou maior do que o valor que você tem?
- ❖ Orientar cada grupo a elaborar uma lista de compras, contendo três produtos, que estão disponíveis no mercadinho.
- ❖ Orientar cada grupo para selecionar um aluno 'cliente' e um aluno 'vendedor'.
- ❖ Explicar que o aluno 'cliente' fará o papel da pessoa que vai ao mercado fazer compras e o aluno 'vendedor' fará o papel da pessoa que vende o produto do mercado para o cliente.
- ❖ Explicar que o aluno 'cliente' deverá se direcionar ao mercadinho para comprar os produtos mencionados na lista de compras construída pelo grupo.
- ❖ Explicar que o aluno 'vendedor' receberá a tarefa de dialogar com o aluno 'cliente' a fim de descobrir os itens desejados.
- ❖ Explicar que o aluno 'cliente' deverá indicar os produtos gostaria de levar e o aluno 'vendedor' deverá calcular o valor total da compra no quadro branco. Caso ache necessário, o aluno 'vendedor' poderá solicitar ajuda da turma.
- ❖ Explicar que o aluno 'cliente' deverá pagar com dinheiro de brincadeira que terá recebido junto com os demais materiais distribuídos pela professora para realizar a tarefa.
- ❖ Explicar que o aluno 'vendedor' precisa verificar se é necessário dar troco ao aluno 'cliente', fazendo novamente a conta no quadro branco para descobrir se há troco a ser dado ao aluno 'cliente' e se quiser poderá pedir ajuda da turma.
- ❖ O processo deve ser repetido até que todos os alunos participem da encenação.

A partir desses dados, percebe-se que o Projeto Mercadinho oferece aqui uma oportunidade de produção escrita, propondo a construção de um gênero textual: a lista de compras. Assim, essa atividade não se propõe apenas a promover o processo de alfabetização da criança, o sistema da escrita, a trabalhar a escrita das crianças, mas também a apresentar como a lista de compras é elaborada e a estrutura de uma lista de compras. Quando os alunos passam o conhecimento sobre esse gênero textual, eles se tornam cada vez mais seguros de produzir suas próprias listas de compras toda vez que precisarem ir ao supermercado. Dessa forma, essa atividade traz uma grande

contribuição para o letramento dos alunos, porque ela se propõe a prepará-los para esse evento, que é fazer compras no supermercado. A elaboração da lista de compras se caracteriza como um gênero textual importante e significativo para a vida deles.

Entende-se que essa aprendizagem se torna não apenas importante para a vida, mas também motivadora, porque eles compreendem que aquele conhecimento que está sendo construído na sala de aula poderá ser transportado para o dia a dia deles com suas famílias.

A proposta também busca desenvolver a oralidade dos estudantes, oferecendo o conhecimento da língua oral e as estratégias de fala e escuta. A leitura e a escuta por meio da lista de compras e dos encartes fornece o destaque necessário ao letramento por meio de uma adequação progressiva às estratégias de leitura em diversos tipos de texto.

Ao buscar desenvolver a proficiência na escrita e na leitura, percebe-se que outras habilidades também são conquistadas através do processo de alfabetização, que se inicia a partir da exploração natural da linguagem e perpassa por uma fase de conhecimento da mecânica tanto da escrita quanto da leitura.

#### **5º momento da aula:**

No quinto e último momento da atividade, há uma proposta de autoavaliação, oferecendo aos alunos a oportunidade de refletir sobre as práticas desenvolvidas, apontando o momento mais difícil, o mais prazeroso e o mais significativo.

- ❖ No final da aula, conversar com os alunos sobre a experiência de aprendizagem. Questionar o que eles aprenderam com a escolha dos produtos, com a pesquisa dos menores preços entre os encartes, com a realização da conta para saber o valor total da compra e o troco que deveria dar ao aluno 'cliente'.
- ❖ Solicitar que sinalizem o momento da aula que mais gostaram e o momento mais difícil.

Percebe-se que essa parte da proposta pedagógica traz inúmeras contribuições, propondo a reflexão sobre as atividades desenvolvidas, o quanto foram significativas e motivadoras e, conseqüentemente, se estas contribuíram para preparar os estudantes para atuar na sociedade de forma autônoma e mais segura em relação às práticas que envolvem leitura e escrita.

## **Resultado da Análise**

Portanto, a partir dos dados fornecidos pelo Projeto Mercadinho, foi possível observar que este contribui de forma significativa para o letramento dos alunos, uma vez que este promove a interação, permite que tragam para a sala de aula o que eles já têm internalizado do seu dia a dia, possibilita a aprendizagem de novas palavras, o contato com outros gêneros textuais e a troca de experiências entre os alunos e entre alunos e professora.

Logo, entende-se que o Projeto Mercadinho pode ser utilizado nas turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I para o aprimoramento da alfabetização e do letramento, atingindo resultados positivos no que tange a aprendizagem significativa e a externalização do conhecimento do cotidiano do aluno. As experiências trocadas durante a atividade do projeto são relevantes tanto para o aprendizado quanto para a vida do aluno.

## **Considerações Finais**

Nesse estudo, foi identificada a importância da conciliação entre o processo de alfabetização e de letramento nas práticas pedagógicas desenvolvidas nos anos iniciais do Ensino Fundamental como ferramenta para formar cidadãos mais críticos e reflexivos capazes de participar das práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita, estando preparados para conhecerem o mundo ao seu redor.

A literatura investigada nesse estudo revelou que o letramento colabora para a formação dos alunos e a conciliação entre este processo e o de alfabetização nas práticas pedagógicas fornece incentivo para os alunos lerem, escreverem, interpretarem e entenderem o significado da leitura e da escrita, gerando leitores críticos e reflexivos.

Observou-se que a alfabetização se preocupa com a aquisição do sistema da escrita pela pessoa ou por grupos de pessoas, ao passo que o foco do letramento está nos aspectos sócio-históricos escritos por uma sociedade. Por isso, é fundamental que a escola forneça textos diversos, para que os alunos tenham contato com gêneros distintos e o processo de alfabetização e de letramento ocorram concomitantemente. Apenas o contato com textos não

irá fazer do aluno um ser humano letrado, porque ele não aprende por si só, precisa ser direcionado, precisa ter contato com textos voltados para ele, que colaborem com o letramento.

O conteúdo fornecido pelo professor deve ter significado para as crianças para que seja possível a construção de conhecimentos de forma gradativa e o desenvolvimento de uma atitude transformadora da sociedade. Portanto, a propostas de leitura/escrita precisa ser baseada na leitura do mundo das crianças como um componente transformador da realidade e não somente uma forma de transmissão de conhecimentos. A prática social será vivida de fato a partir do letramento, ao passo que acontece de modo perceptivo a utilização efetiva da leitura e escrita.

Portanto, esse estudo é uma contribuição para que educadores reflitam sobre a importância do letramento em aliança com a alfabetização para o melhor desenvolvimento da aprendizagem dos educandos. O objetivo é informar sobre o quão relevante é valorizar o letramento e não somente alfabetizar os alunos, compreendendo que isto traz significado para a vida daquele indivíduo. Para o futuro, as expectativas são de que o letramento esteja cada vez mais presente na alfabetização dos alunos e em toda sua vida, de forma que agregue valor aos seus conhecimentos e traga contribuições importantes para sua vida como leitor e cidadão.

## Referências

ALBUQUERQUE, E. B. C. Conceituando alfabetização e letramento. In: SANTOS, C. F.; MENDONÇA, M. (orgs). **Alfabetização e letramento: conceitos e relações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 11- 21.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**: Conhecimento de Mundo. Secretária de Educação Fundamental. Departamento da Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. Brasília, 1998.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o Bá-Bé-Bi-Bó-Bu**: Pensamento e Ação no Magistério. 1. Ed. São Paulo: Scipione, 1998.

FARIA, Rejane Cristina Barreto. **Letramento como efetiva prática social**. Trabalho de conclusão de Pós-graduação em Orientação Educacional e

Pedagógica. Universidade Candido Mendes, Pós-graduação “lato sensu”, Instituto A Vez do Mestre, 2009. Disponível em: [http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias\\_publicadas/c204491.pdf](http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/c204491.pdf). Acesso em: 21 de maio 2021.

FERREIRO, Emilia. **Com todas as Letras**. São Paulo: Cortez, 1999.

FOUCAMBERT, Jean. **A leitura em questão**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: Em três artigos que se completam – 39 ed. SP: Cortez, 2000.

JUSTO, Márcia Adriana Pinto da Silva; RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira. Letramento: O uso da leitura e da escrita como prática social. **Revista Eletrônica Saberes da Educação** – Volume 4 – nº 1, 2013. Disponível em: <https://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdf/v4-n1-2013/Marcia.pdf>. Acesso em: 21 de maio 2021.

LIRA, Bruno Carneiro. **Alfabetizar letrando**: uma experiência na Pastoral da Criança. São Paulo: Paulinas, 2006.

MORAIS, Artur Gomes de; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. **Alfabetização e letramento**. Construir Notícias. Recife, PE, v. 07 n.37, p. 5-29, nov/dez, 2007.

MOREIRA, Diogo Emilli; SILVA, Gorette, Milena da. **Letramento e alfabetização**: Uma prática pedagógica de qualidade. X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Pontifícia Universidade Católica do paraná – Curitiba, 7 a 10 de novembro de 2011. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5806\\_2767.pdf](https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5806_2767.pdf). Acesso em: 22 de maio 2021.

OLIVEIRA, Célia Patrícia Alves de; RIBEIRO, Rose Mary. A prática social da escrita: uma perspectiva de letramento. **Revista Educação, Escola e Sociedade**. Montes Claros, v. 11, n. 12, p. 68-82, jan./jun. 2018.

PIRES, Maria das Graças Porto; FERREIRA, Lucimar Gracia. **Alfabetizar e letrar**: Desafio para prática pedagógica. Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 7, n. 7, p. 1767-1779, maio, 2019. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/viewFile/8274/7942>. Acesso em: 21 de maio 2021.

ROCHA, H. A. B. **O lugar da linguagem no ensino de história**: entre a oralidade e a escrita. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2006.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: Uma caminhada coletiva na direção de uma educação de qualidade para todos. Florianópolis: COGEN, 2005.

SANTOS, Carmi Ferraz; MENDONÇA, Márcia (Orgs.). **Alfabetização e letramento**: conceitos e relações. 1 ed., 1 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007. Disponível em: <http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/arquivos/22.pdf>. Acesso em: 13 de nov. 2020.

SOARES, Magda. A reinvenção da alfabetização. **Revista Presença Pedagógica**, v.9 n.52. Jul./ago. 2003a.

\_\_\_\_\_. **Letramento**: Um tema de três gêneros. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003b.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira**. Jan/Fev/Mar/Abr 2004a, n. 25, p. 5-17. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>. Acesso em: 21 de maio 2021.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento, caminhos e descaminhos**. Pátio, nº. 29. Ano VII. Editora Artes Médicas Sul Ltda, 2004b.

TFOUNI, L. V. **Letramento e Alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1995.

VAL, Maria da Graça Costa. **O que é ser alfabetizado e letrado?** 2004.

## **4. PROPOSTAS PEDAGÓGICAS BASEADAS EM METODOLOGIAS ATIVAS E ENRIQUECIDAS POR TECNOLOGIA: uma aprendizagem mais significativa e prazerosa para alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental**

*Larissa Santos de Andrade*<sup>8</sup>

*Márcia Almeida Marques da Silva*<sup>9</sup>

### **Introdução**

Observando o atual contexto educacional, verifica-se que as metodologias de ensino tradicionais adotadas no século XX ainda se encontram presentes em muitas salas de aula, entretanto, o perfil dos alunos da sociedade contemporânea não se assemelha ao do passado. Os educandos de hoje têm facilidade de acesso à informação, são dinâmicos, gostam de interagir e de serem ouvidos e desafiados. Logo, estes se sentem incomodados com práticas que envolvem cópias, memorização e atividades repetitivas ou que exigem dos mesmos um papel passivo para ouvir os longos discursos expositivos dos professores. Dessa forma, essas experiências se tornam desmotivadoras para os educandos, refletindo cada vez mais na falta de participação nas atividades propostas, no desinteresse pela escola, no baixo desempenho e, até mesmo, na evasão escolar.

Morales e Alves (2016, p.3) afirmam que

Nos dias de hoje, em sala de aula os professores percebem e vivenciam a desmotivação, o desinteresse por parte de muitos alunos em aprender. Alunos que não consideram importante ou não dão importância aos conteúdos trabalhados em sala.

---

<sup>8</sup> *Graduanda em Pedagogia pela Faculdade São Judas Tadeu – Rio de Janeiro – RJ. Atua como professora da Educação Infantil na rede privada de ensino. E-mail: [andradelarissa740@gmail.com](mailto:andradelarissa740@gmail.com)*

<sup>9</sup> *Mestra em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Possui Pós-graduação em Língua Inglesa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Atua como orientadora, professora e assessora de pesquisa do curso de Graduação e Pós-graduação da Faculdade São Judas Tadeu no Rio de Janeiro – RJ. E-mail: [marquesmarcia29@gmail.com](mailto:marquesmarcia29@gmail.com)*

Novas metodologias já foram propostas e a tecnologia também já passou a ser compreendida como uma importante aliada da educação. Então, por que o processo educativo ainda continua o mesmo?

Debates entre educadores e especialistas na área da Educação já apresentaram propostas capazes de transformar o fazer pedagógico dos docentes. Entretanto, percebe-se que a falta de conhecimento sobre as novas metodologias e sobre o uso das ferramentas tecnológicas nas práticas pedagógicas tem contribuído para que muitos docentes continuem a planejar aulas com metodologias ultrapassadas.

Entende-se que o grande desafio dos docentes envolve mais do que saber utilizar os recursos tecnológicos, uma vez que eles precisam ser capazes de relacionar a tecnologia com os princípios que privilegiam a construção de conhecimentos, ou seja, o aprendizado significativo, interdisciplinar e integrador.

Assim, quando o docente insiste em adotar metodologias de ensino tradicionais, observa-se que as práticas pedagógicas além de não desenvolver habilidades essenciais para a formação do aluno, não geram a motivação dos discentes em relação à aprendizagem.

Nesse cenário, percebe-se de um lado há a falta de interesse dos alunos em relação às metodologias tradicionais e de outro, a dificuldade do professor em estabelecer uma relação entre as ferramentas tecnológicas e as práticas pedagógicas mais desafiadoras e motivadoras para os discentes. Logo, verifica-se que os docentes precisam repensar suas práticas e aprender a utilizar a tecnologia como uma aliada do processo ensino e aprendizagem.

Diante da relevância desse tema, este estudo traz a seguinte questão: Como as propostas pedagógicas baseadas em metodologias ativas e mediadas por tecnologia podem contribuir para o engajamento dos alunos nos anos iniciais do Ensino Fundamental, incentivando a formação crítica e reflexiva, a autonomia e o protagonismo desses estudantes?

Com o objetivo de responder essa questão, o presente estudo pretende investigar o valor das Metodologias Ativas enriquecidas por ferramentas tecnológicas para promover uma aprendizagem mais motivadora e significativa para o aluno, assim como, o desenvolvimento da criatividade, da cooperação, da reflexão, do senso crítico, da autonomia, do raciocínio lógico e do



protagonismo dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, transformando a sala de aula em um espaço de inovação com práticas pedagógicas mais coerentes com as expectativas e necessidades do aluno do século atual.

Diante desse cenário, o presente estudo propõe a reflexão de educadores sobre o uso das metodologias ativas e de recursos digitais para o desenvolvimento de práticas inovadoras e significativas capazes de estimular uma participação mais ativa dos alunos no processo de ensino e aprendizagem. Para isso, é fundamental que o docente quebre os paradigmas pré-estabelecidos para compreender o valor das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na construção de práticas pedagógicas capazes de despertar o interesse do aluno do século XXI pelas aulas, contribuindo de forma significativa para sua aprendizagem.

Portanto, em relação à finalidade desse estudo, este se caracteriza como descritivo, envolvendo uma pesquisa bibliográfica e análise de propostas pedagógicas. Nesse sentido, foram revisadas literaturas sobre o perfil do discente do século XXI, os desafios dos docentes e o valor das Metodologias Ativas e das ferramentas digitais para uma aprendizagem mais motivadora e significativa para os alunos. Todos os dados foram coletados em livros e trabalhos acadêmicos disponíveis na web. Além disso, foi realizada a análise qualitativa do planejamento de duas propostas pedagógicas construídas a partir de Metodologias Ativas e enriquecidas com ferramentas tecnológicas a fim de identificar suas contribuições para uma aprendizagem mais significativa e prazerosa para os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

## **O docente e o aluno do século XXI**

Será possível ensinar os educandos do século atual com os mesmos métodos do século passado? Os alunos do século XXI são conhecidos como nativos digitais, possuindo acesso diário a um grande fluxo de informações, o que os leva a perceber as práticas escolares desenvolvidas com base em metodologias tradicionais como experiências entediadas e irrelevantes para suas vidas.

Segundo Ferraz (2012), os alunos de hoje se sentem incomodados com rotinas escolares que envolvem ouvir passivamente o professor e anotar informações nos cadernos.

Fonseca e Alquéres (2009) confirmam essa perspectiva quando caracterizam esses alunos como “digitais” e a escola como “analógica”. Segundo os autores, esses indivíduos não possuem paciência para ouvir explicações sobre um mundo que eles já conhecem e, por isso, são considerados hiperativos, com uma limitada capacidade de concentração para as abordagens mais longas, que marcaram o ensino das gerações passadas.

Prensky (2010, p.61) também aponta que “Os estudantes de hoje não são mais as pessoas para as quais o nosso sistema educacional foi desenvolvido”. O mesmo autor acrescenta que as metodologias tradicionais não despertam a atenção desses alunos, ou seja, há uma discrepância entre as formas de ensinar dos professores e de aprender dos alunos. Entende-se que várias hipóteses podem ser levantadas em relação à falta de motivação dos alunos e uma delas, por exemplo, diz que a aprendizagem não tem sido significativa do ponto de vista do aluno.

Em relação às metodologias tradicionais, Freire (2005, p.68) afirma que a concepção bancária de educação nega o diálogo, à medida que, na prática pedagógica, prevalecem poucas palavras, já que “o educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente; o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados”. Essa perspectiva tradicional de ensino aponta para uma educação doutrinadora, que envolve a participação passiva do estudante, considerando o mesmo como um mero repositório de conteúdo pré-concebido. Nesse cenário, o docente se caracteriza como o detentor do saber e responsável por transmitir seus conhecimentos aos educandos, que, na sua visão, nada sabem e devem apenas receber e arquivar os saberes. Assim, o conhecimento é transmitido ao educando, sem direito a questionamentos, pois nessa metodologia, o aluno assume um papel passivo, buscando memorizar o novo conhecimento exposto pelo docente.

Contudo, essas aulas expositivas não atendem mais às necessidades e ao perfil dos alunos de hoje. Segundo Morales e Alves (2016, p.3),

Os estudantes preferem aulas práticas e quando necessário trabalhar a fundamentação teórica demonstram total desinteresse. O que os mantém na escola é a necessidade do certificado para ingressar no

mercado de trabalho ou frequentam as aulas por obrigação, ficando apáticos frente a qualquer iniciativa dos professores. São questões preocupantes já que o desinteresse pelos estudos contribui para o fracasso da aprendizagem escolar e, em alguns casos, levando à evasão escolar.

Essa perspectiva pode ser melhor compreendida por meio do estudo do psiquiatra William Glasser (1925-2013), que construiu a pirâmide da aprendizagem, representada na Figura 1, trazendo à educação dados importantes sobre como a aprendizagem do estudante se torna mais assertiva (GLASSER, 2017).

Figura 1 – Pirâmide da Aprendizagem de William Glasser



Fonte: Adaptado de Glasser, 2017.

De acordo com o psiquiatra, quando a proposta pedagógica incentiva a prática, a aprendizagem se torna mais assertiva. Em sua pirâmide, Glasser mostra que a aprendizagem se torna mais fácil quando os educandos interagem, questionam, debatem, ensinam aos colegas de turma, treinam e praticam o conteúdo trabalhado e que quando eles assumem um papel passivo na sala de aula, ou seja, apenas de observadores, o conteúdo é pouco assimilado.

Segundo Glasser (2017, documento on-line), “A boa educação é aquela em que o professor pede para que seus alunos pensem e se dediquem a promover um diálogo para promover a compreensão e o crescimento dos estudantes”.

Nesse cenário educacional, identifica-se que o método passivo de ensino adotado em muitas salas de aula tem contribuído para a falta de interesse e de participação dos educandos, sendo essencial que os docentes revejam suas práticas e adotem metodologias que levem esses alunos a interagirem, a praticarem e se sentirem corresponsáveis pela própria aprendizagem.

Segundo Oliveira (2009, p.1),

Ensinar e aprender estão sendo desafiados como nunca. Há informações demais, múltiplas fontes, visões diferentes de mundo. Educar hoje é mais complexo porque a sociedade também é mais complexa e o são as competências necessárias (...). Precisamos repensar todo o processo, reaprender a ensinar, a estar com os alunos, a orientar atividades, a definir o que vale a pena fazer para aprender, juntos ou separados.

Entende-se, portanto, que a escola de hoje precisa acompanhar o ritmo acelerado de um mundo tecnológico e globalizado e, para isso, é fundamental que os educadores sejam mais críticos, criativos e conscientes sobre seu novo papel no contexto educacional: o de mediador da aprendizagem. Segundo Masetto (2009), o educador deve atuar como facilitador, incentivador e promotor do processo de aprendizagem do educando.

Logo, pode-se dizer que o docente do século XXI precisa conhecer as novas metodologias, de modo a ser capaz de oferecer a essa nova geração de estudantes oportunidades de construção do conhecimento de forma inovadora, desafiadora e prazerosa.

## **Metodologias Ativas: inovação na educação**

A presente investigação traz uma breve apresentação sobre o surgimento, os objetivos e os princípios que norteiam as metodologias ativas.

### **O método ativo de ensino**

Com a finalidade de transformar paradigmas sobre o fazer pedagógico e de propor práticas pedagógicas mais coerentes com o perfil discente do século XXI, surgem as metodologias ativas que oferecem aos estudantes a oportunidade de conhecer novas formas de aprender.

Freire (2005) descreve a metodologia ativa como um processo que envolve ação-reflexão-ação, uma vez que os estudantes são desafiados a refletirem sobre suas próprias experiências com o objetivo de pesquisar e propor soluções.

Segundo Moran (2019, p.7),

As metodologias ativas procuram criar situações nas quais os aprendizes possam fazer coisas, pensar e conceituar o que fazem, construir conhecimentos sobre conteúdos envolvidos nas atividades que realizam, bem como desenvolver a capacidade crítica, refletir sobre as práticas que realizam, fornecer e receber feedbacks, aprender a interagir com colegas, professores, pais e explorar atitudes e valores pessoais na escola e no mundo.

Silberman (1996) afirma que nos métodos ativos, os alunos têm a possibilidade de assimilar maior volume de conteúdo, de construir conhecimento a partir de interações e de desenvolver diferentes habilidades. Nesse cenário, os educandos passam a compreender a aula como uma experiência mais prazerosa.

Para compreender melhor as Metodologias Ativas, é válido conhecer as teorias de aprendizagens que as norteiam, explicadas no Quadro 1:

**Quadro 1 - Teoria de Aprendizagens das Metodologias Ativas**

<b>Pedagogia de Dewey (1989)</b>	<b>Visão Interacionista de Vygotsky (1998)</b>	<b>Teoria de Ausubel (2003)</b>	<b>Perspectiva de Freire (1983)</b>
Deve-se considerar as experiências de vida dos alunos ao planejar uma atividade a fim de incentivá-los a refletirem sobre sua própria realidade.	A prática pedagógica deve estimular a interação social, ou seja, a voz do aluno deve ser valorizada.	O trabalho a partir do conhecimento prévio do aprendiz torna a aprendizagem mais significativa e motivadora.	Deve-se promover discussões em sala de aula, em que o estudante tenha a oportunidade de dialogar, expondo suas opiniões e ouvindo outras.

**Fonte:** As autoras, 2021.

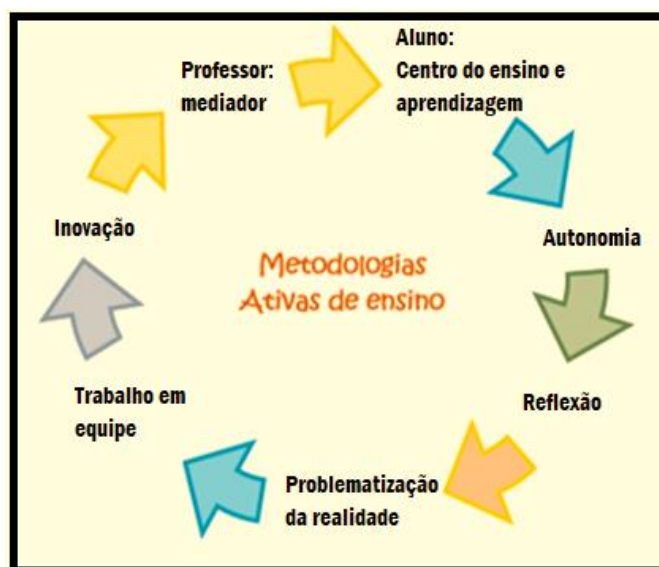
Compreendendo que as Metodologias Ativas foram pensadas partir das perspectivas desses estudiosos, entende-se que o planejamento de práticas pedagógicas deve valorizar a interação, o diálogo, a reflexão sobre a realidade e o conhecimento prévio do aluno. Dessa forma, as práticas pedagógicas oferecem experiências de aprendizagem dinâmicas e inovadoras que favorecem o desenvolvimento do senso crítico, da resolução de problemas, da

autonomia, entre outras habilidades fundamentais para a formação do aluno enquanto cidadão.

### Princípios das Metodologias Ativas

Os principais princípios das metodologias ativas estão descritos na Figura 2 e conhecê-los é fundamental para compreender como esse método pode transformar o olhar do aluno em relação ao cotidiano escolar.

Figura 2- Princípios das Metodologias Ativas



Fonte: As autoras, 2021.

- **Aluno no centro do processo de ensino e aprendizagem**

O método ativo de ensino destaca a importância de as práticas educacionais estarem vinculadas às experiências dos alunos. Segundo Dewey (1989, p.7), “A educação torna-se, desse modo, uma ‘contínua reconstrução de experiência’”. Isso quer dizer que essa abordagem de ensino coloca o estudante no centro dos processos de ensino e de aprendizagem, propondo que os conteúdos sejam planejados de acordo com o contexto do estudante. Dessa forma, esses alunos se sentem mais envolvidos com a proposta pedagógica, uma vez que o conhecimento oferecido em sala de aula é relevante para a reflexão de sua própria realidade.

Segundo Moran (2017, p.2), “as metodologias ativas de aprendizagem podem ser definidas como estratégias de ensino centradas na participação

efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem, de forma flexível, interligada e híbrida”.

Logo, entende-se que o processo educativo orientado pelas metodologias ativas é capaz de despertar o interesse dos alunos pela aprendizagem, incentivando os mesmos a refletirem de forma crítica sobre suas realidades.

Dewey (2011, p. 37) diz que

[...] cada experiência afeta para melhor ou para pior as atitudes que contribuem para a qualidade das experiências subsequentes, estabelecendo certas preferências e aversões, tornando mais fácil ou difícil agir nessa ou naquela direção. Além disso, toda a experiência exerce, em algum grau, influência sobre as condições objetivas sob as quais novas experiências ocorrem [...].

O docente ao utilizar metodologias ativas deve fazer a ponte entre a teoria e a prática, considerando a vivência do educando e seu conhecimento de mundo. Dessa forma, os alunos são incentivados a serem cada vez mais questionadores, ou seja, indivíduos capazes de atuar ativamente na sociedade.

O conhecimento prévio, conceituado por Ausubel (2003, p.85), é aquele caracterizado como declarativo, mas pressupõe um conjunto de outros conhecimentos procedimentais, afetivos e contextuais, que igualmente configuram a estrutura cognitiva prévia do aluno que aprende. Assim, o docente precisa atuar como mediador, provocando a aprendizagem e, por isso, o planejamento da aula deve levar em conta a elaboração de perguntas que instiguem o aluno a refletir sobre o conhecimento prévio que possui sobre o assunto e a exercitar as várias possibilidades de respostas.

Diante desse contexto, entende-se que a aula planejada com base nas experiências e conhecimentos prévios dos estudantes torna o processo de aprendizagem mais interessante, uma vez que o processo de aprendizagem ganha significado para eles.

- **Autonomia**

Em relação à Metodologia Ativa, Brito e Camas (2017, p.314) afirmam que “Intenciona-se, com sua aplicação, favorecer a autonomia do estudante, despertar a curiosidade e estimular tomadas de decisões individuais e coletivas, advindas das atividades essenciais da prática social e nos contextos do estudante”.

Berbel (2011, p.29) aponta que

O engajamento do aluno em relação a novas aprendizagens, pela compreensão, pela escolha e pelo interesse, é condição essencial para ampliar suas possibilidades de exercitar a liberdade e a autonomia na tomada de decisões em diferentes momentos do processo que vivencia, preparando-se para o exercício profissional futuro.

Dessa forma, pode-se dizer que ao adotar as metodologias ativas, o docente busca planejar seu fazer pedagógico a partir do ponto de interesse do educando, tornando as salas de aulas ambientes motivadores. Em outras palavras, esse planejamento possibilita o desenvolvimento da autonomia do educando, pois propõe práticas que estimulam a curiosidade e o desejo de buscar novos conhecimentos.

Bastos (2006, p.10) descreve Metodologias Ativas como “processos interativos de conhecimento, análise, estudos, pesquisas e decisões individuais ou coletivas, com a finalidade de encontrar soluções para um problema”.

Mitre *et al.* (2008) explicam que as metodologias ativas utilizam a problematização como estratégia de ensino/aprendizagem, com o objetivo de alcançar e motivar o discente, pois diante do problema, ele se detém, examina, reflete, relaciona a sua história e passa a ressignificar suas descobertas.

A partir dessas perspectivas, verifica-se que as propostas pedagógicas desenvolvidas com base no princípio da autonomia das Metodologias Ativas propõem experiências desafiadoras, que estimulam os estudantes a buscarem conhecimento e tomarem decisões, os preparando para a vida adulta.

- **Problematização da realidade e reflexão**

Orientar os educandos a problematizarem aspectos do seu cotidiano, relacionando-os com temas de estudo é uma prática pedagógica enriquecedora, pois garante aos estudantes a oportunidade de aproximar a teoria da prática. Assim, entende-se que as metodologias ativas contribuem para o desenvolvimento da capacidade dos alunos de refletirem e resolverem problemas reais.

Medeiros (2014) destaca que a partir do método ativo, o docente pode estimular a curiosidade do estudante, propondo o desafio de analisar de forma crítica e reflexiva uma situação problema real ou simulada e de apresentar soluções.



Segundo Berbel (2011), as Metodologias Ativas desenvolvem o processo de conhecer, usando experiências reais ou simuladas, visando situações de esclarecimento com sucesso, desafios providos das atividades fundamentais da realidade social, em diversos contextos.

De acordo com Pinto *et al.* (2012, p.78),

Promover a aprendizagem significativa, exige, em primeiro lugar, uma metodologia de ensino que seja capaz de envolver o aluno enquanto protagonista de sua aprendizagem, desenvolvendo ainda o senso crítico diante do que é aprendido, bem como competências para relacionar esses conhecimentos ao mundo real.

Segundo Valente (2018, p.27), as “metodologias ativas constituem alternativas pedagógicas que colocam o foco do processo de ensino e de aprendizagem no aprendiz, envolvendo-o na aprendizagem por descoberta, investigação ou resolução de problemas”.

A partir desse entendimento, nota-se que quando a prática pedagógica propõe desafios que exigem tomadas de decisões e avaliações de resultados, o educando se sente mais motivado a participar do processo de aprendizagem. Além disso, essas atividades desafiadoras incentivam a reflexão desse indivíduo sobre sua própria história de vida, e, conseqüentemente, sobre a história da sociedade.

Logo, entende-se que o dever do docente é lutar por uma escola em que os educandos possam viver experiências verdadeiramente autênticas, exercitando a reflexão crítica em todos os campos que compõe a realidade.

- **Trabalho em equipe**

As metodologias ativas colaborativas privilegiam a interação, pois consideram as trocas de experiências e conhecimento entre os alunos como importantes ferramentas para o processo de aprendizagem. Nesse caso, quando os alunos participam de trabalhos em grupo, eles têm a oportunidade de interagir, aprender a prestar atenção às contribuições dos colegas e a questioná-las.

Segundo Oliveira (2010), as atividades em grupo contribuem para o desenvolvimento de habilidades fundamentais para a formação do aluno enquanto cidadão. Por exemplo, uma proposta de aprendizagem baseada em equipes ajuda o educando a se relacionar melhor com seu interlocutor, a

argumentar, a respeitar seu turno de fala, a aceitar perspectivas divergentes, entre outras.

Moreira (2011, p.25) afirma que

[...] não se trata exatamente de motivação ou de gostar da disciplina, do conteúdo, trata-se de relacioná-la interativamente aos novos conhecimentos da estrutura cognitiva prévia do aluno, modificando-a, enriquecendo-a, elaborando-a para concretizar as condições para aprendizagem significativa.

Oliveira (2010) aponta a colaboração como uma das características relevantes da metodologia ativa e acrescenta que ao propor trabalhos em grupo, o docente traz para sua aula uma excelente contribuição para a formação pessoal, social e até profissional do aluno.

O trabalho em grupo não valoriza somente a construção de novos saberes, mas também oportuniza o pensamento e elaboração individual, assim como, a troca de conhecimentos entre os alunos.

Portanto, verifica-se que esse princípio das Metodologias Ativas possibilita uma aprendizagem colaborativa, estimulando o processo de construção de saberes e de troca de experiências e prepara o aluno para trabalhar em equipe em sua vida profissional futura.

- **Inovação**

A escola precisa refletir sobre que tipo de sociedade que ela pretende construir, haja vista que esta tem uma participação influenciadora no caráter social dos indivíduos, e, portanto, tem em suas mãos, o poder de intervenção pelos mecanismos da educação, concretizando as relações sociais de acordo com os padrões exigidos pela sociedade. Assim, a escola tem o papel fundamental de socializar e preparar esses alunos para essa nova era digital, possibilitando uma atuação mais ativa na sociedade.

Quando o docente adota metodologias ativas em suas práticas, este incentiva os alunos a se tornarem protagonistas de seu processo de ensino-aprendizagem. Segundo o entendimento de Freire e Faundez (1983), o homem, enquanto ser histórico, está sempre à procura de algo, num processo permanente no qual faz e refaz constantemente o seu saber.

Nesse sentido, trabalhar com desafios hoje é mais complexo, porque cada um dos alunos envolvidos tem expectativas, motivações e atitudes

diferentes diante da vida. Assim, o docente precisa falar a linguagem dos alunos do século XXI, ou seja, trazer a realidade deles para dentro da sala de aula e, para isso, é fundamental aprender a incorporar as tecnologias em suas práticas pedagógicas.

Moraes e Varela (2006) destacam que inovação não significa apenas utilizar recursos tecnológicos na sala de aula, pois isso não é suficiente. É necessário adotar metodologias que incentivem a transformação do ambiente de aprendizagem. Esse ambiente deve estimular a curiosidade do aluno, ser um espaço de troca de experiências e de busca de conhecimento, utilizando meios digitais de forma efetiva.

Castro-Filho, Freire e Maia (2016) afirmam que além da produção de sínteses, que serve para confirmar novas ideias, o material utilizado deve atender aos anseios dos alunos para que seus interesses sejam voltados para uma visão contemporânea do mundo.

Observa-se que esses autores destacam a importância de os docentes refletirem sobre o melhor uso dos recursos digitais com o objetivo de proporcionar situações propícias para aprendizagens significativas e coerentes com os objetivos educacionais.

Assim, a tecnologia surge como uma aliada do processo de ensino e aprendizagem, propondo atividades desafiadoras e interativas que contribuem para o engajamento dos estudantes nas aulas, assim como, para o desenvolvimento de cidadãos críticos, autônomos e criativos.

- **Professor: mediador, facilitador, ativador**

Em relação às Metodologias Ativas, Barros (2009) afirma que o professor atua como mediador do processo de aprendizagem, incentivando o aluno a ser cada vez mais autônomo e ativo em sala de aula.

Logo, ao adotar as metodologias ativas, o docente assume a responsabilidade de incentivar a interação, a reflexão e o senso crítico do aluno, assim como, de investir em atividades colaborativas e desafiadoras.

Lollini (1991, p.15) diz que, diante dessa nova era tecnológica, o principal objetivo do docente é formar educandos capazes de se posicionarem diante da sociedade, buscando tornar essa nova geração mais consciente e madura.

A partir dessas perspectivas, entende-se que o espaço de interação entre o educando e o docente precisa ser explorado de modo que este último possa atuar como guia do processo da cognição até que o aluno seja capaz de assumir o seu desenvolvimento cognitivo.

O processo educativo tem se tornado cada vez mais complexo, exigindo do educador um aperfeiçoamento constante, que contribua para o planejamento de propostas pedagógicas inovadoras, capazes de transformar efetivamente o ensino dentro da sala de aula. O educador do século XXI precisa aprender a inovar, incorporar a tecnologia às práticas pedagógicas.

Segundo Valente (1999, p. 41),

[...] A implantação de novas ideias depende, fundamentalmente, das ações do professor e dos alunos. Porém, essas ações, para serem efetivas, devem ser acompanhadas de uma maior autonomia para tomar decisões, alterar o currículo, desenvolver propostas de trabalho em equipe e usar novas tecnologias de informação [...].

Segundo Moran, Masetto e Behrens (2003, p. 32), o docente é a peça fundamental para que as tecnologias sejam usadas de forma adequada no espaço escolar. Assim, é importante que a escola ofereça recursos e cursos para capacitar o docente em relação ao uso da tecnologia como uma aliada do processo ensino e aprendizagem. É necessário que o docente compreenda a evolução do mundo e a necessidade da educação se transformar.

Mendes (2012, p.17) confirma esse ponto de vista, ao destacar que em um mundo em constantes transformações, o aperfeiçoamento contínuo do educador é fundamental para que este seja capaz de acompanhar as demandas da educação do século XXI.

Segundo o documento norteador da Base Nacional Comum Curricular - BNCC,

É importante que a instituição escolar preserve seu compromisso de estimular a reflexão e a análise aprofundada e contribua para o desenvolvimento, no estudante, de uma atitude crítica em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais. Contudo, também é imprescindível que a escola compreenda e incorpore mais as novas linguagens e seus modos de funcionamento, desvendando possibilidades de comunicação (e também de manipulação), e que eduque para usos mais democráticos das tecnologias e para uma participação mais consciente na cultura digital. Ao aproveitar o potencial de comunicação do universo digital, a escola pode instituir novos modos de promover a aprendizagem, a interação e o compartilhamento de significados entre professores e estudantes (BRASIL, 2018, p.61).

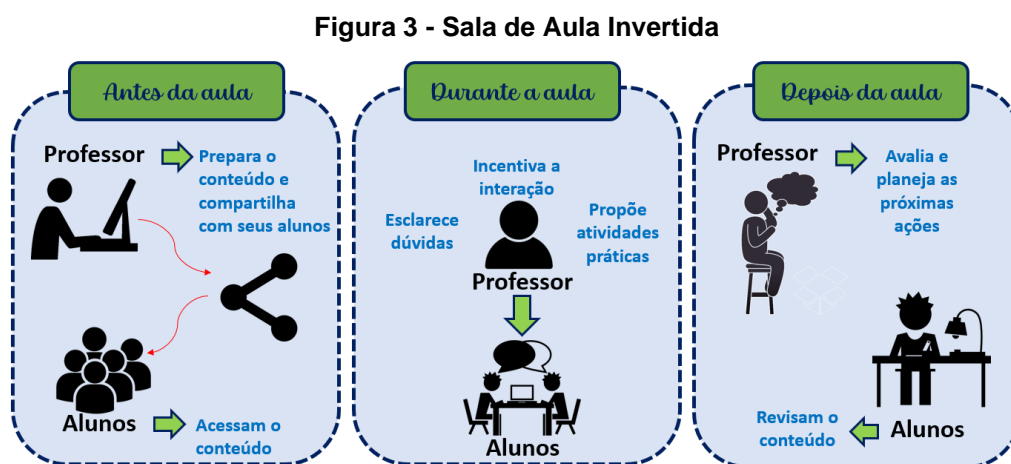
Nesse sentido, verifica-se que o professor precisa se atualizar para ser capaz de reconhecer as possibilidades pedagógicas das ferramentas tecnológicas e de incorporá-las em planejamentos elaborados com base nos princípios das Metodologias Ativas a fim de tornar a aprendizagem mais significativa e motivadora para o educando.

### **Tipos de Metodologias Ativas**

Existem diferentes tipos de Metodologias Ativas, entre estes destacam-se: a Sala de Aula Invertida, a Rotação por Estações, as Aulas Mão na Massa, a Aprendizagem baseada em Projetos e a Aprendizagem baseada em Problemas. Todos eles propõem um processo de ensino e aprendizagem dinâmico e inovador, entretanto, o presente estudo direciona o olhar para dois deles: Sala de aula Invertida e Rotação por Estações, uma vez que esses nortearam os planejamentos das aulas a serem analisados nessa investigação.

- **Sala de Aula Invertida:**

Na Metodologia Ativa Sala da Aula Invertida, o conteúdo da aula é disponibilizado para o aluno estudar previamente em casa e, na sala de aula, ele encontra um espaço para o esclarecimento de dúvidas, trocas de conhecimento, discussões e atividades práticas. Assim, a aula se torna mais dinâmica e interativa. A Figura 3 busca trazer uma melhor compreensão sobre como funciona essa metodologia.



Fonte: As autoras, 2022.

Como as atividades na Sala de Aula invertida são práticas, o aluno tem a oportunidade de desenvolver a capacidade de criação, reflexão, comunicação, colaboração, entre outras, que são fundamentais para sua formação como cidadão.

Bacich e Moran (2018, p.58) afirmam que “[...] a combinação de aprendizagem por desafios, problemas reais e jogos com aula invertida é muito importante para que os alunos aprendam fazendo, juntos e no seu próprio ritmo.”

Para Bergmann e Sams (2016, p.6), a Sala de Aula Invertida possibilita que o aluno vivencie um processo de aprendizagem personalizado.

Barion e Melli (2017, p. 598) explicam que em uma proposta pedagógica construída com base na Metodologia Ativa Sala de Aula Invertida “[...] nos momentos online, em que geralmente o aluno estuda sozinho, é possível se valer do potencial das tecnologias para que o estudante tenha controle sobre seus estudos, tomando decisões que favoreçam sua autonomia [...]”.

Percebe-se que esses autores explicam a Sala de Aula Invertida como uma metodologia que possibilita o melhor desenvolvimento dos alunos, uma vez que estes encontram na sala de aula mais oportunidades de interagir, praticar e assumir um papel de protagonista de sua própria aprendizagem.

Para Bergmann e Sams (2013, p.12), “a aprendizagem invertida ajuda os professores a se afastar de instrução direta como ferramenta de ensino fundamental em direção a uma abordagem mais centrada no aluno”.

Segundo Fulton (2012), por ser uma metodologia diferente da tradicional, os alunos precisam ser preparados e orientados para o desenvolvimento da aula invertida, tendo conhecimento de que precisam participar das tarefas, trabalhar de forma colaborativa e resolver os problemas apresentados nas atividades.

Portanto, pode-se dizer que ao utilizar a Metodologia Ativa Sala da Aula Invertida, a aula se torna um momento rico de atividades práticas, em que o docente assume o papel de condutor do ensino, tirando dúvidas, aprofundando o tema e estimulando o debate, de forma a proporcionar ao estudante um aprendizado mais amplo e completo.

- **Rotação por Estações**

A Metodologia Ativa Rotação por Estações envolve a formação de diferentes ambientes dentro da sala de aula. Nesse cenário, o docente propõe uma espécie de circuito, onde determinado conteúdo é abordado de diferentes maneiras. Em outras palavras, os alunos encontram diferentes atividades que se propõem atender às diferentes formas de aprender.

Souza e Andrade (2016, p.6) dizem que o modelo de Rotação por Estações é um modelo de ensino e aprendizagem em que a forma como são dispostas as estações de aprendizagem define a estrutura desse modelo e cada estrutura pode estar organizada de diferentes maneiras.

Os autores Bacich, Tanzi Neto e Trevisani (2015) explicam a Rotação por Estações como uma atividade em que os estudantes são organizados em grupos a fim de experimentar diferentes práticas durante a aula. Essa metodologia permite que, ao longo da aula, os estudantes vivenciem diferentes formas de aprender.

Christensen, Horn e Staker (2013, p.27) definem a Rotação por Estações como: “rotação de turmas ou rotação de classes” e “revezamento dos alunos dentro do ambiente de sala de aula”.

O modelo de Rotação por Estações de Trabalho traz diversos benefícios, como: o aumento das oportunidades do professor de trabalhar com o ensino e aprendizado de grupos menores de estudantes; o aumento das oportunidades para que os professores forneçam feedbacks em tempo útil; oportunidade dos estudantes aprenderem tanto de forma individual quanto colaborativa; e, por fim, o acesso a diversos recursos tecnológicos que possam permitir, tanto para professores como para os alunos, novas formas de ensinar e aprender (SOUZA; ANDRADE, 2016, p.8).

As definições apresentadas por esses autores mostram que nesse tipo de metodologia ativa, o aluno abandona aquela postura passiva de ouvinte e assume o papel de protagonista do seu aprendizado.

Silva, Cerutti e Lubachewski (2018, p.03) apontam que na metodologia Rotação por Estações “devemos observar a necessidade existir no mínimo uma estação onde o recurso utilizado deva ser online”. Assim, observa-se que o uso de recursos digitais nesse tipo de metodologia é uma estratégia que estimula a curiosidade e desafia os alunos, uma vez que o potencial lúdico dessas ferramentas atrai a atenção dos mesmos, incentivando uma participação ativa nas propostas pedagógicas.

Segundo Vygotsky (1998, p.7),

O lúdico envolve elementos simbólicos, sociais e culturais que podem ser utilizados para possibilitar o desenvolvimento cognitivo e, conseqüentemente, a aprendizagem. A “nova” forma de ensinar, envolvendo diferentes elementos apoiados pela ludicidade, faz com que o ensino seja ofertado de modo mais dinâmico, tornando-o uma prática mais ativa e mista em termos de escolhas metodológicas.

Santos, Beato e Aragão (2010, p.15) afirmam que a ludicidade das TICs favorece a autonomia do conhecimento, desenvolve a capacidade de resolução de problemas, a construção de um pensamento crítico, aumenta a independência emocional e constrói a autoestima.

Nesse sentido, percebe-se que uma proposta pedagógica construída a partir da Metodologia Ativa Rotação por Estações se caracteriza por ser desafiadora, dinâmica, interativa, colaborativa e inovadora, sendo capaz de encantar e contribuir para o desenvolvimento da autonomia dos alunos, uma vez que as atividades propostas envolvem o lúdico e recursos digitais e incentivam a colaboração, a interação e a busca por conhecimento.

## **Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) nas Metodologias Ativas**

Segundo Brito (2006, p.19), com o avanço da nova era tecnológica, o computador passou a fazer parte do contexto educacional como uma forma de incentivar o aluno a querer aprender, promovendo uma satisfação tanto para o educador quanto para o educando. Assim, surgiram as TICs, tornando o processo de ensino aprendizagem mais dinâmico e interessante, contribuindo para um melhor desempenho escolar e servindo como recurso pedagógico de apoio para educador e educando.

A parceria entre as novas tecnologias e as metodologias ativas contribui para o planejamento de atividades pedagógicas mais inovadoras, desafiadoras e significativas. Entende-se que ao incorporar ferramentas tecnológicas em práticas pedagógicas, o professor proporciona ao aluno um aprendizado mais motivador.

Rodrigues (2006, p.23) afirma que o mundo está em constante desenvolvimento, passando por diversas transformações. Assim, o surgimento



de novas tecnologias é compreendido como instrumento facilitador do processo de ensino e de aprendizagem.

Segundo o documento norteador da Base Nacional Comum Curricular - BNCC,

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2018, p. 5).

Segundo Moraes & Andrade (2009, p. 97),

Educação não pode nem deve desprezar esse dado da realidade, nem agir como se a tecnologia não fizesse parte da vida dos alunos. É preciso levar em conta que os alunos de hoje serão os profissionais no futuro, quando a sociedade será ainda mais informatizada e dependente dessas e de novas tecnologias que vão surgir. De qualquer forma, educá-los para os novos tempos requer a utilização dos atuais recursos disponíveis.

Dessa forma, entende-se que a tecnologia faz parte da vida dos alunos e esta não pode ser ignorada no planejamento das aulas. Ao propor práticas pedagógicas enriquecidas por tecnologia, o docente não apenas incentiva a participação do educando, mas também prepara o mesmo para atuar em um mundo digital.

Os recursos tecnológicos garantem um processo educativo mais coerente com a realidade e interesses dos educandos de hoje e do futuro. Segundo Santos (1997), a utilização das TICs aliada às novas metodologias é fundamental para estimular a participação mais ativa dos alunos no processo de ensino e aprendizagem.

O uso das TICs nas atividades propostas em sala de aula se torna, assim um agente motivador, capaz de mudar o olhar do aluno em relação às aulas que antes considerava difíceis ou entediadas. Verifica-se que as práticas pedagógicas desenvolvidas por meio das novas tecnologias se tornam mais dinâmicas e atraentes para os discentes.

Pereira e Freitas (2010) afirmam que a tecnologia possibilita que um conteúdo seja apresentado de diferentes formas, entretanto, é importante que o professor verifique as possibilidades pedagógicas dos recursos tecnológicos a fim de identificar se estes atendem aos objetivos educacionais propostos para o público-alvo.

Segundo Mello (2006, p.1),

O despreparo do professor para enfrentar os desafios de ensinar e aprender num mundo congestionado de informações, onde o acesso ao conhecimento vai se tornando mais fácil, rápido e prazeroso, não decorre de sua pouca familiaridade com o computador. Decorre de sua fragilidade profissional, sua formação de base que foi aligeirada e de má qualidade, sua cultura geral que é restrita, sua falta de oportunidade para desenvolver a sensibilidade para problemas e tendências da vida contemporânea.

Segundo Mattos, Ferrari Júnior e Mattos (2005), incorporar novas tecnologias às práticas pedagógicas significa exigir que o educador repense sua própria prática. Para os autores, essa necessidade de reestruturação é inerente ao processo, pois quando se utiliza a tecnologia como ferramenta pedagógica, o professor necessita reestruturar seu planejamento escolar, de modo a adaptar sua prática às novas possibilidades de ensino e aprendizagem.

Nesse contexto, o compromisso de ministrar aulas criativas recai sobre o docente, uma vez que a educação deve ser contínua e se constituir em meio a uma sociedade desafiadora.

Segundo Masetto (2009), essas mudanças tiram o professor de sua “zona de conforto”, pois este é levado a novos desafios, precisando estimular o aluno a aprender em vez de apenas transmitir o conteúdo.

O mesmo autor também destaca que,

Não se trata de simplesmente substituir o quadro-negro e o giz por algumas transparências, por vezes tecnicamente mal elaboradas ou até maravilhosamente construídas num power point, ou começar a usar um datashow. As técnicas precisam ser escolhidas de acordo com o que se pretende que os alunos aprendam (MASETTO, 2009, p. 143).

A tecnologia é uma realidade que traz diversos benefícios e, quando incorporada ao processo de ensino e aprendizagem, proporciona novas formas de ensinar e, principalmente, de aprender em um momento em que a cultura e os valores da sociedade estão mudando, exigindo novas formas de acesso ao conhecimento e cidadãos críticos, criativos, competentes e dinâmicos.

Mattar (2010) afirma que por meio dos avanços tecnológicos, os alunos do século XXI têm facilidade de acesso à informação, entretanto, estes precisam aprender a filtrar a informação e lidar com a tecnologia.

Logo, é fundamental que o docente de hoje compreenda o valor da aliança entre as Metodologias Ativas e as tecnologias para promover o desenvolvimento de educandos criativos, autônomos, críticos, capazes de

trabalharem em grupo, resolverem problemas e tomarem decisões rápidas. Em outras palavras, o planejamento das aulas precisa incluir as tecnologias a fim de potencializar, de forma significativa, o processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, torna-se necessária a reflexão dos atuais e futuros docentes sobre o uso de ferramentas tecnológicas para propor novas formas de ensinar e aprender, incentivando a formação de alunos protagonistas da própria aprendizagem.

## **Metodologias Ativas mediadas por tecnologias: análise de planejamentos pedagógicos**

Para a análise proposta nesse estudo, foram elaborados dois planejamentos pedagógicos para alunos do 5º ano do Ensino Fundamental com base nos princípios das Metodologias Ativas e enriquecidos com diferentes recursos digitais. Esta análise tem como objetivo identificar como essas propostas podem motivar a participação do aluno em sala de aula e promover sua formação integral.

Nesse sentido, as orientações descritas nos planos de aula foram analisadas qualitativamente a fim de identificar como as Metodologias Ativas e os recursos digitais podem contribuir para uma aprendizagem mais significativa e, ao mesmo tempo, desenvolver a autonomia, a criatividade, a colaboração, o senso reflexivo e crítico, o raciocínio lógico e a capacidade de resolver problemas dos estudantes.

### **Análise do Plano de Aula 1**

O uso consciente da água é o tema da aula proposto no Plano de Aula 1, como mostra a Quadro 2.

Essa proposta faz uso de uma metodologia ativa enriquecida por tecnologia, oferecendo aos educandos uma experiência inovadora e motivadora a partir do uso de quatro ferramentas digitais: Padlet, Mentimeter, Wordwall e Canva.

A finalidade da análise do Plano de Aula 1 é identificar as contribuições dessa proposta pedagógica para motivar a participação ativa dos educandos, assim como, para seu desenvolvimento integral.

**Quadro 2 – Plano de Aula 1: Informações iniciais**

<b>Componente Curricular:</b> Língua Portuguesa
<b>Público-alvo:</b> Alunos 5º ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais
<b>Tema da aula:</b> A Água: Importância e o Uso Consciente
<b>Objeto de Conhecimento:</b> Escrita (compartilhada)
<b>Objetivos da aula:</b> Elaborar um cartaz para campanha publicitária para ser divulgada no ambiente escolar e digital, visando conscientizar a comunidade sobre a importância do Uso Consciente da Água.
<b>Habilidade na BNCC:</b> EF15LP07
<b>Campo de atuação:</b> Vida Pública
<b>Gênero Textual:</b> Campanha Publicitária
<b>Prática de Linguagem:</b> Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)

**Fonte:** As autoras, 2021.

### **1º momento: Antes da aula**

O primeiro momento apresentado no Plano de Aula 1 revela a metodologia adotada nessa proposta pedagógica: Metodologia Ativa - Sala de Aula Invertida. Essa proposta valoriza o contato prévio dos alunos com o conteúdo a ser trabalhado na sala de aula. Observe as orientações do 1º momento da aula:

- *Solicite, que em casa, antes da próxima aula, os alunos acessem o link do mural virtual Padlet: <https://padlet.com/marciamarques4/agua> para assistirem ao vídeo ‘Preservação de Água’ de Barros (2014): <https://www.youtube.com/watch?v=R1Vdd5aa3RA>.*
- *Solicite que, após assistirem ao vídeo, postem no mural virtual uma frase com o objetivo de conscientizar a sociedade sobre a importância do uso consciente da água.*
- *Informe que na próxima aula, haverá uma votação sobre as três frases mais impactantes sobre o uso consciente da água.*

Ao analisar os dados dessa primeira parte do planejamento, percebe-se que a proposta envolve a apresentação e a reflexão crítica sobre o tema da aula e deverá ser realizada em casa, antes do dia da aula. Logo, pode-se verificar que a Sala de Aula Invertida propõe uma nova forma de ensinar e de

aprender, pois conduz o estudante à reflexão, à curiosidade e, até mesmo, à vontade de querer aprender, relacionando o conhecimento com sua própria realidade. Dessa forma, o aluno é incentivado a refletir sobre o tema da aula com antecedência e, assim, ele pode levar para a sala de aula questões e dúvidas a serem discutidas com o professor e seus colegas de turma.

Percebe-se que a metodologia utilizada nesse plano de aula busca despertar a curiosidade dos alunos, desafiando os mesmos a refletirem de forma crítica sobre um problema real. Essa proposta vai ao encontro da perspectiva de Dewey (1989), investigada no referencial teórico do presente estudo, revelando que a metodologia ativa propõe o planejamento de atividades relacionadas às experiências dos alunos, incentivando a reflexão sobre a realidade e o desenvolvimento do senso crítico do estudante.

Além disso, podemos verificar que essa proposta faz uso do recurso digital Padlet, que possibilita ao docente disponibilizar tanto o conteúdo da aula quanto a atividade que envolve a postagem e o compartilhamento de frases de conscientização sobre a importância da preservação da água.

Segundo SEAD (2018), o Padlet é uma plataforma digital, onde é possível criar um mural virtual que pode ser utilizado para postagens de vídeos, imagens, áudios, links ou textos. Essa diversidade de recursos oferecidos pela ferramenta digital Padlet permite a elaboração de diferentes possibilidades pedagógicas. Outro aspecto positivo dessa ferramenta envolve a possibilidade de compartilhamento do link do mural em diferentes redes sociais, facilitando o acesso dos alunos ao conteúdo disponibilizado pelo docente e às produções dos colegas da turma.

Portanto, entende-se que a incorporação desse recurso digital na proposta pedagógica motiva a participação dos alunos, uma vez que essa atividade permite a troca de conhecimento, a criatividade, a interatividade e o desenvolvimento da habilidade da escrita.

## **2º Momento: Roda de Conversa**

O segundo momento do planejamento se refere ao dia da aula que se inicia com a apresentação do vídeo, a leitura das postagens e uma enquete sobre a frase mais impactante acerca do tema 'Uso consciente da água', postada previamente pelos estudantes no mural virtual.

Para desenvolver essa enquete, o planejamento faz uso da ferramenta digital Mentimeter, propondo uma prática dinâmica e interativa, capaz de atrair a atenção e a participação dos alunos.

Segundo Lira (2022), o recurso digital Mentimeter permite a criação de enquetes on-line, que podem ser compartilhadas via internet com os alunos. O resultado dessa enquete pode ser visualizado em tempo real, o que traz dinamismo para a aula e favorece o engajamento dos educandos com a atividade proposta. Percebe-se que o uso desse recurso digital nessa proposta pedagógica se caracteriza como uma estratégia coerente com os interesses e necessidades dos estudantes do século XXI.

Além disso, pode-se dizer que essa abordagem está alinhada ao ponto de vista de Morais & Andrade (2009), previamente apresentado neste estudo, que destaca que no planejamento de uma aula, não é mais possível ignorar o fato de que a tecnologia faz parte da vida dos alunos que se encontram nas salas de aula contemporâneas.

Observa-se também que essa ferramenta digital possibilitou a seleção democrática das frases mais interessantes sobre o uso consciente da água, desenvolvendo, assim, a autonomia dos alunos. Observe as orientações do 2º momento da aula:

- *Organize a turma em semicírculo.*
- *Apresente novamente o vídeo ‘Preservação de Água’ de Barros (2014), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=R1Vdd5aa3RA> que eles assistiram em casa.*
- *Projete o mural virtual Padlet com as postagens dos alunos.*
- *Peça para cada aluno ler sua própria frase de conscientização sobre o uso consciente da água postada no mural virtual.*
- *Solicite que os alunos acessem o link do Mentimeter: <https://www.menti.com/kktmcx4mk1> para votarem nas três postagens que eles consideram mais impactantes.*
- *Projete o resultado da pesquisa, acessando o link: <https://www.mentimeter.com/app/presentation/db917e3a661ddda5828b03016d99117b>*

- *Questione os alunos sobre o tema apresentado no vídeo:  
A água é importante? Por quê?  
Você acha que é preciso economizar água? De que forma? Por quê?  
O que podemos fazer para evitar o desperdício de água?*
- *Incentive os alunos a refletirem e a comentarem sobre suas próprias práticas e de suas famílias que levam ao desperdício de água.*

Ao propor uma roda de conversa sobre o tema da aula, questionando os alunos sobre suas próprias práticas e de suas famílias em relação ao uso da água, percebe-se que há a intenção de buscar o conhecimento prévio dos alunos e incentivá-los a refletirem sobre um problema real que pode afetar o futuro de nosso planeta.

Observa-se, portanto, que o planejamento dessa aula coloca o docente como mediador, provocando a aprendizagem, ou seja, instigando o aluno a refletir sobre sua realidade. Entende-se que essa proposta é coerente com a perspectiva de Ausubel (2003), que aponta a relevância de se priorizar o conhecimento prévio do aluno para tornar sua aprendizagem mais significativa.

Pode-se também dizer que essa proposta se baseia na teoria interacionista de Vygotsky (1998) que norteia a metodologia ativa, uma vez que a prática proposta nesse momento da aula valoriza a voz dos alunos, incentivando a interação social, o que é fundamental para que estes se tornem cada vez mais questionadores e capazes de atuar ativamente na sociedade.

### **3º momento: Atividade Lúdica**

O terceiro momento do Plano de Aula 1 propõe a incorporação da ferramenta digital Wordwall na proposta pedagógica a fim de incentivar a reflexão sobre o tema da aula de forma lúdica e tornar a aprendizagem mais prazerosa para o aluno.

Segundo Nunes (2021), o recurso digital Wordwall possibilita a criação de diferentes atividades interativas e lúdicas. Nessa proposta pedagógica, esse recurso foi utilizado para criar o jogo do labirinto sobre práticas voltadas para o uso consciente da água. Observe as orientações do 3º momento da aula:

- *Solicite que os alunos acessem o link do jogo, elaborado com a ferramenta digital Wordwall, para testarem seus conhecimentos sobre como utilizar a água de modo consciente: <https://wordwall.net/pt/resource/14243149/uso-consciente-da-%C3%A1gua>*
- *Ao finalizarem a atividade lúdica, solicite que reflitam sobre as práticas ilustradas no jogo e comentem sobre aquelas que já fazem parte de seu cotidiano.*

A análise dessa atividade revela que a ludicidade proposta por meio de uma ferramenta digital é uma importante contribuição para a formação do educando, visto que esta colabora para o desenvolvimento de diferentes habilidades, tais como: a concentração, a reflexão e o raciocínio lógico, concordando com a perspectiva de Vygotsky (1998), que aponta o valor das experiências lúdicas para o desenvolvimento integral dos aprendizes.

Nota-se que a escolha dessa ferramenta digital levou em consideração os objetivos educacionais propostos para o público-alvo e a importância de apresentar o conteúdo da aula de diferentes formas, confirmando o ponto de vista apresentado nesse estudo por Pereira e Freitas (2010).

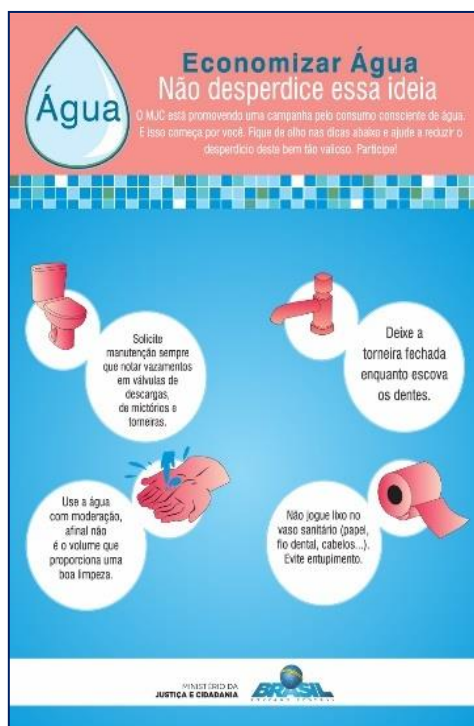
#### **4º momento: Campanha Publicitária**

O quarto momento da aula propõe a observação de exemplos de campanhas publicitárias com a finalidade de incentivar a identificação das características desse gênero textual, que, segundo a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, pertence ao campo de atuação vida pública (BRASIL, 2018). O uso de gêneros textuais no ensino do componente curricular Língua Portuguesa é compreendido como uma importante ferramenta que torna a aprendizagem mais significativa para os estudantes. Nesse sentido, pode-se dizer que esse planejamento é norteado pela abordagem apresentada na Base Nacional Comum Curricular. Observe as orientações do 4º momento da aula:

- *Projete imagens de duas campanhas publicitárias (Figura 4 e 5) sobre o tema: Uso Consciente da Água.*



Figura 4 – Campanha Publicitária 1



Fonte: Brasil, 2016.

Figura 5 – Campanha Publicitária 2



Fonte: Saema, 2018.

- *Incentive os alunos a identificarem a intenção das campanhas publicitárias.*
- *Incentive os alunos a refletirem sobre as características e a estrutura de posters de campanhas publicitárias.*
- *Convide os alunos para desenvolverem uma campanha publicitária sobre o uso consciente da água na escola.*
- *Divida a turma em grupos com 4 alunos cada.*
- *Proponha aos grupos o desafio de construir o planejamento de seu próprio poster para a campanha publicitária sobre o uso consciente da água a ser desenvolvida na escola.*
- *Incentive os alunos a pesquisarem na internet práticas de uso consciente de água para a construção da campanha publicitária.*
- *Oriente os alunos a salvarem imagens e refletirem sobre os textos que serão utilizados no poster da campanha publicitária.*
- *Apresente a ferramenta digital Canva, disponível no link: [https://www.canva.com/pt\\_br/](https://www.canva.com/pt_br/) e ofereça uma explicação sobre como utilizar esse recurso para construir posters de campanhas publicitárias.*
- *Disponibilize o vídeo tutorial do recurso digital Canva de Tannure (2017): <https://www.youtube.com/watch?v=3LVBzoeM2f8> para auxiliá-los na elaboração do poster.*
- *Solicite que utilizem uma das três frases mais votadas no início da aula como título da campanha publicitária.*
- *Solicite que cada grupo compartilhe sua campanha publicitária com os demais alunos da escola, postando a mesma na página do facebook da escola.*

Esses dados mostram que esse plano de aula propõe a construção em grupo de uma campanha publicitária sobre o Uso Consciente da Água, utilizando a ferramenta digital Canva, que possibilita a criação de cartazes a partir de modelos já existentes, ou seja, templates pré configurados (WOEBCKEN, 2019).

Nesse sentido, observa-se que essa é uma proposta colaborativa que incentiva a criatividade e a autonomia dos alunos na produção do gênero textual: campanha publicitária. Essa experiência de aprendizagem se torna

significativa e prazerosa para os estudantes, pois, para essa produção, o docente propõe aos alunos a utilização de uma ferramenta digital inovadora e interativa: o Canva.

Segundo a Competência Geral 5 da BNCC,

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer o protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2018, p.09).

Dessa forma, essa proposta pedagógica incentiva que os alunos se tornem gestores de sua própria aprendizagem, cada vez capacitados para enfrentar os desafios impostos pela sociedade contemporânea.

Observa-se também que essa atividade propõe o trabalho em equipe, um dos princípios da metodologia ativa, que contribui para a formação do aluno como cidadão, uma vez que ao realizar a tarefa em grupo, o educando aprende a se relacionar melhor com seus interlocutores, respeitando a diversidade de opiniões e seu turno de fala. Portanto, pode-se dizer que esse planejamento está alinhado ao ponto de vista de Oliveira (2010), citado no presente estudo, pois propõe atividades que valorizam a interação e a troca de conhecimento, de modo que um aluno com maior proficiência possa contribuir para o desenvolvimento dos demais componentes do grupo.

Para o compartilhamento das campanhas publicitárias construídas pelos grupos, o plano de aula propõe a utilização de uma rede social, o que é uma prática frequente no cotidiano desses alunos. Pode-se dizer também que a oportunidade de compartilhar as produções e comentar sobre as postagens dos colegas contribui para que essa experiência seja considerada inovadora e significativa para os educandos.

### **Análise do Plano de Aula 2:**

A sustentabilidade é o tema trabalhado no Plano de Aula 2 para os alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, como apresentado na Quadro 3.

Essa proposta se baseia na Metodologia Ativa Rotação por Estações e faz uso das ferramentas tecnológicas StoryboardThat, Padlet e GoConqr, trazendo inovação para o processo de ensino-aprendizagem.

A finalidade da análise do Plano de Aula 2 é identificar as contribuições dessa proposta pedagógica para o engajamento dos educandos, assim como, para sua formação integral.

**Quadro 3 – Plano de Aula 2: Informações iniciais**

<b>Componente Curricular:</b> Língua Portuguesa
<b>Público-alvo:</b> Alunos 5º ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais
<b>Tema da aula:</b> Sustentabilidade
<b>Objeto de Conhecimento:</b> Escrita (compartilhada)
<b>Objetivos da aula:</b> Elaborar uma notícia para ser divulgada jornal escolar, visando conscientizar a comunidade sobre a importância da Sustentabilidade.
<b>Habilidade na BNCC:</b> (EF05CI04); (EF15LP14)
<b>Campo de atuação:</b> Artístico-Literário
<b>Gênero Textual:</b> História em Quadrinhos (HQs) e Tirinhas
<b>Prática de Linguagem:</b> Leitura/Escuta; Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma); Oralidade

**Fonte:** As autoras, 2021.

### **1º momento: Roda de Conversa**

O primeiro momento desse plano de aula revela que essa proposta coloca aluno no centro do processo de ensino aprendizagem, seguindo os princípios da Metodologia Ativa.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a abordagem dessa atividade é coerente com a perspectiva de Barros (2009) que aponta que na Metodologia Ativa, o professor atua como mediador do processo de ensino-aprendizagem, incentivando os alunos a refletirem e a discutirem sobre questões reais vivenciadas fora do espaço escolar. Observe as práticas propostas no 1º momento do Plano de Aula 2:

- *Solicite aos alunos que observem a imagem (Figura 6) e identifiquem o tema a ser trabalhado na aula.*

**Figura 6– Meio Ambiente**



**Fonte:** As autoras, 2021.

- *Anote as hipóteses levantadas pelos alunos no quadro.*
- *Apresente o vídeo “Turma da Mônica - Cuidado com o meio ambiente” postado pela Controladoria Geral da União – CGU (2020), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=xqQwPUrBRY8>*
- *Solicite que os alunos comparem as hipóteses levantadas pelos alunos com o conteúdo do vídeo.*
- *Questione-os sobre o tema apresentado no vídeo:*
  - Quais são os cuidados que devemos ter com o meio ambiente? Por quê?*
  - Como você cuida do meio ambiente?*
  - Você conhece pessoas que agredem o meio ambiente? Como?*
- *Incentive os alunos a refletirem e a comentarem sobre contribuições das práticas sustentáveis adotadas pelos personagens do vídeo.*
- *Convide os alunos para refletirem sobre práticas não sustentáveis que eles ou membros da família costumam realizar.*

Ao analisar os dados dessa primeira parte da proposta, percebe-se que o tema a ser trabalhado na aula é apresentado por meio de uma imagem e de um vídeo, que levam os educandos à reflexão sobre sua própria realidade.

Observa-se também que na roda de conversa, o docente atua como mediador, instigando a interação e promovendo uma aprendizagem significativa. Dessa forma, entende-se que esse planejamento priorizou a visão interacionista de Vygotsky (1998), dando voz ao aluno e buscando desenvolver seu senso crítico e reflexivo sobre o tema da aula: sustentabilidade. Assim, a proposta desenvolve habilidades que são fundamentais para um indivíduo atuar de forma ativa não apenas na sala de aula, mas também na sociedade, tais como: a reflexão crítica e a argumentação.

## **2º momento: Rotação por Estações**

O segundo momento da aula se baseia na Metodologia Ativa Rotação por Estações, permitindo que os alunos experimentem a cada 20 minutos uma nova experiência de aprendizagem, ou seja, no término da aula, todos os alunos da turma terão vivenciado diferentes formas de aprender: interagindo,

jogando, pesquisando e criando histórias. Observe as práticas propostas no 2º momento do Plano de Aula 2:

- *Organize os alunos em grupos de 6 participantes cada.*
- *Oriente os alunos sobre a próxima atividade: Rotação por estações.*
- *Explique que em cada estação, eles encontrarão um desafio diferente:*
  - **ESTAÇÃO 1- Quiz:** *Desafie os alunos a acessarem o Quiz no link: <https://www.gocongr.com/pt-BR/quiz/37029628/sustentabilidade> a fim de testarem seus conhecimentos sobre o tema da aula.*
  - **ESTAÇÃO 2 – Pesquisa:** *Proponha aos alunos que busquem na internet duas imagens que representem práticas sustentáveis. Em seguida, solicite que postem as imagens no mural virtual Padlet, disponível no link <https://padlet.com/marciamarques4/sustentabilidade> e acrescentem uma explicação sobre a importância de cada prática.*
  - **ESTAÇÃO 3 - Roteiro de uma história em quadrinho:** *Proponha aos alunos que assistam ao vídeo ‘História em quadrinhos – Que gênero é esse?’ de Barros (2020), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=9Xx91LMTRcl>. Solicite aos alunos que anotem as informações sobre as características e a estrutura das HQs e construam um rascunho de uma história em quadrinho sobre o tema da aula, contendo seis cenas e dois personagens.*
- *Explique que o grupo terá 20 minutos para realizar cada atividade e só poderá se encaminhar para a próxima estação sob a orientação da professora.*

Observa-se que este momento da aula envolve atividades dinâmicas, colaborativas e interativas, ou seja, propostas capazes de estimular o engajamento dos alunos com sua própria aprendizagem, como destaca Silberman (1996) no referencial teórico desse estudo.

Na Estação 1, os alunos são desafiados a pensarem, questionarem e testarem seus conhecimentos de forma lúdica. Para o desenvolvimento dessa atividade, foi elaborado um quiz na plataforma de aprendizagem on-line GoConqr.

Essa plataforma disponibiliza diferentes recursos, tais como: a criação de mapas mentais, *flashcards*, quiz e fluxogramas que contribuem para tornar o processo de aprendizagem dos estudantes mais interativo e colaborativo. O uso dessa ferramenta digital na elaboração de quiz possibilita a revisão do conteúdo apresentado na aula de forma inovadora (LEAL, 2018).

Segundo Alves *et al.* (2015, p.6),

o quiz constitui um excelente recurso pedagógico que instiga a participação ativa de alunos no processo de ensino e de aprendizagem, contribui na construção do conhecimento, possibilita a utilização de recursos tecnológicos, além de poder ser utilizado pelo professor como um instrumento avaliativo.

Essa atividade lúdica torna o processo de aprendizagem mais interessante para os alunos que podem testar seus conhecimentos e, simultaneamente, se divertirem em sala de aula.

Na Estação 2, os alunos encontram uma atividade desafiadora que busca desenvolver a autonomia e a capacidade de trabalhar em equipe. Nessa proposta, os alunos são incentivados a realizarem buscas de imagens sobre sustentabilidade na internet e a tomarem decisões em grupo. Além disso, pode-se dizer que a proposta de utilização do mural virtual Padlet é uma importante contribuição, pois essa ferramenta possibilita a apresentação interativa das pesquisas realizadas pelos grupos. Entende-se que a utilização da internet para fins pedagógicos e a postagem de imagens no mural virtual são propostas que encantam os estudantes do século atual, motivando o engajamento de todos com seu próprio processo de aprendizagem.

Na Estação 3, os estudantes encontram uma proposta de trabalho com um gênero textual que esse público-alvo costuma apreciar: Histórias em Quadrinhos (HQ). A utilização de gêneros textuais no processo de ensino-aprendizagem é importante, pois torna a aprendizagem mais significativa para o estudante, como aponta a BNCC (BRASIL, 2018).

Dessa forma, pode-se afirmar que a Metodologia Ativa Rotação por Estações possibilita que o conteúdo seja trabalhado de diferentes formas,

oferecendo ao aluno experiências inovadoras, dinâmicas e prazerosas, capazes de contribuir para o desenvolvimento cognitivo do aluno e sua formação como cidadão.

### **3º momento: Construção de uma HQ on-line**

No terceiro momento da aula, os alunos são desafiados a produzirem suas próprias histórias em quadrinhos, utilizando a ferramenta digital StoryboardThat e, em seguida, a compartilhar em suas produções em uma rede social.

Segundo Fernandes (2020), a plataforma digital StoryboardThat possibilita a criação de histórias em quadrinhos com diferentes modelos de cenas, personagens e objetos que estimulam a criatividade do usuário.

Observa-se que esse recurso digital colabora para a construção de uma proposta inovadora e colaborativa que busca desenvolver a criatividade e a habilidade da escrita desses estudantes. Observe as práticas propostas no 3º momento do Plano de Aula 2:

- *Proponha aos alunos a construção de uma história em quadrinho sobre o tema da aula, utilizando a ferramenta digital StoryboardThat, disponível no link: <https://www.storyboardthat.com/pt>*
- *Ofereça aos estudantes uma explicação sobre a utilização da ferramenta digital StoryboardThat e apresente o vídeo 'Tutorial Rápido Storyboard That para educadores' de Trigueiro (2020), disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=CbqdeiFNp4A>.*
- *Solicite que os alunos salvem as histórias em quadrinhos no formato pdf e compartilhem as mesmas no facebook da escola.*

A análise dessa atividade revela que o uso do gênero textual histórias em quadrinhos e a incorporação de ferramentas tecnológicas se caracterizam como elementos importantes para promover a participação ativa dos alunos na proposta pedagógica.



## **Resultado da análise dos dados**

A presente análise revela que quando o planejamento da aula prioriza as metodologias ativas e incorpora ferramentas digitais, este possibilita experiências mais dinâmicas, desafiadoras e motivadoras para os alunos.

Logo, entende-se que a aliança entre a tecnologia e as metodologias ativas deve nortear as práticas pedagógicas dos docentes do século atual, pois estas são ferramentas capazes de promover uma maior participação dos alunos nas aulas e desenvolver habilidades como: a criatividade, a colaboração, o senso crítico e reflexivo, a resolução de problemas e a autonomia dos alunos. Dessa forma, entende-se que planejamentos como esses, analisados nesse estudo, oferecem aos alunos a oportunidade de se tornarem protagonistas da sua própria aprendizagem.

Assim, nesse contexto educacional, a aprendizagem ativa se mostra como uma das alternativas pedagógicas mais eficientes para garantir que os estudantes se engajem nas atividades propostas e desenvolvam habilidades fundamentais para sua vida adulta e profissional.

## **Considerações Finais**

O estudo revelou que os alunos do século XXI se sentem desmotivados em relação às metodologias tradicionais, que atribuem aos mesmos um papel de mero expectador nas salas de aula. Verificou-se que o método de ensino passivo não atende às expectativas e necessidades dos alunos conhecidos como nativos digitais e que há a urgência de se buscar formas de ensinar e de aprender que sejam dinâmicas, interativas e capazes de transformar esse cenário educacional que tem sido marcado pela falta de participação dos alunos nas atividades propostas e pelo baixo desempenho durante o ano letivo.

As literaturas investigadas no presente estudo mostraram que as metodologias ativas possibilitam a elaboração de propostas pedagógicas que valorizam a interação, a troca de experiências, a reflexão, o conhecimento prévio do aluno e atividades colaborativas. Observou-se que no método ativo de ensino, o aluno se encontra no centro do processo de ensino aprendizagem e, portanto, sua voz é valorizada e incentivada. Nesse sentido, essas aulas se

caracterizam pela interatividade e o docente é responsável por mediar esse processo, conduzindo os educandos a refletirem e a desenvolverem um senso crítico sobre problemas reais.

Essa investigação confirmou o objetivo desse estudo, revelando que a incorporação de tecnologias em práticas pedagógicas baseadas em metodologias ativas é uma importante ferramenta para elaborar aulas mais desafiadoras, inovadoras e motivadoras para os alunos. Entende-se que a utilização de recursos digitais nas propostas pedagógicas promove o prazer do educando em aprender e contribui para o desenvolvimento de sua autonomia, raciocínio lógico, criatividade e capacidade de resolução de problemas, o preparando para experiências profissionais futuras.

Portanto, esse estudo torna-se uma contribuição para que os docentes repensem suas práticas pedagógicas e valorizem propostas baseadas em Metodologias Ativas e enriquecidas por novas tecnologias, uma vez que essa parceria é capaz de proporcionar experiências de aprendizagem mais motivadoras e significativas para os alunos, estimulando os mesmos a se tornarem protagonistas de sua própria aprendizagem.

## Referências

ALVES, R. M. M.; GEGLIO, P. C.; MOITA, F. M. G. S. C.; SOUZA, C. N. S.; ARAÚJO, M. S. M. **O Quiz como Recurso Pedagógico no Processo Educacional**: apresentação de um objeto de aprendizagem. Educação, Tecnologia e a Escola do Futuro. XIII Congresso Internacional de Tecnologia e Educação. Pernambuco, 2015.

AUSUBEL, David. P. **Aquisição e Retenção de Conhecimentos**: Uma Perspectiva Cognitiva. Lisboa: Plátano, 2003.

BACICH, L.; MORAN, J. (Orgs.) **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática [recurso eletrônico] Porto Alegre: Penso, 2018.

BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello (org.). **Ensino híbrido**: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015.

BARION, E. C. N.; MELLI, N. C. de A. **Algumas reflexões sobre o ensino híbrido na educação profissional**. XII Workshop de Pós-graduação e Pesquisa do Centro Paula Souza. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.pos.cps.sp.gov.br/files/artigo/file/168/2254b901772b75138d1218eec5dcf8cc.pdf> Acesso em: 02 de dez. 2021.

BARROS, Dayany. **História em Quadrinhos – Que gênero é esse?** YouTube, 5 de jun. de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9Xx91LMTRcI> Acesso em: 05 de dez. 2021.

BARROS, Flávia Cristina Oliveira Murbach de. **Cadê o brincar?** Da educação infantil para o ensino fundamental. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

BARROS, Paulo Silva. **Preservação de Água**. YouTube, 9 de out. de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R1Vdd5aa3RA> Acesso em: 05 de dez. 2021.

BASTOS, C. C. **Metodologias Ativas**, 2006. Disponível em: <http://educacaoemedicina.blogspot.com/>. Acesso em: 28 de nov. 2021.

BERGMANN, J.; SAMS, A. **Flip Your Students' Learning**. Educational Leadership, v. 70, n. 6, p. 16-20, 2013. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16628\\_7354.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16628_7354.pdf) Acesso em: 05 de dez. 2021.

\_\_\_\_\_. **Sala de Aula Invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

BERBEL, Neusi A.N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Revista Semina**, v. 32, n.1, p.25-40. Londrina, 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/10326> Acesso em: 10 de out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Tecnologias Digitais da informação e comunicação no contexto escolar: Possibilidades**. Base Nacional Comum Curricular – BNCC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/193-tecnologias-digitais-da-informacao-e-comunicacao-no-contexto-escolar-possibilidades> Acesso em: 14 de dez.2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **MJC faz reuso para economia de água**. Portal de notícias Gov.br, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/mjc-promove-campanha-pelo-uso-consciente-da-agua-1> Acesso em: 12 de dez. 2021.

BRITO, G. S.; CAMAS, N. P. da. Metodologias ativas: uma discussão acerca das possibilidades práticas na educação continuada de professores do ensino superior. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, PUC-PR, 2017.

BRITO, G. S. **Tecnologias da Comunicação e Informação**: controle e descontrole. Inclusão digital do profissional professor: entendendo o conceito de tecnologia. 30º Encontro Anual da ANPOCS, 24 a 28 de outubro; GT24, 2006.

CASTRO-FILHO, J. A.; FREIRE, R. S.; MAIA, D. L. Formação docente na era da cibercultura. **Revista Tecnologias na Educação**, v. 16, p. 1-21, 2016. Disponível em: <http://tecedu.pro.br/wp-content/uploads/2016/09/Art9-Forma%C3%A7%C3%A3o-Docente-na-era-da-Cibercultura-.pdf> Acesso em: 15 de dez. 2021.

CHRISTENSEN, C. M.; HORN, M. B.; STAKER, H. **Ensino Híbrido**: uma Inovação Disruptiva? Uma introdução à teoria dos híbridos. Boston: Clayton Christensen Institute, 2013. Disponível em: <https://www.christenseninstitute.org/publications/ensino-hibrido/>. Acesso em: 12 de dez. 2021.

CGU. Controladoria Geral da União. **Turma da Mônica - Cuidado com o Meio Ambiente**. YouTube, 6 de jan. de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xqQwPUrBRY8> Acesso em: 12 de dez. 2021.

DEWEY, John. **Freedom and Culture**. New York: Prometheus Books, 1989.

\_\_\_\_\_. **Experiência e educação**. Tradução de Renata Gaspar. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FERNANDES, Rodrigo. **Como fazer um storyboard online e de graça com o StoryboardThat**. TechTudo, 2020. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/2020/08/como-fazer-um-storyboard-online-e-de-graca-com-o-storyboardthat.ghtml> Acesso em: 25 de maio 2022.

FERRAZ, Carina Raquel Borges Caldas. **O aluno do século XXI** - Desafios e perspectivas para o ensino de ciências e biologia, 2012. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/o-aluno-seculo-xxidesafios-pespectivas-para-ensino-.htm> Acesso em: 22 de nov. 2021.

FONSECA, A. F.; ALQUÉRES, H. Um novo olhar. **Revista Educação**. Editora Segmento. Ano 12 – nº 143, 2009.

FREIRE, P.; FAUNDEZ, A. **Educação e Mudança**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FULTON, K. **Upside down and inside out: Flip Your Classroom to Improve Student Learning**. Learning & Leading with Technology, v. 39, n. 8, p. 12-17, 2012. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16628\\_7354.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16628_7354.pdf) . Acesso em: 05 de dez. 2021.

GLASSER, William. **Novas Estratégias, reflexões pertinentes, soluções criativas**. PPD – Projetos Pedagógicos Dinâmicos, 2017. Disponível em: <http://www.ppd.net.br/william-glasser/> Acesso em: 05 de dez. 2021.

LIRA, Márcia. **Mentimeter: o que é e como criar apresentações interativas**. B2B Stack, 2022. Disponível em: <https://blog.b2bstack.com.br/o-que-e-mentimeter/> Acesso em: 25 de maio 2022.

LEAL, Henrique. **Manual de utilização do GoConqr**. O smarphone ao serviço do professor, 2018. Disponível em: [http://www.prof-henrique.com/files/Tutorial\\_goconqr.pdf](http://www.prof-henrique.com/files/Tutorial_goconqr.pdf) Acesso em: 25 de maio 2022.

LOLLINI, P. **Didática e computadores: quando e como a informática na escola**. São Paulo: Loyola, 1991.

MASETTO, M. T. Formação pedagógica dos docentes do ensino superior. **Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Administração**. Edição Especial - Vol. 1, n. 2, p.04-25, julho, 2009.

MATTAR, João. **Games em educação: como os nativos digitais aprendem**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

MATTOS, Eduardo Britto Velho; FERRARI JÚNIOR, José Carlos; MATTOS, Milena Vitelo Pereira de. Projetos de Aprendizagem e o Uso de TIC's – Tecnologias de Informação e Comunicação: Novos Possíveis na Escola. **Revista Novas Tecnologia e Educação – Renote**. Porto Alegre: CINTED-UFRGS, v. 3, n. 2, nov, 2005. Disponível em: [https://www2.ufpel.edu.br/cic/2008/cd/pages/pdf/CH/CH\\_00310.pdf](https://www2.ufpel.edu.br/cic/2008/cd/pages/pdf/CH/CH_00310.pdf). Acesso em: 12 de jun. 2021.

MEDEIROS, Amanda. **Docência na socioeducação**. Brasília: Universidade de Brasília, Campus Planaltina, 2014.

MELLO, Carlos Henrique Pereira. **Gestão da qualidade**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

MENDES, A. **TIC** – Muita gente está comentando, mas você sabe o que é? Portal iMaster, mar. 2012. Disponível em: [https://www.luizmaia.com.br/docs/cad\\_geografia\\_tecnologia\\_ensino.pdf](https://www.luizmaia.com.br/docs/cad_geografia_tecnologia_ensino.pdf) Acesso em: 14 de maio 2021.

MITRE, S. M.; *et al.* **Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde**: debates atuais. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 13, 2008.

MORAES, Carolina Roberta; VARELA, Simone. **Motivação do aluno durante o processo de ensino-aprendizagem**. São Paulo: Editora Gente, 2006.

MORAIS, M. B.; ANDRADE, M. H. P. **Ciências** – ensinar e aprender. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.

MORALES, M. de L.; ALVES, F. L. O desinteresse dos alunos pela aprendizagem: Uma intervenção pedagógica. In: **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na perspectiva do professor PDE** – Artigos. Paraná, 2016. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2016/2016\\_artigo\\_ped\\_unioeste\\_marciadelourdesmorales.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_ped_unioeste_marciadelourdesmorales.pdf) Acesso em: 02 de dez. 2021.

MORAN, José Manuel. Como transformar nossas escolas. In: **Educação 3.0**: novas perspectivas para o ensino. Porto Alegre: Sinepe/RS/Unisinos, 2017.

\_\_\_\_\_. **Metodologias ativas de bolso**: como os alunos podem aprender de forma ativa, simplificada e profunda. São Paulo: Editora do Brasil, 2019.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2003.

MOREIRA, Marco Antonio. **Aprendizagem significativa**: a teoria e textos complementares. São Paulo, Livraria Editora da Física, 2011.

NUNES, Maria Rosinete Ayres da Nóbrega. Wordwall: ferramenta digital auxiliando pedagogicamente a disciplina de Ciências. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 44, 7 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/44/wordwall-ferramenta-digital-auxiliando-pedagogicamente-a-disciplina-de-ciencias> Acesso em: 28 de fev. 2022.

OLIVEIRA, Carla. **O uso das TICs na educação e suas reflexões**, 2009. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/o-uso-das-tics-na-educacao-e-suas-reflexoes/29478/>. Acesso em: 14 de maio 2021.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Coisas que todo professor de português precisa saber**: a teoria na prática. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PEREIRA, B. T.; FREITAS, M. C. **O uso das tecnologias da informação e comunicação na prática pedagógica da escola**, 2010. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1381-8.pdf> Acesso em: 14 de maio 2021.

PINTO, A. S. S.; BUENO, M. R. P.; SILVA, M. A. F. A.; SELLMANN, M. Z.; KOEHLER, S. M. F. **Inovação Didática - Projeto de Reflexão e Aplicação de Metodologias Ativas de Aprendizagem no Ensino Superior**: uma experiência com "Peer Instruction". Janus, v. 9, n. 15, p. 75-87, 2012.

PRENSKY, Marc. **Não me atrapalhe, mãe**– Eu estou aprendendo! São Paulo: Phorte, 2010.

RODRIGUES, David. **Inclusão e Educação**: doze olhares sobre a Educação Inclusiva. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

SAEMA, Araras. **Campanha**: Consumo consciente de água (cartela de adesivos). Campanhas, 2018. Disponível em: <http://saema.com.br/campanhas/> Acesso em: 12 de dez. 2021.

SANTOS, S. M. P. dos (org.). **O Lúdico na Formação do Educador**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

SANTOS, Tássia F.; BEATO, Zelina; ARAGÃO, Rodrigo. **As TICs e o ensino de línguas**. Universidade Estadual de Santa Cruz, 2010.

SEAD. Secretaria Geral de Educação a Distância da Universidade Federal de São Carlos. **Tutorial Padlet**: criando murais. Ed. Inovaeh, 2018. Disponível em: <https://inovaeh.sead.ufscar.br/wp-content/uploads/2019/04/Tutorial-Padlet.pdf> Acesso em: 02 de dez. 2021.

SILBERMAN, M. **Active learning**: 101 strategies do teach any subject. Massachusetts: Allynand Bacon, 1996.

SILVA, A. da; CERUTTI, E.; LUBACHEWSKI, G. C. **A importância da utilização do ensino híbrido no Ensino Superior**, 2018. Disponível em:

<https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/cidu/assets/edicoes/2018/arguivos/64.pdf> Acesso em: 02 de dez. 2021.

SOUZA, P. R. de; ANDRADE, M. C. F. de. **Modelos de Rotação do Ensino Híbrido**: Estações de trabalho e sala de aula invertida. E-Tech: Tecnologias para Competitividade Industrial, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2016. Disponível em: <https://etech.sc.senai.br/edicao01/article/view/773> Acesso em: 02 de dez. 2021.

TANNURE, Fernando. **Primeiros Passos Canva** – Tutorial Canva em Português #1. YouTube, 14 de abr. de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3LVBzoeM2f8> Acesso em: 02 de dez. 2021.

TRIGUEIRO, Marcos André. **Tutorial Rápido Storyboard That para educadores**. YouTube, 14 de jul. de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CbqdeiFNp4A> Acesso em: 02 de dez. 2021

VALENTE, J. A. **O computador na sociedade do conhecimento**. Campinas: Unicamp/Nied, 1999.

\_\_\_\_\_. Metodologias ativas para uma educação inovadora. In: BACICH, L; MORAN, J (org). **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A Formação Social da Mente**. 6ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WOEBCKEN, Cayo. **Guia do Canva**: como usar a ferramenta de design em seus projetos, 2019. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/ferramenta-canva/> Acesso em: 25 de maio 2022.



## 5. A IMPORTÂNCIA DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS E NA FORMAÇÃO CRÍTICA DOS ALUNOS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

*Brunno Nascimento Martins*<sup>10</sup>

*Ana Cecília Machado Dias*<sup>11</sup>

### Introdução

O hábito da leitura, se incentivado e instruído desde cedo, pode vir a ser uma ferramenta transformadora na vida de uma criança, uma vez que possibilita a construção de conhecimento e serve também de combustível para o desenvolvimento do senso crítico e da criatividade do indivíduo.

Entretanto, é justamente a falta de incentivo à leitura desde os anos iniciais do Ensino Fundamental que vêm sendo responsável pela dificuldade de aprendizado de muitos alunos. Nesse cenário, muitos estudantes acabam não conhecendo o prazer pela leitura e não desenvolvem, assim, sua criatividade e capacidade crítica, que são habilidades essenciais para o entendimento e a argumentação, tendo dificuldades para expor suas próprias ideias com maior consistência.

Não é de se espantar que, por essa razão, muitos indivíduos não só desenvolvem uma aversão à leitura, mas também, possuem dificuldade quanto aos processos de interpretação textual, gerando, dessa forma, um baixo rendimento nas disciplinas de diferentes áreas do conhecimento ao longo de sua vida acadêmica e afetando também sua vida profissional.

Observa-se, além disso, que a prática da leitura não vem sendo devidamente valorizada - tanto dentro quanto fora do âmbito escolar – uma vez

---

<sup>10</sup> Graduando em Pedagogia pela Faculdade São Judas Tadeu – Rio de Janeiro – RJ. E-mail: [brunnonmartins@gmail.com](mailto:brunnonmartins@gmail.com)

<sup>11</sup> Mestra em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis. Possui Pós-graduação em Educação Infantil: Perspectivas de Trabalho em Creches e Pré-escolas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Atua como orientadora e professora do curso de Graduação e Pós-graduação da Faculdade São Judas Tadeu no Rio de Janeiro – RJ. E-mail: [anaceciliadiaz@hotmail.com](mailto:anaceciliadiaz@hotmail.com)

que, atualmente, os alunos estão inseridos em uma sociedade altamente atribulada e sem espaço ou interesse para tal, fato que contribui para o alto índice de Analfabetismo Funcional.

Segundo a publicação do Jornal da USP, um levantamento feito pelo Indicador de Analfabetismo Funcional – INAF, em 2018, aponta que cerca de 29% da população brasileira que compreende dos 15 aos 64 anos de idade é considerada com algum nível de Analfabetismo Funcional. Sendo esse mesmo índice correlativo a dois diferentes grupos: os Absolutos, com 8%, que não conseguem assimilar números telefônicos e palavras ou frases, e os Rudimentares, com 21%, que têm extrema dificuldade em detectar ironias e sarcasmos em textos curtos e até racionalizar operações com dinheiro ou até mesmo simples cálculos. (LOURENÇO, 2020).

Diante desse contexto, surge um questionamento: Como a contação de histórias para os alunos nos anos iniciais do Ensino Fundamental pode contribuir para minimizar as dificuldades de compreensão e interpretação textual e transformá-los, futuramente, em indivíduos capacitados para a participação mais ativa na sociedade?

Esse estudo propõe uma investigação acerca da correlação entre o ato da contação de histórias e a diminuição no alto índice de Analfabetismo Funcional recorrente no Brasil. Dessa maneira, é importante compreender se a prática de leitura e contação de histórias, quando desenvolvidas pelo docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, podem contribuir para a formação de indivíduos mais críticos e reflexivos capazes de interpretar textos com maior facilidade, como também averiguar se estarão mais aptos a se posicionar na sociedade de forma mais qualitativa e eficiente.

Dessa forma, o presente estudo busca investigar a importância da contação de histórias para os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental como ferramenta capaz de contribuir para a formação de leitores críticos e reflexivos, influenciando no melhor desempenho escolar.

Para atingir tal objetivo, o estudo também pretende revisar o conceito e a importância da leitura no contexto escolar para a construção do conhecimento e a formação crítica e reflexiva do cidadão, verificar a relação entre a falta da prática da leitura e as dificuldades de interpretação textual dos alunos do Ensino Fundamental que contribuem para o aumento do índice de

analfabetismo funcional da população brasileira, pesquisar o conceito e a importância da contação de histórias nos anos iniciais do Ensino Fundamental, identificar o papel do contador de histórias e a importância do planejamento prévio como instrumentos facilitadores para maximizar as experiências de aprendizagem dos alunos e desenvolver um estudo de caso com uma docente a fim de identificar as contribuições da contação de histórias nos anos iniciais do Ensino Fundamental para a formação do aluno.

## A leitura

A leitura é, de diversas maneiras, algo ao qual a humanidade foi construindo e se conceituando, servindo sempre de auxílio perimetral na ascensão de uma civilização. É por meio desta que a evolução deixou de ser algo rústico e rudimentar para dar lugar ao moderno, com longo histórico, passando entre gerações sucessivamente.

Brito (2010, p.10) afirma que

[...] duas diferentes formas e níveis de leitura: a leitura sendo apenas uma decodificação mecânica dos signos lingüísticos, abordada pela pedagogia, onde a prática é formal e está apenas ligada às atividades geralmente desenvolvida pelas escolas; e a leitura como um processo de compreensão, que abrange os componentes sociológicos, estudando os aspectos sociais da vida humana, que terá seu foco na transmissão do gosto pela leitura no ambiente familiar.

Portanto, não devemos considerar a leitura apenas como uma interpretação de signos, afinal, ela é mais ampla, contemplando também a produção de sentidos, seja pelas experiências que cada pessoa carrega, seja compreendendo o mundo ao qual elas já estão inseridas.

Com isso, pode-se afirmar que a leitura se conceitua, em sua base, na produção de construção de sentidos, seja pela decodificação direta e simples dos signos lingüísticos, seja pelo que conseguimos através de nossas próprias experiências e contextos diferentes.

Alves (2017) comenta que a leitura é o meio pelo qual o indivíduo adquire conhecimentos, contribuindo também para sua escrita. Alves também traz a ideia de que ela é mais do que um mero registro de informações que gravamos por nós mesmos dia após dia, pois vai além-muro escolar. É, afinal, algo que carregamos para todo e qualquer contexto de nossas vidas.

Do mesmo modo, afirma Pinto (2010) quando diz que a leitura nada mais é do que a aquisição de conhecimento pelo homem. Conhecimento esse que irá capacitá-lo a debater e indagar em diferentes contextos e situações que possam surgir em sua vivência e cotidiano.

Partindo dessa premissa, pode-se observar em como a prática da leitura é de extrema importância, pois é a partir dela que nos tornamos capazes de absorver e assimilar pensamentos, ideais e construção de sentidos. Fazendo então, com essa construção, uma argumentação encorpada de nossas ideias, defendendo-as com sabedoria e lógica pertinentes.

Brito (2010) traz mais uma interessante concepção ao dizer que a partir da leitura criamos uma conexão dialógica entre o conhecimento já assimilado e o novo. Assim, ao ler, o ser humano é apresentado a novas ideias que o ajudam a reformular significados, reinterpretando-os quantas vezes forem precisas, trazendo consigo novas ideias e ganhando a consciência de que é por meio dos textos que adquirimos a competência de operar de forma criativa um saber cada dia mais singular e atual. A autora também destaca a capacidade criadora do homem que é estimulada por meio da literatura, recortando parte da realidade para embasar quaisquer argumentos que sejam de interesse para seu discurso e conclui que a literatura também é arte, pois se manifesta a partir de nossa própria inteligência.

A partir desse entendimento, nota-se o poder que a leitura tem de transformar saberes, que outrora poderiam estar desconexos, em conhecimento produtivo e qualitativo, além de se configurar como uma poderosa arma contra a ignorância que se manifesta, por vezes de forma artística em toda sua forma e conteúdo, moldando-se na junção entre o assunto assimilado e o que ainda mais podemos assimilar dele.

Freire (1995, p. 29 *apud* PINTO 2010, p. 18) acrescenta que:

Ler é uma operação inteligente, difícil, exigente, mas gratificante. Ler é procurar ou buscar a compreensão do lido... Ler é engajar-se numa experiência criativa em torno da compreensão. Da compreensão e da comunicação. E a experiência da compreensão será tão mais profunda quanto sejam nela capazes de associar, jamais de dicotomizar os conceitos emergentes na experiência escolar aos que resultam do mundo cotidiano.

Pinto (2010) também destaca que a leitura é o momento em que o homem adquire conhecimento a fim de direcioná-lo às diferentes questões advindas em nosso cotidiano.

Brito (2010) corrobora, por sua vez, que o conceito de leitura atualmente se dá no conjunto dos diversos tempos, que acabamos acumulando em forma de legado graças aos nossos antepassados, com diferentes histórias construídas de acordo com a leitura de mundo de cada autor.

A partir dessas perspectivas, conclui-se que a leitura tem diferentes faces, interpretações e significâncias, e que sendo múltipla, se torna universal e infinita em sua própria intangibilidade. Assim, não é difícil de imaginar a razão pela qual sua aquisição se torna tão imediata e presente nos dias de hoje, pois é tudo que nos cerca e, sem ela, nada seremos.

## **A importância da leitura no contexto escolar**

Antes mesmo de extrapolar-se muro afora, a leitura tem sua significância e grande parte de sua origem no contexto escolar, pois é, nesse contexto, que essa prática toma forma e se reproduz de forma ampla e abrangente.

Brito (2010, p.16) comenta sobre o significado leitura na visão de Proust:

[...] é capaz de nos dar algo que acende o desejo, mas não pode preenchê-lo. Ao acender este desejo, ela desperta a vida do espírito, mas não pode substituí-la. A leitura é algo que nos leva limitar a vida e o espírito, mas não a constitui. Quem deve constituir a vida é o leitor, o mesmo deve de algum modo descobrir por si só o seu universo. Ir além das palavras e da imaginação, compreender o que realmente o autor quer transmitir com suas palavras, pois texto se apresenta como uma operação cuidadosamente planejada, executada pelo autor, para provocar, no leitor, potenciais reações.

A mesma autora apresenta a concepção de que ao se ler algo, vamos além da interação com o texto propriamente dito. Conhecemos uma pessoa que se constitui num misto de quem escreveu (o autor) e quem o está lendo (o leitor), criando uma ponte única de mediação entre os sujeitos e apropriando-se dele.

A partir dessa perspectiva, podemos afirmar que é por meio da leitura que o sujeito se dignifica, engrandecendo a si mesmo através dela, pela eterna busca por algo a mais. E, embora quem deva traçar esse caminho seja o leitor, pois somente ele pode transformar o texto em algo só seu – com todas as suas

significâncias pessoais – também é importante destacarmos a figura do autor, com seu material a ser captado pelo potencial leitor.

Já Kleiman (1989) traz uma visão mais ampla sobre o assunto ao dimensionar a leitura também como a construção de sentidos, pois, afinal, quanto mais lemos, maior bagagem cultural e social teremos. Nesse sentido, ao ler, construímos nossos próprios significados, somando sempre o aprendido ao que ainda iremos aprender.

Soares (2010) vai além ao afirmar que a leitura de um texto não termina em seu ato em si, mas se perpetua em um eterno diálogo com outros tantos autores, tornando-se intertextual na formação do leitor e, por consequência, também interdisciplinar.

Podemos, com isso, começar a estabelecer um dos mais primordiais papéis do educador para com o educando: fazer a ponte entre a construção de sentidos e a intertextualidade que os livros nos trazem, despertando o desejo e interesse do aluno e abrindo portas para o mundo literário.

Silva (2007, p. 11) afirma que

É importante ressaltar, que para formar leitores críticos precisamos mostrar aos alunos, que a leitura não deve ser vista apenas como aprendizado da gramática, ou como objeto de estudo que o prepara para o vestibular, mais principalmente como um meio de comunicação, entre os homens, capaz de modificar formas de consciência e pensamentos, enriquecendo seus conhecimentos e sua linguagem, fazendo com que o educando se organize socialmente e culturalmente, expondo seu ponto de vista, construindo visões de mundo, dando a certeza de que a leitura é o instrumento pelo qual o jovem desenvolve seu espírito crítico, se tornando capaz de abstrações mais elaboradas.

Brito (2010) afirma que a leitura representa a herança de diferentes tempos já vividos outrora, carregados com bagagens advindas de nossas próprias interpretações e valores, tornando assim, cada história absorvida, em uma experiência singular.

Por esse motivo, somente a leitura desperta no indivíduo a competência para que ele consiga adquirir conhecimentos e, com isso, transformar a si mesmo em um sujeito mais ativo para com a sociedade. O sujeito que lê, se torna, nesse sentido, um cidadão pleno, pois passa a ser capaz de se expressar e se posicionar nos diálogos de forma argumentativa e eficiente. Essa compreensão revela a importância da leitura para o ser humano se tornar mais seguro e preparado para dialogar em diferentes contextos sociais.

Partindo dessas premissas, conclui-se que a escola e seu corpo docente devem ir além do básico, com seu engessado ensino, que tem como foco a capacitação do aluno para provas e concursos. Deve-se também garantir que sua fagulha pela curiosidade nunca se extingue, afinal, é através dela que surge uma habilidade fundamental para a formação de um futuro cidadão: a autonomia. Tudo deve ser direcionado a esse objetivo para que seja possível proporcionar ao educando o protagonismo necessário para a construção de sua própria jornada, e com ela, uma maior consciência de suas próprias ações.

### **Impactos da falta de prática da leitura**

O hábito da leitura tende a prejudicar o nível de compreensão de um indivíduo de forma abrangente e devastadora, levando-o a dificuldades de comunicação oral e escrita.

Segundo o blog *Árvore* (2016), são quatro os pilares das consequências da falta de prática na leitura na vida do aluno: problemas na interpretação de texto, dificuldades na escrita, falta de senso crítico e, por fim, argumentos sem fundamento. Embora básicos, estão longe de serem os únicos.

Quando há falta de interpretação textual, por exemplo, não conseguimos entender questões pré-estabelecidas, desperdiçando, com isso, mais tempo na leitura pouco produtiva de um mesmo ponto. Em relação à dificuldade da escrita, observa-se a falta de leitura gera a falta de consistência para a elaboração de pensamentos, como também na construção de argumentos a ponto de defendê-los com coerência. Afinal, se não lemos, não expandimos nossa percepção de mundo e tampouco, conseguimos pensar “fora da caixa”, além de gerar um texto fundamentalmente empobrecido. Por último, mas não menos importante, há a falta de senso crítico, que atinge aqueles que não têm um bom embasamento textual pela falta do hábito literário.

Portanto, pode-se dizer que a leitura e a escrita não só são imprescindíveis para a formação acadêmica do indivíduo, como também fundamentais para sua formação social e humanitária. Carneiro (1984, p.8) diz que “A leitura abre caminho para o enriquecimento intelectual, proporcionando

um banho de reflexão e uma manipulação de ideias. É um instrumento insubstituível de atualização e aperfeiçoamento profissional”.

Entende-se que quando a leitura não é inserida na base escolar do educando, este vivencia muitas dificuldades ao longo de sua formação escolar e, futuramente, em sua vida profissional. Portanto, pode-se dizer que a prática da leitura deve ser apresentada aos indivíduos desde muito cedo a fim de minimizar o quadro de baixo desempenho escolar cada vez comum na educação brasileira.

Segundo o portal de notícias Época Negócios (2018), a pesquisa realizada pelo Indicador do Analfabetismo Funcional - INAF revelou que três a cada dez brasileiros são considerados analfabetos funcionais, equivalendo em um total de 29% da população do país, ou seja, cerca de 38 milhões de pessoas.

Scharf (2012) aponta que os analfabetos funcionais vivenciam limitações profissionais e pessoais, que incentivam a baixa autoestima e o constante sentimento de exclusão profissional.

Partindo dessas premissas, não se torna difícil correlacionarmos os índices de analfabetismo funcional em nosso país com as insuficiências profissionais e pessoais que ele causa, gerando desamparo à população de forma generalizada. Nesse sentido, identifica-se a relevância de se estimular a prática da leitura desde tenra idade do indivíduo como ferramenta para evitar tantos impactos negativos para sua formação pessoal, acadêmica e profissional.

## **A contação de histórias**

Desde o princípio do que entendemos por humanidade, o Homem passa seus ensinamentos através do legado que se faz por contar sua história de vida. Isso permitiu que a humanidade evoluísse com as aprendizagens passadas de pais para filhos e assim, sucessivamente. A contação, por ela mesma, sempre se deu em diversos âmbitos, pois está inserida em toda a cultura produzida pelo ser humano, de maior a menor escala.



Silva e Nunes (2014) comentam que o uso da contação de histórias está sempre presente, pois ela está inserida nas esferas da atividade, do lazer, da arte e do prazer, dando combustível ao lado lúdico da imaginação, ampliando o estático da vida e permitindo se debulhar no mundo do abstrato de diversas formas.

Por outro lado, Brito (2010) aponta que:

Por meio da leitura resgatamos nossas lembranças mais especiais, que fazem parte da nossa cultura. Essa cultura que nos foi dada tem como finalidade a formação de cidadãos críticos e conscientes de seus atos, porém essa cultura se dilui e se perde diariamente, e é este saber, esta cultura que precisa ser recuperada.

A partir dessas concepções, pode-se afirmar que o ato de contar histórias faz parte da evolução humana. Foi, de fato, a partir dessa prática que o ser humano passou a engrandecer seus conhecimentos, culminando em sua evolução.

E, embora possamos compreender a leitura como um dos principais pilares para a absorção de novos conteúdos significativos, é na contação que temos a chave para a compreensão do despertar, uma vez que antes de começarmos a ler, nossos antepassados já faziam uso dessa mecânica para absorção de culturas emergentes.

Foi através desse paradigma que a sociedade começou a passar, de uma geração para outra, seus preceitos, medos, conquistas e ferramentas que se tornariam necessárias para a próxima formação de encadeamento humano, expandindo-se, também, de territórios em territórios, multiplicando-se e tornando-se cada vez mais amplamente diversa.

Abramovich (2004, p. 17) afirma que:

É através duma história que se podem descobrir outros lugares, outros tempos, outros jeitos de agir e de ser, outra época, outra ótica... É ficar sabendo história, geografia, filosofia, política, sociologia, sem precisar saber o nome disso tudo e muito menos achar que tem cara de aula.

Já Silva e Nunes (2014, p. 3) comentam que a contação de histórias é um movimento que vêm desde os primórdios da humanidade, pois surgiu no intuito de transmitir qualquer tipo de experiência que possa vir a ser válida para todos.

Partindo dessas premissas, pode-se entender que a contação de história tem papel fundamental na construção do Homem como o conhecemos, pois foi

por meio dela que evoluímos enquanto seres humanos, assim como, também conseguimos nos informar sem que a informação seja lida como somente algo trivial.

Sisto (2005) complementa que o ato da contação é composto pelas noções de união, proximidade e coletividade, agregando, dessa forma, uma conexão consigo mesmo e com os outros, além dos limites concretos e palpáveis.

A partir dessas concepções, percebe-se que a contação de histórias cria para si um elo particular e indecifrável de experiências entre pessoas, transformando-as em algo a mais do que eram antes disso, em uma eterna cadeia evolutiva de pensamentos e interconexões.

Sisto (2005, p.1) também afirma que a contação

agrada a todos sem fazer distinção de idade, classe social ou circunstância de vida. A história narrada, por escrito ou oralmente, nos permite também aquisições em diversos níveis. Isto é: contar histórias para as crianças permite conquistas, no mínimo, nos planos psicológico, pedagógico, histórico, social, cultural e estético.

Partindo dessa perspectiva, entende-se que o contar faz parte de um plano maior que carrega em si diversos benefícios interdisciplinares, tanto para quem conta quanto para quem ouve, como também conclui Busatto (2003, p. 9) ao dizer que “A arte de contar histórias nos liga ao indizível e traz resposta as nossas inquietações”.

## O papel do contador de histórias

A fábula contém uma das formas mais puras da contação de histórias e o nortista, como bom contador, se embebe dela para narrar seus percalços de forma divertida e lúdica.

Arroyo (1984, p. 19) traz consigo uma provocação ao dizer:

Nós, os homens do sertão, somos fabulistas por natureza (...) desde pequenos, estamos constantemente escutando as narrativas multicoloridas dos velhos, os contos e lendas (...) deste modo a gente se habitua, e narrar estórias corre por nossas veias e penetra em nosso corpo, em nossa alma, porque o sertão é a alma de seus homens.

Torres e Tettamanzy (2008) contribuem com a concepção de que a melhor maneira de condução de uma história é estar íntimo dela, e para isso, é

preciso que o conto e seu contador estejam em comum acordo. Dessa forma, ambos fluem com o intuito de imprimir alguma personalidade a ela, dando-a também, maiores chances de ser bem-sucedida.

Observa-se, assim, que o maior desafio do contador de histórias é estar absorvido o suficiente por suas histórias, pois, somente assim, será capaz de contá-las com a vivência necessária a fim de enredar sua plateia com vigor mundo afora.

Silva e Nunes (2014) destacam que o ouvinte, por intermédio do contador, ganha acesso a um mundo de emoções, compartilhadas por suas histórias e que, com isso, leitor e ouvinte estabelecem um vínculo criado graças à imersão da narrativa traçada.

Torres e Tettamanzy (2008) também contribuem a essa corrente de pensamento ao afirmarem que a representação na hora do espetáculo é o que fará real diferença ao ouvinte, uma vez que a história contada continua sendo a mesma, cabendo ao apresentador dar o seu próprio tom a ela, seja através do ambiente, da forma de agir ou, até mesmo, de improvisá-la.

A partir dessas perspectivas, conclui-se que o vínculo criado entre contador e ouvinte vai além da história, sendo o principal responsável por despertar interesses e emoções muitas vezes novas a ele e, para isso, é necessário que se esteja aberto a entender que cada ato de contação é único por natureza.

## **Contação e planejamento prévio**

O planejamento prévio, embora nem sempre priorizado, é imprescindível na elaboração de uma contação de histórias, uma vez que toda contação em si vem carregada de significados e objetivos a serem compreendidos.

Ong (1998, p.73) disserta sobre o tipo de preparação que um contador deva ter, ao dizer que “Ele precisa de tempo para deixar que a história mergulhe em seu próprio estoque de temas e fórmulas, tempo para “se emprenhar” da história. Quando recorda e reconta a história, em nenhum sentido literal da palavra ele ‘memorizou’ [...]”.

Simonsen (1987) agrega a esse valor à noção de que mais do que contar histórias, é também fundamental a importância de contemplá-las e revisá-las a fundo, para que sejam mantidas ávidas em nosso repertório.

Oliveira e Scherer Júnior (2019) trazem a perspectiva de que o educador deve estar sempre com um bom planejamento de aula em mãos e que o mesmo deve valer para a contação de histórias, uma vez que estas precisam de meticulosa atenção voltada para sua intenção, para que assim possam atingir seu objetivo pedagógico.

Já Rigliski (2012) comenta que, embora não percebamos, constantemente contamos histórias uns aos outros, seja ao comentar um fato do cotidiano ou através de uma notícia lida ou novela vista e, com isso, nos tornamos, por natureza, verdadeiros contadores de fato.

Segundo essas constatações, conclui-se que as histórias estão mais presentes em nossa rotina do que se costuma perceber e que embora se possa criar em cima delas, precisa-se, antes, entendê-las para que se consiga traçar métodos eficazes de contação. Dessa maneira, unindo a ação com um propósito maior embutido na aprendizagem de algum valor significativo.

## **A importância da contação de histórias nos anos iniciais de escolaridade**

A contação de histórias nos primeiros anos de vida da criança contribui para o desenvolvimento do prazer de ler e, conseqüentemente, para sua formação.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil destaca a importância de o hábito da leitura acontecer de pais para filhos, promovendo uma espontaneidade para que, desde bem cedo, elas mesmas venham a ter prazer pelas histórias a serem lidas (BRASIL, 1998).

Gomes (2018) reitera a isso a concepção de que o primeiro elo da criança com algo de natureza textual acontece de forma oral por meio da leitura dos próprios familiares envolvidos.

A partir dessas análises, entende-se que para refletirmos sobre a necessidade da contação de histórias nas escolas, é preciso antes validarmos

a importância dela no cotidiano doméstico, pois assim, a prática é recebida pela criança de forma orgânica, funcional e divertida.

Oliveira (2006, p. 4) relata que

As histórias contadas oralmente têm uma força de transmissão oral, isto é: a voz, o olhar e o gesto vivo do contador de histórias, que alegre ou entristece sua plateia. Na “contação” usam-se as próprias palavras, há variações nas versões de cada história, permite-se o uso de recursos e está mais próxima da oralidade. A criança aprende mais sobre a língua que se fala, amplia seu repertório e seu universo imaginário, percebe que as histórias podem ser mudadas e começa a criar suas próprias histórias. Ao ler o professor apresenta aos alunos o universo letrado, instigam a curiosidade pelos livros e seus conteúdos. Neste caso a história é sempre a mesma, independente de quem a lê. Podemos modificar a entonação, a altura ou timbre da voz, mas o texto é sempre o mesmo. A leitura traz consigo marcas específicas da língua escrita e que não utilizamos cotidianamente ao falar.

Rigliski (2012) colabora com ideia de que a contação, se feita nos primeiros anos de vida escolar, abre portas para que a criança tenha maior desenvoltura de suas capacidades, além do entendimento de que, muitas vezes, é somente cercado por esses muros que ela tem acesso a essas histórias que podem trazer valores imprescindíveis para a leitura, como a própria ludicidade.

Abramovich (2004) relata a importância de a criança poder ouvir inúmeras vezes muitos tipos de histórias e que, fixando-as em seu imaginário, pavimentam-se uma estrada de revelações e entendimento de mundo.

Sisto (2005) corrobora a isso ao dizer que, ao contarmos histórias, suscitamos o espaço para imaginação, pois a palavra tem a força necessária para que se recriar imagens, combinando-as em uma mistura abstrata de sons, corpo e emoções, formando um elo comunicativo.

Segundo essas perspectivas, pode-se afirmar que o professor-contador é aquele que se preocupa em estabelecer um vínculo vivo no intuito de transmitir tais valores, atentando sempre a noção de que seu habitat deverá servir como impulsionador de novos anseios em seus alunos-ouvintes, tanto quanto a ideia de que é através da contação que a criança conseguirá ter criatividade suficiente para resistir a todas as experiências presentes em seu crescimento individual.

Meireles (1979) destaca que quanto mais ouvirmos histórias, mais quereremos lê-las, levando o indivíduo a se simpatizar com a leitura e a escrita.

Silva e Nunes (2014) adicionam a isso o olhar de que tanto a leitura quanto a contação de histórias para crianças implica no estímulo da imaginação, ou seja, é dar a elas um caminho de responder por seus anseios e curiosidades, encontrando assim, possíveis soluções para seus dilemas.

Partindo dessas premissas, entende-se que a contação de histórias tende a tornar-se uma ferramenta didático-pedagógica transformadora em diversos aspectos, pois é por meio desta que também surge a informação, o incentivo à busca pelo conhecimento e o gosto pela leitura, escrita e até, posteriormente, pela contação de suas próprias narrativas.

Rigliski (2012) amplia essa visão, apontando que a contação de histórias no contexto escolar deve ser introduzida o quanto antes na vida das crianças, pois somente dessa forma haverá uma verdadeira naturalização e equivalência entre elas e o contador, ajudando na transformação da identidade dos indivíduos.

Torres e Tettamanzy (2008, p.2) comentam que “Numa sociedade de imensa mecanização como a nossa, a contação de histórias faz refletir sobre qualidades esquecidas. A valorização do conhecimento transmitido pela oralidade recompõe o valor das experiências coletivas”.

Portanto, pode-se concluir que a contação de história vem humanizando as pessoas desde os primórdios dos tempos e que, perder o contato com ela, é perder a função responsável pela regulação de noções intrínsecas de nosso dia a dia. Ao entendermos isso e aplicarmos com eficiência no âmbito escolar, poderemos ampliar, à larga escala, nosso repertório de conhecimento, avaliação e funcionalidades diretamente aplicadas ao nosso futuro enquanto sociedade.

## **Estudo de Caso: Contribuições da Contação de Histórias**

O presente estudo de caso busca analisar a importância da contação de histórias para a vida do sujeito leitor em formação, destacando como essa prática pedagógica contribui para o desenvolvimento da criança. Dessa forma, esse estudo busca investigar como a contação de história colabora para o desenvolvimento de habilidades como a imaginação, a criatividade, o senso

crítico e reflexivo, contribuindo para tornar o indivíduo um cidadão capaz de atuar com autonomia e assertividade em qualquer evento social em que ele possa estar inserido ao longo de sua vida.

Para o desenvolvimento desse estudo, foi realizada uma entrevista com uma professora que atua nos anos iniciais do Ensino Fundamental em uma escola situada na Zona Norte do Rio de Janeiro. A entrevista buscou identificar as perspectivas da docente em relação ao processo de contação de histórias e suas contribuições para a formação integral do aluno.

Para a realização dessa entrevista, foi elaborado um questionário com perguntas abertas e fechadas, que tiveram como finalidade a identificação da experiência profissional dessa docente, seu ponto de vista em relação à formação de leitores na sociedade brasileira, ao papel da escola, dos docentes e da família nesse processo, assim como, à contação de histórias e suas contribuições para a formação do aluno.

### **Sujeito da pesquisa**

O sujeito dessa pesquisa possui formação em Pedagogia, é especialista em Literatura Infantil e Juvenil e, atualmente, cursa Especialização em Literatura de Autoria Feminina. Em relação à experiência profissional, ela atua há 20 anos na Educação, sendo dez anos como regente em turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil e dez anos na função de Sala de Leitura em uma escola que atende alunos da Educação Infantil ao 6º ano do Ensino Fundamental. Nesse espaço, a professora desenvolve um projeto, que tem como objetivo fomentar o desejo pela leitura em seus alunos por meio do compartilhamento voluntário de histórias e de convites de inúmeros artistas para a promoção da literatura.

### **Análise dos dados**

A análise dos dados coletados na entrevista foi realizada de forma qualitativa e teve como foco principal identificar o ponto de vista da entrevistada em relação à sociedade leitora, à contação de histórias e suas contribuições para a formação do aluno.

## **Formação de sujeitos leitores**

Quando questionada sobre a sociedade brasileira como uma sociedade de leitores, a docente afirma que:

[...] as políticas públicas deixam a desejar em relação ao livro, à leitura e ao acesso aos espaços onde se encontram os livros, de um modo geral, tem muita gente fazendo uma parte importante, mas que deveria ter um aporte mais organizado e mais significativo do governo.

O depoimento da docente revela que o governo não oferece apoio, infraestrutura e incentivo adequados à leitura e que a sociedade brasileira precisa de mais investimento em relação a essa questão, pois, de forma ampla e generalizada, ainda estamos muito distantes do ideal quando o assunto é acesso da população aos espaços destinados à leitura. Além disso, observa-se que são raras as escolas que buscam desenvolver projetos voltados para a leitura a fim de despertar nos alunos o desejo espontâneo pelo ato de ler.

Por outro lado, a docente também traz um olhar específico de sua vivência escolar em relação à sociedade como leitores, que se diferencia de muitas outras escolas brasileiras, uma vez que desfruta do privilégio de uma realidade escolar voltada à valorização da leitura. Percebe-se que não apenas essa docente enquanto contadora de histórias, mas também as demais da escola onde atua se dedicam a projetos que buscam desenvolver sujeitos leitores.

O projeto desenvolvido por esta docente, que incentiva a fomentação da contação de histórias e à formação de leitores, ganhou amplitude e o apreço da comunidade escolar no que diz respeito a formação continuada nesse tipo de foco. Contudo, observa-se que esse cenário diverge de muitos outros espaços escolares, assim como se reflete em diversas realidades de pessoas que não conseguem ler nem escrever, e, por sua vez, não gostam de ler.

Eu considero sim uma sociedade leitora, à revelia do que muitos dizem e do que muitas pesquisas apontam, às vezes jogando contra. Mas eu acompanho o trabalho de muitas parceiras e parceiros que atuam com mediação de leitura literária e também os autores e autoras. [...] eu chamo 50 artistas, e eles atuam de forma voluntária, para promover a leitura literária. E o público se aproxima, o público quer essa vivência. As famílias compreendem a importância da leitura no percurso dessa garotada. Então, quando a gente pensa nas políticas públicas voltadas para o livro e para a leitura, o governo, de modo geral, deixa a desejar. Mas eu não consigo estender o manto pessimista e dizer que o brasileiro e a brasileira não leem se eu tenho vivências, contato aproximado com esses fazedores de cultura e mediadores de leitura literária e principalmente com as crianças, que



são avidas. Se eu tenho lá na escola aproximadamente 500 estudantes, eu sei que naquela escola, todo mundo está lendo, então já é muita coisa.

O relato revela que a docente entra em conflito com o que as pesquisas indicam e sobre como reagir a sua própria ideologia, uma vez que compreende que a escola em que atua diverge em relação a tantas outras dentro do contexto brasileiro, ao passo de que se nega a admitir e de se expressar de forma diferente, pois ela já enxerga seus alunos como ávidos leitores. Esse sentimento, por sua vez, retroalimenta sua própria visão, gerando um pensamento dicotomizado e carregado de preceitos dualistas.

Ao ser questionada sobre o papel da escola, dos docentes e da família no processo de formação de leitores, a entrevistada explica que

'Pilar de sustentação'. Nem uso a palavra 'formação', mas isso é coisa minha. Eu uso 'condução', porque eu sou aluna de música na escola portátil, estudo 'choro', e nossa professora fala sempre assim 'Músico não se forma, ele vai ter que estudar para a vida inteira. Não adianta achar que um dia se formou'. Então, parafraseando minha professora, 'leitor não se forma, leitor se conduz'. E como que vai ser essa condução?

Para a professora em questão, tanto o âmbito familiar quanto o escolar devem ser pilares de sustentação, pois, sem eles, a criança pode perder a bússola moral de para onde deve ser conduzida. Fazendo com que ambos os espaços sejam uma espécie de GPS norteador. Além do que, segundo ela, esses ambientes devem ser propícios para que a criança se sinta livre e à vontade para que a leitura aconteça, não bastando reforçar a ideia de que ler é bom, é necessário ter em conjunto a isso, uma representatividade acontecendo em paralelo.

A professora também afirma que é necessário a aproximação, pois, nessa hora, se torna primordial o sentar junto da criança e fazer o ritual da leitura. Ela também destaca que os adultos devem também estar sempre atentos para facilitar o acesso ao livro. Essa oportunidade de acesso à leitura garante uma melhor qualidade e sustentação para que a criança se sinta encorajada e seduzida tanto pela ideia da leitura como diversão quanto pelo objeto livro como desejo de consumo.

Durante a entrevista, a docente também relatou sobre uma reunião em que a direção e os docentes discutiam sobre a inquietude dos alunos dessa unidade escolar na hora do recreio. Ela explica que foi proposta a ideia de um

espaço comunitário que alimentasse o desejo pela leitura, disponibilizando um carrinho repleto de histórias em quadrinhos e que mais tarde foram armazenados em uma velha geladeira local cuidadosamente encapada por gibis. A docente revela que o comportamento das crianças mudou, pois apesar do recreio ser considerado tempo para brincar, ou seja, momento de diversão, essa proposta transformou a percepção e hábitos desses alunos, que passaram a compreender a leitura como um momento de lazer. Isso, com o tempo, alavancou a instituição, que passou a voltar todo seu Projeto Político Pedagógico para essa necessidade emergente, mudando, dessa forma, seu DNA.

A partir dessa perspectiva, nota-se o quanto o papel da escola é importante para a elaboração de um projeto bem articulado e bem desenvolvido. E, por esse mesmo motivo, é necessário que toda a escola esteja envolvida e motivada a participar. Quanto mais incorporarmos a família e os professores nesse movimento, maior será o incentivo para a pré-disposição à leitura, ampliando as chances de sucesso das crianças no futuro.

Por fim, a docente sintetiza que “cada escola e cada família vai fazer a sua dinâmica própria e não existe uma receita pronta, mas é a escola e a família que vão funcionar como GPS nessa condução”. O depoimento da docente entrevistada revela que é necessário muito cuidado e atenção para entender cada processo de aprendizagem e assimilação, assim como, gostos e particularidades que devem funcionar de maneira adequada para cada situação a fim de tornar todo esse processo mais dinâmico, particularizado e único.

### **O contador de histórias**

No que tange à atuação do contador de histórias, observa-se que não é esperado que se exista uma única forma de se preparar para uma contação de histórias, pois cada contador adota seu próprio mecanismo, ou seja, estratégias que considera mais adequadas para que essa contação atinja seus objetivos. Sendo assim, na escolha desse método, o docente deve buscar aquele que ele se sinta mais favorecido.

Segundo a docente,

Você precisa estudar muito bem esse texto e compreendê-lo muito bem para que então possa falar dele de forma verdadeira para você, senão não irá devolvê-lo da mesma forma para mais ninguém. E, aí,

a preparação vai ser na sua ambiência, onde você se sente bem, explorando seus próprios talentos, para aquilo funcionar. Por exemplo, tem umas pessoas que sabem manipular bem fantoches. Se você não tem esse domínio de técnica, não leve sem tentar uma preparação prévia. Tem pessoas que sabem manipular tapetes contadores de história, aventais. Outros contadores contam somente com o corpo e fica perfeito. Então, não existe uma regra de tem que ter os elementos tal e tal para aquilo ficar bom. Na verdade, você tem que explorar isso realmente numa preparação individual de mergulhar no seu “eu” e entender qual é a sua forma de contar história, que não vai ser comparada com A nem com B, vai ser a sua marca. Qual é a sua marca? Eu gosto muito de contar usando instrumento musical, eu toco violão. E também, agogô de coco, tamborim, o que seja, eu gosto muito de explorar os sons e eu sinto que isso me conecta muito com os expectadores.

A partir desse depoimento, nota-se a importância que um bom planejamento faz para que a contação de histórias ocorra de forma adequada e, para isso, o contador deve atentar-se para seu próprio repertório de leitura e imersão no texto, assim como conhecer bem suas imagens e as possíveis estratégias que possam ser utilizadas para motivar a imaginação das crianças. Por meio desse conhecimento prévio, o contador pode então optar pela melhor forma de desenvolver sua contação.

No relato da docente, observa-se que esta destaca o uso da música em seu repertório de contação, pois, a seu ver, a considera um elemento fundamental para atrair a atenção das crianças. Entende-se que sua estratégia, embora eficaz, não é única, pois cada contador carrega em si habilidades particulares que podem ser exploradas na hora de contar as histórias.

A docente confirma essa perspectiva ao dizer que “a gente precisa encontrar a própria forma, contar histórias que sejam verdadeiras, para o nosso percurso, e que a gente julgue relevante para os percursos daqueles expectadores e expectadoras e que seja uma estratégia divertida”.

Esse relato revela que a estratégia adotada pelo contador interfere efetivamente no olhar do aluno para a leitura. Ou seja, quando a contação de histórias é bem executada, a criança tende a ter um olhar de encantamento para o livro e, por sua vez, o entendimento da leitura como um momento de alegria e entretenimento. Torna-se, portanto, imprescindível que o docente busque desenvolver esse olhar de modo que a criança construa uma percepção positiva em relação ao ato da leitura, como afirmam Silva e Nunes (2014), investigados no presente estudo.

Podemos, com isso, dizer que cada contador traça seu próprio caminho no processo de contação de histórias, buscando sempre compreender seus talentos e alcance artístico, para que a contação seja desenvolvida de modo a atingir seu objetivo educacional, que se mescla ao entretenimento de maneira lúdica.

### **Contação de Histórias**

Em relação ao papel da contação de história, a docente acredita que esta é fundamental para a criança construir um olhar de encantamento em relação ao livro.

A docente afirma que

[...] eles sentem vontade de expressar essas histórias, elas trazem muita vontade. E aí, a aprendizagem, de um modo geral, ela é muito prazerosa. se você está na escola e não está aprendendo, vai ter sofrimento. A criança sabe quando não sabe, uma coisa até meio repetitiva, mas em uma matéria complicada, a criança sabe quando ela não está acompanhando, ela tem consciência.

Esse depoimento revela que quando a criança vivencia práticas pedagógicas que envolvem o ato cuidadoso da contação de histórias, ela passa a compreender e a transformar aquela oportunidade como um momento prazeroso e, por sua vez, associa o ambiente escolar como um espaço onde o processo de ensino-aprendizagem ocorre de maneira agradável e motivadora.

A contadora de histórias acrescenta que

É aquela ambiência, é o lugar onde eles estão entendendo o que que é aquilo, não é uma coisa totalmente distante. É aproximação, como se fosse um amigo mesmo, um livro amigo que está ali por perto e eu quero conversar com aquele objeto, porque ele tem algo bom para me dizer, então, é importante que essas histórias sejam presentes, e outra, a criança gosta muito de ouvir histórias repetidas. repete a mesma história, tipo, conta numa segunda-feira e, na semana seguinte, conta em uma quarta feira, a mesma história e eles vão ouvir com o mesmo interesse. Ninguém vai falar “que coisa”, não, pode ter certeza que eles vão querer ouvir de novo a mesma história, por que faz parte daquele florilégio de leituras que eles querem, aquele repertório deles que se apropriam daquilo, de forma cultural mesmo. Então, até história repetida vale.

Esse relato mostra que, ao solicitar a repetição da leitura, a criança carrega simbolicamente em si o prazer que ela encontra naquele momento da contação de histórias. E, ao despertar esse sentimento, ela passa a entender o livro como um amigo, estabelecendo um vínculo imbuído de significâncias que irão perpassar por toda sua vida, adquirindo, assim, inúmeras contribuições

pessoais como a construção de um extenso vocabulário, um conhecimento aprofundado sobre diversos assuntos e uma criatividade ativa, além dos muitos ganhos para seu desenvolvimento como indivíduo, como afirma Brasil (1998), estudado no referencial teórico do presente estudo.

Segundo a professora, a contação de histórias contribui para o desenvolvimento de diferentes habilidades da criança que são essenciais para seu desenvolvimento, tanto no âmbito escolar como ao longo de toda sua vida adulta e profissional.

Sobre as contribuições da contação de histórias, a docente aponta que

[...] quando ela adquire o código alfabético, ela entende o funcionamento daquilo que é a alfabetização, e atrelado a isso, no mesmo percurso, o letramento, que é essa condução com interpretação textual, seja na oralidade, e também só exercitando a escuta inicial, sem escrever e ler de forma autônoma, ela está ouvindo a professora contando histórias e tal, aquilo já está trazendo para ela um ambiente que ela quer fazer parte. É no momento que ela vai começar a fazer os próprios percursos de escrita, tem o repertório, tem aquela base importante para conseguir se desenvolver, transitar naquilo.

Dessa forma, esse depoimento revela que, ao ter a oportunidade de ouvir e vivenciar a contação de histórias nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a criança desenvolve sua imaginação e, conseqüentemente, sua capacidade de expressão oral. Portanto, a contação de histórias é uma prática pedagógica que incentiva a oralidade do aluno, pois permite que este expresse sua opinião de forma espontânea e, até mesmo, critique a história contada.

Por isso, essa experiência acaba sendo de muita valia para o desenvolvimento dessa criança que encontra, nesse espaço, um lugar onde sua voz é finalmente ouvida, proporcionando à mesma a oportunidade de desenvolver suas habilidades críticas e reflexivas em relação ao tema abordado no livro utilizado na contação de histórias e, paralelo a isso, a formação desse indivíduo para a vida, tornando-o um cidadão capaz de atuar ativamente na sociedade.

Percebe-se também que a contação de histórias incentiva a capacidade de compreensão e interpretação textual, pois aguça na criança seu senso crítico e reflexivo, trazendo, consigo, a promoção do potencial da escrita do aluno, bem como, a ultrapassagem de seu próprio repertório previamente

adquirido, que tende a se retroalimentar mais a cada nova leitura, como revela Brito (2010) no referencial teórico do presente estudo.

Em sua justificativa, ela relata:

É essencial nos anos iniciais que exista a contação de histórias, ela colabora, assim, de forma certa para todos os percursos de alfabetização, é essencial, é alimento básico, como arroz e feijão mesmo, todo dia, a leitura literária, todos os dias, desde a educação infantil, porque ali vão acontecer as primeiras leituras.

Esses dados revelam que antes dos conhecimentos posteriores referentes à aprendizagem da criança, a história deve estar sempre presente em sua vida. Respeitar esse espaço é também entender sua valia e usar dela a nosso favor para criar uma interação de abordagem mais lúdica e eficiente. A contação de histórias oferece à criança a capacidade para racionalizar e desenvolver seu próprio caminho na escrita.

### **Resultados da análise dos dados**

A partir da análise dos dados, observa-se que essa docente considera a contação de histórias como uma prática essencial para um melhor desenvolvimento das crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental e também revela o potencial dessa proposta para a formação dessas crianças.

Conclui-se, portanto, que uma boa contação de histórias tem a capacidade de alterar muitos destinos, pois quando a criança vivencia práticas pedagógicas que envolvem a contação de histórias, esta tem a oportunidade de desenvolver habilidades que serão essenciais para que ela então se torne um cidadão mais autônomo no futuro, capaz de ler, escrever, argumentar e se posicionar na sociedade de forma mais ativa, canalizando tais contribuições para seu próprio cotidiano e benefício.

## **Considerações Finais**

O presente estudo revelou que o conceito de leitura foi sendo moldado ao longo da humanidade, ultrapassando e evoluindo sua significância através das eras e se modernizando conforme as necessidades da sociedade. Com isso, sua relevância também foi se modificando e ganhando maior importância

no contexto escolar, onde deu ao aluno uma construção de sentidos, fomentada pelo desejo de aprender mais.

Além disso, foi verificado que os impactos da falta de leitura se dão, primordialmente, pela sua falta de incentivo, seja nos espaços familiares ou escolares, prejudicando, dessa forma, a base de compreensão das crianças, frustrando-as e apagando seu possível destaque de desenvolvimento intelectual na vida adulta, o que acarreta indiretamente para o alto nível de índice de analfabetismo funcional brasileiro.

A literatura investigada nesse estudo apontou que o conceito de contação de histórias também passou por modificações ao longo de sua trajetória, mesclando-se a tantas outras esferas de nosso dia a dia, sem nunca deixar a chama de nosso legado com nossos antepassados se extinguir, transformando-a em algo abstrato e prazeroso de diversas formas.

O estudo também mostrou que quando o papel do contador de histórias, assim como o da contação e planejamento prévio se alinham com a importância da contação nos anos iniciais de escolaridade, tanto a história ganha caráter qualitativo e prazeroso, quanto passa a permear o imaginário da sociedade brasileira, algo que, se incentivado de forma correta nos lares de nossa sociedade, torna-se orgânico e dá ao indivíduo a chance de se divertir aprendendo.

Portanto, pode-se afirmar que esse estudo é uma contribuição docente para que se abra a dimensão de um olhar quanto à aplicabilidade da contação de histórias, tendo-se, assim, a expectativa de um futuro ao qual tais contos estejam mais presentes nas salas de aula de todo o país, agregando, com isso, valores, conhecimentos e importantes contribuições trazidas para nossa vida enquanto leitores e cidadãos.

## Referências

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura Infantil**: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 2004.

ALVES, Maria Edvânia Paulo de Lacerda. **Leitura no Contexto Escolar**: A Importância nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Universidade Federal da Paraíba. Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. Itaporanga – PB, 2017.

Disponível em:  
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/4118/1/MEPLA09032018.pdf> Acesso em: 22 de out. 2020.

ARROYO, Leonardo. **A Cultura Popular em Grande Sertão**: Veredas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

ÁRVORE. **Como a falta de leitura pode levar ao fracasso em provas e vestibulares**. Blog Árvore de Livros, 2016. Disponível em:  
<http://blog.arvoredelivros.com.br/leitura/como-a-falta-de-leitura-pode-levar-ao-fracasso-em-provas-e-vestibulares/> Acesso em: 18 de nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf> Acesso em: 21 de out. 2021.

BRITO, Danielle Santos de. A Importância da Leitura na Formação Social do Indivíduo. Faculdade Don Domênico. **Periódico de Divulgação Científica da FALS**. Guarujá – SP, 2010. Disponível em:  
[http://fals.com.br/novofals/revela/REVELA%20XVII/Artigo4\\_ed08.pdf](http://fals.com.br/novofals/revela/REVELA%20XVII/Artigo4_ed08.pdf) Acesso em: 21 de out. 2020.

BUSATTO, Cléo. **Contar e encantar** – pequenos segredos da narrativa. Petrópolis: Vozes, 2003.

CARNEIRO, Marcelo Motta. **O Progresso da Arte de Ler** - Método dinâmico. Curitiba - PR Gráfica Vicentina. 1984.

ÉPOCA NEGÓCIOS. **3 em cada 10 são analfabetos funcionais no Brasil**. Portal de Notícias Estadão Conteúdo, 2018. Disponível em:  
<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2018/08/epoca-negocios-tres-em-cada-10-sao-analfabetos-funcionais-no-pais-aponta-estudo.html> Acesso em: 23 de nov. 2020.

GOMES, Mirian Lais Regis. **Literatura para Crianças**: contação de histórias no infantil 3. Universidade Federal da Paraíba. Centro de Educação. Licenciatura em Pedagogia. João Pessoa – PB, 2018. Disponível em:  
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/14126/1/MLRG30112018.pdf> Acesso em: 24 de jun. 2021.

KLEIMAN, Ângela. **Texto e leitor**. Aspectos cognitivos da leitura. Campinas, Pontes, 1989.



LOURENÇO, Tainá. **Escolas brasileiras ainda formam analfabetos funcionais**. Jornal da USP, 13 de nov. de 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/escolas-brasileiras-ainda-formam-analfabetos-funcionais/> Acesso em: 06 de jun. 2021.

MEIRELES, Cecília. **Problemas da Literatura Infantil**. São Paulo: Summus, 1979.

OLIVEIRA, Cristiane Madanêlo de. **Livros e infância**, 2006. Disponível em: <http://www.graudez.com.br/litinf/livros.html>. Acesso em: 06 de jun. 2021.

OLIVEIRA, Samantha Aniceto de; SCHERER JÚNIOR, Claudio Roberto Antunes Scherer. **A Contação de Histórias no Ensino Fundamental: Fundamentos e Planejamentos**. Universidade do Sul de Santa Catarina; Universidade Federal de Santa Catarina. Cadernos da Pedagogia. Santa Catarina – SC, 2019. Disponível em: <https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1163> Acesso em: 24 de jun. 2021.

ONG, Walter. **Oralidade e cultura escrita**. Campinas: Papyrus, 1998.

PINTO, Marinez de Andrade. **Leitura nas Séries Iniciais: Literatura Infantil**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Curso de Pedagogia – Licenciatura. Porto Alegre – SP, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/39643/000825059.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 22 de out. 2020.

RIGLISKI, Adriane Schreiber. **Contribuições da Contação de Histórias no Desenvolvimento das Linguagens na Infância**. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí - RS, 2012. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/1619/TCC%202012%20Adriane%20S.%20Rigliski.pdf?sequence=1> Acesso em: 20 de maio 2021.

SCHARF, Marcos Gross. **A falta de leitura tem seu preço**. Catho Comunicação. Carreira & Sucesso. 2012. Disponível em: <https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/colunistas/marcos-gross/a-falta-de-leitura-tem-seu-preco/> Acesso em: 17 de nov. 2020.

SILVA, Cleide Rufino da. **A Leitura no Contexto Escolar**, 2007.

SILVA, Maria Felícia Romeiro Mota; NUNES, Vera Regiane B. Era Uma Vez no Hospital: Contação de Histórias. **Revista Intercâmbio**, 2014. Disponível em: <https://revisor10.com.br/24h/pessoa/temp/anexo/1003/1291/2103.pdf> Acesso em: 20 de maio 2021.

SIMONSEN, Michele. **O Conto Popular**. Martins Fontes. 1ª Edição. 1987.

SISTO, Celso. **Textos e pretextos sobre a arte de contar histórias**. Positivo. 2ª Ed. Curitiba Série: Práticas educativas, 2005.

SOARES, Margarida. **A importância da leitura no mundo contemporâneo**. Centro de Formação de Associação das Escolas de Matosinhos. Matosinhos – PT, 2010.

TORRES, Shirley Milene; TETTAMANZY, Ana Lúcia Liberato. Contação de Histórias: Resgate da Memória e Estímulo à Imaginação. **Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas**. PPG – LET – UFRGS. Porto Alegre – RS, 2008. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/NauLiteraria/article/view/5844/3448> Acesso em: 20 de maio 2021.

## 6. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA DENTRO DO ESPAÇO ESCOLAR E AS PRÁTICAS DOCENTES QUE CONTRIBUEM PARA A INIBIÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL

*Taismara Lopes Lisboa*<sup>12</sup>

*Renata Rodrigues Brandão*<sup>13</sup>

### Introdução

A formação do povo brasileiro é originada a partir da miscigenação entre diferentes etnias, em especial a dos povos indígenas, imigrantes europeus e os negros africanos (trazidos involuntariamente para o trabalho escravo), promovendo assim uma grande riqueza cultural.

No entanto, pode-se observar que, ao longo da história, a população negra teve a sua inserção no sistema de ensino de uma forma cruel e demorada. Mesmo com a Constituição de 1824 que indica que a escola era direito de todos os cidadãos, isso não se aplicava aos negros escravos. Assim, a exclusão racial no sistema educacional brasileiro foi naturalizada desde o Brasil Império.

Dessa época até os dias atuais, verifica-se que alguns aspectos mudaram, mas a estrutura racista permanece em um sistema escolar marcado por uma dualidade caracterizada por uma escola de conhecimento para rico e uma escola de “acolhimento social” para os pobres (LIBÂNEO, 2012). Hoje, apesar dos negros e negras possuírem o direito de estudar, as marcas de séculos de escravidão e os direitos negados continuam atuantes no nosso sistema educacional, uma vez que o racismo, o preconceito e a discriminação em relação a população negra ainda existem.

---

<sup>12</sup> *Graduanda em Pedagogia pela Faculdade São Judas Tadeu – Rio de Janeiro – RJ. Atua como Auxiliar de Creche em uma creche comunitária do Município do Rio de Janeiro – RJ. E-mail: [marataislisboa@gmail.com](mailto:marataislisboa@gmail.com)*

<sup>13</sup> *Doutora em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua como orientadora e professora do curso de Graduação e Pós-graduação da Faculdade São Judas Tadeu no Rio de Janeiro – RJ. E-mail: [renatabrandao77@gmail.com](mailto:renatabrandao77@gmail.com)*

A Lei nº 10.639/2003, que altera a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, destaca o ensino obrigatório da História e a Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica, entretanto, nem todas as instituições de ensino seguem o exercício desta lei que entrou em vigor no ano de 2003, permitindo que práticas de racismo e de preconceito ainda sejam comuns nas salas de aula brasileiras (BRASIL, 2003).

A criança é introduzida no meio social desde o seu nascimento, em um mundo que já possui suas características e delineações prévias, sendo a família o seu primeiro contato social e, posteriormente, o âmbito escolar. Assim, se essa criança conviver em um ambiente familiar, onde o preconceito está presente, muito provavelmente ela irá interiorizá-los e reproduzi-los no decorrer do seu desenvolvimento, acreditando que tais atitudes são normais e corretas. Logo, essas crianças, ao interagirem com outras no espaço escolar, utilizam os mesmos comentários pejorativos e discriminatórios que escutam em seus lares, tais como: “Branco correndo é esporte, preto correndo é ladrão”; “Por que a sacola de compras é branca e o saco de lixo é preto?” ou “Negão, é a sua vez de jogar!”. Nesse sentido, percebe-se que esse tipo de discurso preconceituoso no espaço escolar gera danos morais e psicológicos nas crianças negras.

Entende-se que as práticas discriminatórias presentes no cotidiano escolar desses alunos têm estimulado a baixa autoestima, a depressão e o sentimento de opressão e de desvalorização. Em função desse racismo enraizado muitos estudantes perdem o interesse pelos estudos, aumentando o índice de reprovação e de evasão escolar e, conseqüentemente, limitando as oportunidades desses indivíduos, estimulando o envolvimento com a violência no futuro e aumentando a desigualdade social.

Refletindo sobre o contexto educacional brasileiro em relação à atuação dos docentes, percebe-se que estes não vêm investindo o suficiente em propostas pedagógicas que tragam reflexões sobre essas práticas discriminatórias, como por exemplo: a representatividade dos negros e negras, valorização da diversidade, reconhecimento das influências da cultura africana no cotidiano dos discentes, diálogos sobre a cultura Afro-brasileira, entre outros. Observa-se que a atuação do (a) professor(a) no combate à discriminação étnico-racial ainda é muito incipiente.

Diante desse contexto, este trabalho traz a seguinte indagação: Quais os tipos de práticas pedagógicas que podem minimizar e combater a discriminação étnico-racial no Ensino Fundamental?

Para responder essa questão, esse estudo propõe uma investigação sobre a importância do(a) professor(a) de traçar e planejar estratégias pedagógicas que visam abordar as representatividades dos negros e negras nos livros didáticos para além da sua figura associada à escravidão sofrida, discutir a diversidade cultural, como por exemplo: as práticas religiosas afro-brasileiras, abordar as múltiplas formas de vivenciar os racismos para que alunos e alunas possam identificar quando este ocorrer; incentivar os discentes a denunciar esse ato que por lei é um crime. Essas abordagens contribuem para uma educação antirracista no Ensino Fundamental.

Torna-se importante entender que se essas práticas pedagógicas antirracistas podem contribuir para minimizar a discriminação, aumentar positivamente a autoimagem e a autoestima dos discentes. É urgente mostrar a representatividade das pessoas negras na sociedade e a valorização do ensino da cultura Afro-brasileira e Africana desde os primeiros anos escolares, demonstrando as contribuições que as culturas africanas proporcionaram na construção da cultura brasileira. Dessa forma, esta pesquisa pretende investigar sobre o papel do docente na construção de práticas pedagógicas com o intuito de minimizar/inibir a discriminação étnico-racial no contexto de salas de aula nos anos iniciais do Ensino Fundamental, evitando assim, os impactos negativos na formação de crianças e adolescentes.

Este trabalho tem início na minha experiência como mãe de alunas e estagiária de pedagogia em uma escola municipal da cidade do Rio de Janeiro, busco dar visibilidade a algumas práticas pedagógicas antirracistas observadas dentro deste espaço escolar. De tal forma, este artigo possui um olhar etnográfico sob a escola e conta com entrevistas com duas professoras participantes das atividades pedagógicas antirracistas nessa mesma instituição de ensino.

Como relato etnográfico, este estudo visa apresentar os projetos desenvolvidos nessa unidade escolar da rede municipal do Rio de Janeiro e como estes puderam promover a conscientização dos alunos e alunas, contribuindo dessa forma para uma aprendizagem significativa.

## O racismo estrutural no Brasil

No dia 21 de março, é comemorado o Dia Internacional Contra a Discriminação Racial. Esta data é marcada pela brutalidade com o assassinato de 69 pessoas e centenas de feridos por participarem de uma manifestação em Joanesburgo, África do Sul, onde cerca de aproximadamente 20 mil pessoas protestavam contra a “Lei do Passe”, fazendo-se obrigatório a população negra a andar com seu documento de identificação.

Já no dia 20 de novembro, é comemorado o Dia Nacional da Consciência Negra, sendo de suma importância para a população brasileira, uma data que nos faz refletir sobre todas as lutas que os negros percorreram e percorrem em busca da igualdade, proporcionando uma reflexão sobre o racismo e a violência que são sofridos diariamente.

De acordo com Cavalleiro (1998), o combate à discriminação e ao racismo deve ser trabalhado desde a mais tenra idade, tendo a escola e a família um papel primordial na construção do sujeito.

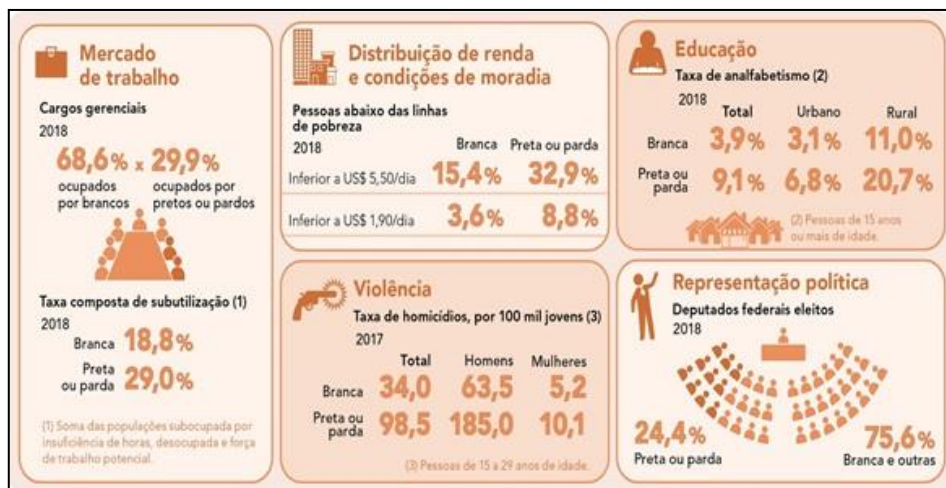
Mas por que citar essas datas? Elas evidenciam a luta e o combate contra a discriminação e racismo que os negros enfrentam em busca de um país mais justo e igualitário. Enfim, para que percebamos que a democracia racial no Brasil nunca existiu, sendo um mito que deve ser combatido para que o racismo estrutural seja minado.

Assim, Almeida afirma que:

[...] a ideologia da democracia racial se instalou de maneira muito forte no imaginário social brasileiro, de tal modo a ser incorporada como um dos aspectos centrais da interpretação do Brasil, das mais diversas formas e pelas mais distintas correntes políticas, tanto da ‘direita’ como da ‘esquerda’ (ALMEIDA, 2019, p.178-179).

Vejamos por que a democracia racial no Brasil é um mito. O Gráfico 1 mostra os dados disponibilizados pela pesquisa desenvolvida pelo Instituto Brasileiro Geográfico Estatístico (IBGE) em 2018, que sinaliza a divisão entre negros e não negros da seguinte forma:

**Gráfico 1 - Divisão da população brasileira levando em consideração a questão racial**

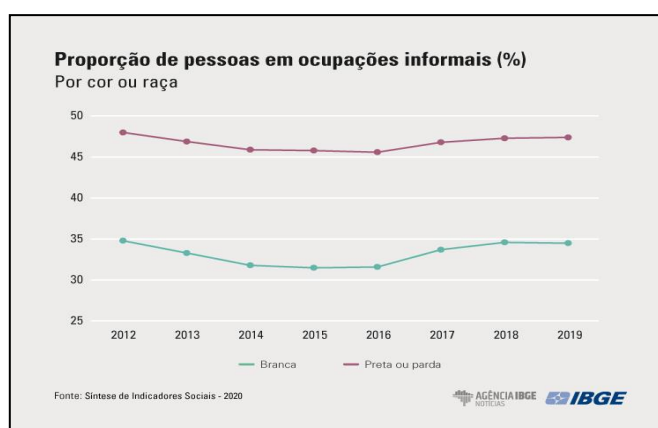


Fonte: IBGE, 2019.

Os dados desse gráfico demonstram que a população negra se encontra em constante vulnerabilidade em relação aos brancos em diversas esferas sociais. Se os brancos são a maioria ocupando cargo de gerência no mercado de trabalho e a maioria na representação política e, por outro lado, os negros são a maioria dos que estão abaixo da linha da pobreza, na taxa de analfabetismo e de homicídios, então, podemos dizer que não temos uma sociedade justa e igualitária. Os negros e negras aparecem como a parte lesada pela população dominante branca que ocupa os espaços do poder.

De acordo com a pesquisa desenvolvida pelo IBGE em novembro de 2020, a desigualdade entre pretos, brancos ou pardos é comprovada na exemplificação do condicionamento de moradia, trabalho e renda, atuando dessa forma, nas diversas esferas da sociedade. Quando nos referimos sobre a ocupação informal, a pesquisa nos concede o Gráfico 2:

**Gráfico 2 - Proporção de pessoas em ocupações informais**



Fonte: IBGE, 2020.

Em 2019, de acordo com essa pesquisa, a taxa de ocupação informal dos negros ou pardos foi de 47,4%, quanto a dos brancos foi de 34,5%. Novamente, vemos que as desigualdades sociais no Brasil têm cor e coloca por terra a noção de que aqui funciona uma democracia racial.

Em entrevista à repórter Adriana Saraiva para o Portal de Agência de Notícias do IBGE (2020), o coordenador da SIS (Síntese de Indicadores Sociais), João Hallak, afirma que:

A informalidade para pretos ou pardos é uma característica histórica, que percebemos em todos os anos da série da Pnad Contínua, que se inicia em 2012 e vai até 2019. É um grupo que requer atenção, é um grupo mais vulnerável, que não vai poder ter aposentadoria por tempo de serviço, que não tem direito a licenças remuneradas por afastamento por motivo de saúde ou licença gestante, então são mais vulneráveis em termos de pessoal ocupado (IBGE, 2020).

Para além disso, tais discriminações influenciam na renda e moradias destes cidadãos, uma vez que o tom da cor da pele interfere no valor salarial dos considerados não brancos, sendo inferiores do que dos brancos, colocando-os assim, em situação de pobreza ou extrema pobreza, o que acarreta o condicionamento de suas moradias.

Para termos uma ideia de base salarial desigual, no ano de 2019, ao inserir-se no “emprego” doméstico sem carteira assinada, pessoas negras/pardas ganhavam em média 1.663 reais, enquanto os brancos ganhavam 2.884 reais, somando uma diferença de 73,4% para os brancos. Quando o trabalho está relacionado ao rendimento-hora, independente do grau de estudo, os brancos sempre recebem mais do que os negros/pardos. No entanto, é com o nível superior completo que os pardos/negros possuem um desfalque de -44,3%, pois enquanto eles recebem R\$ 23,50 por hora trabalhada, os brancos recebem R\$ 33,90 (IBGE, 2020).

Ainda de acordo com o Portal de Agência de Notícias do IBGE (2020) “Entre as pessoas abaixo das linhas de pobreza, 70% eram de cor preta ou parda”. Quando a questão é moradia, cerca de 31,3% de pardos ou pretos vivem com algum tipo de inadequação em seus domicílios.

Se no Brasil há uma democracia racial por que são os brancos que possuem os melhores cargos profissionais e remunerações? Por que os negros/pardos são a maioria em moradias precárias? Por que negros e pardos



são as maiores vítimas de armas de fogo? Por que negros e pardos ocupam pouco espaço na política?

Para Almeida (2019), ao invés de uma democracia racial, vivenciamos um racismo estrutural, que está tão presente na nossa sociedade, de forma tão naturalizada que parece até que não existe. Assim, nos acostumamos a ver a maioria das atividades braçais a serem realizadas por pessoas não brancas, bem como, a acreditar que é uma questão de mérito os jovens brancos ocuparem os assentos das universidades públicas do país e se formarem em médicos, advogados e engenheiros, por exemplo.

O racismo estrutural é um conceito que evidencia e coloca em primeiro plano a violência contra os negros, as ofensas sofridas por pessoas negras cotidianamente, os impedimentos de acesso a determinados lugares e o salário diferenciado. Assim, para Almeida (2019), o racismo é normalizado na nossa sociedade, é uma forma de racionalidade que constitui nossas ações conscientes e inconscientes e é um modo de se estruturar política, econômica e socialmente. Ou seja, um modo de funcionamento em que negros e negras não têm representatividade política significativa e nem ocupam espaços de poder, em que a população negra é a maioria em bairros periféricos vivendo em moradias precárias, assim como, são a maioria no trabalho informal e que sofre a violência policial.

É esse racismo enraizado e naturalizado que precisa ser discutido na escola para que possamos mudar a situação das mais variadas violências que a população negra sofre cotidianamente. Segundo o portal de notícias G1 (2020), uma pesquisa realizada pela empresa de soluções tecnológicas de recrutamento e seleção VAGAS.COM, em relação aos cargos de gerência e de diretoria, menos de 5% das vagas são conquistadas pela população negra.

Dessa forma, fica cada vez mais evidenciado o regimento de um racismo estrutural no Brasil, já que negros e não negros até possuem o mesmo direito garantido pela constituição, no entanto, não é isso que ocorre quando olhamos para as estatísticas.

O racismo está tão enraizado e naturalizado em nossa cultura e comportamento que ao entrar em um estabelecimento e vemos um negro, já o rotulamos como subalterno ao invés de dono, diretor, coordenador, entre outros.

Para o historiador e sociólogo Clóvis Moura, autor do livro “O NEGRO: de bom escravo a mau cidadão”:

O negro foi obrigado a disputar a sua sobrevivência social, cultural e mesmo biológica em uma sociedade secularmente racista, na qual as técnicas de seleção profissional, cultural, política e étnica são feitas para que ele permaneça imobilizado nas camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas (MOURA,1977; p.187).

Diante de tal afirmativa, percebe-se que as crianças não brancas brasileiras têm sido impedidas de sonhar, pois desde cedo elas vivenciam pessoas brancas em cargos hierárquicos superiores, enquanto seus pais (negros/pardos), em um posicionamento inferior, uma vez que a própria sociedade reproduz uma organização estrutural, onde os brancos têm oportunidades e os negros têm seus sonhos limitados.

O racismo estrutural pode ser observado diariamente, em diferentes contextos, nas notícias que circulam nas redes sociais, páginas de jornais e noticiários da TV. Por exemplo, o portal de notícias G1 (2022) aponta que no dia 02 de fevereiro de 2022, Durval Teófilo, repositor de uma rede de supermercado que estava a caminho de casa em São Gonçalo, um condomínio no bairro Colubandê, que foi assassinado com três tiros por seu vizinho, o sargento da Marinha Aurélio Alves Bizerra. O crime? Ser negro! Em sua defesa, o sargento alegou ter confundido Durval com um assaltante. Quatro dias depois desse assassinato, o portal de notícias Metrôpoles (2022) destaca que em uma operação militar no Jacarezinho (RJ), o policial entrou em uma padaria e deu voz de prisão a Yago Correia de Souza, 21 anos. O crime? Ser negro! Pois não há outra justificativa para sua prisão, já que Yago trabalhava como entregador e era considerado um cidadão de “bem”. Entretanto, a justificativa do policial foi de ter confundido Yago com um bandido.

“Crimes” diferentes com características iguais. O que eles têm em comum além da inocência? O tom de sua pele. Pois ambos são negros vivendo em uma sociedade, onde o racismo está entranhado de tal forma que o fato de ser negro se associa a atos criminosos.

Se antes o negro tinha a sua figura assemelhada ao papel de escravo, hoje ele sofre com o preconceito, pois associam sua imagem à de um criminoso.

Que o racismo, a discriminação e o preconceito fazem parte de uma herança escravocrata não há dúvidas. Almeida (2019, p.144) afirma que “a desigualdade racial é um elemento construtivo das relações mercantis e das relações de classe” e, assim, faz parte da nossa história e da história do mundo capitalista moderno e contemporâneo.

Por isso que diante do racismo, da discriminação, do preconceito, da desigualdade, entre outros, se faz cada vez mais necessário um ensino antirracista nas instituições educacionais, sendo privada ou pública, em todo território brasileiro, porque precisamos construir um futuro de transformações de uma sociedade estruturalmente racista e negacionista.

Não é à toa que com o samba enredo “100 ANOS DE LIBERDADE, REALIDADE OU ILUSÃO”, a Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira (1988), trouxe à tona uma realidade vivenciada ainda nos dias de hoje. Os compositores Alvinho, Hélio Turco e Jurandir desse samba cantarolavam e moveram a multidão para uma expressiva reflexão ao questionar sobre a “tal liberdade” conquistada pelos negros, porém nunca efetivada.

Será que já raiou a liberdade  
Ou se foi tudo ilusão  
Será, oh, será  
Que a Lei Áurea tão sonhada  
Há tanto tempo assinada  
Não foi o fim da escravidão  
Hoje dentro da realidade  
Onde está a liberdade  
Onde está que ninguém viu  
Moço  
Não se esqueça que o negro também construiu  
As riquezas do nosso Brasil  
Pergunte ao Criador  
Quem pintou esta aquarela  
Livre do açoite da senzala  
Preso na miséria da favela  
Sonhei  
Sonhei que Zumbi dos Palmares voltou  
A tristeza do negro acabou  
Foi uma nova redenção

Senhor! Ai, Senhor!  
Eis a luta do bem contra o mal (contra o mal)  
Que tanto sangue derramou  
Contra o preconceito racial

## **A discriminação étnico-racial no contexto escolar**

A importância de se combater a discriminação étnico-racial, que se encontra estruturada e enraizada na sociedade brasileira, vem sendo debatida com mais ênfase nos últimos anos, principalmente depois da lei nº 10.639/03. Entende-se que a escola é um agente transformador na formação e no desenvolvimento do cidadão, pois é a partir dela que a criança tem “contato” com a diversidade cultural, se fazendo e se tornando um instrumento positivo na luta contra a discriminação.

Dessa forma, o presente estudo torna-se relevante, pois abriga práticas pedagógicas realizadas em um contexto escolar e demonstra a importância da abordagem do tema para toda a comunidade escolar, assim como, para a nossa sociedade.

A longa história da escravidão negra no nosso país é uma marca que deixou sequelas atuantes em nossa sociedade como foi demonstrado acima. O tráfico negreiro e o uso da mão de obra escrava negra durante os anos de colonização do continente americano deixaram de herança um racismo que não se disfarça e que mostra sua face mais violenta nas agressões policiais aos jovens negros no Brasil, que só hoje ganha visibilidade na mídia.

### **Conceito de Discriminação**

Diversos são os motivos que levam uma pessoa a discriminar a outra. Isso ocorre porque de acordo com a história da população brasileira, alguns grupos sociais são mais valorizados ou possuem maior poder aquisitivo do que outros, acreditando em sua superioridade diante dos demais. Assim, a discriminação pode ocorrer por questões sociais, raciais, de gêneros, econômicas, culturais, entre outras.

Ferreira (2005, p.1) afirma que “Discriminar significa diferenciar, distinguir ou separar”.

Joaquim (2006) faz uma distinção entre discriminação e preconceito, uma vez que a primeira envolve uma ação ou omissão que viola os direitos da pessoa se baseando na raça, cor, sexo, idade ou religião e a segunda envolve o pré-julgamento ou o julgamento de uma pessoa, se baseando em seu estereótipo.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que a discriminação é originada do preconceito. Assim, o preconceito se baseia em opiniões infundadas e estruturadas em pré-julgamentos ou no julgamento do indivíduo, que geram a discriminação, ou seja, a exclusão, separação e distinção do sujeito.

Joaquim (2006) explica também que a prática da discriminação é um ato criminoso com pena de 1 (um) a 3 (três) anos de reclusão e multa e está prevista no código penal brasileiro. Assim, configura-se um crime quando o sujeito é insultado/ofendido de forma pejorativa com expressões, tais como: 'criolo', 'macaco', 'negão', entre outras derivadas da sua cor, raça, religião, origem ou etnia, uma vez que tais ações violam o direito do indivíduo.

Lima (2011) diz que todo ser humano tem os seus direitos preservados e garantidos por lei, principalmente sua dignidade, e que atitudes discriminatórias são consideradas atos de infração, motivados pelo preconceito.

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]" (BRASIL, 1988, p.1).

A partir dessas perspectivas jurídicas, verifica-se que qualquer atitude como intuito de inferiorizar, menosprezar ou atingir a dignidade e integridade da pessoa é considerada como crime, podendo levar o indivíduo a responder judicialmente. O direito do sujeito não pode ser suprimido por atos preconceituosos e discriminatórios contra seu semelhante.

Sendo assim, pode-se dizer que toda pessoa tem seus direitos assegurados por lei, no entanto, em pleno século XXI, o exercício desses direitos, conquistados com muita determinação, sacrifícios e lutas, ainda não são respeitados. O mundo contemporâneo ainda julga a pessoa pelo tom da cor de sua pele, característica do seu cabelo, religião, origem, entre outros,

estimulando, dessa forma, o aumento das estatísticas de casos relacionados à discriminação e ao preconceito.

Castro (2019) afirma que a discriminação é fruto da desigualdade. No entanto, a sociedade é formada pela diversidade, ainda que seus membros sejam iguais, cada sujeito é único e possui suas próprias características.

De acordo com os Parâmetros curriculares Nacionais,

Discriminação racial significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferências baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha por objetivo ou efeito, anular ou restringir o reconhecimento, o gozo ou exercício, em condições de igualdade dos direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, econômico, social e cultural ou em qualquer outro domínio da vida pública (BRASIL, 1997, p.304).

Nas perspectivas desses autores, a sociedade possui uma ampla diversidade em sua construção, cujo contraste só enriquece a sua formação, contribuindo para a inclusão de todos e uma vida democrática, uma vez que se tenha o respeito mútuo, independente da sua raça, religião, gênero, cor, entre outros, uma vez que todo e qualquer grupamento humano apresenta diferenças.

No entanto, quando essas diferenças são vistas de forma equivocada entre as pessoas e os grupamentos sociais, estas passam a se tornar atos discriminatórios. Esse cenário tende a gerar o desequilíbrio na garantia do sujeito de gozar dos seus direitos, estabelecendo assim a desigualdade, que representa a forma mais violenta contra os direitos humanos.

Por isso, que de acordo com Araújo (2014), quando um grupo recebe um amparo superior/inferior do que o outro, derivado da sua condição social, por uma falsa analogia entre brancos e negros, no aspecto social, profissional ou educacional, percebe-se a discriminação étnica, ocasionando graves consequências para o sujeito que está sendo discriminado.

Massignam (2015) revela em seu estudo que a discriminação sofrida pelo sujeito apresenta grandes impactos negativos para sua saúde, desencadeando estresse pós-traumático, transtornos de ansiedade, depressões, além das atitudes nocivas para a sua saúde como o uso de drogas, alcoolismo, tabagismo, entre outros.

Já Rosenberg (2005) relata que as crianças negras, possuem o índice de reprovação maior do que as crianças brancas, sendo assim, excluídas

precocemente do sistema escolar. Nesse sentido, observa-se uma trajetória amotinada, apresentando um aumento de afastamento da escola, dificultando assim, a interação e a inclusão entre a criança negra e o sistema escolar.

Portanto, nota-se que as ações discriminatórias começam a partir do momento em que a pessoa é excluída, restrita ou sofre qualquer distinção, motivada por sua religião, origem social, sexualidade, entre outros. Identifica-se a discriminação étnico-racial, quando se refere a sua cor/raça com o intuito de dificultar ou proibir a pessoa de exercer os seus direitos. Esta discriminação tende a promover a exclusão social e a pobreza, contribuindo para o desencadeamento de problemas na saúde física e mental.

### **A discriminação étnico-racial dentro do espaço escolar**

Em pleno século XXI, ainda há quem acredite que o racismo, o preconceito e a discriminação não existem. Tais inveracidades são alimentadas pelo discurso na crença que se é vivenciada em uma democracia racial, onde se ocorre a coexistência pacífica de múltiplos grupos raciais distintos. Resignando aos negros a culpa de seu condicionamento derivado da falta de interesse ou pela falta de competência e capacitação, excluindo, dessa forma, as desigualdades criadas pelas estruturas hierárquicas da sociedade.

Mesmo depois da abolição da escravatura em 1888, até a presente data, ainda é possível ver as marcas e resquícios de um povo sofrido e oprimido em nossa sociedade, sob forma de discriminação, racismo, exclusão e desigualdade social, encontrada em suas múltiplas dimensões: sociocultural, econômica e política.

Gomes (2003) relata que a escola tem um dos papéis fundamentais na sociedade, além de promover a construção moral e ética, é responsável pela socialização, transmissão e organização da cultura. Porém, a escola é tida como um dos espaços, onde as formas negativas dos negros são propagadas, pois quando integrada na escola, a criança negra é estigmatizada, segregada ou excluída por seus colegas e, até mesmo, por professores, impedindo seu desenvolvimento intelectual e emocional.

Para Adesky (1997, p.3),

A aspiração de ser reconhecido como ser humano corresponde ao valor que chamamos de autoestima. Ela leva os negros a desejarem libertar-se do estado de inferioridade a que foram relegados e

desembaraçar-se das imagens depreciativas de si mesmos. Particularmente, leva-os a lutar contra o racismo que representa, acima de tudo, uma reação de identidade configurada pela negação radical do valor das heranças histórica e cultural de onde advém a discriminação e a segregação.

Conhecido e reconhecido como um local de pluralidade cultural é no espaço escolar que se encontra um vasto número de diversidade cultural, étnico-racial, de gênero e outros. A escola tem o papel primordial na sociedade que é o de democratizar e socializar os indivíduos no acesso ao conhecimento, promovendo a construção ética e moral nos estudantes. Assim, a escola tem como objetivo formar cidadãos mais críticos e conscientes com potencial de transformar não só a si mesmo, como também a nossa sociedade, tornando-a mais justa e igualitária.

Pires (2014) explica que se a criança conviver em um ambiente, onde o preconceito e a discriminação são vivenciados, ainda que ela seja pequena, irá interiorizar esse aprendizado e reproduzi-lo de forma natural, porque estas sofrem influência do meio em que vivem.

Na escola pública de hoje, podemos encontrar uma diversidade racial fruto de uma política de inclusão social vivenciada na educação desde a década de 1990. No entanto, embora essa diversidade racial esteja presente e que deveria servir como uma via de inclusão e equidade para os alunos, o que podemos observar são as vivências de relações escolares que acabam reproduzindo o racismo da sociedade.

Se questionarmos um aluno ou uma aluna: “Quantos heróis ou princesas negras vocês conhecem?” As respostas ficam reduzidas a um número ímpar que pode ser contado nos dedos da mão. Essa rejeição está comprovada no espaço escolar a partir do momento que os próprios materiais didáticos que deveriam servir para dar suporte e apoio para os alunos, negligenciaram ou “esconderam” durante muito tempo a importância e a contribuição dos negros e suas histórias para o desenvolvimento do Brasil. Foi necessária a lei 10.639/2003, fruto das lutas do movimento negro, para que este cenário começasse a mudar.

Paixão da Rocha (2007, p.28) defende que

Ao omitir conteúdos sobre a história do país, relacionados à população negra, ao omitir contribuições do continente africano para o desenvolvimento da humanidade e ao reforçar determinados



estereótipos, a escola contribui fortemente para o reforço das construções ideológicas racistas.

Para Silva (1995, p.47),

O livro didático, de modo geral, omite o processo histórico-cultural, o cotidiano e as experiências dos segmentos subalternos da sociedade, como o índio, o negro, a mulher, entre outros. Em relação ao segmento negro, sua quase total ausência nos livros e a sua rara presença de forma estereotipada concorrem em grande parte para a fragmentação da sua identidade e autoestima.

Dessa forma, a escola também contribui para a propagação da discriminação a partir dos seus livros didáticos, onde a figura do negro é sempre vinculada de forma negativa e associada à imagem de escravo e submisso, desmerecendo o lugar e o valor do negro na sociedade. Logo, como uma criança desejará se construir como sujeito de direitos em tais características?

Portanto, em seu exercício, a escola necessita estar atenta e privilegiar discursos e discussões a fim de que se possa acabar com a discriminação em seu espaço, visando enaltecer a figura do negro e suas contribuições para a sociedade. A partir das opiniões dos autores citados, compreende-se a importância de se adotar metodologias que contribuam no combate à discriminação que os alunos negros sofrem tanto dentro quanto fora do ambiente escolar. A representatividade e a importância do reconhecimento como ser humano se faz significativamente positiva na contribuição da valorização da autoestima dessas crianças, pois negar sua etnia é negar o Brasil!

### **A postura do docente diante de atos discriminatórios**

Segundo Freire (1987), o papel do professor é instigar no discente o prazer de aprender, buscando sempre por mais conhecimento. Sendo estabelecida por relações dialógicas de ensino e aprendizagem, em que o professor atua como um mediador ao transmitir o seu saber e, ao mesmo tempo, aprender com seus alunos, revelando uma relação de troca entre professor e aluno.

Acreditando na ilusão de que o Brasil é um país que aceita as diferenças, a discriminação racial evidenciada nas escolas, são caladas pelo silêncio dos professores, que muitas das vezes não estão aptos a lidar com

esta situação e acabam banalizando as atitudes preconceituosas, racistas e discriminatórias dos discentes. Percebe-se que muitos docentes justificam o comportamento inapropriado dos alunos como “brincadeiras”, buscando naturalizar tais atos. A falta de preparo dos professores também é identificada quando estes propõem atividades pedagógicas que valorizam positivamente a relação étnico-racial apenas em datas comemorativas específicas no calendário escolar.

Gonçalves e Silva (1996, p. 175) diz que

Professores, fazemos parte de uma população culturalmente afrobrasileira, e trabalhamos com ela; portanto, apoiar e valorizar a criança negra não constitui em mero gesto de bondade, mas preocupação com a nossa própria identidade de brasileiros que têm raiz africana. Se insistirmos em desconhecê-la, se não a assumimos, nos mantemos alienados dentro de nossa própria cultura, tentando ser o que nossos antepassados poderão ter sido, mas nós já não somos. Temos que lutar contra os preconceitos que nos levam a desprezar as raízes negras e também as indígenas da cultura brasileira, pois, ao desprezar qualquer uma delas, desprezamos a nós mesmos. Triste é a situação de um povo, triste é a situação de pessoas que não admitem como são, e tentam ser, imitando o que não são.

Para Foster (2004), o racismo é notório no cotidiano escolar, ainda que negado no discurso, as instituições adotam o silêncio e a omissão como recurso. Ao se submeter essa postura, tanto a escola como todo o corpo docente acabam prejudicando a autoestima e a autoconfiança da criança negra, fortalecendo a formação negativa de sua autoimagem.

Por isso, torna-se evidenciado a importância da conscientização da cultura Africana e Afro-brasileira dentro da sala de aula, sendo o papel do professor de transmitir e mediar o ensino de tal cultura, que faz parte da história e desenvolvimento do Brasil. No entanto, para que o docente possa exercer seu papel, é preciso que ele esteja preparado para tal domínio; isto é que se tenha um olhar crítico e singularizado para que se possa compreender em que momento ocorrem as práticas e atitudes discriminatórias.

Determinados profissionais estão tão despreparados, que segundo a afirmativa de Scoltz, Silveira e Silveira (2014, p; 66-67),

[...] maioria dos professores não consegue ver relações entre suas aulas e as atividades que a escola pretende implementar no sentido de discutir e promover relações étnico-raciais positivas. Muitos procuram assumir uma postura de combate à discriminação em sala de aula, repreendendo discriminações e não discriminando.

Portanto, o professor precisa ser um eterno aprendiz e curioso a fim de estar sempre qualificado. Todo docente precisa ser um pesquisador e buscar sua própria capacitação com o objetivo de aprimorar seus conhecimentos e refletir sobre sua própria prática.

## **Ancestralidade e diversidade cultural na sala de aula: as práticas pedagógicas antirracistas em uma escola no subúrbio carioca**

Esse trabalho busca dar visibilidade aos projetos e as práticas pedagógicas adotadas numa escola municipal do Rio de Janeiro a fim de identificar como estes contribuem para uma educação de qualidade, igualitária e antirracista na construção de seus discentes.

Para o desenvolvimento do presente estudo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com duas professoras que lecionam no Ensino Fundamental na escola supracitada, com a finalidade de verificar como suas ações pedagógicas podem promover uma educação antirracista, combatendo à discriminação e o racismo dentro do ambiente escolar.

O projeto desta pesquisa foi avaliado e aprovado pelo Conselho de Ética da Faculdade São Judas Tadeu e realizado com a autorização da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

### **A Escola**

A Escola Municipal onde ocorreu a observação como mãe e estagiária de pedagogia é uma instituição pública que se localiza no Bairro de Encantado, subúrbio da cidade do Rio de Janeiro.

Em sua infraestrutura, a escola conta com: água filtrada, água da rede pública, esgoto da rede pública, alimentação para todos os alunos, lixo destinado à coleta periódica, banda larga, entre outros. No que se diz a respeito à instalação de ensino, a instituição conta com uma quadra esportiva coberta, um pátio, Sala de Recurso Multifuncionais para a realização de Atendimento para Educacional Especializado (AEE), Sala de Leitura, Sala dos

Professores, 13 salas de aula, Parque Infantil, banheiro adequado ao público-alvo da Educação Infantil, banheiro adequado para alunos com deficiência, cozinha, refeitório, dispensa, laboratório de informática e sala de secretaria.

A escola atende uma clientela de classe média baixa e baixíssima, sendo frequentada por moradores da redondeza, ou seja, Morro do 18, Água Santa, Méier e entorno.

A instituição atende alunos do 1º ano até o 6º ano do Ensino Fundamental, sendo ofertado uma educação qualitativa e de turno único, contando também com aulas de inglês, música, xadrez e educação artística. Além disso, a escola atende alunos da Educação Especial, que são inclusos em salas de aulas regulares.

Quanto à Gestão escolar, a equipe sempre foi claramente democrática, permitindo que professores, pais e alunos tenham liberdade de expor suas opiniões, visando o melhor para a unidade escolar.

Ao ingressar na escola, o sujeito é exposto a um ambiente multicultural, pois naquele local ele passa a conviver com a diversidade. Tal convivência auxilia na compreensão da nossa identidade, no entanto, para que isso ocorra, se faz necessário o ensino da nossa ancestralidade: uma cultura afro-brasileira, que sofreu grande influência do continente Africano, com a chegada dos negros no continente americano. Portanto, Oliveira defende:

A ancestralidade converte-se no princípio máximo da educação. Educar o olhar é Educação. No caso da cosmovisão africana, educa-se para a sabedoria, para a filosofia da terra, para a ética do encantamento. Educar é conhecer a partir das referências culturais que estão no horizonte da minha história (ancestralidade). Olhar é um treino de sensibilidade. Aguça-se a sensibilidade para perceber o encanto que tece as coisas. Sensibilizado, o Outro deixa de ser apenas um conceito, e me interpela para uma ação de justiça e me convida a uma conduta ética. Sensibilizado posso fazer da vida uma obra de arte, uma construção estética. Edifico uma moral e uma ética baseada na criatividade e na tradição (OLIVEIRA, 2007, p.259).

Uma das formas de reconhecimento e valorização é a contribuição dada pela cultura africana, regida na Lei nº 10.639/2003, explicitado no artigo 26, que de acordo com Brasil (2003), todos os estabelecimentos sejam privados ou públicos da Educação Básica, faz-se obrigatório o ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira, em território nacional. Incluindo o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, entre outros temas. Assim sendo, tais conteúdos serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar,

objetivando-se a conscientização da importância do tema da diversidade étnico-racial.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, buscando uma solução na superação da desigualdade social e da própria discriminação, visou a valorização e o reconhecimento da diversidade. Assim, os PCNs apontam que: “tratar da diversidade cultural, [...], e da superação das discriminações é atuar sobre um dos mecanismos de exclusão” (BRASIL, 1997, p.20).

Por isso que, as Diretrizes Curriculares Nacionais salientam que a formação do docente na temática Afro-Brasileira é uma forma positiva na disseminação através da sala de aula, de ideias, de valores que se sobrepõem às desigualdades raciais (BRASIL, 2004).

Em sala de aula, o professor pode utilizar múltiplas estratégias para auxiliar essa disseminação e uma boa sugestão é buscar a valorização da figura do negro em projetos pedagógicos que enalteçam o seu papel e lugar na sociedade. Em atividades como essa, o docente pode estimular os discentes a investigarem sobre a sua ancestralidade, incentivar a capoeira como uma das práticas nas aulas de Educação Física, entre outros. Dessa forma, o docente contribui de forma positiva não só na construção da identidade desses sujeitos, como também de forma assertiva para uma sociedade mais justa.

### **Sujeitos da pesquisa**

A entrevista foi realizada com duas professoras, nomeadas no presente estudo como Professora A e Professora B.

A Professora A é graduada em História e Doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. E a Professora B é graduada em Pedagogia e Mestre em Relações Étnico-Raciais pela Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFER/RJ.

A entrevista protagonizou vários projetos orientados pela temática étnico-racial em seu caminhar, realizados pelas professoras que se dedicam a estudos e pesquisas na temática da história da África e Cultura afro-brasileira, tais como:

**Professora A:**

- Apresentação dos Orixás em aula sobre cultura africana (4º ano - 2017).
- Oficina de Adinkras com xilogravuras e bandeirinhas de tecido (4º ano - 2018).
- Passeio pedagógico "Raízes negras no Centro do Rio " (8º e 9º anos - 2018).
- Apresentação de "Os indígenas ontem e hoje" (6º ano - 2019).
- Trabalho com o samba-enredo "História para ninar gente grande".
- Projeto "Era uma vez... no Rio de Janeiro " (6º ano Carioca - 2019).
- Oficina de Slam (6º ano Carioca - 2019).

**Professora B:**

- Espaço afro-brasileiro (as paredes da sala de aula e os murais são compostos por imagens e elementos que se reportam à África-Brasil).
- Leitura aos pés do Baobá (apresentando para a classe a árvore Baobá que é de origem africana, fala um pouco sobre ela e, em seguida, faz a leitura de livros paradidáticos composto de personagens negros, protagonistas negros ou uma história que tem relação com a história afro-brasileira ou africana).
- Projeto Pedagógico Antirracista Heroínas Negras Brasileiras: uma homenagem à: ... (é um projeto que visa a valorização da mulher negra brasileira a fim de homenageá-las. Em suas edições, as homenageadas foram: Elza Soares (2018) e Carolina de Jesus (2019). No entanto, esse projeto teve que ser interrompido por causa da pandemia, mas no presente ano (2022), a homenagem prestada será à Conceição Evaristo.
- Projeto HQ da Tia Vivi (derivado da paralização escolar, por causa da COVID-19), a docente faz uso dos meios digitais e propõe a criação de histórias em quadrinhos. O objetivo é a produção de histórias que falem sobre as relações étnico-raciais, trazendo conflitos raciais atuais e cotidianos.

## **Análise de dados**

A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa e teve como objetivo identificar as práticas racistas no ambiente escolar e a importância de uma educação antirracista para a formação do sujeito e para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

### **A manifestação do racismo**

Ao serem questionadas se já sofreram racismo, as pedagogas A e B respondem afirmativamente.

A Professora A diz que:

Sim! Sofri racismo na infância. Nos parquinhos do condomínio que eu morei com os meus pais, a partir dos 5 anos de idade, eu passei a saber que eu era preta, que eu era negra, e que isso era uma coisa ruim pelos ouvidos dos meus amiguinhos, pelos coleguinhas que na hora de uma brincadeiras, alguma coisa acontecia e contrariava nossas vontades, ao invés de eu ser chamada de feia ou chata, de enfim de qualquer outro atributo que não tivesse relação com a minha característica física, as ofensas eram neguinha, nega do cabelo duro, tição, entre outras palavras que a gente sabe que vão identificando que você ter a pele preta não é algo legal. Não é algo desejável justamente porque ele vira o foco desse tipo de brincadeira né! A macaca, são aquelas associações que nenhuma criança gosta de receber.

Já a Professora B afirma que:

Na minha fase adulta duas lojas específicas, uma loja de roupa feminina no Méier e uma loja de artigos de escritórios e escolares no centro da cidade. Eu fui seguida por seguranças, percebi um porque a pessoa ficou realmente atrás de mim e pediu que eu abrisse minha bolsa. Em outra situação lá no centro, eu ouvi! Eu estava atrás de algumas prateleiras e eu ouvi a conversa entre dois seguranças no andar de baixo, que eu já tinha entendido que estavam me seguindo e do andar de cima estavam conversando pelo rádio, eu vi e ouvi essa conversa, ele descreveu uma mulher que era eu. [...]

Tais relatos confirmam que não há uma idade específica para a manifestação do racismo, pois essas atitudes estão enraizadas em nossa cultura e interiorizadas em nosso ser, ainda que de forma negativa. Embora seja um ato criminoso, muitas das vezes esses comportamentos são naturalizados e banalizados diante da sociedade.

Uma das formas da criança se deparar com o cenário racista, é quando são chamadas de formas pejorativas como: “neguinha”, “cabelo de bombрил”, entre outros; ou utilizando-se de piadas com duplo sentido, como por exemplo: “por que o saco de compras é branco e o saco de lixo é preto?” Estes modelos

de racismo podem ocorrer em qualquer lugar e em qualquer momento. Por isso, é importante abordar essa temática tanto no ambiente escolar quanto dentro de casa, porque por mais que se saiba que o racismo é real, ele ainda não é tratado de forma correta em prol da construção de um cidadão antirracista, mesmo com a existência da lei nº10.639/03.

Ressalta-se que mesmo com a abordagem de práticas antirracistas no ambiente escolar, é necessário um olhar específico para a identificação do racismo dentro das instituições escolares.

Nesse sentido, a professora A destaca que “A identificação do racismo dentro do ambiente escolar acontece principalmente na relação aluno-aluno, mas é preciso estar atento para o que não é dito”.

No espaço escolar, é muito comum que o racismo se manifeste por meio de comentários e comparações entre os colegas de classe. A professora B afirma que “eu percebo o racismo através de comentários entre os alunos especialmente relacionados à beleza [...]”.

Uma vez identificado a ação racista, cabe ao docente uma postura adequada para tal situação, pois seu papel é orientar, informar e guiar seus alunos de forma a compreenderem que seu comportamento é um ato racista.

Para além disso, quando abordadas se o racismo afeta o desenvolvimento cognitivo da criança, a Professora A explica que “independente do racismo, qualquer criança com baixa autoestima vai ter o desenvolvimento prejudicado” e acrescenta que existe uma série de fatores externos que influenciam o desenvolvimento cognitivo da criança.

A professora B complementa dizendo que “Eu acredito que tem a ver com autoestima e com o sentimento de pertencimento daquele espaço que a criança não se vê representado”.

Portanto, percebe-se que quando a criança não se sente bem em um determinado ambiente, onde ela não se sente representada e não tem uma atividade docente que visa oferecer uma identidade, aquele local não é de interesse dela, sentindo-se desestimulada, o que futuramente pode levá-la a desistir da escola.

As escolas públicas brasileiras possuem em sua maioria alunos e alunas negros(as)/pardos(as) e, mesmo assim, não incluem, ainda de modo suficiente, o ensino da cultura afro-brasileira de forma que o aluno se sinta representado e



pertencente a esse espaço. Percebe-se que a abordagem pedagógica antirracista favorece não apenas o processo de aprendizagem do(a) aluno(a), mas também sua autoestima.

### **Combate ao racismo**

A escola é um local de transformação, aprendizagem e “troca”. Lá, o discente aprende a se socializar, a ser crítico, a encontrar meios para se preparar para a vida, entre outros. E cabe ao professor desempenhar uma das funções primordiais nesse processo, que é o de orientar, mediar e contribuir para a formação desse cidadão. Por isso que sua postura mediante a uma ação racista é de suma importância para a conscientização desses alunos.

Quando indagadas sobre a “linha” de trabalho que o docente pode utilizar de modo a contribuir para o desenvolvimento de um sujeito não racista, a Professora A informa que:

Apesar de eu trabalhar com abordagens lúdicas e até mesmo diversificadas, não formais. Eu faço muito uso do diálogo, de debates, de relato de experiência, oficinas de verbetes e faço uso de filmes curtos que falem sobre racismo e sobre valorização da cultura Negra.

A Professora B promove ações antirracistas através de projetos de sua própria autoria. Segundo a mesma,

Eu tenho trabalhado alguns projetos de base, que é o espaço afro-brasileiro, que são sempre alguns elementos em que o coloco na parede, no meu mural alguma coisa que tenha que se reporte à África-Brasil, trazendo livros paradidáticos, sempre ou com personagens negros, protagonistas negros ou alguma história que tenha relação com a história afro-brasileira ou africana. Leitura aos pés do Baobá, eu apresento da minha turma a árvore, que é uma árvore africana e Fala um pouquinho sobre ela. Nesse aspecto eu vou falar um pouquinho de cultura africana quando eu vou trazer os grilhões e alguns elementos dessa cultura que também é Nossa e eu ensino esses livros paradidáticos com muita frequência na minha sala de aula escolhidos a dedo propositalmente com o objetivo de Trabalhar leitura e escrita com os meus alunos porque sempre eu descobre essa leitura em alguma outra atividade que ajude nas disciplinas de vaso comum[...] O Projeto Pedagógico Antirracistas Heroínas Negras Brasileiras: uma homenagem a... onde eu tento homenagear uma mulher negra diferente. Ele já está na 3ª edição. 2018, Elza Soares, 2019, Carolina de Jesus e 2022, vou trabalhar com Conceição Evaristo [...] O terceiro projeto é o H.Q da tia Vivi, que nasce na pandemia, eu criei para produzir histórias que falassem das nossas relações étnico-raciais, trazendo conflitos raciais que acontecem no nosso dia a dia [...].

Os trabalhos realizados pelas professoras são bem diversificados, ampliando assim, as possibilidades de se alcançar o resultado desejado que envolve a desconstrução do racismo.

Uma vez que ambas almejam o mesmo objetivo, que envolve a valorização da cultura afro-brasileira, a valorização da mulher negra, o protagonismo dos negros e, não menos importante, a conscientização de seus discentes, baseando-se em uma educação antirracista, uma equipe pedagógica bem estruturada e capacitada oferece ao docente ferramentas para que ele possa desenvolver o seu trabalho de forma eficaz e qualitativa.

Nessa perspectiva, entende-se que um Projeto Político Pedagógico voltado para ações antirracistas é de suma importância para o desenvolvimento do trabalho desses docentes.

A Professora B. explica que

Desde 2020 por pressão de alguns professores, com a entrada de mais professores no corpo docente que fossem especialistas ou que tivessem inclinação ao letramento racial, a coordenação decidiu organizar um tipo de um curso de formação interno chamado: “A formação da cultura brasileira” que tinha como objetivo principal tratar de temas sobre cultura e história Negra e indígena ou seja tentar de alguma forma oferecer aos professores que não fossem letrados na temática racial. acabou-se teórico e até mesmo de práticas pedagógicas para que se pudesse aplicar a lei 10639/2003 na escola.

A Professora A aponta a necessidade da atualização do Projeto Político Pedagógico da escola a partir dessas novas práticas e de suas temáticas antirracistas:

o que a gente tem aqui na escola são alguns professores que ao longo dos anos vem entendendo que é importante, trazendo questões que vem acontecendo em sua sala de aula [...] aí a gente vem trocando. Mas quando a gente fala de escola, eu entendo que é um projeto maior, e que todo mundo a partir daquele projeto vai atender e vai elaborar suas práticas (...).

Esses relatos demonstram a importância do Projeto Político Pedagógico (PPP) ser revisto e discutido periodicamente não só pela direção e corpo docente como também toda comunidade escolar. Sendo um documento norteador para toda a unidade escolar, o PPP se objetiva principalmente no desenvolvimento de um ensino de qualidade e seus meios para alcançá-los.

Contudo, conscientiza-se sobre os casos daqueles profissionais que não sabem como pôr em prática a aplicação da Lei nº10639/03. Embora exista desde o ano de 2003, ainda encontramos uma grande resistência de uma

elevada parcela de profissionais da educação (diretor, coordenador, professor, entre outros) em pôr a lei em prática. Nesse sentido, a Professora A argumenta que ainda falta um comprometimento de fato da instituição com as pautas antirracistas. Compromisso que inclua pesquisas na legislação e diretrizes curriculares bem como Plano Nacional de Implementação das Diretrizes, buscando, dessa forma, uma intervenção político-social por parte da escola, para minimizar as consequências provocadas pelo racismo estrutural.

Em relação a essa temática, a Professora B relata uma série de práticas, como por exemplo:

conscientizar os alunos sobre os tipos de racismos, buscar apoio no protagonismo de jovens negros e negras, criar um ambiente de estímulo e valorização da cultura Negra, apresentar o poder da Educação na mudança de trajetória de vida, contribuir para a continuidade do aluno nos estudos tornando a sala de aula no lugar de representação de estímulo[...] a escola não pode não conseguir fazer uma injeção direta na sociedade, mas mudando a mentalidade dos alunos todos eles os negros e brancos que entram e saem da escola, ela consegue atingir de maneira indireta a sociedade no entorno.

Diante desses depoimentos, nota-se a importância de se saber fazer uso não só das teorias como também das práticas antirracistas no ambiente escolar, porque é a junção desses dois aspectos que irá se construir um sujeito não racista, porque uma complementa a outra. Para se ter uma intervenção efetiva, cabe o docente levar para a sua sala de aula uma simples fórmula: teoria + prática = sujeito consciente.

A construção deste sujeito consciente passa a refletir em suas atitudes e posicionamento dentro e fora da escola, nas quais os responsáveis por estas crianças começam a reparar suas diferenças comportamentais. Que ao perceberem e investigarem a fonte, se deparam com a instituição escolar, que naquele momento está representada por seus professores.

Por ser o mediador, quando os responsáveis dão o *feedback* a eles, os mesmos começam a comprovar a eficácia do ensino antirracista fora das grades escolares. Portanto, o apoio dos pais e mães neste modelo educacional é de grande importância.

Assim, quando perguntada sobre o posicionamento dos pais em relação a esta nova forma de ensino-aprendizagem, a Professora A diz que:

Eu não tive problemas com o trabalho que eu faço na sala de aula, exceto um responsável que comentou com a coordenação, com a

direção, eu até hoje eu não sei exatamente com quem foi? Que o filho estava um pouco insatisfeito porque a professora falava muito sobre a África, e ele achava que estava ficando chato né! E isso gerou um problema sério dentro da escola porque me sugeriram não trabalhar o assunto como se fosse só uma opção a trabalho[...]nunca tive problema. Em todas as reuniões que eu faço, me posiciono como uma professora antirracista, então os pais já sabem o que que vai acontecer em sala de aula.

De acordo com as informações dadas pela Professora B, como a mesma atua em uma turma do último ano desta unidade escolar, os alunos não se surpreendem com as práticas antirracistas, pois já vivenciaram essa mesma abordagem anteriormente com outros docentes. Em seu relato, essa docente comenta sobre uma reunião que ocorreu no início de 2020, em que ela apresentou junto com um colega de trabalho um projeto com propostas pedagógicas voltadas para o letramento racial das crianças, onde os pais aplaudiram e disseram que a iniciativa era inspiradora, apoiando o modelo de trabalho educacional, sendo muito solícitos e agradecidos pelo surgimento da temática em sala de aula. No entanto, no ano posterior, houve um desinteresse dos responsáveis em relação a esse projeto, quando comparado ao ano de 2020.

Dessa forma, esses relatos revelam o acolhimento e a importância dos pais e mães para com a abordagem de ensino desses professores, ainda que, em determinado período houvesse algum tipo de falta de interesse. Porque para muitos responsáveis, esse tipo de assunto era visto como um “tabu” na sociedade brasileira, uma vez que, em um passado não muito longe, esse tema não era abordado no ambiente escolar.

## **Considerações Finais**

A partir do que foi observado na escola e nas entrevistas com as professoras podemos afirmar que o racismo pode ser manifestado em qualquer lugar, momento e idade. No entanto, é no espaço escolar que suas manifestações são naturalizadas através de “brincadeiras e piadas”, cabendo ao docente o incentivo à conscientização a fim de transformar esses estudantes em cidadãos não racistas.

Conclui-se, portanto que, é fundamental um modelo educacional voltado para uma educação antirracista para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e respeitosa em relação ao próximo. Visando a valorização do ensino da cultura Afro-brasileira, principalmente no espaço escolar.

A partir da discussão do conceito racismo estrutural e do relato da observação, da vivência na escola e de entrevistas semiestruturadas com o corpo docente de uma Escola Municipal do subúrbio do Rio de Janeiro, conclui-se que, o Brasil ainda é um país racista, cujo racismo estrutural impossibilita que negros e negras vivenciem plenamente os direitos à vida, saúde, lazer e educação de qualidade. Mas esse racismo estrutural é negado, por uma boa parte da população que ainda acredita que vivemos numa democracia racial.

O presente estudo revelou que as atitudes racistas podem ocorrer em qualquer lugar e momento e que, por isso é dever da escolar combater tais práticas racistas e discriminatórias, por meio de projetos pedagógicos que visam a valorização e o respeito à diversidade.

Contudo, para a realização destes projetos, se faz necessário o comprometimento de toda a unidade gestora escolar na construção, debate e atualização de um Projeto Político Pedagógico (PPP) voltado para uma educação não racista, pois o PPP é o documento norteador para o desenvolvimento de um ensino de qualidade.

O estudo também destacou a importância do posicionamento dos docentes em relação à educação antirracista. Pois ao se posicionarem na luta contra o racismo, eles passaram a ter um olhar diferenciado para com seus alunos, contribuindo na construção de um sujeito não racista através dos projetos que valorizam a cultura africana e afro-brasileira, colocando em “ação” a lei nº10.639/03.

Portanto, pode-se afirmar que, esse estudo é uma contribuição no combate as práticas racistas ocorridas dentro do espaço escolar através de debates, conscientizações e projetos na perspectiva de uma educação antirracista. Pois, uma educação voltada para atos e ações antirracistas é atualmente um dos pilares primordiais para a construção de um cidadão não racista, sendo a escola um local transformador, pois a capacidade de um indivíduo não pode ser julgada pelo tom da cor de sua pele. Entende-se que

uma educação antirracista é fundamental para a construção de uma sociedade justa e igualitária, cuja democracia racial se torne ativa e passe de um mito.

## Referências

ADESKY. Jacques d'. **Pluralismo Étnico e Multiculturalismo**, 1997. Disponível em: <file:///C:/Users/du-cq/Downloads/20952-71538-1-SM.pdf> Acesso em: 8 de jul. 2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

ARAÚJO, Ilze Ardiuni. **Discriminação racial em sala de aula**. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19120/3/DiscriminacaoRacialSala.pdf> Acesso em: 16 de nov. 2020.

BRASIL. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) Acesso em: 22 de out. 2020.

BRASIL. **Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: 2004.

BRASIL. Planalto. **Lei nº10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.369.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.369.htm) Acesso em: 08 de jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CASTRO, Maria da Paz. **Diversidade e Discriminação: Educação em Direitos Humanos**. São Paulo, 2019. Disponível em: [https://respeitarepreciso.org.br/cadernos-respeitar/diversidade-e-discriminacao/?gclid=CjwKCAjwnK36BRBVEiwAsMT8WPwvi3ivEJoypek5xxXKwTmFGLRGmAPS3XxbIHJ6TzmHi1wUajpDxoCI1AQAvD\\_BwE](https://respeitarepreciso.org.br/cadernos-respeitar/diversidade-e-discriminacao/?gclid=CjwKCAjwnK36BRBVEiwAsMT8WPwvi3ivEJoypek5xxXKwTmFGLRGmAPS3XxbIHJ6TzmHi1wUajpDxoCI1AQAvD_BwE) Acesso em: 13 de nov. 2020.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: Racismo, Preconceito e Discriminação na Educação Infantil**. São Paulo, 1998.

ESTAÇÃO PRIMEIRA DA MANGUEIRA. **100 Anos de Liberdade, Realidade ou Ilusão.** Samba Enredo, 1988. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/mangueira-rj/478753/> . Acesso em: 17 de jan. 2022.

FERREIRA, Aline Albuquerque. O Brasil e o preconceito: uma análise teórica e crítica da Lei 7.716/89 frente à realidade brasileira. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVIII, n. 134, mar. 2015. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/o-brasil-e-o-preconceito-uma-analise-teorica-e-critica-da-lei-7-716-89-frente-a-realidade-brasileira/> Acesso em: 21 de out. 2020.

FOSTER, Eugenia da Luz Silva. **Racismo e movimentos instituintes na escola.** Tese (Doutorado) - Departamento de Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

G1. Economia. **Menos de 5% dos trabalhadores negros têm cargos de gerência ou diretoria, aponta pesquisa.** Portal de Notícias Globo.com, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/09/24/menos-de-5percent-dos-trabalhadores-negros-tem-cargos-de-gerencia-ou-diretoria-aponta-pesquisa.ghtml> Acesso em: 18 de out. 2021.

G1. Jornal Nacional. **Militar que matou vizinho no RJ vai permanecer preso e pode responder por homicídio doloso.** Portal de notícias, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/02/04/militar-que-matou-vizinho-no-rj-vai-permanecer-presos-e-passa-a-responder-por-homicidio-doloso.ghtml> Acesso em: 15 de fev. 2022.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. In: **Revista Brasileira de Educação.** ANPED, n. 23, 2003.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. Prática do racismo e formação de professores. In: DAYRELL, Juarez. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil,** 2019. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf) Acesso em: 15 de jan. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Trabalho, renda e moradia: desigualdades entre brancos e pretos ou pardos persistem no país.** Estatísticas Sociais, 2020. Disponível em:

<https://censos.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/29433-trabalho-renda-e-moradia-desigualdades-entre-brancos-e-pretos-ou-pardos-persistem-no-pais.html> Acesso em: 15 de jan. 2022.

JOAQUIM, Nelson. Igualdade e discriminação. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, IX, n. 31, jul. 2006. Disponível em: [http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigo\\_leitura&artigo\\_id=1663](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigo_leitura&artigo_id=1663) Acesso em: 22 de out. 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. Ensinar e aprender, aprender e ensinar: o lugar da teoria e da prática em didática. In: LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda. (organizadores) **Temas de Pedagogia: diálogos entre didática e currículo.** – São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Jhêssica Luara Alves de. Direitos humanos e discriminação racial. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 92, set. 2011. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/direitos-humanos-e-discriminacao-racial/> Acesso em: 21 de out. 2020.

MASSIGNAM, Fernando Mendes. Discriminação e Saúde: um problema de acesso. **Epidemiol. Serv. Saúde** v.24 n.3 - Brasília, set. 2015. Disponível em: [http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-49742015000300020](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742015000300020) Acesso em: 17 de nov. 2020.

METRÓPOLES. **RJ**: jovem é preso após comprar pão em padaria do Jacarezinho; vídeo. Portal de Notícias, 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/rj-jovem-e-preso-apos-comprar-pao-em-padaria-do-jacarezinho> Acesso em: 15 de fev. 2022.

MOURA, Clovis. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** Dandara Editora, 2ªed., 1977.

OLIVEIRA, David Eduardo de. **Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira.** Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.

PAIXÃO DA ROCHA, Luiz Carlos. Política educacional e a lei 10.639/03: Uma reflexão sobre a necessidade de superação de mecanismos ideológicos legitimadores do quadro de desigualdades raciais e sociais na sociedade brasileira. In: COSTA, Hilton; SILVA, Paulo Vinícius B.(org). **Notas de História e Cultura Afro-brasileiras.** Ponta Grossa: Editora UEPG/UFPR, 2007.

PIRES, Gabriela. **O desenvolvimento do racismo na infância.** São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-desenvolvimento-racismo-na-infancia-por-gabriela-pires/?gclid=CjwKCAjwnK36BRBVEiwAsMT8WI9R9EH4K2Biz4SHgb9ZARaz3>





## 7. A CAPACITAÇÃO DOS DOCENTES EM RELAÇÃO AO SISTEMA BRAILLE PARA UM PROCESSO DE INCLUSÃO MAIS EFICAZ DOS (AS) ALUNOS (AS) COM DEFICIÊNCIA VISUAL

*Alessandra Fernandes da Silveira*<sup>14</sup>

*Teresa Vitoria Fernandes Alves*<sup>15</sup>

### Introdução

Refletindo sobre o contexto educacional brasileiro, percebe-se que ainda existe pouco investimento em cursos de formação para docentes com o foco no processo de inclusão de pessoas com deficiência visual no âmbito escolar.

A inclusão de alunos com Deficiência Visual (DV) tem sido questão de discussão entre muitos professores, pois em geral, estes dizem que não receberam em seus currículos de formação, preparo adequado para trabalhar com estes alunos (ROMAGNOLLI; ROSS, 2008, p. 7).

Assim, o desafio de muitos docentes tem sido trabalhar leitura e avaliações escritas com alunos com deficiência visual. Como adaptar as atividades propostas na turma regular para os alunos com deficiência visual? Como incluir esses alunos? A falta de conhecimento dos docentes sobre o método do Sistema Braille de escrita torna falha a proposta de inclusão desses alunos em turmas regulares. Nesse cenário, o aluno com deficiência visual enfrenta muitas dificuldades para compreender os conteúdos propostos e participar ativamente da aula, o que impede a real inclusão no espaço escolar.

Entende-se que a falta de capacitação docente sobre como trabalhar de forma tátil impede que a aprendizagem desses educandos ocorra de forma efetiva. O conhecimento de métodos inclusivos é fundamental para que o professor se sinta preparado para mediar o processo de ensino-aprendizagem

---

<sup>14</sup> *Graduanda em Pedagogia pela Faculdade São Judas Tadeu – Rio de Janeiro – RJ. E-mail: [alefsfefs@gmail.com](mailto:alefsfefs@gmail.com)*

<sup>15</sup> *Mestra em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Possui Graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua como orientadora e professora do curso de Graduação e Pós-graduação da Faculdade São Judas Tadeu – Rio de Janeiro – RJ. E-mail: [teresavalves@gmail.com](mailto:teresavalves@gmail.com)*

dos alunos com deficiência visual, promovendo um processo de inclusão e socialização eficaz.

A falta de práticas adaptadas ao Sistema Braille gera uma constante dependência do aluno com deficiência visual para realizar as atividades, uma vez que ele precisa do apoio de uma e outra pessoa para a leitura dos textos apresentados pelo docente. Esse cenário dificulta o desenvolvimento da autonomia desses alunos. Entende-se que esta limitação traz prejuízos para a autoestima desses indivíduos, que se sentem excluídos das práticas pedagógicas desenvolvidas dentro e fora da sala de aula.

Portanto, entende-se que apesar de matriculados em turmas regulares, os estudantes com deficiência visual não se sentem verdadeiramente incluídos na rotina escolar, pois eles não encontram nesse espaço oportunidades de aprender da mesma forma que os demais alunos da turma. Percebe-se que a falta de investimento em recursos e na formação dos docentes para desenvolver as habilidades necessárias para trabalhar com o material adaptado em sala de aula promovem essa exclusão.

Segundo Romagnolli e Ross (2008, p.7), os educadores não se sentem capacitados para promover o processo de reabilitação dos deficientes visuais, ou seja, eles se sentem despreparados para trabalhar a inclusão desses alunos em sala de aula.

Nesse sentido, surge um questionamento: De que forma a capacitação do docente sobre o Sistema Braille pode contribuir para a inclusão mais assertiva dos alunos com deficiência visual, promovendo, assim, seu desenvolvimento social e cognitivo?

Diante dessa questão, este estudo busca investigar a relevância da formação de docentes especializados em Educação Especial para trabalhar com o Sistema Braille, orientando o manuseio de instrumentos, como a prancheta que escreve com a pulsão e o uso do Braille para a escrita e a leitura de textos e o uso de software para serviço de apoio acadêmico, promovendo um melhor processo de inclusão de alunos com deficiência visual.

Portanto, para atingir tal objetivo, o presente estudo busca investigar os desafios do processo de inclusão e socialização de alunos com deficiência visual; explicar o conceito e a origem do Sistema Braille; explicar o conceito e a origem do Sistema Braille; identificar a relevância do Sistema Braille para

formação de alunos com deficiência visual; e, por fim, relacionar a capacitação dos docentes no Sistema Braille e os melhores resultados no processo de inclusão e socialização de alunos.

## **Desafios da inclusão de alunos com deficiência visual**

Para melhor compreender os desafios enfrentados pelos alunos com deficiência visual, torna-se necessário investigar esse tipo de deficiência.

### **A cegueira**

Em relação à cegueira, pode-se afirmar que esta se refere a uma mudança grave de uma das funções que afeta a visão de um modo irreversível, de quem se vê incapaz de enxergar o mundo a sua volta, ou seja, a pessoa não é capaz de observar a cor dos objetos e a distância, a feição de uma pessoa, a localização e os obstáculos em seu caminho.

Segundo Monte Alegre (2003, p.12), o indivíduo pode adquirir a cegueira conatural e cegueira fortuita, habitualmente reconhecida como adquirida e obtida.

Segundo o Decreto Federal 5.296/04,

[...] cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores. (BRASIL, 2004).

A cegueira “não significa, necessariamente, total incapacidade para ver, mas, isso sim, prejuízo dessa aptidão a níveis incapacitantes para o exercício de tarefas rotineiras (BRASIL, 2018, p.13).

A lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000).

Gasparetto e Nobre (2007, p.39) afirmam que

O indivíduo que possui cegueira não tem a percepção sobre o que acontece em seu meio, sendo necessária a utilização de uma bengala para se locomover. Além disso, esse indivíduo enfrenta muitas dificuldades para ler, precisando aprender a leitura tátil no Sistema Braille.

Seguindo essa mesma perspectiva, Bruno (2006) diz que aqueles que não conseguem enxergar enfrentam muitas dificuldades no espaço escolar, necessitando da leitura tátil no Sistema Braille para aprender.

Segundo Melo (1988, pp.68-69), a cegueira é tipo de deficiência sensitiva e que a sociedade precisa aprender a acolher a pessoa com deficiência visual, interagindo e demonstrando afetividade para que esta se sinta incluída.

A partir dessas definições, entende-se que a cegueira se define como ausência de visão, que pode ser muitas vezes congênita, mas que também pode ocorrer ao longo do percurso da vida. É importante compreender que além dos desafios que envolvem a aprendizagem do uso da bengala e da leitura tátil no Sistema Braille, a interação social se torna fundamental para que a pessoa cega se sinta incluída e parte integrante da sociedade.

### **A Baixa Visão**

Em relação à baixa visão, Gasparetto e Nobre (2007, p.39) apontam que

Esta pode ser definida como uma perda grave de visão que não pode ser corrigida por tratamento clínico ou cirúrgico, nem com o uso de óculos convencionais. Considerando que estes indivíduos possuem uma visão parcial precisam de uma lupa especial.

**Figura 1 – Baixa Visão**



**Fonte:** Franco, 2017.

A Figura 1 mostra a dificuldade de um estudante com baixa visão para visualizar as letras que foram adaptadas pelo docente. Bruno (2006) explica que as pessoas com deficiência visual encontram muitas dificuldades para aprender e se desenvolver no espaço escolar, dependendo da ação docente para adaptar o material de leitura. No caso de visão parcial, esses estudantes

precisam do apoio de uma lupa especial para enxergar as letras, mesmo após a adaptação recomendada.

Percebe-se também que os indivíduos com deficiência visual, seja cegueira ou baixa visão, precisam desenvolver a coordenação motora de modo que se sintam seguros para se locomover e realizar a leitura tátil no Sistema Braille, a língua dos deficientes visuais.

Dessa forma, pode-se dizer que esses indivíduos precisam de serviços especializados e estratégias inclusivas para que a reintegração, a independência emocional e, principalmente, social, nas mais diversas áreas, ocorram com sucesso.

### **Programa de Ação Mundial para as pessoas com deficiência**

O Programa de Ação Mundial para as pessoas com deficiência, aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1982, garantiu o direito de melhores condições de vidas e de desenvolvimento das pessoas com deficiência. (DURAN; PRADO: 2006).

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1990), há mais de quarenta anos, as nações do mundo já afirmaram na Declaração Universal dos Direitos Humanos que "toda pessoa tem direito à educação". Nesse sentido, entende-se que os alunos com deficiência também possuem condições de aprendizagem e de desenvolvimento de acordo com suas necessidades no ensino regular.

A Declaração de Salamanca é uma resolução das Nações Unidas que trata dos princípios, política e prática em Educação Especial e foi adotada em Assembleia Geral, apresentando os Procedimentos-Padrões das Nações Unidas para a Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiência. Segundo a Declaração Salamanca, esses alunos precisam ser reabilitados nas escolas, em sala regulares, para que se sintam adaptados e com sua autoestima elevada. A coordenação motora desses alunos deve ser trabalhada em salas especiais para que este se integre em sala e seja evitada toda e qualquer forma de discriminação e preconceito. Isso significa que não é

somente colocar esse aluno em sala, é necessário fazer com que ele se sinta incluído dentro das instituições escolares (BRASIL, 1994).

A partir dessa resolução, entende-se o quanto necessário é o investimento em acessibilidade para os alunos com deficiência, fazendo com que eles se sintam acolhidos e possam viver em pleno gozo de seus direitos como cidadãos, evitando a exclusão social. Além da acessibilidade, tornam-se necessárias mudanças nas relações pessoais no espaço escolar a fim de promover processo de inclusão e socialização do aluno com deficiência.

Romagnolli e Ross (2008, p.7) afirmam que a Declaração de Salamanca assegura que “as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades”. Diante desses conceitos sobre Educação Inclusiva, entende-se que é preciso preparar a escola para receber esses alunos em sala de aulas regulares e capacitar os docentes sobre os métodos de inclusão. Dessa forma, torna-se possível trabalhar a socialização e integração do aluno com deficiência nas escolas, respeitando suas diferenças, abolindo o preconceito e valorizando a participação desse aluno em sala de aula.

Esses mesmos autores apontam que as escolas precisam oferecer mais acessibilidade para o público com deficiência visual, de modo que estes se sintam acolhidos e possam vivenciar um processo de inclusão social eficaz no espaço escolar. As instituições de ensino precisam garantir a participação ativa dos estudantes com deficiência visual nas aulas, assim como, fazem os demais colegas de classe.

Percebe-se, portanto, que as instituições de ensino devem promover a socialização dos alunos e colaborar com o aumento de sua autoestima. Para isso, deve-se garantir um atendimento especializado, possibilitando a participação ativa do aluno com deficiência visual nas práticas pedagógicas propostas em sala de aula, e promover a interação com os demais colegas de classe.

As dificuldades de interação e socialização dos alunos cegos com os demais gera a baixa autoestima, pois se sentem excluídos das práticas desenvolvidas no cotidiano escolar. Além disso, essa exclusão gera outros

prejuízos para esse aluno, entre estes, destaca-se o baixo desempenho escolar.

Entende-se que para trabalhar a socialização e a integração desses alunos nas escolas, os cursos de formação continuada são essenciais para apresentar aos docentes os materiais adaptados e as estratégias inclusivas necessárias para garantir a inclusão no âmbito escolar.

Segundo Ainscow (2001), para um processo de inclusão e socialização eficaz, é fundamental que o aluno com deficiência se sinta incluído em diferentes eventos sociais, ou seja, que sua cidadania como indivíduo em uma sociedade seja valorizada, assim como, seu desenvolvimento, aprendizagem e limitações sejam respeitados dentro do âmbito escolar.

Diante desse cenário, o docente precisa observar o desenvolvimento psíquico desse educando dentro de sala de aula e procurar trabalhar métodos inclusivos que contribuam para o desenvolvimento sua identidade pessoal cognitiva. Assim, para essa investigação, são necessárias entrevistas com os coordenadores, para que juntos possam definir um método eficaz para aprendizagem do aluno. Os pais também têm grande participação junto aos Pedagogos nesse processo. Dessa forma, entende-se que a instituição desempenha um importante papel na construção de conhecimento e aprendizagem desse aluno, pois deve promover um processo de inclusão e socialização eficaz para que ele se sinta acolhido e tenha seus direitos como cidadão garantidos.

A incorporação e o planejamento de ações inclusivas vão além de entender a especificidade do educando: é preciso preparar o meio escolar para ser um espaço de acolhimento nas suas acomodações, como mostra Casagrande (2009, *apud* FLORIANI, 2017, p. 53).

Entretanto, muitas salas de aula não estão devidamente preparadas para o desenvolvimento desses alunos. Por exemplo, não há materiais adaptados, tanto didáticos quanto informativos, para que os discentes possam, de forma autônoma, entenderem as mensagens. Nesse sentido, esses alunos enfrentam inúmeras barreiras para promover seu processo de conhecimento de mundo.



Reganhan e Manzini (2009, p.127) apontam a necessidade de salas adaptadas para o docente trabalhar com material adaptado com alunos com deficiência visual.

A falta de material e recurso impossibilitam a elaboração de aulas que atendam às necessidades desses alunos, promovendo a exclusão. Nesse cenário, os alunos com deficiência visual não conseguem realizar algumas das práticas desenvolvidas no cotidiano escolar, como por exemplo, a leitura e reflexão de um texto. Essa realidade traz muitos prejuízos para esses alunos, entre estes, destacam-se o baixo desempenho escolar e a baixa autoestima, pois não há um incentivo à integração e socialização dos alunos cegos com os demais alunos da turma.

A partir dessa realidade, entende-se que os alunos com deficiência visual precisam de um ambiente escolar adaptado, capaz de promover a socialização e a inclusão. Por exemplo, essas salas de aula devem disponibilizar quadros de notificação em Braille, para que os estudantes não esbarrem em objetos e conheçam sua escola. Além disso, a escola deve oferecer aos discentes cursos para o desenvolvimento de sua coordenação motora, facilitando o manuseio da bengala e, conseqüentemente, sua locomoção.

Em relação ao processo de ensino-aprendizagem, os alunos que possuem deficiência visual precisam desenvolver o Sistema Tátil de leitura e escrita, pois, caso contrário, seu processo de ensino-aprendizagem fica comprometido. Nesse sentido, as instituições de ensino precisam investir mais na acessibilidade desses educandos e sua inclusão, trazendo melhorias para sua formação, pois os deficientes visuais possuem direitos iguais a todos perante nossa sociedade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB, Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 apontam a necessidade de reintegração dos alunos com deficiência visual com os demais da turma, incentivando o respeito às diferenças e diversidades e desenvolvendo a participação afetiva desses estudantes no âmbito escolar (BRASIL, 1996).

Portanto, se faz necessário o respeito às diferenças sem qualquer privilégio a detrimento de outrem. Sabendo que é preciso respeitar o cidadão e

que estamos em um país democrático de direito, onde devemos respeitar a todos sem distinção, pois todos temos que ter os nossos direitos respeitados, de acordo com a Constituição e a LDB.

Segundo o Art. 5º da Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016,

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 2016).

Entretanto, percebe-se que muitas vezes a sociedade trata a pessoa com deficiência visual com preconceito, o que pode gerar baixa autoestima e, até mesmo, dificuldades de convívio social. Nesse sentido, torna-se necessário o acompanhamento psicológico para realizar um trabalho de inclusão mais eficaz.

Para inclusão de alunos com deficiência visual, é necessário ajudar, acolher e trabalhar sua autoestima. A reabilitação desse aluno requer a colaboração dos demais colegas de sala e dos profissionais que trabalham neste espaço de inclusão. Assim, o docente deve incentivar a participação desses alunos em atividades interativas e colaborativas.

Segundo Vygotsky (1997), as relações de comunicação são importantes na sala de aula para que esse aluno se sinta acolhido pelos demais. O convívio com os colegas de turma é muito importante para o processo de socialização e, nesse sentido, a comunicação entre o aluno com deficiência e os demais ajuda a restabelecer a autoestima dele.

O autor destaca a importância de o processo socialização ser trabalhado em sala de aula, de modo que os alunos consigam reconhecer as necessidades uns dos outros, restabelecendo a comunicação. A naturalização do grupo com o indivíduo com deficiência visual é um importante aspecto que contribui para evitar o sentimento de exclusão. A compreensão de Vygotsky (1997) acerca da relação social e das influências para a aprendizagem ajuda a entender que a comunicação do grupo com o aluno com deficiência visual, faz com que este se sinta parte integrante da turma.

A partir desses pontos de vista, verifica-se que é necessária a participação de todos para que a inclusão de alunos com deficiência visual seja eficaz. Em outras palavras, a interação entre os alunos com deficiência visual

com os demais colegas de turma no espaço escolar precisa ser estimulada para que o processo de socialização ocorra com sucesso.

De acordo com a Constituição de 1988,

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:  
I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988).

Portanto, é fundamental investir em uma educação inclusiva voltada para preparar esse alunado para uma sociedade cada vez mais competitiva. Para isso, é necessário respeitar esse cidadão em sua integridade e valorizar sua autoestima no processo de formação escolar.

## **O Sistema Braille e os materiais adaptados na formação de alunos com deficiência visual**

O Sistema Braille é uma ferramenta que proporciona a aprendizagem e alfabetização para as pessoas deficientes visuais, os auxiliando no ato de ler e escrever.

Segundo Lemos e Cerqueira (2014), o Sistema Braille foi inventado por Louis Braille quando ainda estava estudando no Instituto dos Jovens Cegos de Paris. Nesse instituto, ele adquiriu conhecimento sobre a sonografia, a criação de Barbier e o significado tátil dos pontos em relevo, o que serviu como base para a invenção do Sistema Braille que serve para a leitura e escrita de pessoas cegas. A Figura 2 ilustra o Sistema Braille:

**Figura 2 – Sistema Braille**

**Braille alphabet**  
Uncontracted (Grade 1) Braille

•	••	•••	••••	•••••	••••••	•••••••	••••••••	•••••••••	••••••••••
a	b	c	d	e	f	g	h	i	j
••	•••	••••	•••••	••••••	•••••••	••••••••	•••••••••	••••••••••	•••••••••••
k	l	m	n	o	p	q	r	s	t
•••	••••	•••••	••••••	•••••••	••••••••				
u	v	x	y	z	w				

**Punctuation**

•	••	•••	••••	•••••	••••••	•••••••	••••••••	•••••••••	••••••••••	•••••••••••	••••••••••••
,	;	:	.	!	()	? “	#	”	’	-	

**Numerals**

•	••	•••	••••	•••••	••••••	•••••••	••••••••	•••••••••	••••••••••
1	2	3	4	5	6	7	8	9	0

**Special signs**

••	•••	••••	•••••	••••••	•••••••
letter sign	capital sign	numeral sign	numerical index sign	literal index	italic sign

**Fonte:** Lemos e Cerqueira, 2014, p. 223.

De acordo com Chagas (2011, p. 2767), “O Brasil foi o 1º país da América Latina a criar uma escola para alunos cegos e, nas Américas, foi o país pioneiro na utilização do Sistema Braille”. Ainda segundo a autora, o Sistema Braille chegou ao Brasil vindo da França por meio de José de Alvares de Azevedo, idealizador do Instituto dos Meninos Cegos. Diferente do código que o inspirou, o Sistema Braille se utiliza de 6 pontos em relevo separados em duas colunas possibilitando a formação de 63 pontos que é utilizado em textos literais em diversas línguas, como também na matemática, ciência, na música e, atualmente, na informática.

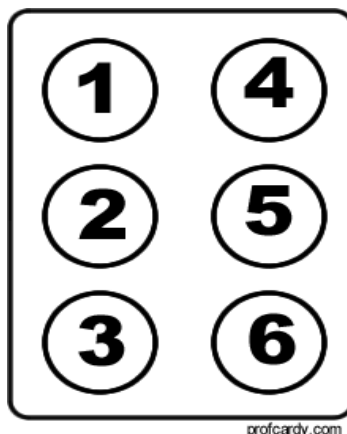
O Sistema Braille é um material tátil, que junto com fônico, desenvolve o método alfabético. Dessa forma, a orientação dos alunos no uso do Braille para sua escrita e leitura possibilita um processo de inclusão mais eficaz, uma vez que esse sistema permite que os educandos desenvolvam as habilidades de ler e escrever, se tornando mais autônomos. O Sistema Braille favorece o trabalho de integração dos alunos com deficiência visual dentro da escola, contribuindo para seu desenvolvimento social e cognitivo.

Louis Braille aperfeiçoou o código de Barbier, reduzindo de 12 (doze) para 6 (seis) os pontos da cela, ou seja, facilitando sua decodificação por meio de um simples toque de dedo. Louis alterou a correspondência entre os pontos-sons da fala para pontos-letra escrita. Isso tornava possível a eliminação de

erros ortográficos inerentes ao sistema de Barbier (FRENCH *apud* BUENO, 1993).

A Figura 3 ilustra uma cela Braille.

**Figura 3 – Cela Braille**



**Fonte:** Lemos e Cerqueira, 2014, p. 223.

Segundo Sá & Campos (2007, p. 24),

A reglete é uma régua de madeira, metal ou plástico com um conjunto de celas braille dispostas em linhas horizontais sobre uma base plana. A punção é um instrumento em madeira ou plástico no formato de pêra ou anatômico, com ponta metálica, utilizado para a perfuração dos pontos na cela braille. O movimento de perfuração deve ser realizado da direita para a esquerda para produzir a escrita em relevo de forma não espelhada. Já a leitura é realizada da esquerda para a direita. Esse processo de escrita tem a desvantagem de ser lento devido à perfuração de cada ponto, exige boa coordenação motora e dificulta a correção de erros.

Portanto, a *cela braille* e seu uso correto para manusear instrumentos, como a prancheta que escreve com a pulsão na leitura em Braille são fundamentais para desenvolver as habilidades de escrita e de leitura desses alunos. É de extrema importância saber escrever utilizando o instrumento chamado pulsão para que sejam amenizadas as dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, melhorando assim, o processo da coordenação motora na escrita e evitando as dificuldades de manusear os objetos, assim como, ele aprende a escrever com lápis, desenvolvendo o processo da escrita com o instrumento conhecido *celas braille*.

Nesse sentido, o docente precisa aprender a trabalhar com materiais táteis para ensinar a leitura em Braille. O Sistema Braille é um material tátil, que junto com fônico, desenvolve o método alfabético.

Em muitas escolas, a falta dos recursos necessários para trabalhar com o aluno com deficiência visual tem impedido o desenvolvimento desses indivíduos. Por exemplo, a falta de materiais táteis como a prancheta impede que o aluno com deficiência visual aprenda a escrever. Além disso, as instituições de ensino precisam investir em materiais adaptáveis para a educação inclusiva, uma vez que é fundamental a confecção de materiais didáticos adaptados para trabalhar a habilidade tátil desses alunos. Eles encontram grandes dificuldades táteis em manusear pequenos objetos e, muitas das vezes, conta com a dificuldade nas pontas dos dedos.

A confecção de recursos didáticos para alunos cegos deve se basear em alguns critérios muito importantes para a eficiência e sua utilização. Entre eles destacamos a fidelidade da representação que deve ser tão exata quanto possível em relação ao modelo original. Além disso, deve ser atraente para a visão e agradável ao tato. A adequação é outro critério a ser respeitado, considerando-se a pertinência em relação ao conteúdo e à faixa etária. As dimensões e o tamanho devem ser observados. Objetos ou desenhos em relevo pequenos demais não ressaltam detalhes de suas partes componentes ou se perdem com facilidade. O exagero no tamanho pode prejudicar a apresentação da totalidade dificultando a percepção global (SÁ; CAMPOS e SILVA, 2007: p. 27).

Entende-se, portanto, a necessidade das aulas assistidas para incentivar a diversidade, utilizando recursos e serviços que busquem transformar o ambiente educacional.

Reganhan e Manzini (2009, p.127) apontam a necessidade de salas planejadas para o docente trabalhar com material adaptado para alunos com deficiência visual. Entende-se que o docente precisa aprender a trabalhar com materiais táteis para ensinar a leitura em Braille.

Um material bastante utilizado na produção de desenhos táteis é a prancha de desenho em relevo. Essa prancha pode ser feita com uma placa de madeira ou papelão, sendo um pouco maior que a folha de papel sulfite. Ela é recoberta de um lado com feltro e do outro lado com tela de náilon bem fina. Essa prancha estimula a criança cega a riscar, desenhar, pintar e seguir linhas, utilizando lápis comum e giz de cera. Dessa forma, a criança sente o relevo e as ranhuras que se formarão no papel pelo atrito com o feltro ou a tela, tendo assim, a noção do que está fazendo. Esse é um recurso que auxilia o desenvolvimento do tato e a coordenação motora fina (AMORIN; NASSIF; ALVES, 2009).

Esses mesmos autores apontam que é fundamental trabalhar com o Sistema Braille na formação de pessoas com deficiência, pois o aluno precisa aprender a manusear a prancheta tanto para a leitura quanto para a escrita no Sistema Braille desenhado. Desse modo, o professor pode avaliar se o aluno domina o código, se usa o sistema tátil de escrita, por exemplo, uma maquete, se é capaz de construir sua cartografia com desenho em miniatura.

Outro recurso fundamental para o desenvolvimento desse público-alvo da Educação Especial é o Dosvox. Este é um sistema no computador que permite que os alunos com baixa visão leem, com o auxílio de uma lupa, o conteúdo inserido pelo professor.

Segundo Borges (2009), o Dosvox, desenvolvido em 1993 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, foi o primeiro programa de Tecnologia Assistiva desenvolvido no país, e ainda hoje é o mais usado, com mais de 60.000 usuários em 2014. O Dosvox é um ambiente operacional em que toda a comunicação entre o computador e o usuário deficiente visual é feita através da síntese da fala e toda entrada de informações é realizada por meio do teclado de um microcomputador convencional. O usuário informa os comandos pelo teclado e o sistema utiliza um sintetizador de voz para a comunicação. Na grande maioria das vezes, a forma de utilização do Dosvox é através de menus. O uso do mouse não se aplica às pessoas com deficiência visual pela falta de feedback do movimento do cursor na tela.

Além desses recursos, outros materiais adaptados podem facilitar o processo de inclusão dos estudantes com deficiência visual, como por exemplo, o lego, que ajuda na contagem dos números, pois esse material pode ser utilizado para trabalhar com o sentido tátil.

O domínio do docente em relação ao método de Soroban também é essencial para ensinar os conceitos matemáticos aos alunos com deficiência visuais. O Soroban hoje foi instituído pelo Ministério da Educação (Portaria nº 657, de 07 de março de 2002), como instrumento de inclusão, melhoria do aprendizado da Matemática e como facilitador do processo de inclusão de alunos portadores de deficiência visual nas escolas regulares (BRASIL, 2002).

De acordo com a Portaria nº 1.010, de 11 de maio de 2006, o Ministério da Educação (MEC), com base no parecer da Comissão Brasileira de Estudo e Pesquisa do Soroban (2002), o estabeleceu como um recurso educativo

específico substancial para a execução de cálculos matemáticos por alunos com deficiência visual (BRASIL, 2006).

Segundo Cunha e Souza (2011, p.187), esse profissional precisa conhecer:

[...] técnicas do uso de sorobã; (cálculo matemático); orientação e mobilidade (técnicas de uso da bengala); leitura e escrita do Sistema Braille; aulas de música, natação e educação física adaptada', entre outras atividades feitas para esse público ser inserido na escola, e na sociedade podendo participar dela em geral e assim poder exercer sua cidadania em sua completude.

O Soroban ajuda alunos com necessidades visuais a realizar cálculos matemáticos e operações de aritméticas. Esse é um instrumento que o professor deve saber manusear para utilizar em sua prática pedagógica.

Portanto, pode-se afirmar que os cursos de Pedagogia precisam oferecer conhecimento sobre o uso de materiais adaptados dentro de sala de aula, de modo a capacitar o futuro docente no desenvolvimento de práticas de ensino voltadas para alunos com deficiência visual.

### **A capacitação do docente no Sistema Braille e o processo de inclusão de alunos com deficiência visual**

Romagnolli e Ross (2008, p.7) aponta que a inclusão de alunos com Deficiência Visual (DV) na rede pública de ensino tem sido questão de discussão entre muitos professores, pois em geral, eles dizem que não recebem em seus currículos de formação preparo adequado para trabalhar com estes alunos.

Percebe-se, portanto, que os educadores não se sentem preparados para o processo inclusão dos deficientes visuais, uma vez que não sabem como contribuir para que esse processo aconteça de forma eficaz. É necessário que o educador tenha uma formação continuada sobre o processo de inclusão dos deficientes visuais para ser capaz de trabalhar com métodos inclusivos de ensino e aprendizagem.

Mantoan (2003) diz que a educação inclusiva se baseia no princípio democrático da educação para todos, orientando ações e estratégias para uma inclusão escolar eficaz. Assim, a formação continuada do docente garante um



atendimento especializado, com professores que dominem o Sistema Braille para que o aluno participe das aulas assim como os demais colegas de classe. Além disso, os educadores precisam incentivar a socialização desses alunos, trabalhar sua autoestima e valorizar sua aprendizagem. Portanto, para a inclusão acontecer de forma eficaz nas instituições escolares, são necessários profissionais capacitados.

O docente precisa conhecer as práticas inclusivas, assim como, o material adaptado para trabalhar com os alunos com deficiência. Entretanto, as instituições escolares precisam contar com a parceria dos órgãos públicos para que o processo de inclusão social e cognitiva ocorra de fato, possibilitando a construção de uma sociedade mais inclusiva.

Segundo Lessard (2006), as instituições escolares precisam dispor de cursos de formação continuada para os docentes, que visem melhoria no processo de ensino-aprendizagem com foco no processo de inclusão. Além disso, os professores precisam de apoio para promover a inclusão de modo efetivo.

Segundo Carvalho e Moraes (2015), as escolas precisam investir na especialização dos profissionais e na aquisição de materiais adaptáveis para sala de aula para facilitar o processo de aprendizagem dos alunos com deficiência visual. As instituições escolares precisam garantir melhorias em relação à acessibilidade e às condições de trabalho dos docentes para que venham atender as demandas e realizar um processo de inclusão eficaz dos alunos com deficiência visual.

É essencial que esse profissional se sinta especializado e qualificado para elaborar e utilizar materiais e equipamentos que promovam o desenvolvimento e o bem-estar desse aluno.

Em relação à deficiência visual, o docente precisa ter o domínio do código do sistema tátil de escrita e leitura, do método de Soroban para o ensino da Matemática, da maquete que é usada na construção da cartografia com desenho em miniatura, do sistema computadorizado conhecido como DOSVOX e da lupa.

Portanto, pode-se afirmar que para promover a inclusão de alunos com deficiência visual e contribuir para o desenvolvimento e a aprendizagem desses educandos, a capacitação docente com foco em métodos e materiais inclusivos

é fundamental. Em busca sempre dos olhares cognitivos e psicomotores sobre a linguagem, o professor deve aprender a língua em Braille para ser capaz de ensinar os alunos no sistema tátil de leitura e escrita, promovendo a inclusão e a aprendizagem desses aprendizes. Dessa forma, o professor terá condições de colaborar para que os alunos com deficiência visual se desenvolvam e se sintam efetivamente incluídos.

## Considerações Finais

O presente estudo revelou que tanto a formação inicial quanto a continuada dos docentes precisam priorizar as práticas de Educação Inclusiva e acessibilidade para que eles se sintam mais seguros e preparados para ajudar no desenvolvimento, inclusão e socialização dos alunos com deficiência visual. Dessa forma, os futuros docentes em sua formação inicial já ingressarão no espaço escolar com o devido conhecimento sobre o processo de inclusão.

Além disso, a formação desse professor deve ser continuada, pois a cada dia, se faz necessário mais conhecimento para lidar com a deficiência. Por exemplo, a capacitação permite o docente a aprender como direcionar e orientar o aluno com deficiência visual nas práticas que envolvem sua acessibilidade e mobilidade no uso da bengala. Além disso, o docente precisa conhecer os *softwares* disponíveis no mercado que podem ajudar no desenvolvimento do aluno com deficiência visual, criando possibilidades para que a perda de visão e até a baixa visão não se tornem empecilhos para que seus direitos sejam garantidos dentro da sociedade, na família e no espaço escolar.

Essa investigação também revelou que a deficiência visual pode ser classificada como baixa visão e cegueira e ambas requerem adaptação, não apenas quanto à utilização da lupa ou do sistema Braille para promover o processo de inclusão e socialização, mas também a autoestima desses indivíduos. Cada aluno com deficiência visual possui suas próprias dificuldades e conflitos, responsáveis pela baixa autoestima que afeta o desenvolvimento escolar e o processo de socialização. Sendo assim, é fundamental que os professores junto com a família e toda a comunidade escolar busque

estratégias para incluir esse indivíduo na sociedade, na escola, ou seja, trabalhem a socialização de modo que eles se sintam acolhidos e amados. Essa relação afetuosa é fundamental para que o aluno com deficiência se sinta mais seguro, com uma autoestima mais elevada e feliz por estar na escola. Nesse caso, torna-se importante a observação do desenvolvimento do aluno com deficiência visual dentro de sala de aula e o trabalho com métodos inclusivos para que ele desenvolva sua identidade pessoal e cognitiva.

Observa-se também que a tecnologia deve ser hoje uma aliada das práticas pedagógicas, pois esta é uma importante ferramenta de inclusão em sala capaz de promover a aprendizagem. É fundamental incentivar que os alunos aprendam a utilizar as ferramentas tecnológicas para o uso correto do Braille.

Portanto, é muito importante que os professores dentro das instituições de ensino estejam preparados para o ensino em Braille para que o aluno com deficiência visual possa ser mediado pelo professor. O docente precisa ser capaz de incentivar o desenvolvimento cognitivo, social e emocional desses alunos, assim como, a autonomia deles na sociedade.

## Referências

AINSCOW, M. **Desarrollo de escuelas inclusivas**. Madri: Narcea, 2001.

AMORIM, C. M. de; NASSIF, M. C.; ALVES, M. G. **Escola e deficiência visual: como auxiliar seu filho**. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2009.

BORGES, J. A. S. **Do Braille ao DOSVOX: diferenças nas vidas dos cegos brasileiros**. Tese (Doutorado em Engenharia de Sistemas de Computação) — COPPE SISTEMAS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: [http://intervox.nce.ufri.br/dosvox/textos/tese\\_antonio\\_borges.pdf](http://intervox.nce.ufri.br/dosvox/textos/tese_antonio_borges.pdf) Acesso em: 02 de set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Constituição Federal de 1988**. MEC, 1988. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/constituicao.pdf> Acesso em: 20 de jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca** - Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Portal do Mec, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 10 de jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 657, de 7 de março de 2002**. Secretaria de Educação Especial. Adota diretrizes e normas para uso e ensino do soroban. Disponível em: [http://cape.edunet.sp.gov.br/cape\\_arquivos/outros\\_dispositivos.asp](http://cape.edunet.sp.gov.br/cape_arquivos/outros_dispositivos.asp) Acesso em: 10 de jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.010, de 11 de maio de 2006**. Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Caracterização Das Deficiências: Orientações para fins de cumprimento do art. 93 da Lei nº 8.213/91**. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Planalto. **Decreto nº 5.296 de dezembro de 2004**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm) Acesso em: 10 de jun. 2021.

BRASIL. Planalto. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) Acesso em: 10 de jun. 2021.

BRASIL. Planalto. **A lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 19 dez. 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm) Acesso em: 10 de jun. 2021.

BRASIL. Senado. **Art. 5º Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016**. Atividade Legislativa. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_15.12.2016/art\\_5.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_5.asp) Acesso em: 10 de jun. 2021.

BRUNO, M. M. G. **Educação Infantil: saberes e práticas da inclusão – dificuldades de comunicação sinalização – deficiência visual**. 4. Ed. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2006.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

CARVALHO, M. B. W. B. de.; MORAES, L. C. S. de. A formação de professores na perspectiva da educação inclusiva no Maranhão: em discussão propostas e ações. **Revista Cocar**, Belém, n.1, p. 249-269, jan./jul. 2015.

CHAGAS, Patrícia Monteiro Lima. **O método Braille e o Deficiente Visual**: Em Busca de um Novo Caminho para o ato de ler e escrever. UFERJ, 2011. VI Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores de Educação Especial ISSN 2175-960 x- 27652775. Londrina-PR, 2011.

CUNHA, M dos S; SOUZA, R de S. Sistema braile, tecnologias digitais e a inclusão social do aluno com cegueira. IN: SOUZA, R. C. (ORG) **Diferentes olhares, um mesmo foco**: educação, 2011.

DURAN, M. G.; PRADO, A. R. A. Acessibilidade nos estabelecimentos de ensino. In: **III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores - Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Ensaios Pedagógicos**. Brasília. *Anais...* Brasília: Ministério da Educação, 2006.

FLORIANI, Marlei Adriana Beyer. **Educação Inclusiva**. Edição Especial. Indaial: Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, 2017.

FRANCO, Maria Amélia M. **Você tem ideia de como veem as crianças com baixa visão?** Figura – Baixa Visão. Visão na Infância, 2017. Disponível em: <https://www.visaonainfancia.com/como-veem-criancas-com-baixa-visao/> Acesso em: 20 de mar. 2021.

GASPARETO, M. E. R. F.; NOBRE, M. I. R. S. Avaliação do Funcionamento da visão residual: educação e reabilitação. In.: **A pessoa com deficiência visual: um livro para educadores**. Masini, E. F. S. (org)—1ª edição—São Paulo: Vetor, p. 39-60, 2007.

LEMOS, E. R; CERQUEIRA, J. B. O sistema Braille no Brasil. IN: **Revista Benjamin Constant**. (ORG). Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: [http://www.ibr.gov.br/images/conteudo/revistas/benjamin\\_constant/2014/edicao\\_especial\\_nov\\_2014/BConst\\_edEsp2014\\_final.pdf](http://www.ibr.gov.br/images/conteudo/revistas/benjamin_constant/2014/edicao_especial_nov_2014/BConst_edEsp2014_final.pdf) Acesso em: 10 de jun. 2021.

LESSARD, Claude. A universidade e a formação profissional dos docentes: novos questionamentos. **Educação e Sociedade**, vol. 27, n.94, p.201-227, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.revista.inf>, Acesso em: 14 de out. 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MELO, Helena Flávia de Rezende. **A cegueira trocada em miúdos**. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2ª edição, 1988.

MONTE ALEGRE, P. A. C. **A cegueira e a visão do pensamento**. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

REGANHAN, W. G.; MANZINI, E. J. Percepção de professores do ensino regular sobre recursos e estratégias para o ensino de alunos com deficiência. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 22, n. 34, p. 127- 138, maio/ago, 2009.

ROMAGNOLLI, Gloria Suely Eastwood; ROSS, Paulo Ricardo. **Inclusão de aluno com Baixa Visão na rede pública de ensino**: Orientação para professores. Curitiba, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1109-2.pdf>, Acesso em: 03 de ago. 2020.

SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Atendimento Educacional Especializado**: Deficiência Visual. Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado. SEESP – SEED – MEC. Brasília, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee\\_dv.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf), Acesso em: 10 de jun. 2021.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990.

VYGOTSKY, L. S. **Obras escogidas**: fundamentos de defectología. Madrid: Visor, 1997.

## 8. ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EMPRESARIAL PARA UM MELHOR PROCESSO DE INCLUSÃO DE PESSOAS SURDAS NO MEIO ORGANIZACIONAL

*Ellen Galvão de Oliveira Rodrigues<sup>16</sup>*

*Márcia Almeida Marques da Silva<sup>17</sup>*

### Introdução

Quando pensamos em Pedagogia, imediatamente, lembramos do espaço escolar. Ataíde (2017) aponta que por um longo período, esta área do conhecimento foi direcionada somente para o contexto escolar, entretanto, a partir do momento em que as empresas passaram a entender a importância do investimento em seu capital intelectual para obter melhores desempenhos, a atuação do pedagogo ganhou novos caminhos, passando a atuar também no meio organizacional.

Assim, hoje, esse profissional pode atuar tanto dentro quanto fora dos muros escolares. Entretanto, percebe-se que a atuação do Pedagogo no ambiente empresarial ainda é uma temática nova e pouco conhecida. O setor de Recursos Humanos (RH) de muitas empresas ainda mantém uma configuração ultrapassada, não reconhecendo a relevância do profissional de Pedagogia no âmbito empresarial e permitindo, assim, prejuízos para as organizações.

Como exemplo dessa situação, o presente estudo destaca a dificuldade de inclusão responsável de pessoas surdas no ambiente profissional. O indivíduo que possui deficiência auditiva tem vivenciado situações constrangedoras que poderiam ser evitadas por meio da atuação desse especialista.

---

<sup>16</sup> Graduanda em Pedagogia pela Faculdade São Judas Tadeu – Rio de Janeiro – RJ. Atua no setor financeiro em uma distribuidora de material de construção do município do Rio de Janeiro. E-mail: [ellengalvao011@hotmail.com](mailto:ellengalvao011@hotmail.com)

<sup>17</sup> Mestra em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Possui Pós-graduação em Língua Inglesa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Atua como orientadora, professora e assessora de pesquisa do curso de Graduação e Pós-graduação da Faculdade São Judas Tadeu no Rio de Janeiro – RJ. E-mail: [marquesmarcia29@gmail.com](mailto:marquesmarcia29@gmail.com)

Percebe-se que a discriminação de pessoas surdas começa no ato do processo de recrutamento e seleção de pessoas. Muitos recrutadores possuem um entendimento errôneo de que pessoas surdas são incapazes de exercer alguma função que não seja a braçal.

Quando contratados, os profissionais surdos vivenciam a discriminação no dia a dia laboral, uma vez que além de sofrer com o descrédito em relação as suas competências, dificultando seu crescimento profissional, estes convivem com o isolamento social dentro do ambiente de trabalho. Percebe-se que os colaboradores ouvintes e surdos não interagem, pois apesar da Libras ser a segunda Língua Oficial do Brasil, ela não é uma língua compreendida e utilizada por todos, impossibilitando a comunicação entre esses profissionais.

Esse cenário promove a desmotivação desses indivíduos, uma vez que são impedidos de ter uma participação ativa e de crescer na organização. Diante dessa realidade, o presente estudo traz o seguinte questionamento: Como o Pedagogo Empresarial pode contribuir para o processo inclusão efetivo de pessoas surdas no meio corporativo?

Diante dessa questão, o presente estudo pretende investigar a importância da atuação do pedagogo empresarial no desenvolvimento de práticas educativas que incentivem a humanização dos colaboradores e a aprendizagem de Libras como segunda língua para ouvintes, promovendo, assim, a inclusão mais efetiva das pessoas surdas no âmbito organizacional.

A naturalização do incorreto, ou seja, a exclusão de pessoas surdas nas empresas foi a principal motivação para a escolha do tema dessa investigação. Percebe-se que grande parte das organizações contrata pessoas que possuem deficiência apenas para cumprir a obrigação imposta pela Lei de Cotas de 1991, que exige da organização uma quantidade de indivíduos com deficiência no quadro de funcionários (BRASIL, 1991).

Logo, o estudo sobre esse tema torna-se relevante, pois demonstra que ainda existe um déficit nas empresas quando o assunto é inclusão. Entende-se que o âmbito empresarial precisa adotar a concepção de que não basta apenas inserir, mas também incluir os profissionais com deficiência auditiva. Sendo assim, esse estudo apresenta o pedagogo como um profissional capaz de promover ações educativas voltadas para o ensino de Libras como segunda língua para os ouvintes a fim de possibilitar a comunicação com os



profissionais surdos no ambiente de trabalho. Essa proposta busca transformar as relações sociais no meio empresarial e oferecer um processo de inclusão efetivo que possibilite o melhor desempenho dos profissionais surdos e, conseqüentemente, da organização.

Dessa forma, o presente estudo é uma contribuição para a comunidade científica tanto da área de Administração quanto de Pedagogia, visto que sugere a importância da atuação do pedagogo no desenvolvimento de práticas que buscam tornar o espaço empresarial mais inclusivo, harmônico e produtivo.

Considerando a finalidade do estudo, verifica-se que a presente pesquisa se caracteriza como descritiva, envolvendo um estudo bibliográfico e um estudo de caso. Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a inclusão de pessoas surdas nas empresas e a importância do pedagogo empresarial nas corporações para promover um processo de inclusão mais eficaz. Além disso, foi realizado um estudo de caso sobre as ações inclusivas desenvolvidas pela empresa Natura que buscam integrar e socializar as pessoas surdas no ambiente de trabalho, analisando como a atuação do pedagogo pode contribuir para esse processo.

## **Pessoas Surdas e a Língua de Sinais**

Considerando que o presente estudo envolve o tema inclusão de pessoas surdas no ambiente organizacional, torna-se relevante compreender a história das pessoas surdas em nossa sociedade.

### **Pessoas surdas x Pessoas com deficiência auditiva**

A história das pessoas surdas ou com deficiência auditiva é longa e bastante impactante. A luta desses indivíduos para serem incluídos na sociedade é antiga. Segundo Maia (2006, p.1), na Antiguidade e Idade Média, a deficiência era vista como uma desvantagem, já que a audição era compreendida como algo divino, logo, não ser capaz de ouvir era compreendido como uma maldição.

Atualmente, existe uma diferença entre a pessoa surda e a pessoa deficiente auditiva. Segundo Bisol e Valentini (2011, p.2),

Assim, contrariamente ao que muitos podem supor, o surdo que se identifica com a língua de sinais e a comunidade surda não gosta de ser chamado de deficiente auditivo. Ele tem orgulho de ser surdo e não se considera um deficiente. Já a situação da pessoa que não se identifica com a comunidade surda tende a ser mais delicada: alguns se incomodam muito quando seu déficit auditivo é percebido, outros se reconhecem como deficientes auditivos (dependendo de sua história pregressa, da etiologia da surdez, de suas condições atuais de vida, etc.).

Segundo Maia (2006, p.17),

A deficiência auditiva pode manifestar-se por:

- Surdez leve/moderada: assim considerada quando a perda auditiva ocorre entre 40 e 70 decibéis em ambos os ouvidos e dificulta, mas não impede, a pessoa de se expressar oralmente, bem como de perceber a voz humana com ou sem a utilização de uma prótese auditiva.
- Surdez severa/profunda: assim considerada quando a perda auditiva ocorre acima de 70 decibéis, o que vai impedir a pessoa de entender, com ou sem aparelho auditivo, a voz humana, bem como de adquirir naturalmente o código da língua oral (fala).

Percebe-se, então, que a deficiência auditiva tem suas categorias, porém os ouvintes possuem pouco conhecimento sobre cada uma delas. A expressão “surdo-mudo” é muito utilizada pelos ouvintes, entretanto, atualmente, é considerada ultrapassada e, até mesmo, um erro, porque nem toda pessoa surda é muda.

Observa-se também que muitos ouvintes possuem um discurso preconceituoso em relação à fala das pessoas surdas, pois acreditam que estas devem “fazer tratamento” com um profissional de Fonoaudiologia para que sejam capazes de falar e se encaixarem no “padrão da comunicação” da sociedade.

Segundo Strobel (2008, p.41),

[...] a história do povo surdo mostra que por muitos séculos de existência, a pedagogia, as políticas e muitos outros aspectos próprios do povo surdo têm sido elaborados sempre sob o ponto de vista dos ouvintes e não dos surdos que, quase sempre, são ignorados, desvalorizados enquanto sujeitos e profissionais que podem contribuir a partir de suas capacidades essenciais e de sua diferença: do ser surdo.

Segundo Nascimento e Moura (2018, p.13),

O fonoaudiólogo, enquanto único profissional habilitado para realizar um trabalho de desenvolvimento de linguagem oral com sujeitos Surdos, deve ater-se a essa nova demanda que se instaura no cenário atual: a modalidade oral da língua majoritária como uma das faces da segunda língua para o Surdo.

Sabe-se que com o acompanhamento da fonoaudióloga, o indivíduo surdo pode desenvolver a fala, todavia, este não consegue falar do mesmo modo que as pessoas ouvintes, uma vez que, por não escutar, ele não consegue reproduzir o que está sendo falado pelo outro indivíduo.

Moura (2000) afirma que a comunicação oral do indivíduo surdo não pode ser vista como pré-requisito para o processo de inclusão social. Existe uma opinião equivocada de que a surdez pode ser resolvida com o uso da fala, juntamente com o ensino por meio do oralismo.

Segundo Goldfeld (2002, p.5), há uma falsa crença de que o oralismo representa a cura da surdez, ou seja, por meio de exercícios que estimulam a fala, a pessoa surda pode desenvolver a audição. Entretanto, entende-se que a fala não é a resolução dos problemas que as pessoas surdas enfrentam. Na verdade, pode-se dizer que estas não enfrentam problemas, elas apenas se comunicam com uma língua diferente da utilizada pelos ouvintes, ou seja, elas fazem uso da língua de sinais: a Libras.

Segundo Cromack (2004, p.74),

[...] a cultura hegemônica deixe de se considerar modelo de perfeição e passe a perceber que o pluralismo não significa inferioridade. Com esse novo olhar, não seria mais preciso que o sujeito surdo sofresse um atraso em seu desenvolvimento em decorrência da adequação ao modelo hegemônico; [...] logo, ressalta-se a importância do reconhecimento da diferença não como algo de menor valor em relação ao que é compartilhado pelos grupos hegemônicos, mas, sim, como algo intrínseco e singular do sujeito, pois é com base nessa diferença que o surdo se constitui.

A partir dessas literaturas, observa-se que a surdez não inferioriza o indivíduo, apenas o torna diferente mediante aos outros e que este não precisa ser modificado ao ponto de se tornar igual aos ouvintes. Em geral, a sociedade precisa romper com o preconceito em relação ao diferente e buscar desenvolver práticas inclusivas que promovam o bem-estar de todos.

### **Língua de sinais: Libras**

Em 1715, a primeira escola para “surdos mudos” foi inaugurada na França por Charles Michel de l’Épée, que atualmente é considerado por muitos como o “pai da Educação dos Surdos”. No Brasil, a primeira escola para surdos foi fundada apenas em meados do século XIX.

Segundo o portal da Academia de Libras (s/d), Ernest Huet fundou, no dia 26 de setembro de 1857, o Imperial Instituto Nacional de Surdos-Mudos, atualmente conhecido como INES, permitindo o acesso de pessoas surdas à educação por meio da língua de sinais.

Segundo Silva, Maranhão e Nunes (2020, p. 29),

O desenvolvimento da língua de sinais, também, no Brasil, aconteceu ainda no período colonial, com Dom Pedro II. Com a chegada do professor francês Ernest Huet, na capital fluminense, sendo este o primeiro professor de surdos do Brasil, vindo a convite do Imperador, que foi o fundador da primeira escola para surdos do país, o Instituto dos Surdos-Mudos, hoje, Instituto Nacional da Educação de Surdos (INES), em 1857.

Entretanto, nessa época, a Língua de Sinais ainda não era reconhecida e sua legitimidade só foi garantida muito tempo mais tarde, a partir da Lei 10.436 de abril de 2002, representando importante conquista para a comunidade surda. A partir de então, a Libras passou a ser declarada a Segunda Língua Oficial do Brasil.

Art.1º :É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

Xavier e Xavier (2017, p.979) afirma que

[...] as Línguas de Sinais são aceitas como línguas naturais, pois utilizam o canal visuo manual, e foram criadas por comunidades surdas através de gerações. Estas línguas têm estruturas gramaticais próprias, independentes das línguas orais dos países em que são utilizados, pois são diferentes em cada comunidade surda.

[...] possui um nível morfossintático complexo no qual envolve relações de usos de localizações no espaço de sinalização para construção e manutenção da referência pronominal, no qual há uma troca de papéis da pessoa do discurso onde acontecem abrangências dos verbos com seus argumentos.

Segundo Santiago *et al.* (2019), o reconhecimento da Línguas de Sinais é de suma importância para a comunidade surda, tendo em vista que esta possibilita a comunicação entre as pessoas surdas e ouvintes. A validade da Língua de Sinais colabora de forma expressiva com a legitimidade da comunidade surda em toda sociedade.

Entende-se que a língua de sinais permite que as pessoas surdas expressem seus pensamentos e se desenvolvam cognitivamente e socialmente. Portanto, pode-se dizer que Libras é o meio de comunicação capaz de assegurar aos surdos a educação e o convívio social.

Segundo Felipe (2001 *apud* NOVAES, 2010), Libras tem como foco a comunicação entre seres humanos a partir da troca de ideias. O autor também aponta que Libras é uma língua que possui sua própria estrutura gramatical, sendo realizada de forma visual-motora e se desenvolve a partir do movimento das mãos.

Segundo Silva, Maranhão, Nunes (2020), o diferencial da Libras é a utilização de outro modo de interlocução, que neste caso, não é por voz, mas sim por meio do movimento das mãos e da face. Pode-se dizer que este modo de se comunicar equivale à voz para os ouvintes.

A partir do estudo dessas literaturas, pode-se concluir que Libras é uma Língua e não apenas uma linguagem, muito menos uma extensão da Língua Portuguesa, pois esta possui estrutura e regras próprias que devem ser seguidas para o indivíduo alcançar a fluência.

Santiago *et al.* (2019) afirmam que a Libras é uma língua que possui suas próprias particularidades e encantos. Além disso, os autores também destacam que esta é a língua que assegura às pessoas surdas a comunicação, o desenvolvimento cognitivo e o acesso à cultura surda.

Diante dessa perspectiva, observa-se que por intermédio da Libras, as pessoas surdas têm acesso à cultura e interação socialmente, inclusive com ouvintes que possuem a fluência em Libras. É a partir dessa língua que as pessoas surdas expressam seus pensamentos, dialogam e adquirem conhecimento, ou seja, vivem. Portanto, entende-se que o conhecimento da Libras é imprescindível para o processo de aprendizagem e vida da pessoa surda.

## **As pessoas surdas no ambiente organizacional**

Por muito tempo, os surdos não encontraram espaço no mercado de trabalho devido ao comportamento preconceituoso de muitos ouvintes que não acreditavam no potencial das pessoas surdas. Atualmente, a comunidade

surda ainda luta contra esta opinião retrógada e percebe-se que há um longo caminho a ser percorrido, já que muitos ambientes empresariais ainda resistem em oferecer vagas de trabalho para pessoas surdas, não se mostrando dispostas a conhecer as habilidades desses indivíduos.

O portal de notícias do Governo Federal trata da Lei de Cotas para PCD (Pessoas com Deficiência) mencionando o art. 93 da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991 que estabelece que a empresa é obrigada a contratar uma porcentagem de colaboradores PCDs de acordo com a quantidade total de funcionários, ou seja, de 100 a 200 funcionários, 2%, de 201 a 500 funcionários, 3%, de 501 a 1000 funcionários, 4% e de 1001 em diante, 5% (BRASIL, 2020).

Essa lei foi uma grande conquista para as pessoas com deficiência, uma vez que as empresas se viram obrigadas a admitirem essas pessoas em seu quadro de funcionários. Entretanto, percebe-se que muitas vezes esses indivíduos são contratados, mas não são de fato incluídos no ambiente corporativo. A integração no ambiente organizacional é feita apenas porque estes indivíduos são amparados por lei e não com o objetivo de realizar um processo de inclusão realmente eficaz.

Segundo Sassaki (2006, p.5),

As empresas se tornam verdadeiramente inclusivas na medida em que suas motivações não se restrinjam ao cumprimento da Lei de Cotas e, sim, que se fundamentem na crença de que a contratação de pessoas com deficiência e o conseqüente atendimento às suas necessidades especiais beneficiam a todos, inclusive as próprias empresas, e refletem conceitos altamente valorizados no século XXI.

Percebe-se, então, que é direito da pessoa surda a inclusão no ambiente de trabalho e não apenas a sua contratação. Esse fato revela que a exclusão ocorre não apenas por falta de conhecimento, mas também por falta de interesse de muitos gestores em buscar estratégias para promover a inclusão das pessoas surdas no meio organizacional.

### **Os impactos de um processo de inclusão ineficaz de pessoas surdas no ambiente de trabalho**

Ainda há um longo percurso a ser percorrido para que o preconceito em relação às pessoas surdas seja totalmente extinto. Considerando a falta de iniciativa das empresas no processo de inclusão desses indivíduos, percebe-se

que esse posicionamento gera impactos negativos para o emocional das pessoas surdas, uma vez que ao longo de sua vida, elas investem em capacitação e criam expectativas para assumirem diferentes cargos no mercado de trabalho e quando conquistam uma vaga, se deparam com diferentes práticas de exclusão e, até mesmo, de descrédito em relação a sua capacidade cognitiva.

Segundo Strobel (2007, p.27), a pessoa surda só se destaca na sociedade que aprende a falar e ler lábios, ou seja, quando tenta se comunicar do mesmo modo que os ouvintes. Visivelmente, cada vez mais que a sociedade foca em mascarar a identidade da pessoa surda, fazendo com que esta não utilize a língua de sinais nas interações sociais.

Essa postura dos ouvintes no mercado de trabalho traz como consequência para o trabalhador surdo angústias, ansiedades, a baixa autoestima e o sentimento de exclusão. E assim, essa situação acaba se tornando cada vez mais rotineira na vida de um surdo. Percebe-se que a capacidade e a inteligência desses indivíduos não são exploradas e as práticas preconceituosas ainda são comuns em muitas organizações.

Segundo Góes (1999, p.35), a deficiência não deixa um ser incapaz, ela apenas dá modos diferentes de realizar algo. Logo, esta não deve ser vista como uma desqualificação, já que o indivíduo com deficiência encontrará outro modo de se desenvolver e, assim, chegar a seu objetivo.

Nas palavras de Pimenta (2001, p. 24),

A surdez deve ser reconhecida como apenas mais um aspecto das infinitas possibilidades da diversidade humana, pois ser surdo não é melhor ou pior do que ser ouvinte é apenas diferente. Se considerarmos que surdos não são “ouvintes com defeito”, mas, pessoas diferentes estaremos aptas a entender que a diferença física entre pessoas surdas e pessoas ouvintes gera uma visão diferente de mundo, um ‘jeito ouvinte de ser’ e um ‘jeito surdo de ser’, que nos permite falar em uma cultura da visão e outra da audição.

Percebe-se que o entendimento preconceituoso dos ouvintes em relação às pessoas surdas é o principal responsável pela exclusão no ambiente organizacional. É fundamental compreender que sua incapacidade de ouvir não impede seu crescimento intelectual e profissional. O preconceito e as falhas no processo de inclusão têm proporcionado às pessoas surdas experiências negativas que envolvem falta de perspectivas e baixa autoestima.

Fonseca (1995, p. 201) diz que

A integração é uma preocupação humana, necessitando antes de mais nada, de respostas humanizadas que obviamente se refletem e refletiam no presente de seres humanos. Seres humanos que independente de suas condições e potenciais, têm direito às mesmas oportunidades de inserção e inclusão social.

Em qualquer ambiente, a integração precisa vir acompanhada da inclusão e uma das principais falhas no âmbito empresarial é a falta de atenção e credibilidade em relação às pessoas surdas, já que estes, na maioria das vezes, se preocupam diretamente com a inserção, esquecendo-se de incluir este indivíduo nas rotinas laborais.

Segundo Carlos (2004, p.89),

Assim, a Carta das Nações Unidas e a Carta Internacional dos direitos humanos afirmam que as pessoas com deficiência têm o direito de exercer a totalidade de seus direitos econômicos, sociais e culturais, em condições de igualdade com as demais pessoas.

Pereira (2014, p.27) diz que a Lei nº 7.853/89 trouxe às pessoas surdas a garantia de integração social, assegurando aos mesmos direitos básicos de qualquer cidadão, tais como: acesso à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer e à previdência social. Apesar desse documento estabelecer tais garantias, percebe-se que ainda hoje, as pessoas surdas que atuam no ambiente organizacional são discriminadas por seus líderes e colegas de trabalho, devido à crença de que esses indivíduos são incapazes de produzir e contribuir para o desenvolvimento da organização. A perspectiva preconceituosa dos ouvintes impede a aproximação e, conseqüentemente, o conhecimento sobre o potencial de cada profissional surdo.

### **Comunicação entre surdos e ouvintes**

A falta de comunicação entre pessoas surdas e pessoas ouvintes no ambiente organizacional é a chave para compreender o porquê esses indivíduos ainda são excluídos. Percebe-se que muitos ouvintes não sabem como interagir com as pessoas surdas por desconhecerem a língua de sinais, o que dificulta o processo de inclusão.

Segundo Gonçalves, Gonçalves e Oliveira (2011, p. 40),

O maior problema dos surdos é a dificuldade de comunicação e não da surdez em si mesma. Parte de seus problemas de comunicação vem do fato de ser-lhes impossível adquirir a linguagem partindo de um modelo exclusivamente oral auditivo. Isso não quer dizer que o surdo não possua competência linguística, pelo contrário: há estudos



que demonstram que crianças surdas procuram sempre criar e desenvolver uma linguagem.

Perlin (2007, p.9) destaca que “Ser normal segue uma norma. Mas ser normal para o surdo significaria ser surdo, ser autenticamente surdo”.

A comunicação é o meio utilizado para as pessoas compartilharem experiências, opiniões e novas ideias. Logo, como os ouvintes não compreendem a Língua dos Sinais utilizada pelas pessoas surdas, elas são excluídas das interações, ou seja, são impedidas de contribuir para o desenvolvimento da empresa.

Segundo Lodi e Lacerda (2014, p.13), a Língua dos Sinais

É a língua, como sistema de signos, que permite a interação entre indivíduos e o partilhar de uma mesma cultura. É também pela linguagem e na linguagem que os conhecimentos são construídos, pois, ao partilharem um sistema de signos constitutivos de uma língua, estes sujeitos podem, além de desenvolverem uma compreensão mútua, colocar em circulação os múltiplos sentidos presentes na linguagem, configurando, assim, a polissemia constitutiva desta.

Segundo Longman (2007, p.18),

Hoje, grupos surdos, rompendo a ideologia da deficiência biológica, definem-se como minorias linguísticas. Vêm-se reafirmando como grupos culturais com representações, significações e produções no campo intelectual, ético, estético, artístico e corporal, a partir de sua experiência visual e principalmente, de sua língua, constituída de estratégias cognitivas visuais e corporais.

Entende-se, portanto, que o diálogo entre os indivíduos é fundamental para que ocorra desenvolvimento, trocas de opiniões e construção de saberes em um ambiente de trabalho. Contudo, para que essa comunicação seja efetiva, é necessário que todos os participantes do processo interacional compartilhem a mesma língua.

Diante desse cenário, percebe-se que as pessoas ouvintes no mercado de trabalho precisam desenvolver sua capacidade de empatia com o próximo, se tornando capazes de se colocar no lugar do outro e de compreender a importância da inclusão. É fundamental que o indivíduo surdo seja visto como um ser com competências e habilidades que precisam ser conhecidas e valorizadas como de qualquer outro trabalhador, mas para que isso seja possível, é necessário refletir sobre alguns conceitos pré-estabelecidos pela sociedade.

## O papel do pedagogo no processo de inclusão de pessoas surdas no ambiente de trabalho

### O Pedagogo Empresarial

Refletindo sobre a trajetória histórica do curso de graduação de Pedagogia, percebe-se este passou por modificações determinantes, que ajudaram a entender a formação deste graduando e o que esse educando pode fazer no meio social.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou em 15 de maio de 2006 a Resolução do CNE/CP nº1, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia. Assim, a partir desse documento, o egresso do curso de Pedagogia conquistou novas possibilidades de atuação no mercado de trabalho, ou seja, o curso ganhou a aprovação de atividades não escolares.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplica-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. § 1º Compreende-se a docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo. § 2º O curso de Pedagogia, por meio de estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, propiciará: I - o planejamento, execução e avaliação de atividades educativas; II - a aplicação ao campo da educação, de contribuições, entre outras, de conhecimentos como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural (BRASIL, 2006).

A partir dessa concepção, percebe-se que o pedagogo vem ganhando cada vez mais espaço no mercado de trabalho, passando a ser reconhecido não apenas como um simples atuante nas salas de aula da Educação Básica, mas sim como um profissional que domina os conhecimentos sobre a educação, sendo capaz de utilizá-la em todo espaço onde ela for necessária.

Nesse cenário, os alunos do curso de graduação em Pedagogia passaram a visualizar novas perspectivas de emprego. Aos poucos a busca por atuação em empresas vem aumentando, contudo, deve-se ter o entendimento

de que ainda falta muito tempo para o total reconhecimento do valor do pedagogo nas empresas.

É importante destacar que a Pedagogia Empresarial existe não só para levar a educação para as empresas, mas, principalmente, para transformar o pensamento dos colaboradores, levando assim, atitudes positivas que possibilitam o crescimento da organização.

Segundo Ramos (2010, p.23),

O termo Pedagogia Empresarial aparece no início da década de 1980, quando surgiram alguns cursos universitários sobre a matéria. Seu enfoque era, a princípio, o treinamento e desenvolvimento (T&D) das pessoas nas organizações. Nestes o pedagogo atuava na fase de planejamento e programação, formulando objetivos, selecionando conteúdos e recursos, definindo métodos de avaliação, etc.; além disso, o pedagogo selecionava quem deveria ser treinado e os instrutores para o treinamento.

Cagliari (2009, p.1) afirma que

[...] O pedagogo empresarial está inserido auxiliando no desenvolvimento das competências e habilidades de cada indivíduo, para que cada profissional saiba lidar com várias demandas, com incertezas, com várias culturas ao mesmo tempo, direcionando o resultado positivo em um mercado onde a competição gera competição.

A partir dessas perspectivas, verifica-se que a Pedagogia Empresarial tem um importante papel no âmbito empresarial, visto este ambiente é frequentado por diferentes indivíduos, com pensamentos e atitudes diferentes, que se não lapidados, podem gerar impactos negativos para a organização. Dessa forma, pode-se dizer que o pedagogo pode contribuir na promoção de mudanças comportamentais, fundamentais para gerar uma melhor qualidade de vida para os trabalhadores e resultados mais positivos para a empresa.

Segundo Moscovici (1998, p.47), é importante focar no trabalho em grupo realizado internamente, visto que, se este estiver sendo realizado de forma consciente e respeitosa, as metas poderão ser alcançadas com maior facilidade, o que é determinante para o bem da empresa.

Para Libâneo (2001, p.63), a pedagogia é muito mais do que uma graduação, pois ela está inteiramente ligada aos métodos de ensino, ou seja, tem com si conhecimentos específicos que irão auxiliar o pedagogo durante toda carreira.

Luzuriaga (1990, p.02) afirma que “Educação e Pedagogia estão como prática para a teoria, realidade para ideal, experiência para pensamento, não

como entidades independentes, mas fundidas em unidades indivisíveis, como o inverso e o reverso da moeda”.

Essas concepções revelam que o pedagogo é o profissional que tem como base em seu trabalho a educação e a didática e, por meio desses elementos, esse especialista pode informar, incluir e construir uma identidade empresarial positiva tanto para os clientes internos quanto externos. Portanto, pode-se dizer que a pedagogia empresarial representa uma vantagem competitiva para as empresas, uma vez que este pode ajudar no desenvolvimento de habilidades comportamentais fundamentais para o melhor desempenho dos colaboradores.

### **Pedagogo Empresarial na humanização do ambiente de trabalho para a inclusão dos surdos**

Considerando o contexto organizacional, percebe-se que há a necessidade de incentivar uma mudança de atitudes em relação às pessoas com deficiência e, para isso, torna-se essencial o investimento no processo de humanização dos colaboradores.

Promover a humanização no ambiente de trabalho evita a segregação, incentiva a cooperação e torna o ambiente corporativo mais harmônico, gerando benefícios para a organização. Entende-se que a atuação do pedagogo nesse processo é essencial para incentivar um novo olhar em relação ao potencial dos profissionais com deficiência que atuam na empresa.

Em relação ao Pedagogo Empresarial, Ribeiro (2010, p.10) afirma que ele promove “o desenvolvimento de habilidades gerais e específicas, especialmente em termos da emissão de juízos acerca dos comportamentos, das competências e das habilidades a serem desenvolvidas”.

Para desenvolver as habilidades comportamentais dos indivíduos, o pedagogo precisa observar as atitudes dos colaboradores a fim de identificar as fragilidades que precisam ser trabalhadas. Por exemplo, quando o pedagogo identifica que um profissional surdo está sendo excluído devido ao comportamento preconceituoso de seus colegas de trabalho e de seus gestores, torna-se necessário incentivar uma atitude mais humana a fim de promover um processo de inclusão mais eficaz.

Segundo Ribeiro (2007, p.11), a Pedagogia no ambiente corporativo

[...] busca de estratégias e metodologias que garantam uma melhor aprendizagem/apropriação de informações e conhecimentos, tendo sempre como pano de fundo a realização de ideias e objetivos precisamente definidos. Tem como finalidade principal provocar mudanças no comportamento das pessoas de modo que estas melhorem tanto na qualidade do seu desempenho profissional quanto pessoal.

Nesse sentido, observa-se que a pedagogia empresarial pode motivar a humanização nas empresas, não apenas informando os colaboradores, mas sim os instruindo para estarem sempre em desconstrução.

A partir dessas concepções, entende-se que a empresa é constituída por seres humanos que convivem no ambiente de trabalho diariamente, sendo necessário focar na integração dos funcionários para possibilitar relações interpessoais mais saudáveis e respeitadas que garantam o sucesso da organização.

Para incentivar mudanças comportamentais no ambiente corporativo, o pedagogo pode promover ações educativas que estimulem o respeito pelo ser humano, evitando assim, o preconceito contra a pessoa surda que pode ser manifestado por meio de ações, palavras, olhares, ou até mesmo, pelo silêncio.

Dallari (*apud* BOLONHINI, 2004, p. 286-289) afirma que

O preconceito acarreta a perda do respeito pela pessoa humana. [...] faz com que certas pessoas sejam estigmatizadas, sofrendo humilhações e violências, que podem ser impostas com sutileza ou relativo disfarce ou então de maneira escancarada, mas que em qualquer circunstância são negações do respeito devido à dignidade de todos os seres humanos.

Observa-se que o preconceito pode levar um indivíduo ou um grupo de pessoas a se comportar com uma pessoa surda de forma desumana. No ambiente de trabalho, por exemplo, a crença de que o surdo é incapaz leva muitos profissionais ouvintes a adotarem atitudes preconceituosas em relação a esse indivíduo, sendo comum as pessoas surdas serem impedidas de participar de projetos, reuniões ou de tomadas de decisões no meio corporativo. Esse comportamento promove a exclusão e, conseqüentemente, afeta a autoestima desse indivíduo. Compreende-se que o profissional excluído, abalado emocionalmente, não produz satisfatoriamente, o que representa prejuízos financeiros para a organização.

A cultura de uma sociedade compreende valores compartilhados, hábitos, usos e costumes, códigos de conduta, tradições e objetivos que são apreendidos das gerações mais velhas, impostos pelos membros atuais da sociedade e passados sucessivamente para as

novas gerações. As gerações mais velhas tentam adaptar as gerações mais novas aos seus padrões culturais, enquanto estas resistem e reagem, provocando mudanças e transformações gradativas. Esse compartilhamento de atitudes comuns, códigos de conduta e expectativas passa a guiar subconscientemente certas normas de comportamento. (CHIAVENATO, 2004, p. 117).

A partir dessa perspectiva, percebe-se que toda empresa possui seu próprio código de conduta, ou seja, uma visão de como seus colaboradores devem se comportar. Diante do conhecimento desse código, o pedagogo pode planejar um programa de desenvolvimento das habilidades humanas, incentivando a empatia, a simpatia e cooperação entre os colaboradores. Entende-se que trabalhar com pessoas não é algo fácil, por isso, a empresa necessita da competência do pedagogo para concluir seu objetivo com êxito.

Nesse sentido, pode-se dizer que a pedagogia empresarial atua não só no crescimento profissional do indivíduo, mas indiretamente em seu desenvolvimento pessoal, pois é impossível separar uma pessoa de sua atuação. Assim, compreende-se a necessidade de desenvolver as habilidades humanas dos colaboradores para evitar o preconceito, conflitos e situações de desconforto no ambiente de trabalho, incentivando relacionamentos mais saudáveis, uma vez que esse clima de bem-estar traz impactos positivos para a motivação e o desempenho do indivíduo.

### **O pedagogo empresarial e o ensino de libras como segunda língua para os ouvintes**

Segundo Antunes e Arcari (2020, p.4),

Uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos não ouvintes no mercado de trabalho diz respeito à comunicação. Para minimizá-las, seria necessário que as pessoas atuantes em espaços empresariais dominassem a Língua em Libras, tornando, assim, a convivência entre ouvintes e surdos mais agradável e as atividades mais produtivas.

Observa-se que para promover uma inclusão efetiva de pessoas surdas no ambiente de trabalho, é fundamental investir na comunicação entre os colaboradores surdos e ouvintes, uma vez que esta é responsável pelo processo de socialização e integração dos indivíduos na sociedade.

Segundo Negrelli e Marcon (2006, p.103),

É por meio da comunicação que o ser humano se integra, participa, convive e se socializa. Nesse processo, a família aparece como grande responsável, pois é nela que se inicia a formação social de

um ser humano. Para isso acontecer, é necessário o estabelecimento de um canal de linguagem comum.

Considerando que as línguas utilizadas pelas pessoas surdas e ouvintes são diferentes, torna-se necessário refletir sobre a importância do ensino de Libras como segunda língua para os colaboradores ouvintes a fim de oportunizar um processo de inclusão mais assertivo.

Segundo Mezzari (2015, p. 18),

Pressupõe-se que a Língua de Sinais (LS), em especial, a Libras, seja o caminho para essa integração entre surdos e ouvintes. Enquanto o surdo não tem condições de ouvir, o ouvinte tem condição de sinalizar, caso não haja nenhum impedimento físico. A aprendizagem da Libras pelos profissionais de qualquer área amplia a acessibilidade informacional do surdo, contribuindo com sua aprendizagem e consequentemente auxiliando seu ingresso no mercado de trabalho.

Logo, entende-se que a implementação de programas de ensino da Língua de Sinais para ouvintes no meio corporativo é uma importante iniciativa que possibilita a comunicação com os profissionais surdos, dando voz a esse último grupo no dia a dia de trabalho.

Dizeu e Caporali (2005) apontam que o investimento no ensino de Libras para profissionais ouvintes é uma importante ferramenta para evitar a exclusão das pessoas surdas nos ambientes de trabalho, tendo em vista que a comunicação é essencial para o processo de inclusão.

Nesse sentido, observa-se que a atuação do pedagogo no meio organizacional é fundamental, visto que sua formação acadêmica inclui, além da didática, o aprendizado de Libras, favorecendo o desenvolvimento de projetos de ensino de Libras como segunda língua para colaboradores ouvintes. Segundo Tondinelli (2016), a partir do Decreto nº 5.626/05, a Libras se tornou uma disciplina obrigatória nos cursos de Pedagogia.

Portanto, essas literaturas revelam que a atuação do pedagogo é fundamental para promover um processo de inclusão mais eficaz na organização, uma vez que este é capaz de implementar programas educativos que promovam a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes no âmbito organizacional. Dessa forma, o pedagogo oferece às pessoas surdas a oportunidade de trocar experiências e de contribuir para o crescimento da organização, ou seja, possibilita a participação ativa desses indivíduos em diferentes processos no ambiente de trabalho.

Nesse cenário, compreende-se que quando as pessoas ouvintes aprendem a se comunicar por meio da Língua de Sinais, os profissionais surdos se sentem valorizados e acolhidos, ou seja, verdadeiramente incluídos pela organização. Essa iniciativa dá voz as pessoas surdas e possibilita a troca de experiências entre surdos e ouvintes, gerando resultados mais positivos para a empresa.

## **Estudo de Caso: o programa de inclusão de pessoas surdas na empresa Natura**

O presente estudo tem como objetivo investigar um caso de sucesso em relação ao processo de inclusão de pessoas surdas desenvolvido na empresa Natura, analisando suas características e contribuições para o relacionamento entre surdos e ouvintes.

Assim, os dados foram coletados na *home page* da empresa Natura e em diferentes portais de notícias sobre o programa de inclusão desenvolvido na referida organização. Todos os dados foram analisados qualitativamente, buscando identificar a postura da empresa em relação ao cumprimento da Lei de Cotas, assim como, os programas de acessibilidade e de aprendizagem de Libras para ouvintes desenvolvidos pela empresa Natura.

### **A Empresa Natura**

Em 1969, Luiz Seabra criou a Indústria e Comércio de Cosméticos Berneaut e, após alguns meses, esta passou a se chamar Natura. Já em 1970, foi aberta a primeira loja em São Paulo. Esta é uma empresa multinacional brasileira de cosméticos, beleza e produtos de higiene que a cada dia a Natura se expande mais. Já possui filiais na Argentina, Bolívia, Chile, México, Peru, Colômbia, Estados Unidos e França (NATURA, 2021a).

Segundo o portal da empresa Natura (2021b), atualmente, esta empresa faz parte de um grupo de marcas de cosméticos: Natura & COs, que envolve as empresas Aesop, Avon e The Body Shop.



## **Análise dos dados**

### **Lei de Cotas**

Os dados coletados no portal de notícias Mundo Rh (2017, documento on-line) revelam que a Empresa Natura não apenas cumpre a Lei de Cotas, como também tem como objetivo alcançar cada vez mais o aumento de contratações de pessoas com deficiências.

Essa publicação mostra que a empresa concede a devida importância para o tema inclusão, pois que existe uma preocupação não apenas em cumprir a lei, mas em expandir a oportunidade de emprego para um quantitativo maior de pessoas com deficiência.

A acessibilidade na Natura parte de valor básico da empresa: a valorização dos colaboradores. A sua Visão de Sustentabilidade 2050 traz a Rede de Relações como um dos pilares e os colaboradores são uma das bases dele. Logo, a gigante dos cosméticos não poderia deixar de olhar com carinho para as pessoas com deficiência. Mais do que cumprir a Lei de Cotas, a Natura tem uma meta anual de contratação de PCDs, que é superior à cota exigida por lei. E o foco em ter equipes diversas não termina na contratação. O objetivo principal da Natura é incluir de verdade todas essas pessoas.

A publicação de Brandão (2020, documento on-line), disponível no portal de notícias UOL, aponta a empresa Natura como uma referência em inclusão social.

A Lei 8.213/91 prevê uma diversidade de porcentagens de vagas para PcD de acordo com o tamanho da empresa. Tendo em vista isso a Natura se encaixa na categoria, de acima de 1000 funcionários conceder 5% de vagas para o público PCD. No entanto, o bacana da empresa é que ela foi além e está em 7,2%, o que traz 350 colaboradores.

Ao analisar esses dados, percebe-se que a empresa investigada nesse estudo possui um programa que busca incluir cada vez mais profissionais PCDs em seu quadro de funcionários. Dessa forma, diferente de muitas organizações brasileiras, o indivíduo surdo se sente como parte da organização e não apenas um número para constar que a empresa cumpre a Lei. Esse cenário foi destacado no presente estudo por Sasaki (2006), que aponta que a motivação das empresas ao contratar pessoas com deficiências não deve se restringir ao cumprimento da Lei.

## **Acessibilidade**

O portal de notícias Mundo Rh (2017, documento on-line) também destaca que a empresa Natura possui uma preocupação em tornar o ambiente de trabalho inclusivo. Nessa mesma publicação, João Vitor Bragas, funcionário da empresa Natura, afirma que “E com apoio do Tradutor de Libras da Hand Talk na intranet, os surdos da Natura têm autonomia para conhecer mais sobre a empresa e manterem-se atualizados com as notícias internas!”. Esse depoimento revela que há uma preocupação da organização em promover uma inclusão efetiva de todos os indivíduos surdos contratados pela empresa Natura.

Ao oferecer informações por meio dessa ferramenta tecnológica, observa-se que a empresa investigada nesse estudo utiliza a Libras para se comunicar com seus funcionários surdos e mantê-los atualizados. Entende-se que essa postura inclusiva da empresa Natura traz para esses indivíduos um sentimento de pertencimento, que promove o bem-estar e, conseqüentemente, o melhor desempenho dos mesmos.

O site da empresa Natura & CO (2021, documento on-line) também disponibiliza uma página explicando sobre a Acessibilidade oferecida aos seus fornecedores:

A acessibilidade no website de relações com investidores **Natura &Co** tem como intuito promover a utilização do portal por pessoas com deficiência, por meio da disponibilização de ferramentas que auxiliem na navegação e melhor aproveitamento das funcionalidades disponíveis.

O website de relações com investidores **Natura &Co** observou as principais recomendações de acessibilidade, principalmente as do WCAG (World Content Accessibility Guide) do W3C (World Wide Web Consortium) e, no caso brasileiro, do e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico).

Na parte superior do website de RI da **Natura &Co** há uma barra de acessibilidade onde se encontram atalhos de navegação padronizados e a opção para alterar o contraste do website.

Ações inclusivas como essa disponível no portal da empresa destaca a importância de se desenvolver estratégias de comunicação para que os funcionários surdos possam se desenvolver e participar do dia a dia da empresa. Essa postura da empresa revela que há um incentivo à humanização nesse ambiente de trabalho, fazendo com que os funcionários se sintam mais confortáveis para aprender e se desenvolver profissionalmente.

## **Libras para ouvintes**

Segundo a entrevista publicada pelo portal de notícias Exame, a Natura, em 2019, formou 50 funcionários como “padrinhos” que se candidataram a aprender voluntariamente a Língua de Sinais: Libras, para que eles possam se comunicar com colegas de trabalho surdos (EXAME, 2020).

Percebe-se que para que o processo de inclusão de pessoas surdas ocorra de forma assertiva, a empresa Natura investe na comunicação entre pessoas surdas e ouvintes. A empresa promove a aprendizagem da Língua de Sinais para ouvintes que é uma importante iniciativa para efetivar a inclusão das pessoas surdas no ambiente de trabalho.

E aí entra diferencial interessante: a atenção especial que os surdos recebem na Natura. Os funcionários ouvintes podem fazer cursos de Libras e apadrinhar colegas surdos quando eles entram na empresa. O padrinho acompanha o surdo nas atividades do dia a dia e ajuda a quebrar as barreiras de comunicação (MUNDO RH, 2017, documento on-line).

A publicação de Brandão (2020, documento on-line), disponível no portal de notícias UOL, também explica o programa de inclusão desenvolvido pela empresa Natura:

[...] o destaque vai também para as iniciativas de capacitação e espaços inclusivos dentro da empresa. É o caso de um programa de apadrinhamento de deficientes auditivos, desde do ano 2000, que é um treinamento e aulas em LIBRAS para integrar melhor os funcionários com a rotina da empresa.

É importante a inclusão! E quando se vê iniciativas e ações que valorizam tal fato, todos precisam saber e valorizar para que possamos viver um mundo com menos exclusão. Fique ligado que a Inova sempre vai trazer conteúdos com esse tipo de tema visando a propagação de benfeitoria em prol do público PCD.

A publicação de Brandão (2020, documento on-line) também destaca a fala de Milena Buosi, responsável pelas iniciativas de diversidade e inclusão na empresa Natura: “Sabemos que para garantir a inclusão, a capacitação de colaboradores deve ser uma constante”. E acrescenta:

Um exemplo é seu programa de apadrinhamento de deficientes auditivos, em funcionamento desde 2000: funcionários recebem treinamentos e aulas de LIBRAS para melhor integrar seus colegas com deficiência auditiva à rotina da empresa.

[...] a preocupação com a inclusão não pode existir apenas no momento da contratação.

Esses dados revelam que a Empresa Natura investe na inclusão de seus colaboradores surdos, promovendo a conscientização sobre a importância da inclusão e oferecendo aulas para os funcionários ouvintes serem capazes de

se comunicar com seus colegas de trabalho surdos. A importância do investimento em programas como esse desenvolvido na empresa Natura é confirmada por Dizeu e Caporali (2005), investigados no presente estudo, que destacam a relevância de se promover estratégias que possibilitem a comunicação entre os trabalhadores surdos e ouvintes no ambiente de trabalho.

Esses dados revelam que um programa educativo voltado para a aprendizagem de Libras é capaz de desenvolver os indivíduos que integram o corpo de funcionários de uma organização, tendo em vista que a educação sempre trará benefícios para os indivíduos.

O investimento da empresa Natura no ensino de Libras para ouvintes mostra que esse programa de inclusão precisa ser planejado por um profissional capacitado como o pedagogo, uma vez que esse profissional tem a formação necessária para promover práticas educativas que possibilitem a humanização e a aprendizagem da Língua de Sinais pelos profissionais ouvintes.

O pedagogo traz consigo o domínio da didática, tendo em vista que sua formação envolve a busca de soluções para qualquer situação que envolva o desenvolvimento de seres humanos. Nesse sentido, pode-se dizer que a atuação do Pedagogo em um ambiente organizacional é de grande valia para promover a real inclusão das pessoas surdas no ambiente de trabalho, desenvolvendo ações que incentivem relações humanas mais respeitadas e inclusivas.

### **Resultados da análise dos dados**

A análise dos dados mostrou que a empresa Natura desenvolve programas inclusivos capazes de transformar o olhar preconceituoso dos ouvintes em relação às pessoas surdas, incentivando a comunicação e promovendo um convívio social mais sadio entre profissionais ouvintes e surdos. Logo, entende-se que a empresa investigada nesse estudo de caso desenvolve práticas inclusivas de sucesso, se destacando positivamente no mercado.

## Considerações Finais

O presente estudo mostrou que as pessoas surdas ainda vivenciam a exclusão no ambiente de trabalho, pois em muitas organizações, as contratações ocorrem apenas com a finalidade de cumprir a Lei de cotas, não proporcionando a esses indivíduos a oportunidade de integração e socialização.

As literaturas investigadas nesse estudo revelaram que as pessoas surdas são capazes de se desenvolver profissionalmente nas organizações, entretanto, percebe-se que muitos profissionais ouvintes adotam um olhar de descrédito em relação à capacidade intelectual desses indivíduos, gerando, assim, impactos negativos tanto para o emocional das pessoas surdas quanto para a empresa que deixa de aproveitar o potencial produtivo desses profissionais.

O estudo identificou a relevância da atuação do pedagogo nas organizações, tendo em vista que estes são profissionais qualificados para desenvolverem projetos educativos que valorizem a inclusão de pessoas surdas no ambiente de trabalho e incentivem uma mudança comportamental dos ouvintes em relação às pessoas surdas.

Além disso, observou-se também que o pedagogo empresarial tem um papel fundamental no desenvolvimento de programas de ensino de Libras para funcionários ouvintes. Promover a comunicação entre profissionais ouvintes e surdos no ambiente organizacional é uma importante iniciativa para que a inclusão ocorra de forma efetiva, valorizando a voz das pessoas surdas e, assim, possibilitando a troca de conhecimento, ideias, sugestões que contribuem para melhores desempenhos.

Portanto, esse estudo é uma ferramenta de reflexão para que gestores compreendam a importância de se desenvolver práticas inclusivas nos diferentes setores corporativos. É fundamental que a organização compreenda a importância da atuação do pedagogo para promover a humanização dos profissionais ouvintes, assim como, para desenvolver programas que incentivem a aprendizagem de Libras como segunda língua para ouvintes. Entende-se que ao possibilitar a comunicação entre todos os profissionais, o

ambiente de trabalho se torna mais agradável, as relações interpessoais mais humanas e a inclusão mais assertiva.

## Referências

ACADEMIA DE LIBRAS. **Ernest Huet** – O Homem Que “Inventou” a Libras. [s/d]. Disponível em: <https://academiadelibras.com/blog/ernest-huet/> Acesso em: 12 de set. 2021.

ANTUNES, M. de F. N.; ARCARI, I. Reflexão sobre a inclusão do surdo no mercado de trabalho. **Revista Educação, Psicologia e Interfaces**. Volume 4, Número 3, p. 1-11, Outubro/Dezembro, 2020.

ATAIDE, Nyedja D. N. **Contribuições do Pedagogo Empresarial na Perspectiva da Inclusão de Surdos**. João Pessoa, PB. Universidade Federal da Paraíba. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/2582/1/NDNA19062017.pdf> Acesso em: 06 de set. 2020.

BISOL, C. A.; VALENTINI, C. B. **Surdez e Deficiência Auditiva** - qual a diferença? Objeto de Aprendizagem Incluir – UCS/FAPERGS, 2011. Disponível em [http://www.grupoelri.com.br/Incluir/downloads/OA\\_SURDEZ\\_Surdez\\_X\\_Def\\_Audit\\_Texto.pdf](http://www.grupoelri.com.br/Incluir/downloads/OA_SURDEZ_Surdez_X_Def_Audit_Texto.pdf) Acesso em: 20 de jun. 2021.

BOLONHINI, Junior Roberto. **Portadores de necessidades especiais: as principais prerrogativas e a legislação brasileira**. São Paulo: Arx, 2004.

BRANDÃO, Nicolas. **Contratação de PcD ainda é gargalo no Brasil; confira bons exemplo**. UOL Notícias, 11 de agosto de 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/08/11/contratacao-de-pcds-ainda-e-gargalo-no-brasil-confira-bons-exemplos.htm> Acesso em: 24 de nov. 2020.

BRASIL. Planalto. **Art. 93 da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991**. Lei de Cotas para PCD, 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm) Acesso em: 24 de nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Página 31, 2002. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/viewFile/2534/4057> Acesso em: 12 de set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP Nº 1/2006, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília: Conselho Nacional de Educação - Conselho Pleno, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1550/155052126005/html/> Acesso em: 06 de out. 2020.

BRASIL. Governo Federal. **Inclusão no mercado de trabalho**: Lei de cotas para pessoas com deficiência completa 29 anos. Portal de Notícias, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/julho/inclusao-no-mercado-de-trabalho-lei-de-cotas-para-pessoas-com-deficiencia-completa-29-anos> Acesso em: 24 de nov. 2020.

CAGLIARI, D. **O pedagogo empresarial e a atuação na empresa**. 2009. Disponível em: <https://www.pedagogia.com.br/artigos/pedagogo/> Acesso em: 11 de nov. 2020.

CARLOS, Vera Lúcia. **Discriminação nas relações de trabalho**. São Paulo: Macedo, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**: o capital humano das organizações. São Paulo: Atlas, 2004, p. 117.

CROMACK, E. M. P. C. **Identidade, Cultura Surda e Produção de Subjetividades e Educações**: Atravessamentos e Implicações Sociais. *Psicol. Cienc. Prof.*, Brasília, v. 24, n. 4, p. 68-77, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932004000400009>.

Disponível em: <https://revista.ufrr.br/repi/article/download/e20211/A%20INCLUS%C3%83O%20DO%20SURDO%20NO%20MERCADO%20DE%20TRABALHO%3A%20REFLEX%C3%95ES%20TE%C3%93RICAS%20SOBRE%20FATORES%20QUE%20INFLUENCIAM%20NESSE%20PROCESSO> Acesso em: 15 de dez. 2021.

DIZEU, Liliane Correia Toscano de Brito; CAPORALI, Sueli Aparecida. **A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito**. *Educ. Soc.* [online]. 2005, vol.26, n.91, pp.583-597. ISSN 0101-7330. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302005000200014> Acesso em: 13 de dez. 2021.

EXAME. **Natura supera cota legal e quer mais pessoas com deficiência**. *Negócios*, 2020. Disponível em: <https://exame.com/negocios/natura-supera-cota-legal-e-quer-mais-pessoas-com-deficiencia/> Acesso em: 13 de dez. 2021.

FONSECA, Vitor da. **Educação especial**: programa de estimulação precoce – uma introdução às idéias de Feuerstein. 2 ed. rev. Aumentada – Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e educação** – 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2002. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/37983/R%20-%20D%20-%20VANESSA%20CAROLINE%20MEZZARI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>  
Acesso em: 01 de nov. 2021.

GONÇALVES, Bruna Viana de Abreu; GONÇALVES, Douglas Baltazar; OLIVEIRA, Inanete da Rosa Silva de. **Fatores que levam os surdos a fazerem o “Turnover” nas empresas de grande porte do Sul Fluminense**, 2011.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas**. In: Educar. Editora UFPR, n. 17, p. 153 – 176. Curitiba, 2001.

LODI, A. C. B.; LACERDA, C. B. F. (org.). **Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização**. Porto Alegre: Mediação, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ifsertaope.edu.br/ojs2/index.php/semiaridodevisu/article/download/245/164> Acesso em: 13 de dez. 2021.

LONGMAN, L. V. **Memórias de Surdos**. Recife: Massangana, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ifsertaope.edu.br/ojs2/index.php/semiaridodevisu/article/download/245/164> Acesso em: 13 de dez. 2021.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da Educação e da Pedagogia**. Ed. São Paulo: Nacional, 1990. Disponível em: [http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais\\_simposio/arquivos\\_up/documentos/artigos/4175f1df5d56858cf1e2a030817f38ac.pdf](http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais_simposio/arquivos_up/documentos/artigos/4175f1df5d56858cf1e2a030817f38ac.pdf) Acesso em: 24 de nov. 2020.

MAIA, Shirley Rodrigues. **Apostila dos cursos Educação Especial e Educação Inclusiva: da Educação Infantil à Universidade e Deficiência Auditiva/Surdez- Libras**. São Paulo, 2006. Disponível em: [http://sis.posuscs.com.br/sistema/rota/rotas\\_84/1314/scorm/ultimo/pdf/pdf\\_DAS.pdf](http://sis.posuscs.com.br/sistema/rota/rotas_84/1314/scorm/ultimo/pdf/pdf_DAS.pdf) Acesso em: 26 de maio 2021.

MEZZARI, Vanessa Caroline. **A libras como elemento de acessibilidade informacional para o Surdo no mercado de trabalho**. Universidade federal do Paraná Curitiba – PR, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/37983/R%20-%20D%20-%20VANESSA%20CAROLINE%20MEZZARI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>  
Acesso em: 01 de nov. 2021.



MOSCOVICI, F. **Equipes dão certo**: a multiplicação do talento humano. 4º ed., Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1998. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/61055.pdf> Acesso em: 11 de nov. 2020.

MOURA, M. C. **O surdo**: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter/Fapesp, 2000.

MUNDO RH. **As grandes empresas que são exemplos de acessibilidade e inclusão**. Portal de Notícias. Inclusão, 2017. Disponível em: <https://www.mundorh.com.br/as-grandes-empresas-que-sao-exemplo-de-acessibilidade-e-inclusao/> Acesso em: 13 de dez. 2021.

NASCIMENTO, V. MOURA, M. C. Habilitação, reabilitação e inclusão: o que os sujeitos surdos pensam do trabalho fonoaudiológico? **Revista de Ciências Humanas**, v.52. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/download/2178-4582.2018.e49807/40082/225712> Acesso em: 20 de nov. 2021.

NATURA. **Nossa História**. Documento on-line, 2021a. Disponível em: <https://www.natura.com.br/a-natura/nossa-historia> Acesso em: 13 de dez. 2021.

NATURA. **Pioneiros dos Cosméticos no Brasil**. Documento on-line, 2021b. Disponível em: <https://www.naturabrasil.fr/pt-pt/acerca-da-natura-brasil/pioneiro-dos-cosmeticos-no-brasil> Acesso em: 13 de dez. 2021.

NATURA & CO. **Acessibilidade**, 2021. Disponível em: <https://ri.naturaeco.com/acessibilidade/> Acesso em: 15 de dez. 2021.

NEGRELLI, Maria Elizabeth Dumont; MARCON, Sonia Silva. Família e Criança Surda. **Revista Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v.5, n.1, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/download/5146/3332/> Acesso em: 13 de dez. 2021.

NOVAES, E. C. **Surdos**: Educação, Direito e Cidadania. Rio de Janeiro: Wak Ed; 2010.

PEREIRA, Vilalba do N. Andrade. **Inclusão do Surdo no mercado de Trabalho**. João Pessoa – PB, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/2961/1/VNAP08092014.pdf> Acesso em: 20 de jun. 2021.

PERLIN, Gladis. Prefácio. In: QUADROS, Ronice Muller de; PERLIN, Gladis (Orgs.). **Estudos Surdos II**. Petrópolis: Arara Azul, 2007. p. 9-13.

PIMENTA, N. **Oficina-Palestra de Cultura e Diversidade**. Anais do Seminário do INES, 19 a 21 de setembro, 2001.

RAMOS, Gabriela Peçanha. **Pedagogia Empresarial no Brasil**: uma análise da pedagogia e dos pedagogos nas empresas. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ, 2010. Disponível em: <http://www2.unirio.br/unirio/cchs/educacao/graduacao/pedagogia-presencial/GabrielaPeanhaRamos.PDF> Acesso em: 13 de nov. 2020.

RIBEIRO, A. E. do A. **Pedagogia empresarial**: atuação do pedagogo na empresa. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2007.

\_\_\_\_\_. **Temas atuais em pedagogia empresarial**: aprender para ser competitivo. 3<sup>o</sup> ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.

SANTIAGO, Larissa Meira; SANTOS, Lorena Andrade; SANTOS, Márcio Gonçalves dos; SILVA, Ione Barbosa de Oliveira. **Surdez e família**: a comunicação entre surdo e ouvinte no contexto familiar. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Anais EPLIS II, 2019. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/eventos/ieplis/wp-content/uploads/sites/38/2020/03/11-SURDEZ-E-FAM%C3%8DLIA.pdf> Acesso em: 31 de out. 2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos - 7<sup>a</sup> Edição. Rio de Janeiro: WVA, 2006. Disponível em: [https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol\\_33\\_1426199840.pdf](https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_33_1426199840.pdf) Acesso em: 15 de dez. 2021.

SILVA, N. O.; MARANHÃO, T. L. G.; NUNES, G. C. **Libras um Instrumento Facilitador**: A Importância do Psicólogo Organizacional na Inclusão de Pessoas Surdas dentro das Organizações. Multidisciplinar e de psicologia, v.14, n. 51, p. 23-39, julho/2020. DOI: <https://doi.org/10.14295/idonline.v14i51.2534>.

Disponível em: <https://revista.ufrr.br/rep/article/download/e20211/A%20INCLUS%C3%83O%20DO%20SURDO%20NO%20MERCADO%20DE%20TRABALHO%3A%20REFLEX%C3%95ES%20TE%C3%93RICAS%20SOBRE%20FATORES%20QUE%20INFLUENCIAM%20NESSE%20PROCESSO> Acesso em 15 dez. 2021.

STROBEL, Karin Lilian. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/download/2178-4582.2018.e49807/40082/225712> Acesso em: 20 de nov. 2021.

\_\_\_\_\_. História dos surdos: representações “mascaradas” das identidades surdas. In: QUADROS, Ronice; PERLIN, Gladis (Orgs.). **Estudos Surdos II**. Rio de Janeiro: Arara, 2007.

TONDINELLI, M. O. Noções básicas de LIBRAS para alunos ouvintes. In: **Os desafios da Escola Pública Paranaense na perspectiva do professor PDE**. Produções Didático-Pedagógicas. Paraná, 2016. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2016/2016\\_pdp\\_edespecial\\_uenp\\_mariaozanatondinelli.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_edespecial_uenp_mariaozanatondinelli.pdf) Acesso em: 15 de dez. 2021.

XAVIER, M. N. dos R.; XAVIER, P. F. da S. **Língua Brasileira de Sinais: marcos legais e definições teóricas**. Eixo 8 – Alfabetização, Letramento e Educação de Jovens e Adultos. Congresso Sistemas Ph, 2017. Disponível em: <http://congressos.sistemasph.com.br/index.php/cibepoc/cibepoc2017/paper/viewFile/82/118> Acesso em: 15 de dez. 2021.

## 9. A IMPORTÂNCIA DA CULTURA ORGANIZACIONAL COM FOCO NA DIVERSIDADE PARA EVITAR A DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NO PROCESSO DE SELEÇÃO DE PESSOAS

*Carlos Fernando da Silva Souza*<sup>18</sup>

*Luiz Fernando Magalhães de Almeida*<sup>19</sup>

### Introdução

Ainda hoje, a sociedade brasileira vem presenciando inúmeras cenas de discriminação no ambiente organizacional. Percebe-se que a discriminação tem impedido que uma parcela da população acesse o mercado de trabalho.

Segundo Alvarenga (2015, p.192),

Apesar de todas as conquistas sociais do último século, alguns direitos básicos dos cidadãos carecem de uma base mais sólida para serem incorporados pela população em geral, pelas esferas do Governo e pela iniciativa privada. Um desses direitos é a garantia do acesso livre ao trabalho sem discriminação.

Por exemplo, é comum o relato sobre comportamentos discriminatórios contra pessoas negras durante os processos de recrutamento e seleção de pessoas. A escolha discriminatória de profissionais se dá em virtude da cultura organizacional que não visa defender e incentivar a diversidade, permitindo que os recrutadores adotem atitudes discriminatórias e incentivem a cultura da exclusão.

Diante desse cenário, percebe-se que a discriminação racial na organização começa com o time de atração de talentos que é responsável por traçar o perfil dos candidatos para a vaga. Esses profissionais se baseiam em fenótipos convencionais ao que a mídia impõe e excluem pessoas por não representarem o perfil comercial da empresa, preferindo colaboradores de pele clara, cabelos não volumosos e traços finos.

---

<sup>18</sup> Graduando em Administração pela Faculdade São Judas Tadeu – Rio de Janeiro – RJ. Atua como estagiário de busca de executivos (HR - Research Intern) na Empresa ZRG Partenrs Brasil. E-mail: [carlosfernandodasilvasouza@yahoo.com.br](mailto:carlosfernandodasilvasouza@yahoo.com.br)

<sup>19</sup> Mestre em Engenharia de Produção pela COPPE – UFRJ. Atua como orientador e professor do curso de Graduação da Faculdade São Judas Tadeu no Rio de Janeiro – RJ. E-mail: [luizfernandoalmeida@outlook.com](mailto:luizfernandoalmeida@outlook.com)

Murari (2008) afirma que o comportamento discriminatório do empregador no processo de contratação é uma violação dos direitos das pessoas com base em critérios injustos.

O setor de Recursos Humanos (RH) é a porta de boas-vindas de uma organização. Sendo assim, a forma como este setor se apresenta diz muito sobre os valores, princípios e a cultura da organização. Geralmente, os padrões traçados para um perfil de vaga são impostos de forma intrínseca no processo seletivo com o objetivo de causar intimidação e resistência aos candidatos negros que são marcados por um sentimento de rejeição, exclusão e marginalizados da sociedade. O intuito dessa ação é levá-los à desistência desde a primeira etapa por meio do convencimento subliminar de sua incapacidade e da falta de compatibilidade com os objetivos da organização.

Dessa forma, a observação da postura de muitas empresas em relação à contratação de profissionais negros é a motivação deste estudo que visa chamar a atenção dos recrutadores para o racismo estrutural que ocorre nos processos de recrutamento e seleção e que geram a exclusão de candidatos com perfil diverso. A reflexão sobre esse tema tem o intuito de expor as exigências mentirosas criadas para gerar a desmotivação e o afastamento dos candidatos marginalizados de algumas vagas de emprego ou estágio dessas organizações.

Diante desse cenário, surge um questionamento: Como a cultura organizacional com foco na diversidade pode evitar a discriminação étnico-racial no processo de recrutamento e seleção de pessoas?

Com a finalidade de responder essa indagação, este estudo se propõe verificar se o desenvolvimento de uma cultura organizacional com base na diversidade pode contribuir para processos de recrutamento e seleção com menos distinção e exclusão de pessoas negras. O estudo propõe uma investigação sobre como a valorização da diversidade pode possibilitar a contratação de profissionais independente da sua autodeclaração racial, proporcionando a esses indivíduos oportunidades reais de desenvolvimento e ocupação de espaços antes não ocupados por profissionais de pele negra e marginalizados na sociedade.

Nesse sentido, o presente estudo pretende investigar a importância de desenvolver uma cultura organizacional baseada na diversidade a fim de que

pessoas candidatas a vagas de emprego ou estágio tenham a possibilidade de ingressar no mercado de trabalho sem distinção pela cor de sua pele.

O estudo sobre esse tema torna-se relevante, pois ainda hoje, há a necessidade de reflexão sobre o comportamento discriminatório em relação às pessoas negras que buscam crescimento profissional e, entretanto, são impedidas devido às barreiras impostas por causa do tom de sua pele. Essa discussão torna-se relevante para que as futuras gerações não presenciem mais casos de exclusão racial em processos de recrutamento e seleção pessoas e possam dar continuidade à mudança da cultura organizacional.

Sendo assim, o presente estudo é uma contribuição para que os atuais e futuros gestores de recursos humanos compreendam a importância de adotar medidas inclusivas que visam (re)estruturar uma cultura organizacional vigente que possui padrões de racismo estrutural. A implementação de programas de diversidade promovidos pela equipe de gestão com apoio do time de recursos humanos dentro das organizações é capaz de tornar o ambiente de trabalho mais saudável e produtivo, incentivando que empresas concorrentes adotem a mesma iniciativa de reciclar seus padrões antigos de gestão e de contratação de novos colaboradores.

Assim, para o desenvolvimento do presente estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os temas: discriminação racial no processo seletivo e a importância da cultura organizacional com foco na diversidade para evitar a discriminação étnico-racial no processo de recrutamento e seleção de pessoas. Os dados dessa pesquisa foram coletados em livros e trabalhos acadêmicos disponíveis na web.

## **Cultura Organizacional**

O dicionário Aurélio (2007, p. 280) define cultura como o

Ato, efeito ou modo de cultivar. 2. O complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições, das manifestações artísticas, intelectuais, etc., transmitidos coletivamente, e típicos de uma sociedade. 3. O conjunto dos conhecimentos adquiridos em determinado campo. 4. Criação de certos animais, esp. microscópicos: cultura de germes.

Não há como detalhar em datas quando surge uma cultura, mas pode-se dizer que é uma forma, sem uma explicação muito lógica e clara que vem sendo passada de geração em geração, de como se deve pensar, agir e sobre o que acreditar como certo ou errado. O conceito de cultura está voltado para essa direção de pensamento, ação e crença.

Para Daft (1999, p.243), a cultura é uma forma ou jeito que as pessoas têm de se comunicar ou portar em um ambiente na qual elas se entendem sem que seja preciso dizer em palavras como deve se proceder. A cultura está estabelecida, mas ninguém foi ensinado em palavras como deve se comportar. A rede social possui uma cultura social de como se comportar e não se é dito o que se pode ou não pode fazer ou falar. As pessoas captam a forma como devem agir e agem conforme a etiqueta da cultura.

Em relação à cultura organizacional, pode-se afirmar que esta é socialmente construída, pois onde existem pessoas, existe uma cultura que se estabelece, independentemente se essa cultura é boa ou ruim aos olhos de quem observa de fora.

Para Chiavenato (2005, p.38), a cultura organizacional está estabelecida pela forma como cada organização aprendeu a lidar com o seu ambiente organizacional. É uma mistura não tão simples que une o comportamento dos colaboradores, suas crenças, mitos, histórias, pressuposições e outras ideias que juntas têm o poder de representar a forma como a organização irá funcionar.

A cultura organizacional, em resumo, é o modo institucionalizado de pensar ou agir dentro de um ambiente organizacional. Dessa forma, pode-se afirmar que a cultura organizacional se refere ao que é valorizado ou tolerado no ambiente corporativo, sendo muitas vezes, um sinal invisível que as pessoas devem conhecer para se comportarem e agirem de acordo com a forma desejada pela organização.

Segundo Nassar (2000, p.20),

[...] cultura organizacional é o conjunto de valores, crenças, tecnologias que mantém unidos os mais diferentes membros, de todos os escalões hierárquicos, perante as dificuldades, operações do cotidiano, metas e objetivos. Pode-se afirmar ainda que é a cultura organizacional que produz junto aos mais diferentes públicos, diante da sociedade e mercados o conjunto de percepções, ícones, índices e símbolos que chamamos de imagem corporativa.

Se por exemplo, uma cultura tem um perfil mais formal ou tradicional, a explicação é que esta recebeu esse padrão que foi passado de geração em geração. Muitas vezes, não é possível informar como foi que essa cultura começou, como nasceu ou se originou, mas dentro da instituição fica nítido perceber os seus reflexos e que existe uma cultura organizacional, sendo vivenciada pela forma como os colaboradores interagem um com o outro.

Para Lima e Albano (2002), o clima organizacional é como um espelho que reflete o que a organização e seus colaboradores representam, ou seja, o que eles são e os efeitos dessa cultura pode ser percebida como um todo na instituição e na forma como as pessoas se comportam uma com as outras.

Schein (2004, p.17) define cultura organizacional como “conjunto de assunções implícitas partilhadas e tomadas como verdadeiras por um grupo, as quais determinam o modo como esse grupo percepção, pensa e reage aos seus vários ambientes”.

Para melhor compreender o conceito de cultura, podemos dizer que esta pode ser percebida pela forma como os colaboradores se vestem. Em algumas organizações, a cultura da vestimenta é mais despojada e isso se dá por um estilo mais básico, que permite o uso da calça jeans como peça fundamental na composição do visual. Em outras, voltadas para o mercado de tecnologia e criatividade, os colaboradores do sexo masculino têm a liberdade dada pela empresa de usar diariamente bermuda, não só apenas na estação do verão. O *dress code* é o código de roupa que se refere ao modo como os colaboradores da organização devem se vestir. O código de roupa não é passado de forma imposta aos colaboradores, mas de forma sutil, ou seja, de modo que todos os funcionários entendam como é baseado o *dress code*. Assim, é comum os candidatos que desejam ingressar em uma organização fazerem buscas no portal da empresa e em suas redes sociais a fim de chegarem à entrevista com um padrão de roupa que se adeque ao perfil da empresa.

Nesse cenário, percebe-se que a cultura já está instalada há anos e é mais fácil o novo contratado se moldar ao que já se é vivenciado por outros colaboradores do que esperar que uma mudança repentina aconteça na cultura organizacional.

Segundo Cameron & Quinn (1999, p.16), a cultura organizacional envolve



valores que são tidos como óbvios ou como senso-comum, são suposições subjacentes, expectativas, memórias coletivas e definições presentes em uma organização. Ela representa como as coisas são por dentro da organização. Ela reflete a ideologia dominante que as pessoas trazem dentro de suas mentes. A cultura passa um sentimento de identidade aos funcionários, fornece diretrizes não escritas e frequentemente não faladas de comportamento na organização, e melhora a estabilidade do sistema social.

Logo, entende-se que a identidade da empresa é representada por sua cultura organizacional, ou seja, a junção de valores, gostos, normas e princípios que se encontram enraizados na instituição e que determinam a estrutura e os comportamentos, gerando uma forma particular de como agir com base em determinados fundamentos com o objetivo de obter resultados específicos.

Partindo desse princípio, pode-se afirmar que em uma empresa, as decisões são tomadas com base nas crenças e valores institucionais, ou seja, na cultura organizacional. Portanto, essa cultura pode ser responsável por realizar processos de recrutamento e seleção de pessoas discriminatórios. Em outras palavras, a empresa pode excluir um candidato à vaga de emprego ou gerar desconforto no profissional recém-contratado pelo simples fato de sua cultura organizacional não estar alinhada ao perfil desse indivíduo. Por exemplo, no comércio de lojas de roupas em shoppings, pessoas e grupos são excluídos por não se encaixarem no conhecido padrão de beleza de cabelo, rosto e corpo exigido pela cultura dessas organizações. Diante desse cenário, surge um questionamento: É possível mudar uma cultura organizacional?

A mudança é possível, entretanto, esse processo precisa ser cuidadoso. De acordo com Chiavenato (2010, p.425),

Mudança representa a passagem de um estado para o outro. A mudança está em todas as partes, nas organizações, nas escolas, nas cidades, nos produtos e serviços, nas pessoas. Quando feita de maneira errada pode arruinar e até mesmo causar a falência de uma determinada empresa.

A humanidade está em constante evolução e uma cultura pode mudar ou sofrer adaptações mediante as novidades e as trocas de experiências entre os próprios seres humanos que vão aprendendo um com outros e, assim, absorvendo outras culturas. Ou seja, uma cultura vai sendo penetrada na outra aos poucos. Por exemplo, a China é um país que desenvolveu inúmeras inovações tecnológicas e possibilidades de acesso à internet, porém mantém a

sua cultura socialista intacta, impondo barreiras de acesso a *sites* com um sistema conhecido como “Grande Firewall da China”. Entretanto, há indivíduos dessa mesma sociedade que buscam a adaptação, procurando formas de ‘burlar’ esse sistema, mas preservando sua cultura tradicionalista.

A cultura é passada por meio de determinados ritos e rituais e ela tem a tendência a demorar a ser transformada justamente por estar enraizada no que as pessoas pensam, acreditam e como se comportam. O mesmo acontece nas organizações. Por exemplo, se uma instituição está acostumada a tomar decisões de uma determinada forma, fazendo uso de certo modelo de raciocínio e ação, a mudança se torna uma tarefa difícil e lenta.

Salles e Vilas Boas (2007) destacam que para a mudança de uma cultura organizacional, a empresa deve discutir como se dará esse processo e compreender os impactos e as contribuições.

A partir desse entendimento, pode-se dizer que a cultura organizacional independente de ser tradicional ou não, possui raízes profundas que não se podem ser arrancadas de forma fácil. A mudança da cultura organizacional é uma decisão que precisa ser bastante discutida, pois caso esta seja imposta pelos gestores e realizada de forma repentina, pode gerar consequências danosas à empresa. Entende-se que a mudança precisa ser gradual para que aos poucos a nova cultura seja incorporada no pensamento e comportamento dos colaboradores.

## **Cultura Organizacional com foco na diversidade**

A cultura em algumas empresas é tão forte que dificilmente se cogita a possibilidade de uma transformação. Compreende-se que o meio influencia os colaboradores e a força dessa influência organizacional dita o comportamento dos funcionários nos atendimentos aos clientes, no enfrentamento de desafios, no atingimento de metas, na gestão, na liderança e até como essa cultura na organização é repensada.

Segundo Adizes (1990), o que faz uma organização ter longevidade é entender que ela passa por ciclos da vida como os seres vivos que começam pelo nascimento, passam pela juventude, alcançam a maturidade e terminam ou renovam-se com o envelhecimento. Portanto, o ponto mais alto ou

culminante é a maturidade, quando a empresa alcança a plenitude e atinge o ponto de equilíbrio.

Quando se fala em mudança de cultura organizacional, pode-se afirmar que este não é um processo simples, uma vez que a cultura é construída por diversas pessoas ao longo dos anos. A mudança de uma cultura é um processo longo e delicado. A mudança de uma cultura de estrutura rígida e tradicional, mesmo que seja simples, pode levar em média até três anos para que essa mudança seja concretizada, justamente pela organização ser formada de pessoas e seus conceitos, valores e costumes estarem atrelados a essa cultura organizacional por muito tempo.

Thomas Jr. (1990) explica que a mudança organizacional envolve uma mudança comportamental de todos os envolvidos e que esta não é uma tarefa fácil, pois algumas pessoas se prendem a paradigmas ultrapassados.

É importante entender que como a cultura é construída por pessoas, também pode ser reestruturada por pessoas. Vale destacar que se a cultura da organização não anda em conformidade com os tempos atuais em que o mundo se encontra, é necessário que a cultura seja modificada para que o funcionamento da empresa não seja prejudicado por processos enrijecidos. Assim como pessoas sofrem mudanças forçadas ou espontâneas, as organizações podem vivenciar essas mudanças para que pontos rígidos e tradicionais aprendidos ao longo dos anos deem espaço para uma nova forma de pensar, a partir da interação entre colaboradores, gestores e, conseqüentemente, entre clientes internos e externos.

Para que a cultura organizacional desejada seja estabelecida na empresa, é necessário que os objetivos e metas que serão inseridos entrem em harmonia de maneira simultânea com os interesses da empresa e dos colaboradores. É importante que todos os desejos sejam levados em consideração de modo que todos sejam contemplados com os seus interesses pessoais que se unem no conjunto, tanto organização quanto colaborador. É importante entender que o principal instrumento de mudança é o capital humano da empresa, que precisa ter seus desejos pessoais também atendidos juntamente aos da organização.

A forma como as empresas se posiciona no mercado de trabalho como marcas empregadoras é a pauta atual, pois agora não são somente as

organizações que escolhem quem serão os seus colaboradores, mas os candidatos também procuram as melhores empresas para se trabalhar e esse critério está muito ligado à cultura organizacional com foco na diversidade. Esse perfil de empresa, onde a diversidade é uma parte integrante da cultura corporativa reforça o conceito de empregador preferencial (ALMEIDA, 2008).

Segundo Almeida (2008, p.15),

A mudança no perfil dos profissionais influenciou as políticas de seleção e obrigou as organizações a repensarem seus conceitos de retenção para garantir que seu quadro funcional seja o mais adequado à sua estratégia de negócios. Essa adequação das organizações às novas exigências da força de trabalho acabou por gerar um novo conceito, o de empregador preferencial. Ser um empregador preferencial é a condição de uma organização capaz de atrair e reter os empregados com os melhores desempenho, de ser almejada por aqueles que estão fora e altamente valorizada por toda a sua força de trabalho.

Se o candidato percebe que a empresa não é aberta para recrutar e selecionar pessoas que possuem padrões que são diversos na sociedade e que se enquadram em grupos de comunidade marginalizadas, essa é uma empresa que começa a ser vista como um ambiente não ideal para se construir uma carreira, uma vez que adota padrões tradicionais de exclusão do diferente.

Segundo Thomas Jr. (1990, p.11),

[...] diversidade e oportunidades iguais, são um grande passo para as organizações. Isto pressupõe que a cultura do “homem branco” deixou espaço para a visão de que deve haver respeito às diferenças e individualidades”. Isso não quer dizer que será dada às minorias a chance de se mostrarem competitivas e sim, deve ser criada a visão de que todos têm que se mostrar competitivos igualmente.

Para Thomas Jr. (1996), a gestão da diversidade dentro das organizações é fundamental, pois é ela que irá permitir que cada colaborador tenha um desenvolvimento completo do seu potencial enquanto profissional para alcançar os objetivos da empresa e não irá se prender ou ser reduzido à militância de ações antidiscriminatórias. A organização que se preocupa com a pauta da diversidade traz liberdade ao funcionário de modo que este não precise a todo momento provar as suas capacidades profissionais por conta de sua diversidade em relação à cor de pele, olhos, sexual e outras.

Segundo Alves & Silva (2004, p.21),

um bom gerenciamento da diversidade de pessoas nas organizações conduziria à criação de vantagem competitiva, o que, em tese, elevaria o desempenho da organização no mercado, tendo em vista a influência positiva de um ambiente interno multicultural, com membros de distintas experiências e habilidades [...]

A cultura organizacional com foco na diversidade tem a função de também ensinar aos colaboradores que estão em posições privilegiadas dentro das organizações e na sociedade o respeito ao próximo. É através da história que conseguimos identificar quais são os perfis de pessoas que sempre estiveram em posições privilegiadas como pessoas de pele branca, cabelos loiros, olhos claros e magras. A diversidade tem o papel de incluir todos os que são diversos em posições que eram cativas a um grupo padrão.

Para Trevisan (2000), essa atitude aumenta o respeito, levando em consideração às diferenças que as pessoas possuem e isso faz com que seja estabelecida uma relação de trabalho mais flexível e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento da organização como um todo.

A partir dessa investigação, percebe-se que a diversidade nas organizações visa incluir pessoas e abolir todo tipo de exclusão às pessoas que não eram reconhecidas como dentro do padrão estabelecido pela sociedade e organizações. O foco é colocar pessoas marginalizadas da sociedade em posições que antes não podiam ser ocupadas e gerar respeito e tolerância a todos os grupos e suas comunidades para um mundo melhor e mais inclusivo, independentemente de cor de pele, fenótipo, religião, preferência sexual e diversos.

## **Discriminação étnico-racial**

O conceito de discriminação é denominado por toda atitude que exclui pessoas, separa e as inferioriza por conceitos preestabelecidos. A discriminação tem como objetivo impedir que pessoas semelhantes a outras pessoas tenham acesso livre de ir e vir a lugares e pessoas, privando-as de sua liberdade como ser humano de viver sem serem menosprezadas por padrões impostos pela sociedade que rejeita pessoas, geralmente oriundas de classes sociais mais baixas, obesas, pertencentes à população lgbtqi+, negros, nordestinos, outras etnias, religiões e outros grupos que compõem a sociedade.

Cavalleiro (2006, p.26) aponta que

A discriminação racial opera, na nossa sociedade, como um processo que acarreta inúmeras desvantagens para o grupo negro e para toda a sociedade brasileira, direta ou indiretamente. Compreende-se que o reconhecimento positivo das diferenças étnicas devem ser proporcionado desde os primeiros anos de vida.

O Dicionário Aurélio (2007, p.321) define discriminação como “Ato ou efeito de discriminar. 2. Tratamento preconceituoso dado a indivíduos de certos grupos sociais, étnicos, etc”.

O respeito ao ser humano é uma espécie de etiqueta social invisível que não permite que uma pessoa seja tratada de forma inferior a outra por possuir gênero sexual, cor de pele ou olhos, cabelo, biótipo corporal, religião ou candidato político diferente de outra. O ato de abordar um ser humano de forma a fazê-lo se sentir inferior por sua condição de ser diferente, é denominada por discriminação.

A discriminação tem como base de estudo a neurociência que já comprovou que o julgamento é algo inato do ser humano. Todas as pessoas julgam e são julgadas o tempo todo e o julgamento acontece a partir da experiência de vida. Se tudo o que uma pessoa faz é pela lente da sua própria vivência e, nesse contexto, se ela vive em um ambiente corporativo, onde mulheres, negros e a comunidade lgbtqia+ não têm espaço, é provável que quando essa pessoa se deparar com uma realidade diferente da qual está acostumada a lidar, terá um olhar crítico, ou seja, de julgamento em relação à realidade diferente do que se apresentou a ela anteriormente.

A discriminação racial e étnica, segundo Naik (2003), continua sendo os maiores problemas que os direitos humanos enfrentam na atualidade, alcançando tanto as minorias quanto grupos maiores como populações inteiras. A maior parte da atenção internacional está direcionada ao Apartheid na África do Sul, extinto em 1994. Porém, a luta contra o ódio étnico e racial teve continuação durante a década de 1990, que de forma violenta foi acometida pelos piores conflitos étnicos jamais vistos nos Bálcãs e na região dos Grandes Lagos na África.

O ataque a pessoas que possuem padrões diferentes dos impostos como corretos ou a serem seguidos pela sociedade tem se tornado cada vez mais frequentes. Essas pessoas que estão fora do padrão imposto pela sociedade se enquadram em um grupo ou comunidade, o que faz com que elas

fiquem cada vez mais isoladas e componham um nicho. Por serem minoria, encontram grande dificuldade para combater a discriminação por parte de grupos que são maiores e historicamente mais fortes. Esses grupos têm fortes origens de onde provém a discriminação às comunidades que são marginalizadas da sociedade.

Segundo Rodrigues (2008), o fato de uma pessoa possuir fenótipo, religião ou gosto sexual diferente de outrem tem sido motivo para rejeitá-la, expô-la e vetá-la de convívio natural com outras pessoas.

A neurociência abona a culpa do julgamento inato que todo ser humano e traz a justificativa de que o juízo que as pessoas fazem umas das outras é o resultado do acúmulo de suas experiências pessoais. É a partir desse julgamento inato, o indivíduo escolhe se o preconceito se transformará em discriminação ou não. É nesse ponto de decisão que se cria a discriminação de determinados grupos que passam a ser marginalizados da sociedade por não se enquadrarem dentro dos padrões que algum grupo líder estabeleceu como padrão correto.

Portanto, entende-se que é uma escolha de todo ser humano não usar seus pré-conceitos que são inatos e colocá-los em ação, gerando a exclusão de pessoas ou grupos. O preconceito é interno, e quando externalizado, entra em ação o ato de discriminação.

Segundo Rios (2007, p.28), o preconceito envolve “percepções mentais negativas em face de indivíduos e de grupos socialmente inferiorizados” e a discriminação diz respeito às “atitudes arbitrárias, comissivas ou omissivas, relacionadas ao preconceito, que produzem violações de direitos dos indivíduos”.

Segundo Bento (1992), o preconceito é uma atitude que viola ao mesmo tempo três regras que são básicas: a norma da racionalidade, a da afeição e da justiça. Portanto, é muito mais do que apenas um pré-julgamento ou uma simples intolerância.

Logo, entende-se que a discriminação é pautada na pós da preconceção que se estabelece por determinada pessoa ou grupo e que ocorre quando os padrões firmados como corretos pela sociedade são quebrados por pessoas ou grupos que não se enquadram nos moldes enraizados por grupos líderes do meio em que se vive e que impõe

estereótipos de beleza, vestimenta, classe social, religião e etnia. É a partir dessa mudança que a discriminação ocorre com o fim de diminuir, denegrir, excluir e pôr a parte do convívio natural da sociedade e de direito de qualquer pessoa, pelo fato da mesma se manifestar de forma diferente do que foi pré-estabelecido pela lente individual de cada ser humano que possui um viés inconsciente do que se aprova ou reprova.

## **Discriminação étnico-racial no processo de recrutamento e seleção de pessoas**

A discriminação étnico-racial no processo de recrutamento de pessoas pode acontecer de diversas formas, inclusive por meio de currículos que não são aprovados nas triagens por se descobrir que se trata de um candidato negro, por exemplo. Logo, entende-se que a discriminação de negros em processos de seleção de pessoas pode acontecer de forma passiva ou ativa, sendo a exclusão desses candidatos a forma mais comum.

Segundo Farah (2014), a discriminação no processo de recrutamento ocorre quando características físicas são exigidas como pré-requisitos profissionais, rejeitando um candidato, por exemplo, por cor de sua pele.

Algumas empresas optam por realizar o processo de recrutamento por meio da análise de currículos com fotos anexadas de modo que na triagem, seja feita a escolha dos indivíduos que serão encaminhados para as próximas etapas do processo de seleção de pessoas, considerando apenas as aparências físicas e não as qualificações profissionais e experiências anteriores dos candidatos.

De acordo com Chiavenato (2004), o recrutamento é a junção de técnicas que são usadas como isca para peixes com o objetivo de atrair candidatos que possuem o perfil e qualificações profissionais para ocupar a vaga de uma determinada organização.

Portanto, percebe-se que muitos processos de recrutamento ocorrem de forma injusta e inadequada, uma vez que o candidato não deveria sofrer discriminação por seu estereótipo e nem outro tipo de exclusão devido às



características físicas e de natureza, a não ser por requisitos profissionais e de experiências exigidas para o cargo almejado.

Segundo Hanashiro e Pereira (2007), o ser humano é diverso em cor de pele, de olhos, religiões, fenótipos, ideologias, gostos sexuais e outros, e essa diversidade não pode ser motivo para que um grupo seja tratado de forma melhor ou pior. Pelo contrário, todos deveriam ser vistos como potenciais para dar suporte de ajuda no que difere um do outro, formando uma sociedade mais respeitosa e mais colaborativa no ambiente corporativo. A diversidade não é a certeza da não capacidade profissional de um indivíduo. A sua qualificação profissional não se manifesta por sua característica física.

Um das formas mais práticas de analisar se a organização está adotando medidas de combate racial para mudar uma realidade, que em tempos anteriores jamais seria combatida, é observar se na triagem, há um equilíbrio entre a quantidade de envios de currículos de pessoas brancas e negras. Em caso de desequilíbrio, torna-se necessária a adoção de medidas práticas de investigação sobre o porquê pessoas negras não se candidataram aos processos seletivos da organização.

Nesse caso, muitos motivos podem existir e alguns deles estão vinculados à imagem que a organização faz questão de estampar, ou seja, de uma empresa que exclui pessoas diversas de seus processos de recrutamento e seleção de pessoas. Observando o perfil discriminatório da empresa, muitas pessoas negras não enviam seus currículos, pois não se identificam com a cultura organizacional, que realiza de forma camuflada a triagem de candidatos brancos e negros, sempre descartando a hipótese de contratação de pessoas negras.

Milkovich e Boudreau (2006, p.194) afirmam que “é no recrutamento que começa a montagem de um quadro de pessoal diversificado, tendo em vista atingir objetivos antidiscriminatórios [...]”.

Portanto, observa-se que o setor de recursos humanos é a porta de entrada da empresa e este é responsável pelo processo de recrutamento e seleção de pessoas a fim de gerar um quadro mais diverso e inclusivo de colaboradores, tendo como objetivo diminuir os atos discriminatórios por conta de uma cultura histórica de rejeição a todo padrão que a sociedade não elegeu como o correto de ser e se seguir.

Portanto, é por meio do processo de recrutamento e seleção que a organização tem a oportunidade mudar a imagem da organização para um ambiente em que as pessoas almejem construir uma carreira profissional por ser uma empresa que visa a inclusão de pessoas diversas e que caminha junto com a evolução do mundo, valorizando a aceitação de tudo o que é diverso.

Segundo Silva Neto (2005), para evitar práticas discriminatórias no ambiente organizacional é fundamental investir em uma mudança de cultura quanto à diversidade.

Percebe-se que quando o candidato, que se declara negro e assim o é por seu fenótipo, resolve ultrapassar as barreiras impostas por algumas organizações, conseguindo chegar à etapa da entrevista, continua enfrentando o pré-conceito e a discriminação de forma mais elaborada. Nesses casos, é comum identificar situações criadas para o desestabilizar e, até mesmo, fazê-lo desistir, por meio de perguntas constrangedoras que buscam identificar se o candidato tem o seu nome irregular juntos aos órgãos de crédito ou se este possui passagens criminais. Todas essas perguntas em nada avaliam as qualificações profissionais do candidato e suas experiências anteriores que possam contribuir para o cargo em disputa, mas têm como fim eliminá-lo do processo de seleção sem que a empresa assim, o faça diretamente e abertamente.

Logo, é fundamental que o selecionador tenha cuidado com as perguntas direcionadas aos candidatos, buscando sempre evitar perguntas que quebrem a privacidade e não agreguem valor à etapa de seleção de pessoas, que visa identificar se o candidato tem o perfil exigido da vaga ou não.

Nesse contexto de perguntas invasivas, Milkovich e Boudreau (2006, p.210) comentam sobre um caso que ocorreu em uma cadeia de lojas varejistas da Califórnia:

[...] a Target, exigiu que os candidatos a vagas de confiança passassem por um teste que pedia respostas falso/verdadeiro para frases do tipo: “sou fascinado por fogo”, “sinto-me fortemente atraído (a) por pessoas do mesmo sexo”, ou “tenho completo controle sobre o funcionamento dos meus intestinos”. Esse teste foi aplicado de 1987 a 1991, apesar de um processo movido por um grupo de candidatos que alegava invasão de privacidade e discriminação em 1989, a empresa teve que pagar mais de 2 milhões de dólares, sem que tivesse admitido sua responsabilidade ou culpabilidade.

A partir dessa perspectiva, pode-se dizer que é importante que os

recrutadores tomem medidas de cautela em processos de recrutamento e seleção de pessoas, principalmente, com a população negra que carrega uma história pesada de rejeição, escravidão e impedimento de ocupar espaços majoritariamente delegados às pessoas de pele branca.

Observa-se que em busca de uma vaga de emprego, pessoas de pele branca tendem a ser preferidas em relação às pessoas de pele negra e, por isso, diz-se que brancos são privilegiados por nunca precisarem provar suas qualificações profissionais, enquanto negros precisam provar sempre além do que realmente são.

Freitas (2020, p.16) diz que “[...] as organizações que buscam se manter em um mundo cada vez mais competitivo precisarão lidar com a complexidade da hibridez cultural que caracterizará as organizações multiculturais.”

Silva (2021) destaca que a diversidade de pessoas no ambiente de trabalho é um tema que deve ser amplamente discutido por gestores de RH, pois é fundamental construir uma organização mais social e justa, capaz de privilegiar a diversidade tanto no ato de recrutar e selecionar pessoas quanto nas atividades laborais cotidianas.

Portanto, pode-se compreender que o estudo desse tema revela que ainda hoje, no século XXI, a população negra se encontra em desvantagem em vários aspectos da vida, inclusive em processos de recrutamento e seleção de pessoas que está ligado diretamente à ascensão profissional do indivíduo.

A cultura organizacional tem uma importância fundamental na redução gradativa das diferenças ocasionadas pela discriminação – seja essa discriminação de qualquer tipo. Johann (2004) afirma que a maioria das pessoas nas organizações encontra-se condicionada a um mundo mecanicista e sistêmico. Por outro lado, culturas organizacionais densas podem ser adaptativas e incorporar novas demandas da sociedade onde estão inseridas.

Johann (2004, p.42) aborda a cultura densa e adaptativa:

[...] no passado recente, as empresas dotadas de cultura corporativa densa – com alto grau de valores compartilhados pelas pessoas – pareciam abençoadas pelos céus. Hoje, contudo, para tornar-se uma vantagem competitiva autossustentável, a cultura organizacional deve ser densa, mas, ao mesmo tempo, adaptativa.

Portanto, entende-se que a discussão da inclusão como fator essencial para uma cultura organizacional adaptativa torna-se fundamental para

organizações que buscam uma continuidade nos ganhos de forma socialmente sustentável.

## Considerações Finais

A partir do estudo dessa literatura, verificou-se que a discriminação étnico-racial ainda está presente tanto no processo de recrutamento e seleção de pessoas quanto no cotidiano organizacional. Mesmo quando o candidato é aprovado em todas as etapas do processo de seleção, ele pode vir a enfrentar barreiras discriminatórias antes da contratação e no convívio organizacional. Observa-se que mesmo com competências técnicas, certificações e diplomas e ainda competências comportamentais de uma pessoa negra para exercer determinada profissão, sua qualificação é constantemente posta em descrédito. Essas situações podem levar esses indivíduos ao desligamento do emprego conquistado e até, em alguns casos, à desistência da profissão. Além do profundo dano que essas práticas discriminatórias têm sobre as pessoas, percebe-se o aumento no *turnover* e perda de inteligência organizacional, que também são nocivos para as organizações.

Verifica-se que a cultura organizacional com foco na diversidade é uma ferramenta importante para promover a inclusão de pessoas negras no mercado de trabalho e evitar práticas discriminatórias no ambiente profissional. A formação de uma cultura organizacional capaz de se adaptar à demanda da sociedade é positiva tanto para a população negra quanto para as próprias organizações.

Essa investigação também revelou que a discriminação étnico-racial ainda está presente na cultura organizacional de muitos ambientes de trabalho, sendo identificada desde o processo de recrutamento e seleção de pessoas, quando os colaboradores da área de recursos humanos selecionam pessoas de acordo com o estereótipo padrão de pessoas de pele branca e não consideram suas qualificações profissionais.

Portanto, o presente estudo é uma contribuição para promover um maior investimento na cultura organizacional voltada para a diversidade como ferramenta capaz de transformar a postura discriminatória de muitas empresas

que acreditam na competência intelectual e profissional de uma pessoa de acordo com a cor de sua pele. Em outras palavras, esse estudo propõe uma reflexão sobre a importância da inclusão no ambiente organizacional, uma vez que independente de diferenças de cor de pele, deficiência física, religiosa ou sexual, as pessoas precisam aprender a se relacionarem com a diversidade de forma saudável.

## Referências

ADIZES, Ichak. **Os ciclos de vida das organizações**: como e por que as empresas crescem e morrem e o que fazer a respeito. Tradução Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Guazzelli, 1990.

ALMEIDA, Luiz Fernando. **Reconhecimento e Recompensa**. Rio de Janeiro, Editora Qualitymark, 2008.

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. Discriminação Racial e Assédio Moral no trabalho. **Revista do TRT10**, 2015. Disponível em: [https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/130661/2015\\_alvarenga\\_rubia\\_discriminacao\\_racial.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/130661/2015_alvarenga_rubia_discriminacao_racial.pdf?sequence=1&isAllowed=y) Acesso em: 10 de fev. 2022.

ALVES, Mario Aquino; SILVA, Luis Guilherme Galeão. A Crítica da Gestão da Diversidade nas Organizações. **Revista ERA**. Volume 44, nº3. São Paulo, 2004.

AURÉLIO, Dicionário. **Cultura**. Editora positivo. Local Curitiba, 2007, p.280.

AURÉLIO, Dicionário. **Discriminação**. Editora positivo. Local Curitiba, 2007, p.321.

BENTO, M. Aparecida Silva. **Resgatando a minha bisavó**: discriminação racial no trabalho e resistência na voz dos trabalhadores negros. Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 1992.

CAMERON, K. S.; QUINN, R. E. **Diagnosing and changing organizational culture**: based on the competing values framework. Reading: Addison-Wesley, 1999.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2006.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas**: o Novo Papel dos Recursos Humanos nas Organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

\_\_\_\_\_. **Gerenciando com as pessoas** - Transformando um executivo em um excelente Gestor de Pessoas. Rio de Janeiro: E. Elsevier, 2005.

\_\_\_\_\_. **Comportamento organizacional**, a dinâmica do sucesso das organizações. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

DAFT, Richard L. **Teoria e projeto das organizações**. Tradução Dalton Conde de Alencar. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

FARAH, F. **Ética da seleção de pessoas**: discriminação nos processos seletivos, 2014. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/flaviofarah/tica-da-seleo-de-pessoas-discriminacao-nos-processos-seletivos-32760404> Acesso em: 2 de dez. 2021.

FREITAS, Nicolli Bassani de. **O olhar da diversidade a partir da perspectiva dos profissionais de Gestão de Pessoas**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestrado em Administração. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/213682/001118270.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 02 de mar. 2022.

HANASHIRO, D. M.; PEREIRA, J. B. C. A Gestão da Diversidade: Uma Questão de Valorização ou de Dissolução das Diferenças? In: **XXXI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**. Anais...Curitiba: ANPAD. 22 a 26 de setembro de 2007.

JOHANN, Sílvio Luiz. **Gestão da Cultura Corporativa**. São Paulo, Editora Saraiva, 2004.

LIMA, S. M. B.; ALBANO, A. G. Um estudo sobre Clima e Cultura Organizacional na concepção de diferentes autores. **Revista CCEI - URCAMP**, v.6, n.10, p. 33-40 - ago., 2002.

MILKOVICH, G. T.; BOUDREAU, J. W. **Administração de Recursos Humanos**. São Paulo: Atlas, 2006.

MURARI, Marlon Marcelo. **Limites constitucionais ao poder de direção do empregador e os direitos fundamentais do empregado.** O equilíbrio está na dignidade da pessoa humana. São Paulo: LTr, 2008.

NAIK, Amista. **Os Direitos de Minorias Étnicas e Raciais**, 2003. Disponível em:

[https://hrea.org/?doc\\_id=700](https://hrea.org/?doc_id=700) Acesso em: 30 de jun. 2021.

NASSAR, Paulo. História e cultura organizacional. In: **Revista Comunicação Empresarial** - nº36, 2000.

RIOS, R. R. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: POCAHY, F. **Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea.** Políticas, teorias e atuação. Porto Alegre: Nuances, 2007.

RODRIGUES, Luís. **O que é a Discriminação**, 2008. Disponível em: <http://agorasocial.wordpress.com/2008/03/18/o-que-e-a-discriminacao/> Acesso em: 30 de jun. 2021.

SALLES, Maria Aparecida Magalhães; VILAS BOAS, Ana Alice. **Contribuições da Mudança de Foco da Cultura Organizacional para a qualidade de Vida no Trabalho: da Produção para Pessoas.** 2007. Disponível em: [https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos06/790\\_Artigo%20SEGeT%20Contribuicoes.pdf](https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos06/790_Artigo%20SEGeT%20Contribuicoes.pdf) Acesso em: 05 de fev. 2022.

SCHEIN, E. H. **Organizational Culture and Leadership** (3ª ed.). San Francisco, Estados Unidos: Jossey Bass, 2004.

SILVA, Marcos Vinícios Rodrigues da. **A questão da desigualdade racial e a administração de Recursos Humanos em duas indústrias alimentícias goianas.** Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Gestão de Negócios – Curso de Administração, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1926/1/MARCOS%20SILVA%20-%20REDA%C3%87%C3%83O%20FINAL%20TCC.pdf> Acesso em 12 de jan. 2022.

SILVA NETO, Manoel Jorge e. **Direitos fundamentais e o contrato de trabalho.** São Paulo: LTr, 2005.

THOMAS Jr., R. R. **From affirmative action to affirming diversity.** Harvard Business Review, v. 68 p.107-118, Março-Abril, 1990.

\_\_\_\_\_. **Redefining diversity.** New York: Amacom, 1996.

TREVISAN, L. **Interculturalidade no ambiente empresarial**: relações entre brasileiros e estrangeiros na Volkswagen / Audi de São José dos Pinhais – PR. Dissertação de Mestrado.195. CEFET Paraná. Curitiba, 2000.



## 10. O PAPEL DA CONTROLADORIA E SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DECISÓRIO DOS GESTORES

*Jonathan Cassiano do Nascimento Cavalcanti*<sup>20</sup>

*José Fernandes da Costa*<sup>21</sup>

### Introdução

O atual cenário do mercado de trabalho encontra-se cada vez mais competitivo e, com isso, torna-se necessária maior agilidade e assertividade nas tomadas de decisões por parte dos gestores. Percebe-se que a falta de relatórios gerenciais com informações importantes impede que muitos gestores tomem decisões de forma assertiva e imediata diante de um conflito.

Assim, tomadas de decisão equivocadas ou tardias são responsáveis pela dificuldade dessas empresas atingirem os objetivos estipulados. Nesse sentido, levanta-se a presente temática deste artigo: Como as dificuldades no processo decisório dos gestores podem ser minimizadas, utilizando a controladoria como ferramenta auxiliadora na tomada de decisão?

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo investigar a importância da controladoria para minimizar as dificuldades cotidianas dos gestores em relação ao processo de tomada de decisão, destacando sua necessidade e propondo uma definição mais assertiva dos assuntos, com base em ferramentas e conhecimentos técnicos de um especialista, tornando assim, esse processo mais eficaz a curto, médio e longo prazo.

O tema apresentado para o desenvolvimento do artigo motivou-se pela observância em determinadas empresas que não utilizam a controladoria como ferramenta auxiliadora nas tomadas de decisões, tornando esse processo mais difícil, tardio e equivocado em determinados assuntos e gerando, assim, um fardo para o gestor e o tomador de decisão da empresa. Assim, visando aperfeiçoar o processo decisório, este estudo propõe uma tomada de decisão

---

<sup>20</sup> Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade São Judas Tadeu – Rio de Janeiro – RJ. E-mail: [jonathancassiano97@gmail.com](mailto:jonathancassiano97@gmail.com)

<sup>21</sup> Mestre em Contabilidade Gerencial pela FUCAPE Business School. Atua como orientador, professor e coordenador do curso de Ciências Contábeis da Faculdade São Judas Tadeu no Rio de Janeiro – RJ. E-mail:

otimizada, concisa, eficiente e breve por meio da controladoria, embasada em relatórios gerenciais fidedignos.

Portanto, o estudo torna-se valioso, pois destaca a importância do papel da controladoria como ferramenta fundamental e auxiliadora no processo decisório dos gestores, tendo em vista que muitas empresas, principalmente de pequeno e médio porte costumam vivenciar muitos prejuízos devido às decisões equivocadas ou tardias por parte da direção. Diante de um mercado cada vez mais exigente e concorrido, a controladoria torna-se essencial para promover, a partir de relatórios gerenciais fidedignos, maior otimização do tempo e assertividade na tomada de decisão.

Por fim, o estudo propõe uma reflexão sobre a contribuição da controladoria para os tomadores de decisões, sejam eles gestores, diretores ou gerentes, promovendo o incentivo de parecer técnico mais acertado em curto prazo.

Para alcançar o objetivo proposto neste artigo, será desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, que se caracteriza como qualitativa e descritiva, além de um estudo de caso.

Prodanov e Freitas (2013, p.54) afirmam que a pesquisa bibliográfica tem o objetivo de conectar o pesquisador com o autor sobre determinado assunto investigado. Esta é elaborada por meio de materiais já publicados como: livros, jornais, monografias, teses, artigos científicos disponíveis em bibliotecas e na internet. Ressaltando sempre a importância de o pesquisador confirmar a veracidade das informações e possíveis conflitos entre obras já escritas.

Gerhardt e Silveira (2009, p.32) afirmam que a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento do entendimento de determinado assunto e discorda de um modelo único de pesquisa. Utiliza-se de diversas abordagens e pontos de vistas de autores e não busca a prova dos fatos, mas sim expor diferentes posicionamentos a fim de propor a interação entre os autores e os respectivos temas.

Oliveira (2011, p.23) diz que o método descritivo de pesquisa se caracteriza por analisar a frequência da ocorrência de determinado assunto e verificar sua conexão; buscam descrever características e relações do assunto

investigado e favorecem a transparência do possível problema e sua possível solução.

O estudo de caso, segundo Yin (2010), é a metodologia empírica e real aplicado às pesquisas, utiliza-se de dados qualitativos retirados da vivência diária dos profissionais, caracteriza-se por um estudo detalhado, objetivo e exaustivo, visando obter conhecimentos aprofundados de determinada área, favorecendo na investigação de novos conceitos utilizados na prática.

Assim, foram realizadas pesquisas em livros, artigos e trabalhos acadêmicos com a finalidade de comprovar a importância da controladoria dentro da empresa, seja ela de micro, pequena, média ou de grande porte. Além disso, foi realizada uma análise de situações vivenciadas entre gestores e subordinados a fim de identificar problemas cotidianos que poderiam ser evitados, utilizando os relatórios fornecidos pelo setor de controladoria para tomadas de decisões mais assertivas.

## Controladoria

O conceito de controladoria deu-se no início do século XX, após uma crescente fusão entre empresas no mundo corporativo. Desde então, a necessidade de controle interno mais rigoroso e centrado em um só departamento se tornou uma tendência, que com o passar dos anos, foi comprovada sua eficácia e importância.

Souza e Borinelli (2009, p.11) definem a controladoria como: “[...] um conjunto de conhecimentos que se constituem em bases teóricas e conceituais de ordem operacional, econômica, financeira e patrimonial, relativas ao controle dos processos de gestão organizacional”.

Segundo Oliveira, Perez e Silva (2011), a controladoria atua no planejamento, implementação e sustentação do sistema integrado de informações, sejam elas financeiras, operacionais e contábeis, com capacidade sobre receitas, despesas, social e outros da instituição, sendo fundamental para otimizar o resultado global da empresa, pois é capaz de centralizar as informações necessárias para a tomada de decisão dos gestores.

Santos (2012) diz que a controladoria se define por um grupo de princípios, métodos de avaliação e procedimentos gerenciais que são oriundos das ciências econômicas, psicologia, administração e, principalmente, das ciências contábeis, visando a maior eficácia das tomadas de decisão das organizações com fins lucrativos ou não e também em entidades do setor público.

Padoveze (2010) afirma que a controladoria é o setor responsável por informações contábeis e gerenciais da empresa. Tem seu objetivo voltado para a continuidade da empresa, assegurando seu resultado global e atuando em todas as etapas do processo de gestão, além de estar vinculado diretamente à legislação fiscal vigente e aspectos societários.

Portanto, o setor controladoria é fundamental, pois atua diretamente com os diretores, CEOs, presidentes e gerentes das empresas, auxiliando na tomada de decisões. Se utilizado corretamente, a controladoria pode potencializar o crescimento contínuo da instituição e favorecer futuras auditorias internas, pois quanto maior o controle interno, menor o grau de irregularidades.

**Figura 1 – Estrutura da controladoria**



**Fonte:** Coelho, Lunkes e Machado, 2012.

A Figura 1 apresenta a posição do setor controladoria dentro da organização, sendo de extrema importância, pois lida diretamente no planejamento, organização e controle da empresa.

Souza (2010) diz que a controladoria direciona e ajuda o gestor a tomar decisões, ocupa-se da gestão econômica empresarial e está ligada diretamente

à alta direção, sendo responsável pelo processo decisório, processo informacional e controle, garantindo que ocorra conforme o planejamento.

Contudo, a má administração/gestão devido à falta de acesso às informações que um relatório gerencial pode proporcionar é o principal motivo que leva muitas empresas, em sua grande maioria, as Micros e Pequenas Empresas (MPEs), à falência.

Nesse sentido, entende-se que o planejamento e o controle são umas das principais funções da controladoria. A ausência dessas atribuições pode levar ao descontrole do caixa da empresa, elevando a chance de dificuldades financeiras da empresa e, por consequência, sua falência.

Segundo Melo (2010), tomar decisões sem informações gerenciais precisas do setor financeiro se encontra entre os dez principais erros que levam as MPEs à falência.

Para Batista *et al.* (2012), a falta de orientação do profissional da área de planejamento estratégico, suporte contábil e suporte jurídico estão entre os principais motivos de falência das MPEs.

Nascimento *et al.* (2013, p.265) reafirmam que fatores relacionados à gestão das MPEs são os principais causadores de mortalidade das empresas e reforça que quanto maior a falta de competência gerencial e de informações gerenciais, maiores são as chances das micros e pequenas empresas terem seu encerramento precoce.

Portanto, percebe-se o quão crucial é a controladoria para a saúde e continuidade da empresa. Com o mercado cada vez mais competitivo e dinâmico, torna-se imprescindível utilizar-se de informações gerenciais e assessorias especializadas, visando o crescimento e ampliação da marca.

### **Missão e função da Controladoria**

O aumento da competitividade e a necessidade de informações relevantes baseadas em relatórios gerenciais precisos e fidedignos estimulam a necessidade de a organização ter como aliado o setor de controladoria. Além disso, há a necessidade cada vez maior das empresas de manterem o controle interno de suas organizações e garantirem seu crescimento e continuidade. Portanto, a controladoria torna-se cada vez mais importante para assegurar o controle financeiro e a expansão da empresa.

Santos (2012) afirma que a principal missão da controladoria é a otimização dos resultados econômicos, possibilitando a gestão de todas as áreas envolvidas dentro do processo organizacional, a disponibilidade de informações importantes para garantir maior assertividade nas tomadas de decisões e a permanência da empresa no mercado.

Dentro de suas principais funções, pode-se destacar: o fornecimento de informações, o planejamento de metas e orçamento, o controle interno e de tributos, a supervisão dos setores em geral e o planejamento de estratégias para resolução de problemas relacionados à alta direção.

Segundo Nascimento e Reginato (2010), a controladoria tem sua função primordial ligada diretamente ao controle interno dos custos, otimização de recursos, planejamento e orçamento da empresa. Por meio de informações privilegiadas que possui, o setor de controladoria consegue assessorar, investigar e diagnosticar as razões que levaram a instituição a não atingir o resultado esperado, indicando possíveis correções e apontando a melhor opção quanto à tomada de decisão, ou seja, assegurando bons resultados.

Oliveira, Perez e Silva (2011) reforçam que a controladoria fornece informações planejadas, buscando evitar os riscos, presentes ou futuros, que reduzem a rentabilidade da empresa, além de assumir um papel holístico dentro da organização, controla toda a cúpula administrativa, tendo sob seus cuidados a avaliação de eficácia e eficiência nos setores.

Logo, a controladoria tem como principais aliados para um bom funcionamento: o planejamento e o controle. Por meio de planejamento tributário, orçamentário, contábil, financeiro e gerencial são estipuladas metas a serem cumpridas e, por meio do controle interno, utilizando-se de relatórios gerenciais, verifica-se se o planejamento pré-estabelecido está sendo eficaz.

Segundo Schier (2011), a controladoria está ligada à busca intermitente da eficácia da entidade e, para isto, são utilizados sistemas de informação, sistemas de controle internos, além de planejamentos estratégico, tático e operacional para alcançar seu objetivo.

Crepaldi (2012) diz que é de total responsabilidade da controladoria garantir que às informações gerenciais geradas pelo setor tenham veracidade e que sejam indispensáveis para a continuidade global da organização.

Portanto, as funções e atribuições da controladoria diferem de empresa para empresa. Dependendo do porte e da estrutura organizacional, a controladoria pode ser encontrada nos mais diversos níveis de administração, assim como pode atuar de diferentes formas. (CREPALDI, 2012, p.35).

Embora sua função seja de extrema importância dentro das organizações, não se pode generalizar sua forma de atuação, pois esta variável encontra-se de diversas maneiras nas empresas, mudando de acordo com a sua função, tamanho e objetivo, de modo compatível com os níveis de administrações e formas de atuações.

### **Campos de atuação da controladoria**

A controladoria é uma ciência social evolutiva da contabilidade, porém é também uma junção de várias ciências, como: Administração, Economia, Estatística, Psicologia, Contabilidade e Informática. Assim, seu campo de atuação é vasto e dentre estes campos estão: o campo contábil, estratégico, administrativo (tático), financeiro e tributário.

Segundo Da Rocha (2018, p.38), a controladoria se inter-relaciona com diversas outras ciências, porém ela tem uma relação mais próxima e está fortemente centrada sobre a contabilidade, sendo mais preciso, sobre as Ciências Contábeis.

Padoveze (2017) afirma que a controladoria age no controle gerencial em geral, mantendo o monitoramento contínuo dos setores e dos resultados econômicos e financeiros esperados, além de garantir o bom funcionamento da organização.

Portanto, pode-se encontrar a controladoria em três diferentes campos de atuação: contábil, de Recursos Humanos e de Gestão de Risco.

A atuação da controladoria no campo contábil se refere às atividades na esfera financeira da organização, auxiliando desde o planejamento contábil ao controle dos gastos, tendo como foco o sucesso do empreendimento.

Segundo Pinto (2016, p.10), o controle no setor financeiro faz com que os relatórios possam ser mais exatos, ou seja, que os lançamentos possam ser mais fidedignos, gerando assim, confiança nos registros apresentados.

Em relação à atuação da controladoria no campo contábil, Rabelo (2014, p.11) afirma que “são exercidas as funções e atividades da contabilidade que

são representadas pela escrituração contábil e fiscal, onde são geradas as informações para fins de publicações, auditoria, patrimônio de bens”.

Após implantação da controladoria no setor financeiro, é possível identificar os benefícios que são gerados, são eles:

- a) Planejamento financeiro.
- b) Controle financeiro.
- c) Análises periódicas através de relatórios financeiros emitidos.
- d) Segurança para a empresa na tomada de decisão.
- e) Controle da saúde financeira da instituição.

Diante desse entendimento, pode-se afirmar que a controladoria no setor contábil é fundamental para garantir o bom funcionamento da saúde financeira da instituição, pois ela permite verificar se as medidas adotadas pelos gestores estão indo como o planejado.

Em relação à atuação da controladoria no campo de Recursos Humanos, pode-se dizer que sua finalidade é garantir informações adequadas ao processo decisório, orienta a empresa no melhor caminho que deverá seguir, para alcançar seus objetivos de modo mais efetivo.

Cunha (2012, p.4) diz que a controladoria de recursos humanos entra na parte do ramo administrativo da controladoria, que é responsável pelo controle, planejamento da área a fim de ajudar a gestão empresarial na tomada de decisão.

A mesma autora reafirma que é fundamental na contribuição da eficiência da organização, pois faz o planejamento e orçamento da área de Recursos Humanos, além de controlar os dados da empresa quanto ao capital humano.

Nogueira (2016, p.10) diz que a intervenção da controladoria traz um fluxo no papel econômico de forma positiva e argumentadora, obtendo resultados consideráveis nos planejamentos.

Ainda segundo o mesmo autor (2016, p.10), a gestão de pessoas é a função que permite a colaboração positiva dos empregados para descobrir talentos e para alcançar objetivos individuais de cada trabalhador.

Através da implantação da controladoria no campo de Recursos Humanos, pode-se notar benefícios dentro das instituições, tais como:

- a) Motivação dos colaboradores.



- b) Desenvolvimento contínuo dos colaboradores.
- c) Planejamento de pessoal.
- d) Controle de pessoal.
- e) Auxilia a gestão empresarial na tomada de decisão.

Entende-se, assim, que manter o controle e o planejamento de pessoal auxilia o crescimento interno da organização, pois os profissionais se tornam mais motivados e satisfeitos. Dessa forma, a função individual de cada colaborador dentro da instituição será realizada com o máximo de dedicação, utilizando incentivos para oferecer padrões na construção governamental, éticos e, principalmente, nos melhores resultados na gestão.

Diante do exposto no presente estudo, é notável a importância da controladoria em diversos campos, porém no caso de Gestão de Risco é uma variável a ser verificada de empresa para empresa, pois não são todas que utilizam a controladoria nesse setor, além de cada empresa possuir uma forma de Gestão de Risco diferente.

Segundo Araújo e Luca (2010, p.11), embora o gerenciamento de riscos seja uma das questões a serem mitigadas com a realização de planejamento e monitoramento do sistema de controle interno, seu acompanhamento ainda não foi embutido na cultura das empresas.

Segundo o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP,

O GIRC (Gestão de integridade de riscos e controles internos) é um conjunto de instrumentos que asseguram o alcance dos objetivos estratégicos, subsidiando a tomada de decisão, contribuindo para o aprimoramento dos processos e mitigando a ocorrência de possíveis desvios por meio de uma gestão de integridade, riscos e controles internos. São instrumentos desse modelo: i) a Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão; ii) as Instâncias de Supervisão; iii) a Metodologia de Gerenciamento de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão Solução Tecnológica (BRASIL, 2017, p. 16).

Portanto, o GIRC é um conjunto de instrumentos com foco no alcance do objetivo estratégico, contribuindo para a gestão de integridade, riscos e controles internos e para uma tomada de decisão mais eficaz.

Entre as vantagens da controladoria na gestão de riscos, destacam-se:

- a) Redução de incertezas.
- b) Gestão da qualidade.

- c) Melhoria contínua.
- d) Visão estratégica.
- e) Aumento da eficácia e efetividade no planejamento.

A controladoria como ferramenta de Gestão de Riscos identifica possíveis riscos eventuais, verifica as probabilidades que o evento oferece à empresa, sendo positivo ou não e suas possíveis causas para o acontecimento. Assim, a controladoria oferece à empresa segurança e previsibilidade, evitando perdas e prejuízos.

Segundo Prado (2014), diante da alta competitividade e aumento da complexidade dos riscos, empresas passaram a implantar novos meios de gestão, objetivando a necessidade de transparência e gerenciamento das causas adversas ao planejamento estratégico da organização.

Complementado por Padoveze (2010), que informa que no passado, a gestão de risco era focada no setor financeiro, porém analisou-se que existem diversos riscos além de financeiros que expõem a organização e, com isso, merece uma gestão igualmente importante.

Verifica-se que a controladoria como Gestão de Riscos traz benefícios preventivos à instituição, por se tratar de uma ciência que controla a empresa em um aspecto geral, ultrapassando a barreira do financeiro, direciona a empresa ao seu objetivo, auxilia na prevenção de riscos em geral, e caso a prevenção não seja como o esperado, auxilia na melhor medida corretiva possível a ser tomada.

### **Importância da controladoria no processo da tomada de decisão dos gestores**

O cenário atual em que as organizações se encontram tem passado por constantes transformações e, junto com as mudanças repentinas, surgem novos desafios, que exigem soluções rápidas e precisas. Contudo, para enfrentar e superar tais desafios, é necessária uma estrutura sólida e eficiente.

Padoveze (2010) afirma que a controladoria é uma ciência social evolutiva da contabilidade, ou seja, trata-se de uma evolução de teoria do lucro

para teoria da decisão, potencializando o poder decisório e utilizando de forma eficiente os recursos disponíveis.

Lunelli (2018, documento on-line) dá ênfase para a seguinte afirmação:

As empresas modernas e que se preocupam com um processo de gestão bem desenvolvido, necessitam de uma estrutura organizacional bem delineada para a sua sobrevivência. Neste novo cenário surge um órgão interno cuja finalidade é garantir que as informações sejam adequadas ao processo decisório e que esteja sempre pronta a apoiar a diretoria da entidade no processo de gestão.

Contudo, a falta de um sistema de informações gerenciais e a identificação tardia de um possível problema, levam a gestão da organização a ter dificuldades no ato de tomar decisões, colocando a empresa em uma situação delicada, pois passa a contar apenas com a intuição do gestor.

Entretanto, quando tratamos de empresa de grande porte, onde o poder é descentralizado em sua grande maioria, a principal dificuldade é o tempo de resposta para a solução do problema, uma vez que há diversas reuniões para chegarem a uma possível decisão (PRÉVE; MORITZ; PEREIRA, 2010, p.83).

Segundo Moritz & Pereira (2015, p.15), decisões com base em informações são tão boas quanto à informação no qual estão baseadas. Observa-se que o comportamento da empresa é diretamente afetado em qualidade e eficiência por suas decisões e qualidade das informações fornecidas. Afirma-se que a falta de informação é uma das maiores dificuldades do processo decisório.

Chiavenato (2010) afirma que o processo da tomada de decisão é passível de erro, pois é afetado pela característica pessoal e percepção do tomador de decisão.

Compreende-se que mensurar todas as dificuldades no processo decisório é uma extensa variável, pois cada organização apresenta uma dificuldade diferente em seu cotidiano, variando de acordo com o tamanho da organização, visão, missão, perfil do tomador de decisão e objetivo de cada empresa, porém, a falta de informação pode ser considerada a principal adversidade a se superar. Pode-se afirmar que a falta de informações importantes no processo decisório causa revés imensuráveis nas organizações como um todo.

Bressan (2017, p.5) diz que frente às exigências e mudanças constantes do mercado, espera-se do gestor decisões eficientes que atendam à necessidade operacional e, para isso, é fundamental utilizar como ferramenta principal o sistema de informação gerencial, que representa a real situação organizacional dos departamentos em geral.

Telles, Menezes e Abrantes (2017) afirmam que com o aumento da complexidade e maior exigência do mercado, os dias atuais exigem maior controle gerencial, necessitando da implementação do setor de controladoria. Segundo os autores, esse setor tornou-se vital para a continuidade da empresa, potencializando o desempenho e a competitividade nas organizações.

Nesse sentido, pode-se dizer que a informação e controle são os maiores aliados das empresas, fornecendo relatórios importantes para tomadas de decisões precisas e imediatas, garantindo o maior controle interno e a sobrevivência da organização.

### **A importância da informação no processo decisório**

Pode-se afirmar que o processo decisório é mais frequente do que imaginamos. Em nosso cotidiano, decidimos o que fazer, como fazer e quando fazer e dentro de uma organização, não é diferente, seja ela com fins lucrativos ou não. É preciso ter discernimento, conhecimento técnico e identificar o momento adequado para agir. Todo processo decisório, independente do seu nível hierárquico, é de suma importância para obter resultados positivos.

A Controladoria é uma área que possui muita responsabilidade e participa da construção e manutenção do sistema, emitindo informações essenciais sobre a organização, que facilitam as decisões a serem tomadas (MONTEIRO *et al.*, 2018, p. 67-68).

Ainda segundo Telles, Menezes e Abrantes (2017), a controladoria é considerada um órgão de *staff*, ou seja, um setor de apoio e assessoria aos gestores, sendo responsável pelo sistema de informação de toda empresa, que busca, através dos dados extraídos de informações privilegiadas, potencializar o resultado operacional e gerencial.

A informação é a matéria prima do processo decisório, portanto, tratando-se do alto escalão de uma empresa, torna-se mais importante a

tomada de decisão de forma correta e o mais breve possível, pois qualquer decisão afeta diretamente a saúde financeira e a continuidade da empresa como um todo. Então, é de suma importância o suporte da controladoria oferecido ao alto escalão de uma empresa, auxiliando nas tomadas de decisões.

Segundo Lunkes, Feliu e Rosa (2011), a controladoria é um instrumento gerencial de informação e seus preceitos estão voltados para a análise e orçamento, emitindo dados que traçam as metas e diretrizes do planejamento, estando diretamente ligado aos níveis estratégicos e táticos da empresa.

Lousada e Valentim (2011) afirmam que o processo decisório é flexível a diferentes formas de tomada de decisão, isto porque cada situação específica tem um modelo de decisão. Portanto, modelos de tomada de decisão diferentes e complexos, baseados nos processos desenvolvidos, geram uma estrutura organizacional.

Contudo, o gestor e o setor de controle precisam estar preparados para possíveis adversidades, realizar uma análise da situação como um todo e buscar possíveis soluções, tendo em vista o dinamismo organizacional do mundo corporativo, que se encontra cada vez mais competitivo e inovador.

Silva e Marion (2013, p.78) afirmam que relatórios com informações gerenciais não são obrigatórios, porém se caracterizam como um auxílio valioso para o gestor na tomada de decisão e devem ser usados como ferramenta de maximização de produção e, conseqüentemente, de lucro.

Moritz e Pereira (2015) afirmam que a tomada de decisão se baseia em informações, decisões diárias que encaminham a empresa ao sucesso ou não. Contudo, para ter efetividade no processo decisório, é necessário cercar-se de informações imparciais, fidedignas e reais, de modo que quanto mais dados o gestor tiver, mais assertiva será a tomada de decisão.

Diante do exposto, é perceptível o quanto a tomada de decisão é importante dentro das organizações, porém informações gerenciais fidedignas, reais e imparciais tornam-se ferramentas auxiliaadoras fundamentais no processo. Entende-se que uma decisão mal tomada gera prejuízos, afetando diretamente a vida de muitos colaboradores, seja no âmbito profissional, gerando demissões, no âmbito corporativo, gerando perda de valor e prejuízo à

empresa ou no âmbito pessoal, pois em casos de demissões, atinge diretamente a vida pessoal do colaborador.

### **Controller**

A figura do *controller* surgiu nas empresas privadas em meados do século XX com a crescente necessidade de controle interno e planejamento. Assim, esse profissional ganhou força, passando a exercer diversas funções gerenciais dentro da empresa, dentre elas: coordenação, planejamento e controle interno.

Segundo Monteiro *et al.* (2018, p.70), o *controller* é a função desempenhada e destinada ao profissional de controladoria, sua função é elaborar informações relevantes no aspecto gerencial, econômico e financeiro da organização.

Além de levantar informações gerenciais importantes, o *controller* tem a função de garantir o planejamento e controle interno.

Segundo Richartz *et al.* (2012), as empresas necessitam do *controller* para garantir maior coordenação interna, controle e planejamento de suas atividades.

Reforçando a importância do *controller*, Padoveze (2011) reafirma que o profissional de controladoria é generalista, pois reúne experiência financeira, contábil e administrativa. Dentre suas funções, estão o planejamento, controle e reporte direto ao gestor.

Nesse sentido, entende-se a importância do profissional de controladoria dentro da organização, independente do seu segmento ou tamanho. O *controller* exerce papel fundamental dentro da organização, pois se concentra nele a responsabilidade de orientar o gestor diretamente, através de relatórios com informações gerenciais. Ao mesmo tempo em que ele assessora a alta direção, ele está ligado diretamente e indiretamente a diversos setores da empresa.

First, Lavarda e Zonatto (2017) afirmam que o perfil do *controller* precisa ter: iniciativa, visão econômica, comunicação racional, síntese, visão para o futuro, persistência, cooperação, imparcialidade, persuasão, liderança e ética.

Schmidt, Santos & Martins (2014) reforçam a importância do papel do *controller* não somente como relator de informações dos gestores, mas como

responsável pela geração de informações. Diante dessa perspectiva, é possível compreender a importância desse profissional, pois ele é responsável por potencializar o poder de crescimento da empresa, organizar, controlar e planejar toda operação, além de elaborar relatórios importantes para o processo decisório.

### **Vantagem competitiva**

Denomina-se vantagem competitiva como a vantagem que determinada empresa obtém sobre seu/sua concorrente direto ou indireto, ou seja, o diferencial que a empresa possui em relação às demais. Portanto, o cenário atual competitivo do mercado exige que as organizações possuam esse diferencial e a controladoria pode ser utilizada como estratégia de vantagem competitiva que as empresas precisam.

Coff (2010) sugere que a vantagem competitiva deve compreender um determinado período de gestão, observando a importância da competência gerencial em desenvolver capacidades e recursos que diferenciam a atividade da empresa.

Para atingir os objetivos pretendidos pré-estipulados no planejamento, é preciso elaborar algo que os clientes precisam e valorizam, ou seja, pôr em prática a vantagem competitiva que a empresa oferece. É necessário tal diferencial para fidelizar o público-alvo e se manter ativo no mercado contemporâneo tão competitivo.

Oliveira (2010, p.19) afirma que estratégia é uma forma de pensar no futuro e essa atividade deve estar integrada no processo decisório das organizações, pois define-se como um conjunto deliberado de ações orientadas para manter e desenvolver as vantagens competitivas.

Esse mesmo autor reforça que a competitividade é a capacidade da empresa em formular, implementar e divulgar estratégias, utilizando sua aplicabilidade para ampliar duradouramente uma posição sustentável no mercado.

Nesse contexto, pode-se afirmar que a implantação da controladoria nas empresas se apresenta como uma vantagem competitiva sobre suas/seus concorrentes. Após sua implantação, é possível obter desenvolvimento de

estratégias empresariais, facilitando a vida dos gestores sem perder a visão holística da empresa.

Ainda segundo esse autor, o controle estratégico deve ter o modelo de gestão que visa contemplar todas as estratégias de longo prazo, considerando tudo que for importante para a sustentabilidade da empresa no mercado, assegurando sua continuidade e aumentando sua capacidade competitiva.

Logo, observa-se que o planejamento estratégico está diretamente ligado à vantagem competitiva, pois para obter-se um diferencial, é necessário planejar e, nesse contexto, a controladoria ganha força, pois é o setor que detém informações privilegiadas da empresa, facilitando a formulação de estratégia para diferenciar-se das demais.

Padoveze (2010, p.84) afirma que a controladoria direcionada ao planejamento empresarial, tende a implementar planejamentos mais eficazes, pois devido ao seu sistema de informação, esta contém os dados necessários para projetar, implantar e controlar as ações.

Com as constantes mudanças cotidianas e com o mercado cada vez mais competitivo, ter um setor de que possui informações valiosas como aliado torna-se fundamental. Tal setor potencializa a vantagem competitiva, pois proporciona dinamismo à instituição, sempre atento às mudanças do mercado para propor a vantagem competitiva de acordo com a demanda e especificidade.

### **Relatórios emitidos pela controladoria**

Conforme dito ao discorrer do presente artigo, informações são de suma importância para a sustentabilidade da instituição. Por meio dessas informações, são emitidos relatórios gerenciais que posteriormente auxiliarão a tomada de decisão dos gestores, solução de problemas e mudanças de comportamento, caso a empresa não esteja atingindo o resultado esperado.

Relatórios gerenciais são como bússolas que direcionam o gestor e o tomador de decisão da empresa para o caminho certo, dão norte às operações da instituição com informações gerenciais valiosas, informam aos gestores se as metas estabelecidas estão sendo atingidas e, através de análises embasadas nos relatórios gerados, são tomadas atitudes corretivas e preventivas em todos os âmbitos organizacionais.



A Controladoria Geral da União afirma que os relatórios gerenciais representam a forma de comunicação utilizada entre as informações desejadas e os *Stakeholders*. Esses relatórios fazem uso de comunicação escrita e buscam produzir dados precisos e tempestivos auxiliares no processo decisório com finalidade de persuasão (CGU, 2014, p.7).

A CGU (2014, p.9) ainda diz que os relatórios gerados precisam ter qualidade e não quantidade. Dessa forma, os responsáveis pela elaboração dos relatórios precisam garantir a consistência dos dados, atendendo os princípios da clareza, correção, coerência, objetividade, ênfase e sobriedade.

Por se tratar de um setor que controla todos os outros, a controladoria pode emitir diversos relatórios, variando da necessidade da empresa no fato gerador e necessidade de informação do gestor. Por exemplo, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA), Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração de Fluxo Caixa (DFC), Relatório de Custos, Análise das Demonstrações Contábeis, Balanço Patrimonial (BP) e notas explicativas.

### **Tipos de tomada de decisão**

Decisão é a etapa que a empresa precisa optar ou selecionar uma alternativa dentre várias outras. É muito importante dentro da organização, uma vez que uma boa gestão é baseada em boas decisões. Contudo, cada decisão precisa ser analisada e pensada, embasando-se nas diretrizes e princípios de cada setor. Dito isto, entende-se que o processo decisório é um campo vasto dentro da organização, sendo fundamental identificar o problema, sua causa e buscar a melhor solução para cada setor específico, pois dentro de cada setor existe um modelo de tomada de decisão diferente, variando de acordo com a especificidade de cada um deles.

Lousada e Valentim (2011) apontam quatro modelos de tomada de decisão: Modelo Racional, Modelo Processual, Modelo Anárquico e Modelo Político.

O Modelo Racional embasa-se em análises estruturadas para uma tomada de decisão mais eficaz, busca maximizar a possibilidade de “decisão ideal”, utilizando-se de procedimentos padrões.

As autoras dizem que este modelo é o mais estruturado e sistematizado, utiliza-se de regras e procedimentos padrões a serem seguidos, prioriza-se o modelo de sistema organizacional fechado, cuja estrutura é altamente burocrática.

Esse modelo segue o formato burocrático, tornando a decisão mais efetiva e racional. O modelo racional de decisão é o ato norteado para atingir objetivos, é o modelo regulado por normas e rotinas, com o intuito de êxito em seu objetivo, utilizando a organização de maneira procedimental e intencionalmente racional.

Por se tratar de um método sistematizado de ações, o modelo pode ser utilizado em diversos campos e situações, devido a sua racionalidade e aplicabilidade. Estrutura-se da seguinte maneira: detecção do possível problema, coleta e análise de informações de forma criteriosa, desenvolver soluções para o problema, avaliar e escolher a melhor alternativa e executar a alternativa escolhida.

Segundo os autores Franklin, Kenski e Popadiuk (2011), a abordagem de escolha racional para o processo decisório é a de levantar um conjunto de opções e julgar como cada opção satisfaz aos objetivos importantes.

Assim, o tipo racional de tomada de decisão é o modelo mais eficaz, devido a sua alta rigurosidade procedimental e sua sistemática aplicação metodológica, tornando assim, sua aplicabilidade extremamente racional e precisa.

Em relação ao Modelo Processual, entende-se que este é aplicado quando o processo decisório se desenvolve de forma desestruturada e não previsível, ou seja, quando o nível de incerteza da ocasião é alto, subsidiando as atividades complexas e dinâmicas.

Para Lousada e Valentim (2011, p.151), o modelo processual está concentrado nas fases da atividade e na dinâmica do vasto comportamento decisório.

Este modelo contém três fases decisórias que são consideradas principais: a identificação, o desenvolvimento e a seleção das alternativas. Além disso, possui três rotinas de apoio operacional: a rotina de controle, a rotina de comunicação e a rotina política e também possui seis grupos de

fatores dinâmicos: interrupções, adiantamentos, adiamentos, feedbacks, ciclos de compreensão e ciclos de fracasso.

Lousada e Valentim (2011, p.153) afirmam que o modelo processual está na definição das fases e atividades que complementam a estrutura, em diversos aspectos se assemelha ao modelo racional, porém o fator que difere ambos é a flexibilidade que o modelo processual possui, permitindo alterações dos gestores a qualquer momento.

Contudo, o modelo de tomada de decisão é algo variante de empresa para empresa, além disso, a ocasião também influencia no modelo decisório a ser escolhido.

Já o Modelo Anárquico possui objetivos e procedimentos ambíguos, ou seja, não possui clareza e, por esse motivo, é conhecido também como modelo “lata de lixo”, desenvolvido por Cohen nos anos 70, o modelo decisório não é a opção mais indicada caso a empresa precise de clareza e precisão.

Lousada e Valentim (2011) informam que o modelo de decisão anárquica é comparado a uma ‘lata de lixo’, pois o modelo apresenta diversos tipos de problemas e soluções possíveis atirados por diversos indivíduos, dessa forma, dificultando a clareza no processo.

Sendo o oposto do modelo racional e processual, o modelo anárquico não possui nenhuma estrutura ou processo a ser seguido. Contudo, há três maneiras de tomada de decisão por meio deste processo, que são: fuga, inadvertência e resolução.

Portanto, não é a opção mais indicada de modelo de decisão, pois o formato de decisão anárquica é um meio decisório inconclusivo, incoerente e inseguro, conforme vimos em vantagem competitiva. O mercado encontra-se em constante evolução e dinamismo, exigindo das empresas um diferencial positivo para assegurar a continuidade das mesmas, estes diferenciais são embasados em relatórios e tomadas de decisão precisas, coisa que o método anárquico não fornece.

Em relação ao Modelo Político, entende-se que este modelo de decisão não centraliza o poder decisório, mas sim, divide este poder entre vários tomadores de decisões e influenciadores, gerando uma democracia dentro da instituição onde a influência e o poder de convencimento são favorecidos.

Os autores Lousada e Valentim (2011, p.155) mencionam o modelo como uma constante negociação entre os distintos poderes existentes. Portanto, o modelo político apresenta uma necessidade contínua de influência sobre os demais envolvidos votantes para garantir seu voto.

Conforme dito, Forno, Silva e Corbelini (2011) fazem menção a seguinte metáfora da tomada de decisão no modelo político: “é um jogo onde os jogadores, utilizam sua influência e posições hierárquicas, partindo de suas posições de influência, fazem seus movimentos de acordo com as regras e com seu poder de barganha”.

Embora o modelo seja eficaz, disputas internas de poder e influência prejudicam a funcionalidade desse modelo decisório, pois os objetivos pessoais do influenciador ultrapassam os objetivos organizacionais, prejudicando a instituição.

### **Estudo de Caso: Importância da Controladoria aplicada à empresa de Governança Corporativa**

O estudo de caso envolveu uma investigação com diferentes empresas a fim de identificar a forma de implantação, aplicabilidade e execução da controladoria, assim como, suas contribuições em relação à maximização dos ganhos, à otimização do tempo de decisão, à qualidade e precisão da tomada de decisão, potencializando a vantagem competitiva em relação aos concorrentes.

Portanto, para o processo de coleta de dados, foi enviado por e-mail um questionário à 36 (trinta e seis) empresas de governança corporativa listadas no site oficial da Bovespa, no segmento Novo Mercado, com ramos de atividade em comércio, óleo e gás, financeiro e educacional. Entretanto, apenas 5 (cinco) empresas retornaram o questionário respondido.

#### **Análise dos dados**

Os gráficos apresentados na presente análise mostram as respostas dos gestores sobre o questionário de controladoria.

**Gráfico 1 – Aplicação da Controladoria**



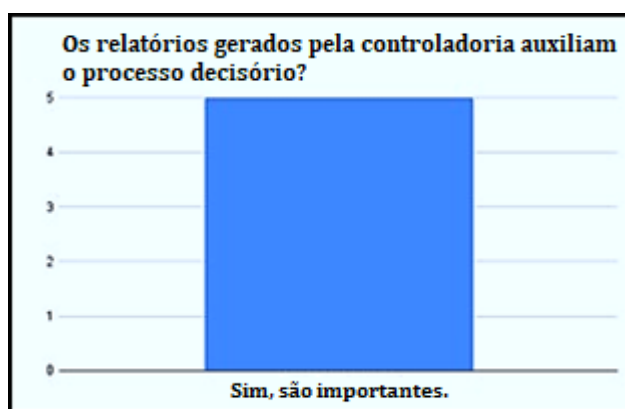
**Fonte:** Os autores, 2021.

Ao serem questionados sobre a importância da aplicação da controladoria, todos os entrevistados concordam que a aplicação do setor é importante para a empresa, como mostra o Gráfico 1.

Esses dados confirmam que os entrevistados compreendem a controladoria grande aliada do processo decisório, sendo fundamental para o bom funcionamento da empresa, independente do seu tamanho ou segmento.

Quando questionados se os relatórios gerados pela controladoria auxiliam no processo decisório, todos os sujeitos confirmaram esse valor, como mostra o Gráfico 2.

**Gráfico 2 - Relatórios da controladoria e o processo decisório**



**Fonte:** Os autores, 2021.

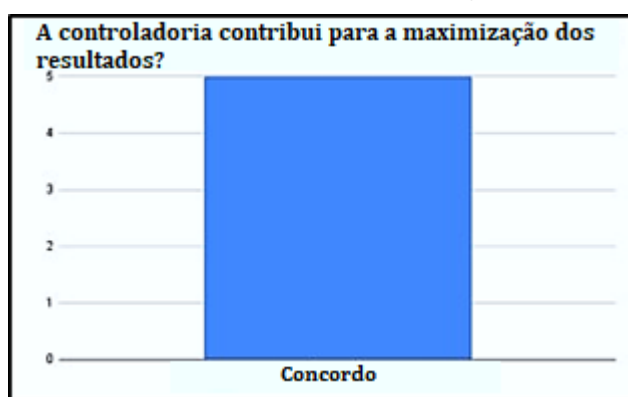
Portanto, os dados revelam que por se tratar de um setor gerencial, a controladoria emite diversos relatórios que são de suma importância para a empresa, principalmente para os gestores em sua fase de tomadas de decisão. Caso essa decisão seja tomada de forma errônea, podem-se gerar diversos

revés dentro da empresa e, por isso, os relatórios gerenciais tornam-se cada vez mais necessários para evitar que uma má decisão seja tomada.

Ao serem perguntados sobre a contribuição da controladoria para a maximização dos resultados, todos os entrevistados concordaram sobre a importância da controladoria no dia a dia da empresa, como mostra o Gráfico 3.

Observa-se que os sujeitos dessa pesquisa compreendem como a Controladoria pode contribuir para a empresa obter melhores resultados a partir de decisões mais assertivas.

**Gráfico 3 - A controladoria e a maximização de resultados**



Fonte: Os autores, 2021.

Quando questionados sobre a satisfação em relação aos relatórios apresentados pela controladoria, foi verificado que 60% dos entrevistados responderam que não é possível garantir que os resultados agradem aos gestores, como mostra o Gráfico 4. Por outro lado, 40% apontaram que os relatórios são completamente satisfatórios para a gestão da empresa.

**Gráfico 4 - Resultados obtidos e satisfação dos gestores**

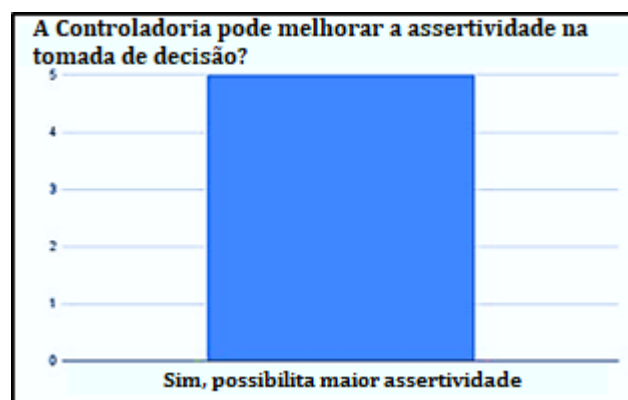


Fonte: Os autores, 2021.

É plausível e compreensível que os entrevistados fiquem divididos quanto à satisfação dos gestores, tendo em vista que os resultados podem apontar tanto para um ganho como para uma perda da empresa. Contudo, independente do resultado apontado nos relatórios, a melhor opção é sempre optar pela transparência das informações, baseando-se na fidelidade das informações apresentadas nos relatórios. O *controller* junto com a gestão podem corrigir um problema identificado ou manter do jeito que está em caso de ganho da empresa.

Quando questionados se relatórios apresentados pela controladoria trazem a assertividade na tomada de decisão, os entrevistados foram incisivos e disseram que sim, pois esta evita falhas nas tomadas de decisão, como mostra o Gráfico 5.

**Gráfico 5 - Controladoria e a assertividade na tomada de decisão**



**Fonte:** Os autores, 2021.

Esses dados confirmam o estudo realizado no referencial teórico do presente estudo, que destaca que o setor de controladoria possibilita uma melhor tomada de decisão. Por se tratar de um setor de gestão dentro da empresa, a controladoria se favorece de informações privilegiadas e tais informações são transferidas para os relatórios gerenciais. Então, baseando-se nos dados que são apresentados, é emitido um parecer para os gestores, que podem tomar uma decisão com maior clareza, pois estarão cientes sobre a real situação em que a empresa se encontra. Portanto, a assertividade na tomada de decisão torna-se maior.

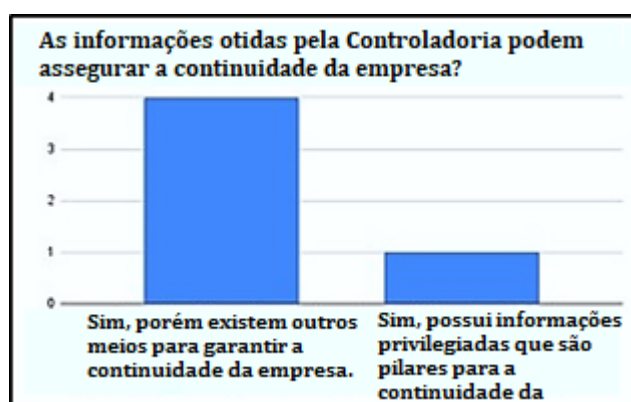
**Gráfico 6 - Informações da controladoria para a saúde financeira da empresa**



Fonte: Os autores, 2021.

O Gráfico 6 mostra que os entrevistados concordaram que a controladoria detém informações importantes para manter a saúde financeira da empresa. Portanto, pode-se afirmar que os relatórios gerenciais ajudam na sua continuidade, pois uma empresa bem-organizada financeiramente viver por muitos anos. Além disso, a controladoria auxilia no controle financeiro interno da organização, gerando gastos conscientes e minimizando o desperdício, ou seja, mantendo a saúde financeira da empresa.

**Gráfico 7 – Controladoria e a continuidade da empresa**



Fonte: Os autores, 2021.

O Gráfico 7 mostra que 80% dos entrevistados concordam que a controladoria contribui para a sobrevivência da empresa, porém, apontam que existem outros meios para garantir sua continuidade. Por outro lado, 20% dos entrevistados afirmam que a controladoria possui informações privilegiadas que são pilares para a continuidade da empresa. Portanto, entende-se que quando a controladoria for é bem estruturada, ela pode garantir a continuidade da empresa.



Em relação à vantagem competitiva, o resultado da pesquisa foi unânime, como mostra o Gráfico 8.

**Gráfico 8 - A controladoria e sua vantagem competitiva**



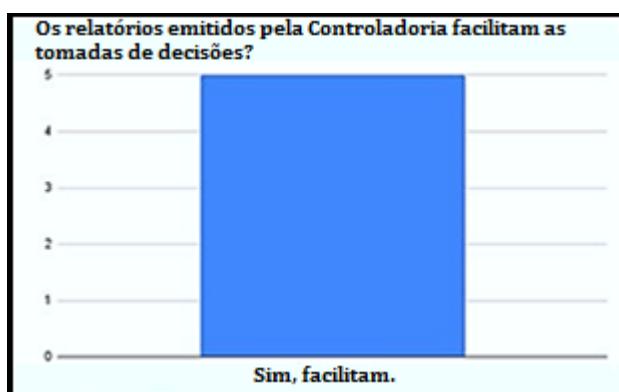
Fonte: Os autores, 2021.

Verifica-se que todos os entrevistados concordam que a empresa que tem o setor de controladoria implantado possui maior vantagem competitiva em relação àquelas que não têm. Contudo, os dados também revelam que essa vantagem só ocorre se as informações oferecidas por esse setor forem utilizadas de forma adequada.

A controladoria é uma forte aliada para toda empresa, porém para ser eficaz, esse setor precisa ser bem estruturado. Além disso, o *controller* precisa ser capacitado, se manter atualizado e trabalhar de acordo com as normas contábeis vigentes para promover vantagem competitiva para a organização.

Quando indagados se a controladoria emite relatórios que facilitam a tomada de decisão, todos os entrevistados responderam afirmativamente, como mostra o Gráfico 9.

**Gráfico 9 - Relatórios da controladoria com função facilitadora na tomada de decisão**



Fonte: Os autores, 2021.

Os dados confirmam mais uma vez a importância da controladoria para tomadas de decisão mais assertivas.

O setor possui diversos meios de extrair informações e um dos principais são os relatórios gerenciais. Quando estes são bem elaborados, eles facilitam a tomada de decisão, pois fornecem informações precisas que os gestores necessitam para a ocasião. Os relatórios emitidos pelo setor de controladoria permitem que as decisões tomadas pelos gestores não tenham como base "achismos", o que contribui para ações mais assertivas.

**Gráfico 10 – O uso da controladoria na tomada de decisão**



**Fonte:** Os autores, 2021.

Quando questionados se na função de gestores de suas respectivas empresas, eles utilizariam os relatórios produzidos pela controladoria para auxiliar nas tomadas de decisões, 80% deles disseram que utilizariam a controladoria, pois consideram fundamental o setor dentro de qualquer empresa e 20% afirmaram que só utilizariam os relatórios de acordo com o momento, entretanto, eles não explicaram quais seriam esses momentos, como mostra o Gráfico 10.

Percebe-se que a maioria dos entrevistados reconhece a importância de estar cercado de informações importantes para tomar a decisão mais correta possível para cada ocasião.

Ao longo do presente estudo, foram listados diversos benefícios gerados pela controladoria e a análise dos dados coletados nesse estudo de caso confirma seu valor para a empresa como um todo.

**Gráfico 11 - A controladoria dentro do organograma empresarial**



Fonte: Os autores, 2021.

O Gráfico 11 mostra que 80% dos entrevistados consideram a controladoria um setor da alta direção, que é responsável por tomar decisões importantes dentro da empresa, enquanto 20% dos entrevistados se mostram em dúvida.

A maioria dos entrevistados considera o setor importante para a empresa, tendo em vista a necessidade cotidiana de se manter informado. A controladoria contribui para o controle interno eficaz e, principalmente, como setor auxiliador no processo decisório, amenizando a carga decisória dos gestores.

Quando questionados sobre a controladoria ser um pilar importante que detém informações gerenciais relevantes para a empresa, os entrevistados foram unânimes em responder que concordam que o setor seja um pilar de informações importantes, como mostra o Gráfico 12.

**Gráfico 12 - Controladoria como pilar de informações gerenciais**



Fonte: Os autores, 2021.

Portanto, diante dos dados apresentados, novamente reforçamos a necessidade dos dias atuais de se manter cercado de informações importantes, pois o bom funcionamento das empresas depende de informações que o setor da controladoria pode fornecer.

Através da análise de dados, emissão de relatórios gerenciais e informações sobre os demais setores da empresa, o setor gera informações gerenciais aos gestores que por sua vez utilizam a informação da melhor maneira possível. Portanto, pode-se afirmar a controladoria é um importante setor que gera informações fundamentais para uma boa gestão.

O Gráfico 13 mostra como os entrevistados enxergam a posição da controladoria dentro da empresa. Verifica-se que a maioria dos entrevistados concorda que a controladoria não tem uma posição privilegiada dentro do organograma empresarial.

**Gráfico 13 - Posição da controladoria dentro da empresa**



**Fonte:** Os autores, 2021.

Após análise da informação gerada pelos entrevistados, percebe-se que os entrevistados consideram a controladoria importante para o bom funcionamento da empresa, porém consideram também o setor como todos os outros, sendo de importância igual aos demais e não estando em posição privilegiada. Entende-se que os entrevistados reconhecem a importância da controladoria e de suas informações para os gestores, mas que não consideram o setor em posição superior aos demais.

**Gráfico 14 - Controladoria como sistema de informação**



**Fonte:** Os autores, 2021.

O Gráfico 14 mostra que 80% dos entrevistados consideram o setor de controladoria um sistema de informações gerenciais eficiente. Entende-se que como todo sistema, a controladoria pode apresentar falhas, não atendendo as necessidades da empresa.

Contudo, a maioria dos entrevistados consideram o setor eficiente na sua função de gerar informações gerenciais, com uma visão holística da empresa, a controladoria tem acesso às informações externas e internas da empresa com mais facilidade, portanto, consegue gerar relatórios e informações que os demais setores não conseguem, e se utilizado da forma certa, o setor torna-se um sistema de informações gerenciais importantes e eficientes para o bom andamento da organização.

**Gráfico 15 - Comunicação entre os setores**



**Fonte:** Os autores, 2021.

O Gráfico 15 mostra que todos os entrevistados concordaram que a controladoria precisa ter excelente relacionamento com os demais setores da

empresa, para que haja maior transparência e diálogo, aumentando assim a chance de a empresa ser bem-sucedida.

Portanto, é necessário que a controladoria mantenha boa comunicação com todos os setores da empresa, para obter essas informações, compactá-las e repassá-las à diretoria para que as medidas sejam tomadas.

Portanto, a presente análise dos dados confirma que o setor de controladoria atua como um importante aliado no processo decisório de uma empresa. A controladoria é responsável por reunir as informações de todos os setores da organização a fim de oferecer ao gestor dados relevantes para o bom funcionamento da organização, maximizando suas chances de ser bem-sucedida em um mercado tão competitivo.

## Considerações Finais

O presente estudo mostrou que o mercado se encontra cada vez mais competitivo, sendo fundamental para o gestor se cercar de informações importantes que melhor orientem suas decisões e garantam melhores resultados. Nesse sentido, verificou-se a importância da controladoria para o meio empresarial, fornecendo relatórios gerenciais valiosos que possibilitam tomadas de decisões mais precisas e imediatas.

Assim, a pesquisa apontou que os relatórios gerenciais emitidos pela controladoria são de extrema importância para auxiliar no processo da tomada de decisão dos gestores, pois eles promovem maior eficácia no processo decisório, maximizando os resultados e minimizando os riscos, ou seja, eles possibilitam um maior controle interno da organização.

A literatura investigada, assim como, os dados levantados no estudo de caso revelaram que a controladoria é de grande importância para o mundo corporativo atual, pois trata-se de um setor dinâmico e moderno, que acompanha as mudanças diárias da organização, sempre observando as possíveis ameaças internas e externas e contribuindo para a continuidade da empresa.

Essa pesquisa revelou que a controladoria é considerada um órgão de *staff*, ou seja, um setor de apoio e assessoria aos gestores, sendo responsável pelo sistema de informação de toda empresa. Por meio de dados extraídos de

informações privilegiadas, o setor de controladoria busca potencializar o resultado operacional e gerencial, evitando possíveis revés causados por decisões inadequadas.

Portanto, conclui-se que o presente estudo atingiu seu objetivo, confirmando que a controladoria contribui para o processo decisório dos gestores. Entende-se que a controladoria não é o único caminho, porém é de grande importância para a permanência da empresa em um mercado tão competitivo.

## Referências

ARAÚJO, P. G. L. de; LUCA, M. de. **Controladoria e Gerenciamento do Risco Operacional**: Um Estudo Nas Grandes Empresas do Estado do Ceará, 2010. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos62006/222.pdf> Acesso em: 20 de out. 2021.

BATISTA, F. F. *et al.* Uma investigação acerca da mortalidade das microempresas e empresas de pequeno porte na cidade de Souza-PB. **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**. v. 2, n. 1, p. 56-71, jan./abr. 2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Manual de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão**. Assessoria Especial de Controles Internos – AECI, 2017. Disponível em: [https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/planejamento/controle-interno/manual\\_de\\_girc\\_versao\\_2\\_0.pdf](https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/planejamento/controle-interno/manual_de_girc_versao_2_0.pdf) Acesso em: 15 de out. 2021.

BRESSAN, Marcela. **A contribuição da controladoria no processo de decisão**, 2017.

CGU. Controladoria Geral da União. **Manual de elaboração de relatórios de controle interno**, 2014. Disponível em: [http://www.reogci.org/documentacion/pdfs/brasil/Manual\\_de\\_Elabora%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_Relat%C3%B3rios\\_do\\_Controle\\_Interno.pdf](http://www.reogci.org/documentacion/pdfs/brasil/Manual_de_Elabora%C3%A7%C3%A3o_de_Relat%C3%B3rios_do_Controle_Interno.pdf) Acesso em: 10 de out. 2021.

CHIAVENATO, I. **Comportamento organizacional**: a dinâmica do sucesso das organizações, 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

COELHO, E.; LUNKES, R. J.; MACHADO, A. O. **A controladoria na hierarquia organizacional**: um estudo nas maiores empresas do estado de Santa Catarina. UEM, Paraná, v. 31, n. 2, p. 33-46, maio / agosto 2012.

COFF, R. W. **A coevolução da apropriação da renda e o desenvolvimento de capacidades**, 2010.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade Gerencial**: Teoria e prática, 6 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2012.

CUNHA, Cintia Barbara da. **Controladoria para Gestão de Recursos Humanos**. Universidade Federal do Paraná. Pós-graduação em Contabilidade, Curitiba, 2012. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/39116/R%20-%20E%20-%20CINTIA%20BARBARA%20DA%20CUNHA.pdf?sequence=2&isAllowed=y> Acesso em: 20 de out. 2021.

DA ROCHA. **Controladoria**, 2018. Disponível em: [https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/430204/2/eBook\\_Introdu%C3%A7%C3%A3o\\_%C3%A0\\_Controladoria\\_UFBA.pdf](https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/430204/2/eBook_Introdu%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0_Controladoria_UFBA.pdf) Acesso em: 20 de nov. 2021.

FIIRST, C.; LAVARDA, C. E. F.; ZONATTO, V. C. da S. **Perfil do controller e a evolução histórica da profissão no contexto brasileiro**, 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/325984592\\_Perfil\\_do\\_controller\\_e\\_a\\_evolucao\\_historica\\_da\\_profissao\\_no\\_contexto\\_brasileiro](https://www.researchgate.net/publication/325984592_Perfil_do_controller_e_a_evolucao_historica_da_profissao_no_contexto_brasileiro) Acesso em: 20 de out. 2021.

FORNO, Cristiano Dal; SILVA, Diego; COBERLINI, Marcos Corbellini. **Tomada de decisão**. Disponível em: <https://www.unilasalle.edu.br/uploads/files/b5c262192d5a797287f5c59627644e81.pdf> Acesso em: 20 de nov. 2021.

FRANKLIN; KENSKI; POPADIUK. **Modelo racional de tomada de decisões e pressupostos**, 2011. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/280883500\\_Modelo\\_Racional\\_de\\_Tomada\\_de\\_Decisoes\\_e\\_seus\\_Pressupostos](https://www.researchgate.net/publication/280883500_Modelo_Racional_de_Tomada_de_Decisoes_e_seus_Pressupostos) Acesso em: 20 de nov. 2021.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> Acesso em: 10 de out. 2021.



LOUSADA, M.; VALENTIM, M. L. P. **Modelos de tomada de decisão e sua relação com a informação orgânica**, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/t8XnmBCGfRGYpm9YQh4CKFh/?format=pdf&lang=PT> Acesso em: 10 de nov. 2021.

LUNELLI, R. L. **A importância da Controladoria**, 2018. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/import%C3%A2ncia-da-controladoria-reinaldo-luiz-lunelli> Acesso em: 10 de nov. 2021.

LUNKES, R. J.; FELIU, V. M. R.; ROSA, F. S. Pesquisa sobre o orçamento na Espanha: um estudo bibliométrico das publicações em Contabilidade. **Revista Universo Contábil**, v. 7, n. 3, pág. 112-132, 2011.

MELO, Fábio Bandeira de. **Os 10 principais erros cometidos pelas pequenas e médias empresas**, 2010. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/noticias/administracao-e-negocios/os-10-principais-erros-cometidos-pelas-pequenas-e-medias-empresas/32269/> Acesso em: 10 de nov. 2021.

MONTEIRO, E. L. M.; *et al.* **A controladoria e o controller no processo de gestão organizacional**, 2018. Disponível em: [http://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/7controladoria\\_e\\_controller.pdf](http://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/7controladoria_e_controller.pdf) Acesso em: 10 de nov. 2021.

MORITZ, G. de O.; PEREIRA, M. F. **Processo decisório**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em: [https://ead2.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/187645/mod\\_resource/content/5/Processo%20Decisorio%20UAB%203ed-alterado.pdf](https://ead2.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/187645/mod_resource/content/5/Processo%20Decisorio%20UAB%203ed-alterado.pdf) Acesso em: 10 de nov. 2021.

NASCIMENTO, A. M; REGINATO, L. **Controladoria**: instrumento de apoio ao processo decisório. São Paulo: Atlas, 2010.

NASCIMENTO, M. *et al.* Fatores determinantes da mortalidade de micro e pequenas empresas da região metropolitana de Florianópolis sob a ótica do contador. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 6, n. 2, 2013.

NOGUEIRA, S. L. da S. **Percepção de oficiais intendentess da Marinha do Brasil sobre a importância dos fatores de qualidade da gestão do gasto público**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Faculdade de Administração e Finanças. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: [https://www.bdttd.uerj.br:8443/bitstream/1/8181/1/Dissertacao\\_SimoneNogueira\\_Final.pdf](https://www.bdttd.uerj.br:8443/bitstream/1/8181/1/Dissertacao_SimoneNogueira_Final.pdf) Acesso em: 10 de out. 2021.

OLIVEIRA, Luiz Martins de. **Controladoria Estratégica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Luis Martins de; PEREZ JR., José Hernandez; SILVA, Carlos Alberto dos Santos. **Controladoria Estratégica**. Atlas, 2011.

OLIVEIRA, M. F. de. **Metodologia científica**: Um manual para a realização de pesquisa em administração. Universidade Federal de Goiás - UFG. Curso de Administração. Catalão, 2011. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual\\_de\\_metodologia\\_cientifica\\_-\\_Prof\\_Maxwell.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf) Acesso em: 10 de out. 2021.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria Básica**. São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_. **Controladoria Estratégica e Operacional**: conceitos, estrutura, aplicação. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade Geral**: Facilitada. 1ª ed. Editora Método, 2017.

PINTO. **Controladoria e gestão financeira**, 2016. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/459/1/TCCADRIANAPINTO.pdf> Acesso em: 20 de nov. 2021.

PRADO, A. P. D. **Os impactos provocados pela ausência de gerenciamento dos riscos em projetos de T.I.**: estudos de caso. Belo Horizonte: Centro Universitário UNA, 2014.

PRÉVE, A. D.; MORITZ, G. de O.; PEREIRA, M. F. **Organização, processos e tomada de decisão**, 2010. Disponível em: [http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/licitacao\\_livros\\_admpub/07-organiza%E7%E3o%20processos%20e%20tomada%20de%20decis%F5es/Livro\\_grafica%20organiza%E7%E3o%20de%20%20processos%20e%20tomada%20de%20decis%E3o.pdf](http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/licitacao_livros_admpub/07-organiza%E7%E3o%20processos%20e%20tomada%20de%20decis%F5es/Livro_grafica%20organiza%E7%E3o%20de%20%20processos%20e%20tomada%20de%20decis%E3o.pdf) Acesso em: 15 de out. 2021.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

RABELO, R. N. R. **A importância da controladoria como suporte de gestão nas empresas**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Ciências Contábeis. Faculdade Nossa Senhora Aparecida. Aparecida de Goiânia, 2014. Disponível em: [355.pdf \(fanap.br\)](#) Acesso em: 15 de dez. 2021.

RICHARTZ, F.; KRÜGER, L. M.; LUNKES, R. J.; BORGERT, A. Análise Curricular em Controladoria e as Funções do Controller. **Revista Iberoamericana de Contabilidad de Gestión - RIGC**, v. 10, n. 19, 2012.

SANTOS, Franklin. **Controladoria**. 1ª ed. Ed. Clube de Autores. Recife, 2012. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=ZO17DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA3&dq=defini%C3%A7%C3%A3o+de+controladoria&ots=FM1Hu\\_J5kN&sig=I7bOygMOC6vSqi7dB\\_LvoQtzQAI#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=ZO17DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA3&dq=defini%C3%A7%C3%A3o+de+controladoria&ots=FM1Hu_J5kN&sig=I7bOygMOC6vSqi7dB_LvoQtzQAI#v=onepage&q&f=false) Acesso em: 15 de out. 2021.

SCHIER, Carlos Ubiratan da Costa. **Controladoria**: como instrumento de gestão. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; MARTINS, Marco Antônio dos Santos. **Manual de Controladoria**. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, Antônio Carlos da; MARION, José Carlos. **Manual de contabilidade para pequenas e médias empresas**. São Paulo: Atlas, 2013.

SOUZA, Bruno Carlos; BORINELLI, Márcio Luiz. **Controladoria**. Curitiba/PR, IESDE Brasil, 2009.

SOUZA, L.C. **Controladoria aplicada aos pequenos negócios**. 1ª ed. (2008), 2ª Reimpressão. Curitiba: Juruá, 2010.

TELLES, Ana C. L.; MENEZES, Nayra K. B.de; ABRANTES, Lucia A. M. **A importância da Controladoria para a Gestão Organizacional de uma Indústria de Água Mineral**. PUC-Goiás, 2017.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.